



FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

**ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE
EMPRESAS**

DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO

**CONSTRUINDO CONHECIMENTO EM ESTUDOS ORGANIZACIONAIS NO
BRASIL**

Lilian Alfaia Monteiro

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Alketa Peci

Agosto de 2016

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS
DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO

CONSTRUINDO CONHECIMENTO EM ESTUDOS ORGANIZACIONAIS NO
BRASIL

Lilian Alfaia Monteiro

Tese apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getulio Vargas, como requisito final à obtenção do título de Doutor em Administração.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Alketa Peci (Orientadora)

Prof. Dr. Charles Kirschbaum - Insper

Prof. Dr. Flávio Vasconcelos - Ebape/ FGV

Prof. Dr. Luciano Rossoni - Unigranrio

Prof. Dr. Rafael Goldszmidt – Ebape/ FGV

Alfaia, Lilian
Construindo conhecimento em Estudos Organizacionais no Brasil / Lilian Alfaia
Monteiro. - 2016.
216 f.

Tese (doutorado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas,
Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa.
Orientadora: Alketa Peci.
Inclui bibliografia.

1. Organização. 2. Administração. 3. Sociologia do conhecimento. 4. Retórica. I.

Peci, Alketa. II. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Centro
de Formação Acadêmica e Pesquisa. III. Título.

CDD – 302.35



LILIAN ALFAIA MONTEIRO

**"CONSTRUINDO CONHECIMENTO EM ESTUDOS ORGANIZACIONAIS NO
BRASIL"**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Administração da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas para obtenção do grau de Doutor em Administração.

Data da defesa: 29/08/2016.

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

A blue ink signature of Alketa Peci, written in a cursive style, positioned above a horizontal line.

Alketa Peci
Orientador (a)

A blue ink signature of Flávio Carvalho de Vasconcelos, written in a cursive style, positioned above a horizontal line.

Flávio Carvalho de Vasconcelos

A blue ink signature of Rafael Guilherme Burstein Goldszmidt, written in a cursive style, positioned above a horizontal line.

Rafael Guilherme Burstein Goldszmidt

A blue ink signature of Charles Kirschbaum, written in a cursive style, positioned above a horizontal line.

Charles Kirschbaum

A blue ink signature of Luciano Rossoni, written in a cursive style, positioned above a horizontal line.

Luciano Rossoni

AGRADECIMENTOS

Algumas pessoas e instituições contribuíram muito neste processo de doutoramento e na elaboração desta tese. Gostaria aqui de agradecer especialmente:

À professora Alketa Peci, por ter aceitado o desafio na orientação deste trabalho. Agradeço-lhe especialmente pelas contribuições, pela paciência e pela persistência, além da dedicação e seriedade com as quais conduziu esta pesquisa.

Aos professores Charles Kirschbaum, Luciano Rossoni, Flávio Vasconcelos e Rafael Goldszmidt em aceitar fazer parte da banca examinadora e pelas contribuições já dadas ao trabalho desde a qualificação.

Ao professor Filipe Sobral por todas as oportunidades de trabalho e desenvolvimento profissional durante o doutorado, que me foram de grande ajuda material, pessoal e profissional.

A Ronaldo Araújo e Alifer Sales pelo auxílio com os dados.

À Coordenação do curso de Doutorado pela concessão de prazos.

À Ebape/FGV, a Capes e ao CNPq pela concessão de bolsas ao longo do curso.

À Chefia de Departamento da FACC/UFJF, representados pelos Professores Victor Paradela e Cássia Viviane Santiago, pela flexibilidade de horários neste fim de semestre, fundamental para a finalização deste trabalho.

À Sabira Alencar pela escuta, acolhimento e aconselhamentos nos momentos mais difíceis destes últimos seis meses. Obrigada por me oferecer sempre uma leitura precisa e uma perspectiva criativa sobre a existência.

A Josué Monteiro, Delma Alfaia e Daniele Alfaia, que tanto torceram e me apoiaram nesta fase tão difícil. Obrigada pelo amor de sempre.

A Ricardo Artur Carvalho por existir em minha vida e pela leveza e felicidade que me proporcionou nos últimos tempos. Agradeço-lhe especialmente pela paciência, conforto e por cada gesto de apoio dado nos dias mais críticos.

À Yuna Fontoura, Agatha Justen, Michelle Holperin, Liliane Furtado e Felipe Buchbinder, que me mostram que a academia também pode ser um espaço de amizade,

solidariedade, apoio e confiança. Às “colegas” Roberta Sanches, Mônica Mourão e Aline Cardoso, pela força, amizade e suporte de todas as horas. À Dessana Cruz pelo afeto e carinho verdadeiros de sempre.

RESUMO

Esta tese teve por objetivo analisar como se deu o processo de construção de conhecimento na área de Estudos Organizacionais no Brasil, partindo de uma perspectiva mais construtivista e processual da ciência, direcionada para as práticas sociais e culturais presentes no processo científico que revelam como a ciência é feita. Para tanto, acompanhamos a evolução da produção científica a partir de uma ótica longitudinal, identificando as estratégias de legitimidade das contribuições científicas apresentadas pelos autores nos artigos científicos, desvendando como estas estratégias de legitimidade se diferenciam retoricamente e mapeando redes de estratégias de legitimidade de contribuição científica X atores (individuais e institucionais), observando como estas influenciaram as posições dos jogadores-atores no campo ao longo do tempo e como estas influenciaram o processo de construção de conhecimentos em Estudos Organizacionais. Tomando como base a teoria de campos (BOURDIEU, 1983a; 2004b; GREENWOOD, SUDDABY e HININGS, 2002; MARTIN, 2003; FLIGSTEIN, 2003; DAVIS e MARQUIS 2005; EMIRBAYER e JOHNSON, 2008; FLIGSTEIN e MCADAM, 2011; 2012) e alguns fatores que influenciam o processo de construção do conhecimento em Administração, buscamos compreender como os atores apresentam e defendem suas contribuições científicas, como se organiza a distribuição de capitais, como se posicionam no campo e como disputam o monopólio da autoridade científica. A coleta de dados consistiu na seleção de 500 artigos, 430 em periódicos nacionais e 70 em periódicos internacionais, compondo um banco de dados com diversas informações em torno dos artigos, considerando o período de 1960 até 2014. Os dados foram categorizados com base na análise de conteúdo (BARDIN, 2006) e analisados por meio de análise retórica (MANN e THOMPSON, 1988). A pesquisa mostrou que os atores (individuais e institucionais) fazem uso do capital argumentativo de modo diferenciado, embora aparentemente semelhante, conforme o contexto de sua estratégia de legitimidade de contribuição científica: discurso científico interno, discurso da prática ou a combinação de ambos. Considerando a utilização destas estratégias e da posse de capitais como científico e econômico, a partir das regras do jogo no campo, grupos de atores se dividem e disputam posições a partir da configuração: científicos X ambíguos e práticos X ambíguos. O campo de Estudos Organizacionais evoluiu aos poucos de uma fase inicial de pré-campo até a fase atual de campo, com objetivos claros, regras do jogo definidas e posições marcadas na disputa existente em seu interior. Entretanto, o uso de

estratégias de legitimidade de contribuição científica para além do repertório definido para o discurso científico interno mostra que os autores também tentam legitimar suas contribuições via estratégias externas ao campo científico, revelando, assim, que o campo de Estudos Organizacionais brasileiro ainda não pode ser considerado como um campo científico “puro”, tratando-se de um campo ainda em busca de autonomia.

Palavras-chave: campo científico, estudos organizacionais, conhecimento, análise retórica, estratégias de legitimidade.

ABSTRACT

Grounded on a more constructivist and procedural perspective of science in which social and cultural practices reveal how science is made, this thesis aimed to analyse how the process of knowledge building in the field of Organizational Studies in Brazil occurred. To this end, we followed the evolution of scientific production from a longitudinal perspective, through the identification of legitimacy strategies of scientific contributions made by the authors in scientific articles that would reveal how these strategies differ rhetorically among them. We, then, unveil how these strategies differ rhetorically and map scientific contribution legitimacy strategies' networks vs actors (individual and institutional ones) by watching how they influenced the positions of the players-actors in the scientific field over time and how they influenced the process of knowledge building in Organizational Studies. Drawing from the theory of the fields (Bourdieu, 1983a; 2004b; Greenwood, Suddaby and Hinings, 2002; Martin, 2003; Fligstein, 2003; Davis and Marquis 2005; Emirbayer and Johnson, 2008; Fligstein and McAdam, 2011; 2012) and some factors that influence the knowledge construction in Administration, we sought to understand how the actors present and defend their scientific contributions, also how the distribution of capital is organized, how the actors position themselves in the field and how they dispute the monopoly of scientific authority. Data collection consisted in the selection of 500 articles from 1960 to 2014, 430 in national journals and 70 in international ones, composing a database with various information regarding the articles. Data were categorized based on the content analysis (Bardin, 2006) and analysed through rhetorical analysis (Mann and Thompson 1988). This research thesis has shown that the actors use the argumentative capital differently, although apparently similar, depending on the context of their scientific contribution legitimacy's strategy: internal scientific discourse, the practice's discourse or the combination of both. Considering the use of these strategies and the ownership of capitals such as scientific and economic, from the rules of the game in the field, stakeholder groups divide themselves and compete for positions from the following setting: scientific vs ambiguous and practical vs ambiguous. Organizational Studies evolved gradually from an initial 'pre-field' to the current phase of the field, now with clear goals, well-defined game rules and marked positions within the existing dispute. However, beyond the repertoire defined for internal scientific discourse, the use of scientific contribution legitimacy's strategies shows that the authors also try to legitimize their contributions

through external strategies of the field, which, in turn, endorses that the Brazilian Organizational Studies field cannot yet be considered as a 'pure' scientific field still in search of autonomy.

Key-words: scientific field, organizational studies, knowledge, rhetorical analysis, legitimacy strategies.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Objetivos de Pesquisa	17
1.2	Suposições do Estudo.....	18
1.3	Justificativa	19
2	A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO	24
2.1	O que é Ciência ou <i>como se faz Ciência</i> ? Visão tradicional <i>versus</i> visão processual	24
2.2	Campo e Campo Científico: Dinâmica e elementos.....	29
2.2.1	<i>Campo</i>	30
2.2.2	<i>O Campo Científico</i>	33
2.2.3	<i>Posições e Tomadas de Posições</i>	35
2.2.4	<i>Posições e Tomadas de Posições no Campo Científico</i>	37
2.2.5	<i>Capitais</i>	38
2.2.6	<i>Capitais no Campo Científico</i>	43
2.2.7	<i>Habitus</i>	45
2.2.8	<i>Habitus no Campo Científico</i>	46
2.3	Fatores que Influenciam a Construção do Conhecimento em Administração: Contribuições empíricas.....	47
2.4	A Construção do Conhecimento Científico nesta Tese	61
3	METODOLOGIA	66
3.1	Retomando o Problema	67
3.2	Coleta de Dados	68
3.3	Tratamento dos Dados	72
3.3.1	<i>Análise Retórica</i>	72
3.3.2	<i>Análise de Redes</i>	82
3.3.3	<i>Análise de Correspondência</i>	83
4	ANÁLISE DOS DADOS	85
4.1	A Evolução da Produção em Estudos Organizacionais no Brasil: anos 60 a 2014	85
4.2	Resultados da Análise Retórica	97
4.2.1	<i>As Estratégias de Legitimidade de Contribuição Científica</i>	97
4.2.1.1	<i>Discurso Científico Interno</i>	101
4.2.1.2	<i>Discurso Científico Externo</i>	101
4.2.1.3	<i>Discurso da Prática</i>	102
4.2.1.4	<i>Discurso da Diferenciação</i>	103
4.3	Análise das Relações Retóricas das Estratégias de Legitimidade de Contribuição Científica	104

4.4	O Papel do Capital Argumentativo no Campo de Estudos Organizacionais	108
4.5	Estratégias de Legitimidade de Contribuição Científica Predominantes e Períodos Marcantes	114
4.5.1	<i>Discurso da Prática (DP) – Anos 60 e 70</i>	114
4.5.2	<i>Discurso Científico Interno e da Prática (DCIP) – Anos 70 e 2000 em diante</i>	115
4.5.3	<i>Discurso Científico Interno (DCI) – Anos 80 em diante</i>	116
4.6	Análise de Redes Visuais de Estratégias de Legitimidade de Contribuição Científica	118
4.6.1	<i>Anos 60 e 70</i>	119
4.6.2	<i>Anos 2000 a 2014</i>	122
4.7	Análise das Posições no Campo	129
4.8	Pré-Campo de Estudos Organizacionais	135
4.9	Campo de Estudos Organizacionais em Busca de Autonomia	138
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
6	REFERÊNCIAS	158
	APÊNDICE 1 – Análise das Relações Retóricas das Estratégias de Legitimidade de Contribuição Científica	166

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Relação entre Capitais e Capital Simbólico	42
Figura 2 – Dinâmica do Campo Científico.....	65
Figura 3 – Níveis de Análise das Relações Retóricas – Discurso Científico Interno	112
Figura 4 – Níveis de Análise das Relações Retóricas – Discurso da Prática	113
Figura 5 – Rede de Estratégias de Legitimidade de Contribuição Científica X Autores Produção Nacional – 60 a 70.....	120
Figura 6 – Rede de Estratégias de Legitimidade de Contribuição Científica X Instituições - Produção Nacional – 60 a 70.....	121
Figura 7 – Rede de Estratégias de Legitimidade de Contribuição Científica X Autores Produção Nacional – 2000 a 2014.....	123
Figura 8 – Rede de Estratégias de Legitimidade de Contribuição Científica X Autores Produção Internacional – 2000 a 2014.....	125
Figura 9 – Rede de Estratégias de Legitimidade de Contribuição Científica X Instituições - Produção Nacional – 2000 a 2014.....	126
Figura 10 – Rede de Estratégias de Legitimidade de Contribuição Científica x Instituições - Produção Internacional – 2000 a 2014.....	128
Figura 11 – Disputa e Posicionamento no Campo de Estudos Organizacionais	133
Figura 12 – Dinâmica do Campo Brasileiro de Estudos Organizacionais	157

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de Artigos Analisados por Década	69
Tabela 2 - Periódicos Analisados e Classificação Qualis Capes	70
Tabela 3 – Categorias, Definições e Combinações - Estratégias de Legitimidade de Contribuição Científica	77
Tabela 4 – Tipos de Autoria – Artigos Nacionais – 60 a 2014	91
Tabela 5 - CNPq - Investimentos realizados em bolsas e no fomento à pesquisa em Administração - 2001-2014 (Ranking com base no total de investimentos em 2014	92
Tabela 6 - Distribuição dos Artigos nos Periódicos Brasileiros.....	93
Tabela 7 – Tipos de Autoria – Artigos Internacionais – 60 a 2014.....	96
Tabela 8 - Distribuição dos Artigos nos Periódicos Estrangeiros.....	96
Tabela 9 – Evolução Estratégias de Legitimidades – Artigos Nacionais - 60 a 2014	97
Tabela 10 – Evolução Estratégias de Legitimidade – Artigos Internacionais - 60 a 2014.....	100
Tabela 11 – Pesos Utilizados para a Ponderação.....	131
Tabela 12 – Combinações e Pesos Atribuídos.....	132

ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 – Fatores de Influência na Construção do Conhecimento	61
Quadro 2 – Definição das Relações Retóricas – RST	80
Quadro 3 – Ano de Criação de Programas de Pós-Graduação em Administração	86
Quadro 4 – Elementos retóricos comparativos entre DCI e DP	108
Gráfico 1 – Artigos Nacionais por Década – 60 a 2014.....	85
Gráfico 2 – Evolução Longitudinal de Bolsistas, Programas e Revistas – 60 a 2014	94
Gráfico 3 – Artigos Internacionais por Década – 60 a 2014.....	95
Gráfico 4 – Evolução Estratégias de Legitimidade Predominantes Artigos Nacionais – 60 a 2014.....	99
Gráfico 5 – Evolução Estratégias de Legitimidade Predominantes Artigos Internacionais – 60 a 2014.....	100
Gráfico 6 – Evolução das Principais Estratégias de Legitimidade de Contribuição Científica em Quantidade de Produção – 60 a 2014	117
Gráfico 7 – Evolução das Principais Estratégias de Legitimidade de Contribuição Científica em Porcentagem sobre o Total da Produção – 60 a 2014	118

1 INTRODUÇÃO

A formulação do saber administrativo como um campo de conhecimento científico e sistematizado se inseriu entre o contexto das transformações da Revolução Industrial e da consolidação do Capitalismo, no final do século XIX, com as ideias de administração científica de Taylor. Antes de se firmar como conhecimento sistematizado e científico, porém, a Administração teve como sustentação o saber prático, relacionado ao cotidiano, à técnica e ao processo de administrar (CURADO, 2001).

No Brasil, o campo administrativo se consolidou a partir dos anos 30, principalmente devido à reforma administrativa burocrática da Era Vargas e ao processo de natureza industrial-desenvolvimentista em curso no país. Algumas das primeiras escolas de administração contaram, inicialmente, com uma coligação com a sociologia e incorporação de diversos sociólogos no funcionamento de seus cursos, o que contribuiu para a circulação de ideias entre as duas áreas (BARROS e CARRIERI, 2013). Esta permeabilidade da administração pelo conhecimento sociológico parece ter marcado a área de Estudos Organizacionais no país. A influência de orientações epistemológicas, de perspectivas teóricas, de abordagens metodológicas e de temas de investigação oriundos da sociologia mostram que os objetos de uma pesquisa resultam do campo em que ela se originou e se tornou possível (CERTEAU, 2011).

A transformação da administração de um campo de saber prático para um campo científico, isto é, legitimado com base no discurso da cientificidade, influencia substancialmente sua dinâmica de construção de conhecimento. A administração, como um campo científico, é definida por relações de poder, mas também é caracterizada por uma lógica de jogo que lhe é própria. É um espaço caracterizado por uma luta concorrencial pelo monopólio da autoridade científica, entendida como a junção da capacidade técnica, do poder social, e da competência científica, isto é, a capacidade de falar e agir legitimamente, socialmente outorgada a um determinado agente do campo. A estrutura deste campo é definida pela distribuição contínua do capital específico possuído, em dado momento, por vários agentes individuais e coletivos no campo. É também um campo de lutas ou um espaço de competição no qual agentes individuais e coletivos que trabalham para valorizar o seu próprio capital, por meio de estratégias de acumulação impostas pela concorrência e apropriadas para determinar a preservação ou transformação da estrutura - se confrontam (BOURDIEU, 1983a; 1991; DAVIS e

MARQUIS, 2005; MARTIN, 2003). Em outras palavras, é um campo social de forças, lutas e relacionamentos que é definido a cada momento pelas relações de poder entre seus protagonistas. As escolhas científicas são orientadas por premissas tomadas como certas e relacionadas com as práticas do campo, além de métodos válidos e conhecimentos autênticos, isto é, que podem ser certificados. Tais escolhas também são moldadas pelo capital social, influenciado pela configuração e ocupação dos vários cargos e posições dentro do campo. Esta representação da ciência rejeita tanto uma concepção absolutista-idealista do seu desenvolvimento imanente, que acredita expressar o mundo “tal como ele é”, quanto uma concepção relativista-historicista que considera a ciência uma construção social puramente convencional, que reflete crenças típicas de um universo social particular. Por isso, podemos dizer que as estratégias utilizadas na ciência são, ao mesmo tempo, social e intelectual (BOURDIEU, 1991).

Na disputa em torno do jogo, o monopólio pela superioridade da autoridade científica se torna objeto de rivalidade entre os jogadores-atores, entendidos aqui como acadêmicos, instituições de ensino/pesquisa ou até mesmo grupos de autores/ redes de pesquisadores, orientando suas estratégias de ação e relacionamentos.

Esta dinâmica do campo científico não se reflete apenas nas relações de força, lutas, estratégias, e interesses entre os diversos agentes, mas tem implicações diretas nos objetos de estudo e de pesquisa, influenciando, diretamente, o estado da arte do conhecimento em administração. Segundo Bourdieu (1998), há uma hierarquia no que se refere aos objetos de estudo e pesquisa nos domínios intelectuais. Essa hierarquia passa pela definição dominante, por meio de mecanismos ideológicos, do que são temas dignos e indignos de interesse, temas mais ou menos importantes e se organiza em duas dimensões: o grau de legitimidade e o grau de prestígio. A oposição entre objetos dominantes ou legitimados e objetos aspirantes à legitimação revela a polarização do campo que se dá entre agentes individuais e coletivos que ocupam posições opostas relativas à distribuição de um capital específico e que lutam continuamente pelo monopólio da autoridade científica.

Quando esta perspectiva conceitual é tomada como ponto de partida, os campos científicos assumem uma natureza dinâmica, tornando relevante a compreensão dos seus processos de construção. O desaparecimento, emergência e consolidação de temas e objetos de pesquisa são considerados processos-chave da construção do que é

considerado científico num determinado campo, merecendo pesquisas mais aprofundadas.

Esta perspectiva mais dinâmica do processo de construção científica é também privilegiada por outros autores, como Kuhn (1979; 2011). Entretanto, seu trabalho, é fortemente centrado no conceito do paradigma como uma base de orientação conceitual e prática do trabalho do cientista. De fato, para ele, os paradigmas dão aos cientistas uma preparação prévia e lhe fornecem as regras do jogo, indicando que objetivo deve ser alcançado, constituindo-se como uma espécie de parâmetro, uma vez que a natureza é altamente complexa para ser explorada ao acaso (KUHN, 1979; 2011; CHALMERS, 1993). Contudo, mesmo nesse processo orientado de investigação, um cientista pode descobrir novos e inesperados fenômenos, apesar das resistências que podem se apresentar em função das descobertas alterarem as regras do jogo (KUHN, 1979; 2011).

Porém, esses parâmetros para a investigação, isto é, as regras do jogo, não são estabelecidas aleatoriamente. No processo de construção do conhecimento, uma das preocupações da sociologia do conhecimento é entender que funções, manifestadas ou latentes, estão imputadas neste processo: manutenção de poder, promoção de estabilidade, orientação, exploração, controle, obscurecimento de relações sociais reais, dentre outros (MERTON, 1973). Esses questionamentos são pertinentes, uma vez que permitem atribuir ao conhecimento científico um caráter de produção e construção, e não um caráter dado e natural.

O nosso trabalho de campo vai focar no processo de conhecimento na área de estudos organizacionais. No campo brasileiro de Administração, os primeiros periódicos, tais como a Revista de Administração de Empresas (RAE), Revista de Administração Pública (RAP) e Revista de Administração da Universidade de São Paulo (RAUSP), já traziam publicações em Estudos Organizacionais datadas desde os anos 60. Entretanto foi somente em 1985 que a divisão acadêmica “Organizações” foi criada no IX Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa de Administração (EnANPAD).

Trabalhos anteriores de avaliação do conhecimento produzido em estudos organizacionais focam em vários aspectos. Na década de 80, se discute o aumento quantitativo da produção acadêmica e o predomínio do paradigma funcionalista e do enfoque prescritivo em seus trabalhos (MACHADO-DA-SILVA, CUNHA e AMBONI,

1990), apontando, de certa forma, por uma ambiguidade de demarcação entre a administração como campo científico com uma lógica própria de jogo, e a administração como um campo prático e aplicado, estreitamente relacionado com a lógica de profissionalização.

Nos anos 1990, os trabalhos ainda apresentavam foco em problemas práticos, relacionando-se de maneira bem próxima ao mundo concreto das organizações (RODRIGUES e CARRIERI, 2001) apontando ainda para o entrelaçamento das fronteiras entre o campo científico e o campo do saber prático. Além disto, os autores apontam para a inexistência de teorias com base em várias pesquisas realizadas e confronto de perspectivas, afirmando que a produção brasileira se validava a partir da exposição de poucos autores, em geral os mais tradicionais, sobre o objeto estudado.

Deste modo, o monopólio da autoridade científica nas primeiras décadas parece se centrar em uma espécie de conciliação entre a legitimidade pela relevância do saber prático e a legitimidade pela tentativa de consolidação do conhecimento científico dos trabalhos da área.

Nos anos 2000 começa a haver certo predomínio da co-autoria nas publicações, o que chama a atenção para a importância do capital social na construção do conhecimento científico do campo (ROSSONI e GUARIDO FILHO, 2007). A diversidade temática do campo, que a esta época já apresentava considerável crescimento quantitativo, faz com que os autores se reúnam em pequenos grupos coesos (ROSSONI e GUARIDO FILHO, 2007). Como há grande homogeneidade nesses agrupamentos, a imersão em grupos sociais vai condicionar o que é legitimamente aceito como conhecimento científico, uma vez que faz com que haja significados compartilhados (ROSSONI e MACHADO-DA-SILVA, 2007; 2008).

Nestas redes, pesquisadores que ocupam posições mais experientes e centrais atuam como uma força de difusão e de legitimação do conhecimento construído no campo e de intermediação dos pesquisadores mais jovens e entrantes no campo (ROSSONI, GUARIDO FILHO e MACHADO-DA-SILVA, 2008). Assim, a estrutura de relacionamento, associada às posições dos agentes no campo, vai então condicionar a construção do conhecimento científico no campo.

Resumindo, os trabalhos anteriores vêm apontando certas características do processo de construção de conhecimento em estudos organizacionais no Brasil, mas acreditamos que existem outros fatores que influenciam esta dinâmica processual. Nesta pesquisa, considerando as especificidades do processo de construção do campo administrativo brasileiro, assim como tomando como ponto de partida sua conceitualização como um campo científico em construção, investigamos: *como se deu o processo de construção de conhecimento na área de Estudos Organizacionais no Brasil?*

1.1 Objetivos da Pesquisa

Esta tese teve por objetivo analisar como se deu o processo de construção de conhecimento na área de Estudos Organizacionais no Brasil.

Visando o alcance do objetivo acima exposto, tornou-se necessário atingir os seguintes objetivos específicos:

- a. Identificar, a partir de uma ótica longitudinal, a evolução da produção científica dos pesquisadores da área;
- b. Compreender quais são as principais estratégias de legitimidade da contribuição científica apresentadas nos principais artigos científicos – resultado deste processo de construção;
- c. Desvendar como as principais estratégias de legitimidade apresentadas nos artigos se diferenciam retoricamente;
- d. Analisar como os autores estabeleceram e diferenciaram suas estratégias de legitimidade de contribuição científica em suas produções no campo, em diferentes momentos históricos;
- e. Identificar redes de estratégias de legitimidade de contribuição científica x atores (individuais e/ou institucionais) presentes no campo;
- f. Mapear como estas redes influenciaram as posições dos jogadores-atores no campo ao longo da história e como estas influenciaram o processo de construção de conhecimentos em Estudos Organizacionais.

Tendo isso em vista, buscamos compreender o processo de construção do conhecimento científico no campo de Estudos Organizacionais, a partir de uma categorização das estratégias de contribuição científica dos pesquisadores do campo em suas produções (artigos), levantamento de indicadores da área acadêmica e dados bibliométricos. Para tanto, foram avaliados 430 artigos publicados em periódicos nacionais, classificados inicialmente entre os extratos A1 e B2 pelo Qualis Capes, bem como 70 artigos de pesquisadores bolsistas produtividade do CNPq em periódicos internacionais, desde os anos 60 até 2014, permitindo assim uma análise longitudinal do campo de Estudos Organizacionais.

1.2 Suposições do Estudo

O estudo parte da premissa de que a dinâmica presente no campo social da ciência tanto pode influenciar, quanto pode ser influenciada pelo conhecimento, constituindo assim uma relação de mão dupla.

Assim, temos por suposição que a construção do conhecimento científico está intrinsecamente relacionada com a dinâmica do próprio campo científico, definida em termos de processos sociais de conflitos e disputas de recursos, poder e adoção de práticas rotinizadas e institucionalizadas (BOURDIEU, 1983a; 1991). No campo científico as relações de poder e as disputas em torno de um jogo inquestionável estão refletidas na produção do conhecimento, isto é, no modo em que este é construído. Isto significa dizer que o conhecimento é um produto da dinâmica do campo, ele se constitui e se constrói pelo jogo disputado no campo (BOURDIEU, 1991). Não é algo descontextualizado ou apartado das relações de poder presentes ali. Desse modo, autores, temas, teorias, metodologias e objetos de pesquisa surgem, se consolidam ou desaparecem de acordo com a posição, com os capitais e com as estratégias de ação dos agentes individuais e coletivos que fazem parte do campo, num processo de disputa desencadeada pela lógica do jogo inerente a este campo.

É possível mapear, por exemplo, alguns pontos relativos à dinâmica do campo, que influenciam na produção de seu conhecimento, tais como: que temas são pesquisados e por quem são pesquisados, se representam alguma instituição, onde são publicados, que estratégias discursivas de legitimidade contém, como alguns foram descontinuados e outros permanecem em pauta ou que autores e temas foram sendo

pouco a pouco introduzidos no campo. Esse mapeamento pode ser feito mediante uma investigação sobre: 1) a posição dos acadêmicos em estabelecidos e iniciantes no campo; 2) as relações sociais no campo (ROSSONI, 2006; ROSSONI e MACHADO-DASILVA, 2007; ROSSONI e GUARIDOFILHO, 2007); 3) os tipos de capitais manifestados e utilizados no campo (HONG, 2008; BURRI, 2008; KLENK, HICKEY e MACLELLAN, 2010); 4) os diferentes temas abordados; 5) as instituições envolvidas nas publicações e 6) os tipos de discursos que sustentam as estratégias de legitimidade refletidos nas produções (LOCKE e GOLDEN-BIDDLE, 1997), dentre outros.

Adinâmica de construção do conhecimento no campo de Estudos Organizacionais é então desdobrada aqui inicialmente em três dimensões de análise. A primeira se refere às características da produção científica do campo e suas possíveis interrelações e mudanças ao longo do tempo. Supomos que estas interrelações sofrem mudanças em diferentes momentos da história do campo e influenciam e são influenciadas pela formação das duas outras dimensões: as redes de atores do campo e suas estratégias de contribuição científica, que também podem variar ao longo do tempo. O conjunto destas dimensões, produção científica, rede de atores e estratégias de legitimidade da contribuição científica, podem revelar a dinâmica, intrinsecamente relacionada com a disputa do jogo no campo de Estudos Organizacionais, que eventualmente pode também ter sofrido modificações no decorrer de sua história.

1.3 Justificativa da Pesquisa

Há algum tempo o conhecimento do campo administrativo no Brasil já vem sendo estudado, reunindo trabalhos sobre a formação dos administradores (MOTTA, 1983), sobre os saberes administrativos (CURADO, 2001; BARROS *et al.*, 2011), sobre o ensino e estabelecimento dos cursos de graduação em administração (FISCHER, 1984a; 1984b; 1993; 2010; FISCHER, WAIANDT e FONSECA 2011; NICOLINI, 2007; ALCADIPANI e BERTERO, 2012; BARROS, 2011; BARROS e CARRIERI, 2013) e também sobre o ensino e a formação na área de administração pública (NICOLINI, 2003; COELHO 2006; COELHO, OLENSCKI e CELSO, 2010).

A introdução do ensino da administração no Brasil foi feita por meio de acordos de cooperação com os EUA, regulamentados no início dos anos 60, tendo em vista que a formação de recursos humanos seria um requisito fundamental para a promoção do

desenvolvimento do país (FISCHER, 1984a; 1984b). Estes acordos acarretaram na crescente hegemonia estadunidense (BARROS, 2011), sendo os conhecimentos ministrados nos cursos de graduação reformulados e influenciados pelo ambiente intelectual estadunidense da época, marcado pela Guerra Fria e pela preocupação em combater a ameaça comunista (BARROS e CARRIERI, 2013).

Contudo, em análise da influência da Guerra Fria no ensino do management no Brasil a partir do papel dos acordos de cooperação técnica com os Estados Unidos, Alcadipani e Bertero (2012), defendem a tentativa de diferenciação brasileira da hegemonia estadunidense. Especificamente na criação e desenvolvimento da EAESP, os autores argumentam que também houve pluralidade e heterogeneidade na composição da escola, fazendo com que a mesma não se constituísse como uma mera reprodutora dos conhecimentos transferidos dos EUA para o país e apontando para a complexidade dos processos de construção de conhecimento.

Essa assimilação crítica ou adaptação de contribuições teóricas estrangeiras à realidade local ao invés de somente uma repetição ou aplicação direta de um modelo estrangeiro, conforme o conceito de redução sociológica de Guerreiro Ramos (1965) nos leva a compreender processo de construção do conhecimento a partir de uma tentativa de se legitimar pela crítica ou pela diferenciação do conhecimento que vem de fora. Tenta-se, assim, construir um conhecimento local, adaptado, próprio ou particular (CANDLER, 2002), de modo a legitimar a diferenciação pela crítica a um conhecimento considerado alheio ao nosso contexto social ou pela criação de um conhecimento próprio.

A partir da década de 90, houve uma expansão qualitativa e quantitativa no campo, impulsionada pelo crescimento quantitativo de programas de pós-graduação *stricto-sensu*. Essa expansão pode ser verificada pelo aumento em cursos de mestrado e doutorado, criação de novas áreas de ênfase em alguns desses cursos, aumento do número de professores e alunos, incremento da produção científica e técnica dos programas e aumento dos alunos titulados (FISCHER, 1993). No entanto, essa expansão sem precedentes, tem deixado muito a desejar. Nicolini (2007) compara as escolas, estruturadas a partir do ideário da “gerência científica”, a fábricas, e os bacharéis em Administração, a produtos e defende que sem uma formação crítica que questione o conhecimento reproduzido, o ensino de administração continuará o seu processo fabril

de formação de alunos, chamando atenção para a importância de um conhecimento legitimado pela diferenciação.

Na estruturação “científica” do saber administrativo, podemos dizer que o saber prático, aquele adquirido pela experiência e não sistematizado, foi evoluindo para o saber tecnológico (de conhecimento estruturado, transmitido formalmente e que utiliza ferramentas científicas), até se tornar plural (mais contingencial e adepto de diversas metodologias), passando a predominar a partir do início dos anos 90 (CURADO, 2001). Apesar de marginalizado nesta evolução de saberes, o saber prático teve um importante papel na formação do campo administrativo, sobretudo no período anterior ao seu estabelecimento e legitimação como ciência (BARROS *et al.*, 2011).

Nesse sentido, os saberes práticos constituíram-se como um dos fundamentos do conhecimento administrativo, dando início à estruturação do campo. Cabe, assim, pensar que os saberes práticos deram as primeiras bases para a formação do conhecimento administrativo e, pouco a pouco, foram cedendo lugar a um conhecimento mais sistematizado, formalizado e de cunho científico. Contudo, é importante pensar que o saber prático pôde garantir certa validade ao conhecimento administrativo enquanto o campo ainda se iniciava, conferindo-lhe uma legitimidade pela prática.

Na estruturação científica do conhecimento no campo administrativo, muito pouco se discutiu sobre os discursos ou estratégias de legitimidade que os autores apresentam para argumentação/defesa das suas contribuições científicas (LOCKE e GOLDEN-BIDDLE, 1997). A análise dessas estratégias pode nos esclarecer sobre o estado da evolução do campo, uma vez que em campos mais consolidados em termos do ideal científico temos um repertório específico e restrito no que diz respeito aos argumentos utilizados na apresentação dos trabalhos.

Esta tese contribui para compreender o jogo de forças no campo científico, pois trata de recursos discursivos que são utilizados na disputa pelo monopólio da autoridade científica. Em função disto, esses recursos serão entendidos aqui como uma forma de legitimação no âmbito do campo científico, sendo um elemento de análise relevante para nosso trabalho. Outra contribuição da nossa pesquisa dá no sentido de entender como estas estratégias discursivas são manejadas empiricamente, ajustando-se às posições sociais e aos recursos dos agentes que disputam a autoridade no campo.

Além das diferentes formas de legitimação do conhecimento na construção do campo científico de administração, alguns estudos apontam para a importância do papel das relações sociais na construção do conhecimento científico. Rossoni e Guarido Filho (2007), por exemplo, identificaram que a produção científica nas áreas de administração pública, ciência e tecnologia, estratégia e estudos organizacionais, no período de 2000 a 2006, é influenciada pela estrutura de relacionamentos. Em outro estudo, Rossoni e Machado-da-Silva (2007), verificaram como a estrutura de relacionamentos no campo da pesquisa em organizações e estratégia no Brasil, de 1997 a 2005, condiciona a construção do conhecimento científico nesse campo social e condiciona o que é legitimamente aceito no campo científico. Já Guarido Filho (2008), pesquisou a construção da perspectiva institucional nos estudos organizacionais no Brasil, entre 1993 a 2007, que mostrou estrutura cognitiva mais diversificada e estratificada ao longo do tempo, organizando-se em agrupamentos sociais, revelando, assim, um processo recursivo entre as dimensões social e intelectual.

Temos, assim, que a legitimidade do conhecimento científico não se dá somente através de suas características internas, mas também depende de fatores extrínsecos, tal como os relacionamentos sociais da comunidade científica, ou pelo capital social conforme o entendimento de Bourdieu (2004b). Seja ressaltando o papel que os relacionamentos sociais têm na construção de significados e em certa manutenção de esquemas teóricos precedentes, seja compreendendo o capital social no campo a partir de um reflexo da estrutura de classes sociais, é oportuno atentar para os efeitos que as relações sociais podem suscitar, servindo tanto como um fator que pode condicionar o conhecimento quanto uma importante estratégia de ação dos atores no campo.

Assim como as relações sociais, a outro ponto a ser considerado é o papel da agência na produção acadêmica. Rossoni, Guarido Filho e Machado-da-Silva (2008) destacam que a agência possui uma dupla capacidade na produção científica: apresenta um papel emancipador, já que permite a ação, porém, também condiciona a ação do agente, pois suas escolhas tendem a ser guiadas por condutas cognitivas do passado, ao que os autores denominam de paradoxo da agência, uma vez que a mesma via que possibilita a ação também a limita cognitivamente. Em outras palavras, dependendo da configuração da rede de atores e também pela influência de sua capacidade de agência, podemos ter alguns reflexos cognitivos na evolução do campo, seja na continuidade de

legitimação de certos temas ou perspectivas teóricas, seja impedindo que outros possam se estabelecer.

Além do campo de administração, outras pesquisas analisaram a dinâmica das relações de poder em diversos campos científicos, a partir das contribuições de Bourdieu (HONG, 2008; BURRI, 2008; KLENK, HICKEY e MACLELLAN, 2010). Todavia, estudos que abordem esta perspectiva processual sobre o jogo oferecendo uma análise mais longitudinal sobre o campo científico, reunindo elementos como estratégias de legitimação e redes de estratégias de legitimação e de agentes coletivos e individuais ainda não foram explorados no processo de construção do conhecimento no campo acadêmico de Estudos Organizacionais. Apesar dos trabalhos anteriores apresentarem um cunho mais sociológico sobre o conhecimento do campo, optamos pela abordagem de campos, principalmente utilizada por Bourdieu, uma vez que foca na análise do jogo científico. Esta análise é importante aqui devido à influência que o jogo jogado pelos agentes tem no processo de construção do conhecimento ao se relacionar com as suas estratégias de legitimidade de contribuição científica, com as práticas adotadas em suas produções científicas e com o seu posicionamento social no campo. Metodologicamente, também não foram realizados estudos que conciliem análise retórica e análise de redes. Espera-se, assim, contribuir para a compreensão deste processo em Estudos Organizacionais.

Almejamos, por fim, colaborar para o entendimento do processo de construção de um conhecimento que, ao contemplar a articulação entre diferentes dimensões, possa trazer contribuições sobre a dinâmica do jogo no campo de Estudos Organizacionais e, assim, compreender melhor os processos e condições que permitiram a construção de seu conhecimento.

2 A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Neste capítulo são apresentados os enquadres teóricos e definidos os conceitos que servem de referência para a construção da base teórico-analítico desta tese.

2.1 O que é ciência ou *como se faz ciência*? Visão tradicional *versus* visão processual

O debate sobre o que é considerado ou não ciência, isto é, a demarcação científica, tem se preocupado em mapear quais as características essenciais que vão diferenciar a ciência de conhecimentos caracterizados como não científicos (PECI e ALCADIPANI, 2006), ou seja, parte de uma visão mais tradicional de ciência, que foca em características inerentes ao conhecimento científico. Contudo, outras abordagens enxergam o conhecimento científico como resultado de um processo, rotineiro e empiricamente observável, e o observam com o foco não no que a ciência *é*, mas em *como* ela é feita ou construída.

A visão tradicional de ciência, fortemente calcada no positivismo lógico, se baseia nos métodos científicos apoiados na observação empírica, na relação de causalidade (ou validade interna), na possibilidade de mensurar os constructos e replicar a pesquisa e na generalização dos resultados para delimitar a atividade científica (JOHNSON e DUBERLEY, 2000). Esta abordagem também contou com a influência do positivismo crítico de Popper, que propôs o critério de falseabilidade – ou refutação – para a demarcação do que é ou não ciência (JOHNSON e DUBERLEY, 2000; PECI e ALCADIPANI, 2006).

Esta visão impulsionou trabalhos em Administração como os de Sutton e Staw (1995), sobre o que não é uma teoria, e Whetten (1989) sobre o que constitui uma contribuição teórica. Assim, parte-se de uma abordagem do que se constitui o conhecimento científico, delimitando suas fronteiras em relação a outros conhecimentos ou atividades que não devem ser considerados científicos, privilegiando este conhecimento como superior aos demais.

Já numa visão alternativa de natureza construtivista, a atenção se dirige para o processo de construção da ciência, isto é, para as práticas que marcam o processo de produção científica. Aqui, o importante não é determinar condições teórico-metodológicas nem delimitar o que é ou não o conhecimento científico, mas sim

compreender a partir de que práticas, relações e processos ele é construído, já que estes influenciarão também seu resultado final – o conhecimento científico propriamente dito.

No âmbito da sociologia do conhecimento, o termo “conhecimento” está relacionado ao “saber”, sendo interpretado de diversas formas, incluindo ideias, rotinas, ideologias, convicções éticas e jurídicas, filosofia, ciência, tecnologia, dentre outros. Nesta perspectiva, não existe uma hierarquia do “saber”, no qual a ciência assume uma posição superior. De fato, a sociologia do conhecimento está primariamente orientada no estudo das relações entre o conhecimento e outros fatores existentes na sociedade e na cultura que influenciam sua produção. Assim, Merton (1973) entende o conhecimento como relacionado a outros fatores externos, ou seja, inserido “no âmbito de um complexo definido de condições sociais e culturais” (MERTON, 1973, p. 8), o que significa que a base social e cultural pode ser entendida como uma lente teórica, por meio da qual compreendemos o processo de construção de um conhecimento.

A partir desta perspectiva, surgem uma série de estudos de sociologia da ciência (MERTON, 1973; 1979; KUHN, 2011; BOURDIEU, 1997; 2004b; GIERYN, 1983; LATOUR e WOOLGAR, 1997; LATOUR, 2000; KNORR-CETTINA, 1999; PICKERING, 1992). Para esta perspectiva o termo “ciência” também é bastante amplo e designa uma diversidade de coisas que até estão relacionadas, mas que são distintas. De acordo com Merton (1979), o termo pode ser usado para indicar um conjunto de métodos característicos pelos quais podemos comprovar os conhecimentos científicos; pode indicar um conjunto de conhecimentos acumulados pela aplicação destes métodos (teorias, leis, uniformidades); pode indicar uma reunião de valores e costumes culturais que regem as atividades científicas (*ethos* científico); ou ainda uma combinação dos itens anteriores. Cabe ressaltar que a sociologia da ciência não trata dos métodos científicos pelos quais aplicamos e validamos um conhecimento, como acontece na visão tradicional de ciência, mas sim nos costumes que o cercam, isto é, na estrutura cultural da ciência (MERTON, 1979). Assim, esta abordagem também coaduna com uma visão mais construtivista e processual da ciência, posto que seu olhar está direcionado para as práticas sociais e culturais presentes no processo científico que revelarão como a ciência é feita e não o que ela é.

Esta estrutura cultural, ou *ethos* científico, é uma combinação de valores e normas estabelecidas e consideradas como uma obrigação moral para os cientistas.

Expressam-se por meio de prescrições, preferências e permissões que se legitimam na relação com valores institucionais e se transmitem pelo preceito e pelo exemplo, sendo reforçados por meio de sanções. São assimilados em diferentes graus pelos cientistas e formam sua consciência científica.

Para Merton (1979), a meta institucional da ciência é a ampliação dos conhecimentos validados, isto é, considerados científicos. Desta meta, e também dos métodos, derivam os imperativos institucionais da ciência. Estes imperativos até têm uma explicação racional em termos de metodologia, contudo, são moralmente obrigatórios, não apenas por sua eficácia nos procedimentos, mas também por serem considerados justos e certos e, portanto, inquestionáveis. São, portanto, um conjunto de prescrições morais e técnicas. Nesse sentido, esses imperativos têm relação com o jogo do qual fala Bourdieu (2004b), uma vez que se trata de práticas inquestionáveis próprias de um campo científico. Segundo Merton (1979) quatro imperativos institucionais compreendem o *ethos* da ciência moderna: universalismo, comunismo, desinteresse e ceticismo organizado.

O universalismo se expressa na necessidade das pretensões à verdade serem submetidas a critérios impessoais preestabelecidos. Esta objetividade serve para impedir tentativas de impor critérios particulares de validade. Todavia, como a ciência está inserida em um âmbito maior de estrutura social, quando este universalismo se opõe à cultura maior, o *ethos* científico sofre fortes tensões. Mas o universalismo pode também perder seu caráter objetivo e impessoal caso os cientistas se oponham à participação de determinados grupos sociais ou culturais, impedindo-os fazer parte do meio científico. Assim, para Merton (1979), quanto mais democrática for uma sociedade, mais haverá espaço para o exercício de critérios objetivos na ciência.

O comunismo, no sentido de bem comum a todos, também compõe o *ethos* científico. Refere-se à herança comum, ao caráter de colaboração social ao qual estão destinadas as descobertas científicas, dado que não há propriedade exclusiva nem direitos especiais sobre os usos de uma lei ou teoria. O caráter de domínio público da ciência se baseia na comunicação de seus resultados, tendo o cientista a obrigação moral de compartilhar seus achados.

A atividade científica também inclui o desinteresse como elemento institucional básico. Todavia, este desinteresse é uma imposição da instituição científica e cabe ao

cientista conformar-se, sob pena de sanções e conflitos psicológicos. Para Merton (1979), a exigência de desinteresse se fundamenta no caráter público e testável da ciência, já que haverá em algum momento uma prestação de contas à comunidade científica. Assim, práticas que guardem algum tipo de interesse que não seja a promoção científica, como a promoção pessoal, por exemplo, são ineficazes. O autor até reconhece a existência de competição e rivalidades no campo da ciência, mas ressalta que as práticas ilícitas não encontram espaço para se manifestarem na pesquisa científica.

Por fim, há o ceticismo organizado, que está inter-relacionado com os outros elementos do *ethos* científico, sendo uma imposição metodológica e institucional. Pode colocar a ciência em conflito com outras instituições, uma vez que para o pesquisador não deve haver separação entre o que exige respeito sem crítica ou questionamentos e aquilo que se pode ser objetivamente analisado. Este conflito é acentuado sempre que a ciência aplica suas pesquisas em áreas nas quais há atitudes e convicções fortemente institucionalizadas, como, por exemplo, o campo religioso, ou quando essas áreas ampliam seus domínios (MERTON, 1979).

Cabe observar que esses imperativos institucionais estão mais próximos a imperativos ideais de ciência, pois representam e compreendem a atividade científica ocorrendo de forma pura, como se o campo científico estivesse insulado de outros campos. Contudo, merecem ser destacados devido à natureza específica do campo e do *ethos* científico, nos quais estes elementos possuem considerável importância.

Merton não optou por examinar como fatores sociais influenciam partes específicas da ciência, mas sim por examinar como fatores sociais influenciam a ciência em um sentido mais amplo. Sua tese apresenta dois focos. O primeiro se refere a porque a ciência emergiu tão fortemente no terceiro quarto do século XVII na Inglaterra e porque uma instituição particular, como a ciência, faz bem a uma sociedade em um determinado tempo. O primeiro foco se refere ao fato de que a ciência floresce em sociedades nas quais a atividade científica é altamente considerada pela sociedade em geral e no século XVII o prestígio da ciência na Inglaterra foi influenciado pelo Protestantismo, que dominava o país. Merton, assim como Weber fez com o capitalismo, mostrou como o Protestantismo criou o tipo de estrutura de caráter que levou ao apoio das atividades científicas. O segundo foco trata do que o autor chama de focos de atenção, ou temas de pesquisa – os tópicos sobre os quais os cientistas concentram sua

atenção – e demonstra que os cientistas são fortemente influenciados por práticas relativas à época em que vivem.

Este segundo ponto – o foco de atenção – se tornou uma preocupação padrão na sociologia da ciência (COLE, 2004). Estes focos de atenção revelam que o desenvolvimento do conhecimento científico é influenciado não só por forças intra, mas também extra-científicas, isto é, a ciência se insere em um contexto social que permite sua emergência e institucionalização, legitimidade e consolidação (MERTON, 1973) e por outro lado seu próprio questionamento e problematização.

Todavia, outros começaram a destacar aspectos sociais e institucionais que influenciam o processo de construção de conhecimento e evidenciam a disputa no campo, evidenciando o caráter ideal dos imperativos institucionais de Merton (1973). Mulkay (1976) expõe que, muito embora uma contribuição de qualidade para o conhecimento científico seja valorizada, ocorre, ao menos na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, a constituição de uma elite no campo acadêmico, que acaba por receber maior reputação profissional, independente de sua contribuição para o conhecimento. Uma das características desta elite é que seus membros tendem a ser um *cluster* dentro de poucas e seletas universidades. Por isto, muitas vezes o reconhecimento dos membros desta elite se dá devido ao prestígio das universidades as quais estão afiliados.

A elite científica é produto de uma série de processos que operam dentro da comunidade acadêmica e dentro do sistema universitário, pelos quais o reconhecimento profissional de uma realização científica se torna distribuído de forma marcadamente desigual. Os membros desta elite tendem a ser aqueles que demonstram o maior compromisso com um *ethos* em que a busca pelo conhecimento científico é o maior objetivo (MULKAY, 1976).

Kuhn (1979; 2011), em outra análise sociológica, também questiona a ideia de um cientista estritamente objetivo, fiel aos fatos e sem concepções. Esta ideia, segundo ele, serve apenas para fazer do discurso científico um poderoso elemento na propaganda de produtos, sobretudo nos Estados Unidos. Não é que a atividade científica não tenha em si objetividade, mas é que o cientista individual não a tem. Para o autor, apesar de refrear os progressos científicos, o preconceito e a resistência também compõem a ciência e são requeridos para que esta atividade tenha continuidade e vitalidade, constituindo o que Kuhn chamou de dogmatismo das ciências maduras.

Contudo, o preconceito e a resistência de que fala Kuhn (1979) não se referem a predisposições individuais, mas sim a características da comunidade científica que apresenta o processo de treinamento do trabalho científico como algo profundamente enraizado, no qual fortes convicções anteriores às investigações são necessárias para o sucesso da atividade científica.

Além dos clássicos acima analisados, existem muitos estudos na área de ciência e tecnologia que compartilham as mesmas premissas processuais de construção do conhecimento científico. Nessas abordagens mais processuais e construtivistas, as características sociológicas das comunidades científicas desempenham um importante papel. Existem também outras contribuições que buscam compreender o processo de construção de conhecimento científico como a teoria ator-rede (CALLON, 1986; LATOUR, 1992; 2005), sociabilidade centrada em objetos (KNORR-CETTINA, 1997) entre outros tantos estudos emergentes na sociologia de ciência e tecnologia. Buscamos aqui apenas destacar a longa tradição construtivista nos estudos da ciência e optamos, neste trabalho, pela abordagem de Pierre Bourdieu, complementada pela perspectiva de Fligstein e McAdam (2011; 2012), para analisar a construção do conhecimento no campo científico, por apresentar uma análise mais complexa e dinâmica sobre este processo, reunindo diversos elementos em um esquema teórico consolidado e articulado.

2.2 Campo e Campo Científico: Dinâmica e elementos

Longe de configurar-se como uma ciência suprema, a sociologia, através da sociologia da ciência, nada mais é que a razão científica que se volta sobre sua própria gênese em termos que lhe permitam tornar-se o objeto de uma resposta científica (BOURDIEU, 1991). A fim de chegar até essa resposta, Bourdieu constrói um arcabouço teórico sobre o campo científico – mas diferentemente de Merton, sustentado empiricamente – que congrega diversos conceitos, alguns dos quais analisados em trabalhos anteriores, conforme veremos mais adiante.

O campo da ciência é considerado um campo social como outro qualquer, que apresenta relações de forças, lutas, estratégias, interesses e ganhos (BOURDIEU, 1983a). É um lugar, um espaço de jogo de uma luta concorrencial pelo monopólio da autoridade científica, entendida como a junção da capacidade técnica e do poder social, e

da competência científica, isto é, a capacidade de falar e agir legitimamente, socialmente outorgada a um determinado agente do campo. Como o conceito de campo é mais amplo, cabe discuti-lo primeiramente, a fim de compreender depois a natureza do campo científico.

2.2.1 Campo

Os campos podem ser entendidos como microcosmos sociais relativamente autônomos (BOURDIEU, 2004b; DAVIS e MARQUIS 2005; EMIRBAYER e JOHNSON, 2008; GREENWOOD, SUDDABY e HININGS, 2002). Levando-se em conta que o conceito de campo foi formulado por Bourdieu para tratar as produções culturais (a arte, a literatura, a ciência, a filosofia, *etc.*), é preciso antes esclarecer que a compreensão destas produções pode ter duas interpretações: uma interna e outra externa. A primeira entende que para compreender qualquer que seja a produção cultural é preciso conhecer o texto, isto é, o produto, seja ele científico, artístico, literário ou filosófico. Já a segunda, entende que as obras devem ser interpretadas em relação ao mundo social ou mesmo ao mundo econômico, relacionando o texto ao contexto. É para escapar a essa dicotomia texto-contexto que o autor formula o conceito de campo. O campo seria então um universo intermediário, no qual estão inseridos agentes e instituições que o produzem, reproduzem e difundem suas obras. É um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais relativamente específicas. Assim, o campo é um espaço relativamente autônomo, ou seja, um microcosmo regido por leis próprias, que não são necessariamente as mesmas leis sociais do macrocosmo do qual faz parte. A noção de campo permite romper com referências vagas, tais como “contexto”, “meio”, “fundo social” (BOURDIEU, 2004a).

Um campo é a padronização de forças objetivas que se impõem sobre todos os que dele participam. É um espaço de conflito e competição, visando o monopólio sobre os diferentes capitais e tipos de autoridade (MISOCZKY, 2003). Trata-se de uma ordem social construída de nível meso, em que atores (que podem ser individuais ou coletivos) estão em interação e disputa uns com os outros, baseados no entendimento comum sobre os objetivos do campo, sobre as relações com outros campos e sobre as regras que legitimam a ação no campo (FLIGSTEIN, 2003; FLIGSTEIN e MCADAM, 2011; 2012). Os campos são assim arenas construídas socialmente dentro das quais atores com

variadas dotações de recursos disputam por vantagens. (BOURDIEU e WACQUANT, 1992; EMIRBAYER e JOHNSON, 2008; MARTIN, 2003). Por serem uma rede de relações sociais, de sistemas estruturados de posições sociais dentro dos quais lutas e manobras ocorrem sobre recursos, participações e acessos, por isso é sempre relacional, dinâmico, contingencial e mutável. Em função disso, o campo não pode ser entendido como um sistema, que, em geral, apresenta características tais como função comum estabelecida, coesão interna e auto-regulação, já que são lugares de lutas e mudanças contínuas (EVERETT, 2002).

Quatro categorias de entendimento compartilhado são críticas para a interação entre os atores em um campo estabelecido. A primeira é a compreensão compartilhada e geral do que está acontecendo no campo, isto é, do que está em jogo. A segunda diz respeito a quem ocupa posições de mais ou menos poder no campo. A terceira se refere à natureza das regras no campo, fazendo os atores compreenderem quais táticas são possíveis, legítimas e interpretáveis para cada um dos papéis no campo, isto é, que formas de ação e organização são vistas como legítimas e significativas dentro do campo. Por fim, há as amplas estruturas interpretativas que os atores individuais e coletivos trazem para dar sentido ao que os outros atores estão fazendo no campo, observando o movimento das outras pessoa a partir de sua própria perspectiva. Assim, enquanto alguns atores se movimentam, outros atores os interpretam, consideram suas opções e agem em resposta (FLIGSTEIN e MCADAM, 2011; 2012).

O processo de emergência de um campo é comparado a uma arena ocupada por dois ou mais grupos cujas ações são voltadas entre si, mas que ainda têm de desenvolver uma concepção de controle para estabilizar as relações de campo (FLIGSTEIN, 2003). Grupos apressam-se em organizar um novo espaço social, oferecem enquadramentos culturais alternativos para a forma de organizar o espaço e tentam usar os recursos externos nos quais podem apoiar-se para construir coalizões exclusivas com outros grupos. Novos espaços sociais são, dessa maneira, oportunidades políticas, lacunas onde os atores passam a acreditar que podem organizar algum novo campo social. Esse processo assume a forma de uma onda de organizações para tentar assumir o controle desse espaço através da construção de uma estrutura e possível coalizão política para controlar o espaço (FLIGSTEIN, 2003).

A modificação de sua estrutura se dá pela alteração nas formas de poder (tipos de capital). Os limites de um campo podem se tornar objetos de disputa dentro do próprio campo. Há um movimento de diferenciação entre os participantes e seus “rivais”, a fim de reduzir a competição e de estabelecer certo monopólio sobre um subsetor específico dentro do campo. Assim, os limites do campo são determinados de modo empírico e de acordo com cada situação (MISOCZKY, 2003) e suas fronteiras não são fixas, mas mudadas dependendo da definição da situação e das questões em jogo (FLIGSTEIN e MCADAM, 2011; 2012).

Todo campo deve ser entendido como um campo de forças e de lutas para manter ou para transformar esse mesmo campo de forças. Essas relações de forças implicam em leis imanes e probabilidades objetivas, que orientam o “sentido do jogo”, mas elas próprias também estão em jogo (BOURDIEU, 2004b). Se muitas das condições no campo não estão estabelecidas ou se o poder relativo aos atores está equalizado, há uma possibilidade para certa reconfiguração para disputa de vantagens. Todos os significados no campo podem ser reformulados, inclusive sobre o que é o objetivo do campo, sobre que posições os atores ocupam, sobre quais as regras do jogo, e sobre como os atores entendem o que os outros estão fazendo. Assim, é possível que uma ordem totalmente nova apareça com a redefinição das posições dos jogadores, das regras do jogo e dos objetivos primordiais de um campo de ação estratégica (FLIGSTEIN e MCADAM, 2011; 2012).

É nesse sentido que a noção de campo apresenta também uma ideia de mudança e dinamismo, pois um campo é um espaço constante de lutas que buscam transformá-lo: não há limites rígidos, mas sim flexíveis, abrindo potencialidades e disputas dentro do próprio campo. A mudança é uma condição inerente ao campo, pois os tipos de capital e as posições dos agentes são constantemente contestados (MISOCZKY, 2003). Mesmo campos estáveis podem ver mudanças graduais nas posições que os atores ocupam no campo, nas regras do jogo e como os atores são organizados para manter suas posições no campo. Uma implicação de ver o conflito e mudança como algo muito mais comum do que a visão predominante de campos estabelecidos é que a natureza exata de qualquer acordo é em si uma variável contínua que perpassa todos os pontos abertos à disputa para todos aqueles que estão estabelecidos (FLIGSTEIN, 2003).

2.2.2 O Campo Científico

O campo científico se caracteriza por um jogo que não pode nem deve ser questionado: a disputa pelo monopólio da autoridade científica, isto é, por um conhecimento científico tido como superior aos demais (BOURDIEU, 2004b). Contudo as próprias condições de acesso ao jogo científico (propriedades que funcionam como capitais) estão em questão. No campo científico, por exemplo, a publicação “trivial” foi dando lugar à publicação em periódicos com alto fator de impacto substituindo a regra anterior de acesso ao jogo.

A disputa pela autoridade científica permanece oculta ou tácita, já que os cientistas estão em estado de *illusio*, que significa estar preso ao e pelo jogo e acreditar que vale a pena jogar (BOURDIEU, 2004b). Nesta disputa, os cientistas precisam impor sua definição de ciência, suas escolhas de problemas e as metodologias mais adequadas a um objeto. Desta maneira, a definição de ciência em um determinado campo é produto do jogo de forças entre as posições tomadas pelos cientistas e instituições científicas.

O campo científico produz e supõe uma forma específica de interesse, o que significa dizer que a prática científica não é uma prática desinteressada. Como as práticas estão orientadas para a autoridade científica, envolvendo assim prestígio e reconhecimento, o interesse por uma atividade ou disciplina tem um caráter duplo, com dois lados inseparáveis: um interno e um externo. Internamente há o interesse que é próprio do cientista e de suas motivações e externamente há o interesse que é motivado pelos outros, fazendo com que haja reconhecimento do trabalho como algo importante e interessante, além de fazer aparecer aquele que o produziu. Dessa forma, o lucro simbólico que o estudo de problemas considerados importantes pode trazer ao pesquisador, faz com que haja uma maior tendência à concentração neles (BOURDIEU, 1983a). Não há escolha científica que não constitua, em um ou outro de seus aspectos, uma estratégia social de investimentos destinada a maximizar o lucro específico, inseparavelmente político e científico, fornecido pelo campo (BOURDIEU, 1991).

Todavia, o interesse no campo científico, também chamado de *illusio* (BOURDIEU, 2004b), aparece como uma espécie de interesse desinteressado, gratuito e “puro”, mas simbolicamente compensador, que admite que o jogo científico merece ser jogado e define os objetos dignos de interesse e investimento no campo (BOURDIEU, 2004b). Essa forma específica de interesse é produzida pelo próprio funcionamento do

campo científico e aparece como “desinteressada” somente em comparação com interesses produzidos por outros campos, tais como o econômico, por exemplo (BOURDIEU, 1991).

Há, no campo científico, uma diferença entre publicidade e publicação. A primeira vulgariza o trabalho científico ao recorrer, por exemplo, à imprensa cotidiana para divulgação de pesquisas, atraindo a reprovação dos pares-concorrentes. Desta maneira, recorrer a uma autoridade externa ao campo atrai a reprovação dos pares, o que significa que somente os cientistas envolvidos no jogo científico devam ser os responsáveis em avaliar uma obra científica e seus méritos ou deméritos. Assim, além de lutar pelo reconhecimento de seu produto, isto é, seu trabalho, um agente deve também lutar por sua própria autoridade no interior do campo. Em geral, esta autoridade está relacionada com a própria definição do que está em jogo na luta científica, especialmente a delimitação dos problemas, os métodos e os modos de expressão que podem ser considerados científicos. Em outras palavras, faz parte do próprio jogo científico a imposição de uma definição de ciência pelos agentes dominantes que consiste em ter, ser e fazer aquilo que estes agentes têm, são e fazem, de modo a favorecer-lhes (BOURDIEU, 1991).

Assim como os campos são universos sociais intermediários, o campo científico também se constitui com uma alternativa à ciência pura, que desconsidera qualquer necessidade social, e à ciência escrava, regulada pelas demandas político-econômicas. As demandas do campo científico seriam, então, independentes de pressões externas, que só poderiam ser mediadas conforme o nível de autonomia do campo científico: quanto mais autônomo, maior a capacidade de refração e de retradução que o campo tem sobre essas demandas; quanto menos autônomo é o campo, menor suas chances de se proteger contra problemas políticos que o afetarão diretamente (BOURDIEU, 2004b).

O grau de autonomia de um campo científico está diretamente relacionado ao grau de necessidade de recursos econômicos que ele necessita para se concretizar. Mas também se relaciona ao grau de controle de entrada de membros recém-chegados e da capacidade de imposição de sanções positivas ou negativas (BOURDIEU, 2004b). Além do mais, quanto mais autônomo é um campo científico, maior é sua probabilidade de só ter como clientes os seus próprios membros (BOURDIEU, 1983a). Isso implica em que um agente só pode obter prestígio, reputação ou autoridade por meio do reconhecimento

dos outros agentes do campo, que, uma vez sendo seus concorrentes, são os menos indicados para proceder a este reconhecimento sem algum tipo de discussão. E quem almeja se tornar qualificado no campo, não deve somente se diferenciar daqueles que já foram reconhecidos, mas obrigatoriamente integrar as colaborações dos concorrentes ao trabalho que busca a distinção.

A estrutura do campo científico é definida, em cada momento, pelo estado das relações de poder entre os protagonistas que estão em luta, ou seja, pela estrutura de distribuição do capital específico (em seus vários tipos) que os agentes têm acumulado no curso de lutas anteriores. É esta estrutura, que atribui a cada cientista suas estratégias e posições científicas, além das chances objetivas para o seu sucesso, dependendo da posição que ele/ ela ocupa na mesma. A estrutura da distribuição deste capital se encontra na base das transformações do campo científico e se manifesta por meio das estratégias de conservação ou de subversão da própria estrutura. As transformações nas práticas científicas são compreendidas ao se relacionar as diferentes estratégias científicas com a importância do capital possuído, que define as estratégias mais “adequadas” de investimento ou desinvestimento (BOURDIEU, 1983a).

2.2.3 Posições e Tomadas de Posições

As posições também são outro fator considerado na dinâmica do campo e podem ser tomadas por agentes individuais ou coletivos - indivíduos, redes sociais, grupos sociais e instituições - bem como por organizações formais (SWARTZ, 2008). Os campos estabelecidos são ocupados por dominantes e dominados (BOURDIEU, 1991), ou incumbentes ou desafiadores (FLIGSTEIN, 2011; 2012), dois conjuntos de atores que tencionam usurpar, excluir e estabelecer monopólios sobre os mecanismos de reprodução do campo e seus tipos de poder efetivos.

Incumbentes ou dominantes são aqueles atores que detém influência desproporcional dentro de um campo e seus interesses e visões tendem a estar fortemente refletidos na organização dominante do campo. Deste modo, os objetivos e a estrutura do campo são adaptados para seus interesses e as posições são definidas pelas suas reivindicações de partilha de recompensas materiais e de status. As regras do

campo tendem a favorecê-los e os sentidos compartilhados tendem a legitimar e suportar suas posições privilegiadas dentro do campo.

Desafiadores ou dominados, por outro lado, ocupam posições menos privilegiadas dentro do campo e comumente exercem pouca influência sobre as operações. Enquanto eles reconhecem a natureza do campo e da lógica dominante dos outros atores, podem articular uma visão alternativa e suas posições nele. Isso não significa, contudo, que estes atores estejam em franca revolta contra as desigualdades do campo ou que ofereçam agressivamente lógicas de oposição. Pelo contrário, na maior parte do tempo, os desafiadores se apresentam como conformados à ordem estabelecida, apesar de o fazerem a contra gosto, tirando do sistema o que este pode lhe dar e esperando novas oportunidades para desafiar sua estrutura e lógica (FLIGSTEIN e MCADAM, 2011; 2012).

A estrutura de incumbentes e desafiadores depende da natureza do campo de ação estratégica. Grupos de incumbentes podem moldar um acordo informal para partilhar o campo. Por sua vez, os desafiadores podem tentar tirar vantagem da sua dependência de recursos através de “contratos” com grupos mais dominantes.

Além destes atores, muitos campos possuem unidades internas de governança (*governance units*) (FLIGSTEIN e MCADAM, 2011; 2012), que são encarregadas de supervisionar o cumprimento das regras do campo e facilitar o bom funcionamento geral e a reprodução do sistema. Essas unidades são internas ao campo e se diferenciam de estruturas externas do estado que estabelecem jurisdição sobre todos ou sobre algum aspecto do campo. É importante notar que tais unidades de governança trazem a marca da influência dos mais poderosos incumbentes do campo e as ideias são usadas para justificar sua dominância, legitimando e “naturalizando” a lógica e as regras do campo. Nesse sentido, essas unidades geralmente não servem como árbitros neutros de conflitos entre incumbentes e desafiadores, mas reforçam a perspectiva dominante e protegem os interesses dos incumbentes.

Os atores individuais ou coletivos se distinguem uns dos outros dentro do campo por meio de simbólicas e significativas tomadas de posições como, por exemplo, afirmações, ações, argumentos e produtos, os quais derivam seu significado de forma relacional a partir das posições que ocupam, definidas em função das diferentes quantidades e tipos de capitais que possuem (EMIRBAYER e JOHNSON, 2008).

Ambas devem ser analisadas em conjunto. Deve-se notar que as tomadas de posições de qualquer nível são ditadas por regras formais das instituições nas quais estão inseridos os agentes, variando em termos de rigor e abrangência, portanto, devem ser analisadas, adicionalmente, por seu cumprimento ou oposição a tais regras.

O *habitus* pode influenciar a tomada de posição dos atores. Como o *habitus* é um sistema de disposições condicionado pela origem social e trajetória subsequente, ele gera um senso de tomadas de posições possíveis, isto é, um espaço de possibilidades, abrindo aos atores um determinado campo de atuação. Graças à experiência coletiva e individual incorporada ao *habitus*, um agente experimenta certa tomada de posição como possível. Ao mesmo tempo, o *habitus* estrutura a percepção de algumas destas possíveis tomadas de posição como mais adequadas ou desejáveis que outras (EMIRBAYER e JOHNSON, 2008).

Cabe ressaltar que mesmo em situações estabelecidas, agentes menos poderosos podem aprender como tirar maior proveito do que o sistema pode lhe oferecer e melhorar suas posições, podendo provocar mudanças incrementais no campo (FLIGSTEIN e MCADAM, 2011). Por fim, é importante esclarecer que o posicionamento no campo se estrutura em função da posse dos capitais valorizados neste, ou seja, é o conjunto de capitais apresentado pelos atores que definirá seu posicionamento no campo, conforme veremos adiante.

2.2.4 Posições e Tomadas de Posições no Campo Científico

Na luta desigual do campo científico, dominantes ou incumbentes e dominados ou desafiadores, utilizam estratégias opostas de atuação, que se dão conforme sua posição no campo. Os dominantes se valem das estratégias de conservação a fim de assegurar a perpetuação da ordem científica estabelecida, inculcando o *habitus* científico a todos os novatos do campo e impondo os critérios dominantes para o que deve ser considerado uma produção científica. O capital específico, adquirido em lutas anteriores, que orienta as estratégias de conservação inclui dois componentes.

O primeiro é o capital da autoridade estritamente científica, que repousa sobre o reconhecimento concedido pelos pares-competidores para a competência atestada em sucessos específicos, em geral a busca de soluções consideradas legítimas para

problemas legítimos dentro do estado do campo científico em questão. O segundo é o capital da autoridade social que dentro do campo científico tende a se tornar legitimado apresentando-se como razão técnica (BOURDIEU, 1991). Já os novatos têm a possibilidade de seguir um caminho mais seguro por meio das estratégias de sucessão, garantindo-lhes uma carreira previsível e com os devidos lucros oriundos de inovações científicas restritas aos limites autorizados, ou ainda seguir, via estratégias de subversão, um caminho mais arriscado que trará lucros somente se houver redefinição da lógica de legitimação da dominação. Assim, é o posicionamento que determina a cada agente suas estratégias, além do nível de ordem científica estabelecida no campo. (BOURDIEU, 1991; EMIRBAYER e JOHNSON, 2008; HONG, 2008).

As diferentes posições no campo científico estão associadas às representações da ciência, isto é, estratégias ideológicas disfarçadas em posições epistemológicas através das quais os agentes visam justificar suas posições e as estratégias que utilizam para se legitimar (BOURDIEU, 1983a). São os agentes que criam o espaço, por meio das relações objetivas que estabelecem entre si (BOURDIEU, 2004b). É a estrutura destas relações que determina o que esses agentes podem ou não fazer, ou melhor, a sua posição nesta estrutura. Assim, só ciente de sua posição é que podemos entender de onde um agente fala.

2.2.5 Capitais

Os capitais são recursos de poder que possibilitam o posicionamento dos agentes em determinado campo (SWARTZ, 2008) e foram formulados por Bourdieu (1998) sob diversas formas - linguístico, social, econômico, dentre outros - inicialmente para compreender o campo da educação. Com o tempo, foram aplicados para o estudo de outros campos, como, por exemplo, o campo artístico e cultural. Não são somente materiais, mas abrangem uma ampla gama de recursos de poder (SWARTZ, 2008) e a seguir discutiremos os diversos tipos de capitais, dando maior ênfase aos que serão mais utilizados na análise do campo científico.

O capital econômico se refere à propriedade privada dos meios de produção (BOURDIEU, 2011) revelando-se sob a forma de diferentes fatores de produção (terras, fábricas, trabalho) e do conjunto de bens econômicos (renda, dinheiro, patrimônio, bens

materiais). O capital econômico pode ser acumulado, reproduzido e ampliado por meio de estratégias específicas de investimento econômico e também pode ser obtido através de outras vias, tais como investimentos educacionais e formação ou manutenção de relações sociais que possibilitem o estabelecimento de associações economicamente úteis, a curto e longo prazo (BOURDIEU, 1989).

O capital linguístico é adquirido primariamente através da família e é manifestado e medido através do estilo linguístico, que fica evidenciado pela habilidade para demonstrar competência no uso da linguagem acadêmica/ científica ou burguesa e na habilidade de decifrar e manipular as complexas estruturas linguísticas inerentes a cada campo. Desse modo, sua transmissão segue o mesmo princípio da transmissão do capital cultural, dando-se através das gerações (EVERETT, 2002; BOURDIEU, 1991).

A competência linguística medida por critérios acadêmicos depende, assim como outras dimensões do capital cultural, do nível de educação (medido em termos de qualificações obtidas) e da trajetória social. Uma vez que o domínio da linguagem legitimada se adquire através da familiarização ou através da inculcação de regras explícitas, os dois principais fatores de produção desta competência linguística são, respectivamente, a família e o sistema educacional (BOURDIEU, 1991).

As propriedades que caracterizam a competência linguística podem ser resumidas em duas palavras: distinção e correção (BOURDIEU, 1991). Palavras que se tornam popularizadas perdem seu poder discriminatório e, portanto, tendem a ser percebidas como intrinsecamente banais, comuns e fáceis, ou simplesmente como desgastadas. Já a palavra performada no campo literário produz a aparência de uma linguagem original pelo recurso a um conjunto de derivações cujo princípio comum é o desvio a uma linguagem mais frequente, isto é, comum, ordinária e vulgar. Assim, o valor de uma linguagem surge pelo desvio, deliberado ou não, em relação aos usos linguísticos mais difundidos, os “lugares-comuns”, as frases triviais, as expressões vulgares e o estilo fácil.

Considerando que o campo científico requer uma produção acadêmica escrita e oral, este capital se torna importante na medida em que o domínio da linguagem é fundamental na composição de argumentos e na defesa de ideias, sobretudo nas ciências sociais.

Mas além da distinção linguística, a compreensão e o domínio da linguagem envolvem obrigatoriamente seu uso social, uma vez que se trata de uma práxis (BOURDIEU, 1983b). A competência linguística torna-se, assim, uma competência prática, pois:

A competência prática é adquirida em situação, na prática: o que é adquirido é, inseparavelmente, o domínio prático da linguagem e o domínio prático das situações, que permitem produzir o discurso adequado numa situação determinada (BOURDIEU, 1983b, p.3).

A questão que se coloca sobre a linguagem não é a possibilidade de construir infinitas frases gramaticalmente coerentes, mas sim a de utilizar, de forma coerente e adaptada, infinitas frases em infinitas situações. O que importa, assim, são as condições de utilização adequada das possibilidades infinitas que a gramática oferece (BOURDIEU, 1983b).

Diferente da competência erudita, aprendida na escola, a competência prática da linguagem é adquirida nas situações práticas, que permitem a composição de um discurso adequado a cada momento, isto é, o domínio prático da linguagem e das situações mais apropriadas para a utilização dos diferentes discursos. Assim temos que o discurso científico está associado a um contexto específico, o contexto acadêmico, e é desenvolvido e aperfeiçoado neste meio.

Outra questão sobre a linguagem são as condições sociais de possibilidade da produção e da circulação linguística. Em outras palavras, significa que as características mais importantes de um discurso se devem às relações de produção linguísticas nas quais ele é produzido. Essas relações dependem da estrutura do campo linguístico, que é uma expressão particular da estrutura das relações de forças entre os grupos sociais. Desse modo, as interações linguísticas estão condicionadas pelas relações de forças entre os grupos sociais e seus interlocutores. É esta estrutura de forças que relacionará a legitimidade da língua aos locutores com maior capital simbólico e não somente àqueles com maior capital linguístico (BOURDIEU, 1983b).

Assim, a estrutura da relação de produção linguística irá depender da relação de força entre os locutores e seus capitais e por isso, a língua não serve somente à comunicação e ao conhecimento, mas é também um instrumento de poder, dado que leva não somente à compreensão, mas também ao reconhecimento e ao respeito, por exemplo. Nesse sentido, a competência na produção linguística passa pela linguagem

autorizada e legítima, que define quem tem direito à palavra e capacidade de se fazer escutar e também quem é digno de escutar. Assim, “*os que falam consideram os que escutam dignos de escutar e os que escutam consideram os que falam dignos de falar*” (BOURDIEU, 1983b, p. 6).

A estrutura das relações de forças entre os grupos sociais acaba por determinar quem pode falar, para quem pode falar e como pode falar, considerando diversos esquemas de censura, tais como excluir certos indivíduos da comunicação, não falar a qualquer um e não ter qualquer um tomando a palavra, o que no campo científico é bastante fácil de ser visualizado: a audiência das comunicações e das produções é seleta, a palavra, mesmo quando dada ao público, só tende a ser considerada se vier de um agente reconhecido e as discussões costumam ocorrer entre o grupo de agentes dominantes. Desta maneira, “*o discurso supõe um emissor legítimo dirigindo-se a um destinatário legítimo, reconhecido e reconhecedor*” (BOURDIEU, 1983b, p. 6).

Já o capital social é definido como o conjunto de recursos reais ou potenciais que advém da posse de uma rede durável de relações, institucionalizadas em maior ou menor grau, de interconhecimento e de interreconhecimento, isto é, de vinculação a um grupo que possui não só características em comum, mas também possuem ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 1998). O volume de capital social está associado à extensão da rede de relações que um agente pode mobilizar e do volume do capital econômico, cultural, científico ou simbólico de cada um daqueles a quem este agente está ligado.

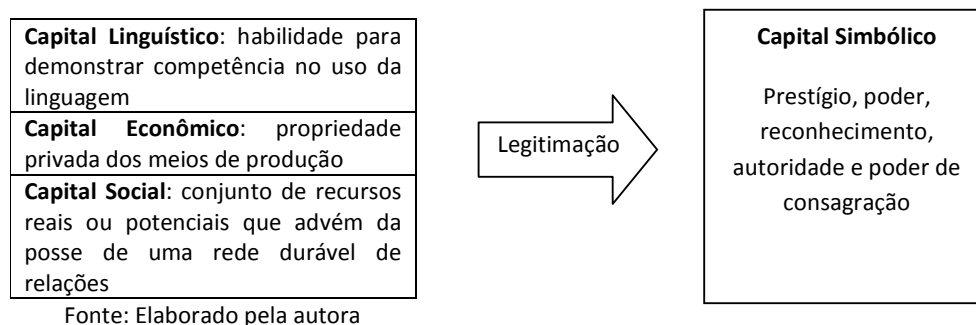
Mas a existência dessa rede não é um dado social que se constitui permanentemente por uma instituição. Ela é o produto de um trabalho de instauração e manutenção, necessário para produzir e reproduzir relações duráveis e que possam proporcionar lucros materiais e/ou simbólicos. Em outras palavras, essa rede é o resultado de estratégias de investimento social, consciente ou inconscientemente orientadas para instituir e manter relações sociais diretamente utilizáveis.

Outro conceito importante é o capital simbólico, que surge das outras formas de capital (cultural, social, linguístico ou econômico), mas somente quando a arbitrariedade de sua posse e acumulação é desconhecida, isto é, na medida em que são considerados legítimos. O capital simbólico está fundado na forma de prestígio, renome, reputação, autoridade pessoal e confere certo poder de consagração. Impõe tanto a legitimidade de

uma visão de mundo quanto a maneira pelas quais os campos sociais são organizados como hierarquias particulares de posições e capitais (EVERETT, 2002).

Dessa forma, tanto os capitais linguístico, social ou econômico tendem a funcionar como capital simbólico. Este também pode ser entendido como efeitos simbólicos do capital, já que o capital simbólico não constitui uma espécie particular de capital, mas justamente aquilo em que se transforma qualquer tipo de capital quando é ainda desconhecido como tal, ou seja, quando uma força, poder ou capacidade de exploração é ignorada e legitimada. O capital existe e age como capital simbólico na relação com um *habitus* propenso a percebê-lo como um signo de importância (BOURDIEU, 2007). A relação entre capitais e capital simbólico pode ser visualizada no esquema a seguir:

Figura 1 – Relação entre Capitais e Capital Simbólico



Fonte: Elaborado pela autora

Além de se transformar em capital simbólico, os diferentes tipos de capitais também podem se reunir para formar um novo tipo de capital, um capital específico de um determinado campo. Everett (2002) chama atenção para a inter-relação existente entre os diversos tipos de capitais, propondo a possibilidade de combinações entre eles. Em estudo empírico, por exemplo, Kerr e Robinson (2009) observaram como o capital cultural e social dentro de uma determinada organização se transformava em capital político, um novo tipo de capital, até então ausente no campo observado.

O tipo de capital usado num momento particular pode variar, dependendo da situação e do campo. Vaughan (2008) retoma sua própria pesquisa sobre uma decisão da NASA, na qual se valeu de uma etnografia histórica para tentar reconstruir a estrutura e a cultura a partir de documentos de arquivos e entrevistas, a fim de ver como as pessoas em diferentes momentos e lugares deram sentido às coisas. Nesse estudo, o capital simbólico associado com a alta posição em um determinado projeto, se forjou em outras

formas de capitais, como, por exemplo, capital técnico de engenheiros. Assim, posições adquirem capital simbólico porque o *habitus* organizacional valoriza a hierarquia e as pessoas reconhecem a distribuição desigual de poder como legítima.

2.2.6 Capitais no Campo Científico

Alguns tipos de capitais e a forma como os agentes recorrem a estes foram analisados com maiores detalhes no campo científico. Neste campo, o capital social se objetiva em relações interpessoais que resultam em relações de co-autoria e redes de pesquisa, que afetam diretamente a produção acadêmica e a construção do conhecimento no campo. Além disso, como em outros campos, este capital também pode render oportunidades profissionais como indicações, ingresso em instituições, convites, dentre outros. Conforme apresentado no capítulo anterior, alguns estudos se dedicaram a pesquisar a influência destas relações sociais, analisada por meio de relações de parceria e co-autoria e redes institucionais, na construção do conhecimento em administração (ROSSONI e GUARIDO FILHO, 2007; ROSSONI e MACHADO-DA-SILVA, 2007; 2008; GUARIDO FILHO, 2008).

Entretanto, vale a pena discutir com maior detalhe o capital científico, próprio do campo científico. A autoridade científica, ou o capital científico, é “*uma espécie particular de capital que pode ser acumulado, transmitido e até mesmo, em certas condições, reconvertido em outras espécies*” (BOURDIEU, 1983a, p.10). A acumulação contínua deste capital resulta em uma carreira “bem-sucedida” e no reconhecimento pelos pares-concorrentes, que conferem ao trabalho daquele que detém este capital um valor distintivo e uma originalidade (no sentido de contribuição aos recursos científicos já acumulados). O valor distintivo ou diferencial é expresso pelo conceito de *visibility* e consiste em fazer um nome próprio, conhecido e reconhecido, como uma marca que distingue seu portador de um fundo indiferenciado, composto por pessoas comuns.

Duas formas de capital científico podem ser diferenciadas: o capital político-institucional e o capital científico “puro” (BOURDIEU, 2004b). O capital político-institucional é institucionalizado e se relaciona à ocupação de importantes posições de poder no campo (instituições científicas, laboratórios, departamentos, comissões, comitês de avaliação, etc.) e se adquire através de estratégias políticas específicas que exigem tempo, tais como participação em bancas, colóquios, reuniões, dentre outros. Já

o capital científico “puro” se adquire via descobertas e contribuições reconhecidas ao progresso da ciência, tais como publicações em revistas de prestígio. Sua transmissão é mais difícil por estar mais ligado a um dom pessoal.

Alguns estudos empíricos procuraram aplicar os conceitos de diferentes tipos de capitais para compreender as relações de forças em um campo científico. Burri (2008), por exemplo, utiliza as contribuições teóricas de Bourdieu para entender a reconfiguração engendrada pela implementação médica de aparatos de visualização, tais como imagens de ressonância magnética e tomografia computadorizada. Seu trabalho argumenta que as práticas de imagem são práticas de distinção, com o objetivo de recuperar autoridade profissional e de acumular capital simbólico dentro de um campo profissional, sendo, portanto, meios de aumentar o prestígio da profissão e o status dos atores individuais dentro de uma comunidade científica ou hospitalar.

A emergência de uma nova tecnologia de imagem inicia uma crise nas crenças e rotinas inquestionáveis que tinham validade até o surgimento da ressonância magnética. Na luta pela autoridade e reputação, os radiologistas implantaram diversas formas de capital: a instalação dos scanners serviu como capital econômico para as instituições, enquanto a expertise técnica e o conhecimento visual se tornaram uma forma de capital técnico incorporado e pertencente aos atores individuais. Tanto o capital econômico quanto o capital técnico foram fontes para as práticas de distinção, as quais buscavam aumentar a jurisdição e o prestígio e reestabelecer a identidade profissional (BURRI, 2008).

Hong (2008) também se valeu da teoria de campo para explicar a competição encontrada em um laboratório de isótopos, na Universidade Central da China, entendido como um microcosmo de um campo mais amplo, o campo da geociência. A análise do caso identificou duas formas de capital no campo: capital teórico e capital técnico. O primeiro estava associado à capacidade de construir resultados de experimentos como fatos científicos reconhecidos. Já o segundo se relacionava à obtenção de resultados experimentais acurados e identificação de amostras únicas. Ambos foram associados com a autoridade científica, mas eles competiam por autoridade social nesta situação específica, apesar do capital teórico ser mais apreciado que o capital técnico no campo de geociências. O conflito entre as partes representantes destes capitais revelou que

recursos financeiros, autoridade e crédito eram principalmente alocados a pesquisadores com capital teórico.

O estudo de Hong (2008) mostra como a construção social dos resultados dos experimentos pode ser afetada pelas hierarquias do capital científico do campo mais amplo. Este raciocínio adiciona uma dimensão contextual ao trabalho etnográfico que é frequentemente criticado por se concentrar em atividades locais, negligenciando seu enraizamento em um contexto social mais amplo.

Estes trabalhos empíricos nos mostram como os capitais são definidos empiricamente em cada campo estudado, de modo que cada campo em questão apresenta um conjunto de capitais específicos. Estes capitais se apresentam a partir da relação com a dinâmica e o jogo no campo e podem se apresentar conforme as definições apresentadas anteriormente ou podem ser formados pela junção de alguns destes capitais, compondo um novo tipo de capital, específico para o campo estudado. Há, assim, um espaço para o surgimento de diferentes e novos capitais. Nesse sentido, como nosso trabalho enfoca um campo científico específico, é possível que, além dos capitais estudados, novos capitais se definam empiricamente, revelando traços mais detalhados sobre as lutas no interior do campo e do jogo científico.

2.2.7 *Habitus*

Além dos campos, que são considerados estruturas objetivas, também é preciso considerar as estruturas incorporadas, ou *habitus*, que são esquemas de percepção, pensamento, prática e ação que são internalizados pelos agentes que se posicionam em determinado campo. O *habitus* incorpora as estruturas de um campo e suas relações históricas e estrutura tanto a percepção quanto a ação no mundo dos agentes (MISOCZKY, 2003). Uma das funções do *habitus* é de tornar único o estilo que vincula as práticas e os bens de um agente específico ou mesmo de um conjunto (classe) de agentes. Configura-se, portanto, em um princípio unificador que traduz características essenciais e relacionais de uma posição em um conjunto único e particular de pessoas, bens e práticas. Por isso, além de diferenciados, os *habitus* também são diferenciadores, uma vez que operam distinções ao gerarem práticas distintas e distintivas (BOURDIEU, 2011).

Estas diferenciações, quando percebidas por meio de categorias sociais de percepção ou de princípios de divisão, “tornam-se diferenças simbólicas e constituem uma verdadeira linguagem” (BOURDIEU, 2011, p. 22), funcionando em cada pequeno grupo ou sociedade como traços e signos distintivos. Estes se traduzem em práticas, gostos, opiniões e capitais característicos a um grupo ou a um campo. São disposições e modos de ser adquiridos, permanentes e duráveis que podem levar os agentes a resistir e a se opor às forças de mudança do campo (BOURDIEU, 2004b).

Mas a compreensão do *habitus* não se restringe aos indivíduos. É um conceito que também pode ser aplicado a um grupo ou a uma organização, uma vez que a estrutura organizacional é construída a partir dos micro processos dos comportamentos individuais (EMIRBAYER e JOHNSON, 2008; VAUGHAN, 2008). Cada membro de uma organização carrega um *habitus* específico, formado a partir de sua trajetória e que pode ser compartilhado com alguns membros e se diferenciar de outros. Estes diferentes *habitus* em muitas organizações são provenientes da divisão do trabalho e estruturam julgamentos e práticas em diferentes formas, resultando em complexas negociações que irão determinar as tomadas de posição organizacionais. Por isso podemos falar de um *habitus* organizacional.

A possibilidade de um *habitus* organizacional também se justifica em função de nossas categorias de julgamento e ação serem oriundas da sociedade e partilhadas por todos aqueles que estão sujeitos a condições e condicionamentos sociais similares (WACQUANT, 2005). Trata-se de um link analítico que conecta o comportamento individual e a estrutura social, ou em outras palavras, entre agência e estrutura. Assim, o *habitus* pode se referir a instituições, decretando seus princípios de organização e reproduzindo-os, mas ao mesmo tempo permitindo revisões e transformações. Deste modo, é possível pensar também no *habitus* de instituições científicas e acadêmicas, que carregam suas próprias práticas rotinizadas.

2.2.8 *Habitus no Campo Científico*

O *habitus* ou *modus operandi* científico funciona de acordo com as normas científicas e fornece o sentido do jogo científico, fazendo com que se faça o que tem de ser feito, sem que haja uma discussão prévia sobre o que deve ser feito, nem sobre as

regras que geram a conduta adequada (BOURDIEU, 2004b). É algo que foi incorporado no campo sem que tenha havido uma aprendizagem reflexiva a respeito, ou em outras palavras, é um conhecimento que foi adquirido (regras) que não está explícito. São assim, disposições adquiridas e também permanentes, que inculcam nos atores novos um modo de ser e agir profundamente internalizado, mas de todo modo requerem competências, realizações e produtos que são desenvolvidos e avaliados pelos critérios científicos.

As práticas distintivas operadas pelos habitus também se aplicam à classe de agentes científicos, constituindo diferenças simbólicas em diferentes grupos de cientistas e compondo características diferenciadas. Essas distinções podem ser encontradas nos campos científicos, na medida em que encontramos diferenças de estilo e regras de jogo entre os pesquisadores das diferentes áreas e temas, que podem caracterizar escolhas teórico-metodológicas, objetos de pesquisa, estilos de linguagem, modos de comportamento, dentre outros.

Emirbayer e Johnson (2008) e Swartz (2008) apontam para a tendência de se extrair apenas um dos conceitos do conjunto teórico da teoria de campos e tentar testá-lo empiricamente, o que seria um equívoco, já que eles conectam os níveis micro e macro de análise que abrangem a pesquisa organizacional. Desse modo, o potencial para uma análise que seja completamente relacional não tem sido alcançado nos estudos organizacionais, devido à separação dos conceitos centrais (EMIRBAYER e JOHNSON, 2008; VAUGHAN, 2008). Assim, o componente relacional, isto é, a propriedade dinâmica da teoria e da relação entre os conceitos, se perde. Considerando esta questão, procuramos nesta tese compreender analiticamente este conjunto inter-relacionado de conceitos, aprofundando, empiricamente, aspectos que, no nosso entender, foram negligenciados nos estudos atuais sobre a construção de conhecimentos em estudos organizacionais ou administração, de forma mais ampla.

2.3 Fatores que Influenciam a Construção do Conhecimento em Administração: Contribuições Empíricas

Nesta seção visamos apresentar alguns trabalhos de abordagens construtivistas que nos ajudam a entender aspectos diversos que influenciam o processo de construção

do conhecimento na área acadêmica de administração, buscando trazer fatores que elucidam diversos aspectos da nossa pergunta de pesquisa, relacionada aos processos de construção de conhecimento em estudos organizacionais.

Partindo do pressuposto que o campo científico sob análise está relativamente autônomo, uma consequência natural no comportamento dos atores é recorrer à discursos de legitimação das suas contribuições científicas internos à lógica do campo científico. Esta ideia foi aprofundada no estudo da Locke e Golden-Biddle (1997) que mapearam as estratégias retóricas que buscam legitimar para uma audiência de outros pesquisadores contribuições científicas incorporadas nos artigos publicados. A partir de estudo sobre a contribuição científica nos estudos organizacionais, as autoras incorporam a perspectiva retórica na análise dos textos científicos, a fim de compreender como estes estabelecem as oportunidades e que retóricas são invocadas para dar suporte a estas contribuições. Por meio de uma seleção de 82 artigos qualitativos publicados nos periódicos *Academy of Management Journal* e *Administrative Science Quarterly*, entre janeiro de 76 e setembro de 96, as autoras explicaram a construção de oportunidades, ou estratégias, de contribuições científicas através de dois processos: construção de coerência intertextual e problematização da situação.

O primeiro processo, construção de coerência intertextual, é criado inicialmente pela existência de redes de publicações, formadas por cada artigo pesquisado, que constitui uma espécie de campo intertextual com a literatura que referencia. Assim, cada artigo da seleção produz seu próprio campo intertextual. Há três tipos de coerência intertextual: coerência sintetizada, coerência progressiva e não-coerência.

A coerência sintetizada se caracteriza quando os manuscritos citam ou desenham conexões entre trabalhos e correntes de investigação que não são tipicamente citadas em conjunto para sugerir a existência de áreas de pesquisa pouco desenvolvidas. Desta maneira, os campos intertextuais sintetizados são organizados de modo a trazer atenção para inventar ou reinventar como tópicos de pesquisa, assuntos que estão implícitos em outros trabalhos. Este objetivo é alcançado através de três atos textuais: 1) formulação de ideias abrangentes que articulam e constituem áreas de pesquisa; 2) construção de relações congruentes entre diferentes domínios de pesquisa para criar um terreno comum e 3) reinterpretação de trabalhos anteriores para mostrar o consenso subjacente sobre o terreno investigativo configurado. Retoricamente, a prática de caracterização dessas

literaturas em termos temáticos ajuda o texto a apresentar sua ideia geral de investigação.

A coerência progressiva se refere a redes de pesquisadores conectados pelo compartilhamento de perspectivas teóricas e metodológicas, trabalhando em programas de pesquisas que têm avançado ao longo do tempo. Dois atos, a representação do crescimento do conhecimento acumulado e a construção de consenso entre pesquisadores, apontam para linhas de investigação desenvolvidas e focadas. E várias práticas retóricas suportam cada um desses atos. O primeiro ato é exemplificado em um artigo de Bartunek (1984) que se vale de práticas retóricas que explicitem o tempo devotado àquele domínio de conhecimento, tais como: “A abordagem teórica das causas da estrutura organizacional tem *tradicionalmente* sido centrada... *Recentemente*, tem sido argumentado...”. Como exemplos do segundo ato, as autoras destacam o mesmo artigo de Bartunek (1984) que apresenta a construção de duas posições consensuais entre pesquisadores sobre a causa da estrutura organizacional e um artigo de Mintzberg e Waters (1982) que utiliza práticas retóricas como “na literatura, estratégia *sempre* foi definida como...” para construir este consenso entre os pesquisadores.

A não-coerência pode ser observada em trabalhos que são apresentados como pertencentes a um programa de pesquisa comum, porém, estão conectados pelo desacordo. Assim, a ação textual chave é a construção da discordância, embora se realize entre pesquisadores que concordem com a importância de um domínio de pesquisa. Exemplos podem ser vistos em alguns trechos do trabalho de Langton (1984): “a literatura relevante oferece *contraditoriamente* pressupostos...” ou ainda “*por um lado, nos é dito que... por outro lado, a mesma literatura afirma que...*”.

Já o segundo processo de construção de oportunidades de contribuições científicas, a problematização da situação, põe em causa o campo intertextual particular que é estabelecido para localizar um trabalho. Através deste processo então, um texto tenta significar o quanto são oferecidas contribuições de questões. E, ao fazer isso, ele procura estabelecer a importância e relevância desta contribuição para os leitores.

Três caminhos para esta problematização são propostos: a incompletude, a inadequação e a incomensurabilidade. Uma problematização pela incompletude assume que a literatura não está acabada e que o presente estudo irá especificá-la melhor, podendo desenvolver o campo intertextual existente. Trata-se de um ato textual que visa

preencher uma lacuna específica. Quando uma literatura é problematizada como inadequada, o texto argumenta que a literatura existente não incorporou suficientemente diferentes perspectivas e visões do fenômeno investigado. Esta problematização assume que a contribuição à literatura pode ser feita via introdução de perspectivas ou enquadramentos alternativos. Aqui, o ato textual característico é uma espécie de supervisão ou controle da literatura. Já ao problematizar pela incomensurabilidade, um artigo sugere que a literatura existente não somente negligencia diferentes e relevantes perspectivas, como também argumenta que a literatura está errada. O campo existente é apresentado como exibindo uma perspectiva equivocada ou como tendo se deslocado em uma direção errada. O pressuposto é que a contribuição do trabalho vá reparar este erro.

A análise de Locke e Golden-Biddle (1997), inserida em uma visão construtivista de ciência, mostra que o trabalho escrito dos acadêmicos de estudos organizacionais consiste em muito mais do que a apresentação de dados que falam por si; os textos não simplesmente ordenam fatos e evidências de modo lógico. Ao invés disso, práticas persuasivas são tecidas nos textos, até mesmo quando elas estruturam a coerência dos campos intertextuais. Um exemplo é o uso do termo *singularidade*, que mais do que definir uma característica nos estudos, significa uma atribuição que os acadêmicos fazem para os trabalhos que entendem ser importantes para a comunidade, num claro indicador de disputa em torno da autoridade científica. É um indicativo de trabalho de valor.

De modo geral, o estudo se une a outros que têm desconstruído a pretensão de objetividade em estudos organizacionais, observando como as estratégias retóricas dos artigos científicos são intimamente relacionadas com a dinâmica do campo científico em si. Este trabalho contribui para compreender o jogo de forças no campo científico, pois trata de estratégias retóricas que são utilizados na disputa pelo monopólio da autoridade científica. Outra contribuição se dá no sentido de entender como o capital linguístico é manejado empiricamente, ajustando-se às posições e aos recursos dos agentes que disputam a autoridade no campo.

Além da importância dos recursos retórico-discursivos na construção do conhecimento científico, outro fator que merece destaque é o papel das relações sociais neste processo. Alguns trabalhos já realizados inclusive abordam o campo de Estudos Organizacionais no Brasil.

Rossoni e Guarido Filho (2007) investigaram, no período de 2000 a 2006, como a produção científica é influenciada pela estrutura de relacionamento nas áreas de administração pública, ciência e tecnologia, estratégia e estudos organizacionais. Visando estudar os padrões de relações de co-autoria entre os programas de pós-graduação, os autores investigaram hipóteses acerca de configurações do tipo *smallworlds*, ligações preferenciais, centro-periferia e centralidade nos relacionamentos entre os programas. Os resultados indicam que os programas mais produtivos, considerados centrais em termos de produção, tendem a se relacionar mais entre si, demonstrando que a cooperação entre programas se apresentou fortemente associada à sua produtividade. Contudo, semelhante padrão de colaboração não ocorre entre programas periféricos, que não tendem a se relacionar entre si, mas sim com os programas centrais. Deste modo, o conhecimento não é validado somente em termos acadêmicos ou epistemológicos, mas apresenta um aspecto social em sua validade e construção, aproximando pesquisadores não só por questões de identidade, mas também por fatores como prestígio, autoridade, acesso a recursos e visibilidade no campo.

Em outro estudo, Rossoni e Machado-da-Silva (2007), verificaram como a construção do conhecimento científico é condicionada pela estrutura de relacionamento no campo da pesquisa em organizações e estratégia no Brasil, de 1997 a 2005. Através da influência das relações entre autores na persistência e na mudança de temáticas no campo científico, os autores argumentam como as relações sociais definem o que é legitimamente aceito no campo. A configuração de redes observada, *small worlds*, permite que haja grande durabilidade institucional no campo, mesmo em momentos de grande crescimento. Mesmo em face da grande diversidade temática e de uma rede com grande número de autores e grupos que não cooperam entre si nas duas áreas pesquisadas, há grande homogeneidade nos agrupamentos, fazendo com que a imersão nestes grupos sociais condicione o que é legitimamente aceito como conhecimento científico, já que faz com que haja significados compartilhados.

Os autores concluem, assim, a existência de uma tendência para a continuidade das estruturas teóricas e institucionais do campo, uma vez que, mesmo que não intencionalmente, os autores tendem a reproduzir crenças, valores e pressupostos desenvolvidos e praticados nas instituições de ensino e em grupos de pesquisa e trabalho, mesmo tendo em vista o alto grau de crescimento que o campo sofreu.

Já Guarido Filho (2008), pesquisou a dinâmica recursiva entre as dimensões intelectual e social na construção da perspectiva institucional nos estudos organizacionais no Brasil, entre 1993 a 2007. Os resultados indicaram que a produção científica da perspectiva institucional nos estudos organizacionais no Brasil se configura como uma rede fragmentada em torno de dois agrupamentos principais, nos quais se concentram a maior parte dos trabalhos e pesquisadores.

Esses agrupamentos apresentam graus de centralização distintos e estruturas cognitivas diferenciadas, conformando preferências intelectuais. Enquanto certas referências de pesquisa ou autores se mostraram bastante difundidos, outros permaneceram restritos a círculos sociais mais definidos, encontrando espaço somente em determinados grupos de pesquisadores. Os laços sociais presentes nesses agrupamentos representam afinidade intelectual, demonstrando mecanismos de difusão de ideias e a construção de um quadro de referências compartilhado. O trabalho mostrou ainda que a estrutura cognitiva da perspectiva institucional se tornou mais heterogênea e organizada em torno de agrupamentos sociais, abrindo maior espaço para divergências intelectuais e, conseqüentemente, maior autonomia e oportunidades criativas na produção dos pesquisadores.

Estes trabalhos permitem compreender como a construção do conhecimento científico pode ser condicionada por fatores sociais como a estrutura de relacionamentos, seja na escolha de co-autorias a pesquisadores vinculados a programas mais centrais e prestigiados, seja na legitimação do que é considerado conhecimento científico a partir de significados compartilhados ou ainda na difusão de ideias a partir da afinidade intelectual de referências compartilhadas. Desta forma, o capital social se relaciona diretamente ao processo de construção do conhecimento científico.

Em outra perspectiva de análise, a importância do contexto histórico e configuracional no conhecimento dos Estudos Organizacionais é apontada por Newton (2010), a fim de compreender o impacto de seus acadêmicos nas práticas de gestão e políticas públicas, partindo do pressuposto de que este impacto foi limitado. Para entender a relação entre os Estudos Organizacionais (EOR) e as práticas de gestão e políticas públicas, o autor argumenta que é necessário atentar para algumas questões.

A primeira delas trata sobre a necessidade de colocar essa relação em um contexto histórico e configuracional. Se as prescrições para aumentar o impacto dos

estudos organizacionais desconsiderarem seu desenvolvimento histórico, é menos provável que elas sejam adotadas pelos estudiosos da área ou que tenham uma influência significativa sobre a forma futura do campo. O pluralismo dos estudos organizacionais, por exemplo, precisa ser compreendido no contexto do desenvolvimento histórico e configuracional do campo. Outra questão se refere à tendência a reciclagens e modismos, percebida em geral como uma falha do campo, poder ser considerada como um meio de aumentar o impacto dos estudos organizacionais. O autor assevera que essa tendência não é uma exclusividade da área, posto que diversos outros campos nas ciências sociais apresentam esta prática.

A questão seguinte entende que aumentar o impacto pode levantar questões éticas e políticas, como, por exemplo, a crítica de certos autores ao neoliberalismo, o que sugere que questões de impacto prático e político estão imbuídos com preocupações éticas e políticas. Por isto, é preciso examinar como o impacto é alcançado e quais seus efeitos em relação ao contexto social e à mudança política. Outro ponto considerado é que, ao contrário do que se pode pensar, o impacto pode ser maior onde os campos acadêmicos não mantêm um alto controle sobre seu próprio campo. Na economia, por exemplo, as técnicas contábeis e financeiras garantem maior influência à área do que as atividades acadêmicas isoladas.

Outra questão que o autor coloca é que o pluralismo pode oferecer maiores vantagens ao debate na área e aumentar o impacto dos estudos organizacionais. Por fim, o autor observa que atentar para uma história comparativa dos EOR com outros campos e disciplinas, necessária para compreender seu impacto, sobretudo para aqueles que sugerem que os EOR são um campo de estudos mal-sucedido.

Apesar de não focarmos aqui em um estudo comparativo entre Estudos Organizacionais e outros campos ou disciplinas, o trabalho de Newton (2010) nos chama a atenção pela importância do contexto histórico na construção do conhecimento da área, o que pode nos trazer informações relevantes considerando que estamos focando nas especificidades do campo brasileiro de Estudos Organizacionais.

A relação do campo científico com outros campos sociais é analisada por Davis e Marquis (2005) que buscam compreender o impacto das mudanças econômicas nos temas e objetos de pesquisa do campo de estudos organizacionais. Eles argumentam que o campo sofreu uma mudança de orientação de trabalhos direcionados a paradigmas para

trabalhos direcionados a problemas, desde o final dos anos 80. Diversos paradigmas no estudo das organizações foram elaborados durante os anos 70, incluindo transação de custos econômicos, teoria da dependência de recursos, ecologia organizacional, nova teoria institucional e teoria da agência em economia financeira. Estas abordagens refletiram a tendência dominante das grandes corporações desta época: aumento da concentração, diversificação e burocratização. Todavia, as mudanças nas fronteiras organizacionais, o aumento de alianças e redes, a expansão do papel dos mercados financeiros na conformação das decisões organizacionais fizeram a ciência normal, orientada por questões internamente derivadas destes paradigmas, menos frutífera. Os autores argumentam que os trabalhos dirigidos a problemas que usam mecanismos baseados em teorização e pesquisas que tomam o campo como unidade de análise, ao invés da organização, são mais apropriadas para a pesquisa organizacional, considerando as grandes mudanças econômicas, próprias de nossa era.

O objetivo dos autores era criar um entendimento de como mudanças históricas na economia e na sociedade podem ter impacto na teoria organizacional. Para tanto, foram analisados exemplos oriundos da nova teoria institucional, que tomaram o campo organizacional como unidade de análise. Os atores que pertencem a estas dimensões (economia e sociedade, neste caso) e a natureza de seu papel podem mudar ao longo do tempo. Exemplos disso podem ser vistos em estudos sobre as transformações ocorridas na área médica nos Estados Unidos ao longo da década de 50 até os anos 90 (SCOTT *et al.*, 2000); sobre mudanças no Vale do Silício no final dos anos 90 (ROBBINS, 2002); sobre como as tradições na prática da governança corporativa variam de acordo com as comunidades locais americanas de negócios (MARQUIS, 2003). Estes estudos mostram que um bom conhecimento prático da teoria organizacional fornece mecanismos para explicar, por exemplo, a evolução de instituições econômicas. Eles não descrevem as bases de uma teoria organizacional geral, mas constituem parte de uma história natural de um conjunto particular de instituições economicamente consequenciais. São estudos orientados para problemas, não por serem úteis como *insights* para gerentes, mas sim porque se dirigem para explicar eventos no mundo em vez de escolher puramente um contexto para testar hipóteses derivadas de teorias.

Em outras palavras, estes trabalhos apontam por certo distanciamento ou demarcação, historicamente situada, do campo de estudos organizacionais do próprio campo de negócios. É importante lembrar que a administração surge como um campo

instrumental ao próprio capitalismo e esta característica se perde ao longo dos anos, na medida em que o campo se delimita e encontra uma lógica própria de jogo (disputa pelo monopólio da autoridade científica ou o que é conhecimento superior) que o diferencia do campo dos negócios (disputa em torno de lucro).

Entretanto, outros trabalhos apontam que as fronteiras entre os diversos campos não devem ser vistos como rigidamente demarcadas. A própria lógica institucional da ciência acadêmica é questionada por Sauermann e Stephan (2013), ao ser comparada à lógica institucional da ciência comercial ou industrial. O debate tradicional aponta que estas duas lógicas institucionais são distintas. A academia enfatizaria a pesquisa para o conhecimento fundamental, com liberdade de pesquisa, recompensas na forma de reconhecimento pelos pares e ampla divulgação dos resultados de pesquisa. Já a ciência industrial é vista como seguindo uma lógica comercial, focando em pesquisa aplicada, conformada por controles burocráticos, com resultados de divulgação limitada e apropriação privada dos retornos financeiros da pesquisa. É possível perceber semelhanças entre a lógica institucional acadêmica que os autores apontam e a ideia de jogo trabalhada por Bourdieu: a centralidade do conhecimento e a recompensa por meio do reconhecimento dos pares (autoridade científica) e não por retornos financeiros, como se dá na lógica institucional industrial.

Todavia, os autores apresentaram discordâncias deste debate, a partir de pesquisa empírica com mais de 5000 pesquisadores-doutores e pesquisadores-médicos. Apesar de haver grandes diferenças em alguns aspectos, tais como a natureza da pesquisa, níveis de pagamento e o uso de patentes, diferenças em outros aspectos, tais como níveis de liberdade para pesquisar ou probabilidade de publicação, são pequenas entre os diferentes grupos. Na verdade, há bastante heterogeneidade dentro de cada um desses setores. Isto sugere a necessidade de se ter uma reflexão mais realista das lógicas acadêmicas e industriais e não entendê-las como tipos ideais e homogêneos.

As pressões científicas e pragmáticas presentes na pesquisa acadêmica na disciplina de administração foram debatidas em estudo realizado por Fabian (2000), no qual o autor classifica em uma tipologia nove abordagens que lidam com este debate, tentando explicar no que ele consiste e porque ocorre. Para tanto, inicialmente é definido o que está sendo entendido por teoria, paradigma e abordagem disciplinar.

Por teoria entende-se uma descrição ou explicação coerente de um fenômeno observado ou experienciado, podendo ser o emprego de crenças sobre relações causais para gerar hipóteses relacionais. Um paradigma se refere a crenças aceitáveis e pressupostos para a geração de teorias sobre fenômenos, implicando em concordância sobre a natureza do objeto de pesquisa (ontológica ou epistemológica, por exemplo) e, em geral, sobre o objetivo da investigação (se é avaliação, descrição, predição ou ação, por exemplo). Já uma disciplina é composta por um conjunto de pesquisadores que podem desempenhar suas pesquisas em diversos paradigmas ou perspectivas teóricas. Podem ser identificados subjetivamente, através de auto-identificação, ou objetivamente, através do pertencimento a uma associação, academia ou departamento de faculdades. A abordagem disciplinar é o sistema organizacional preferido dos acadêmicos para identificar, dar suporte ou legitimar pesquisas em uma disciplina. As disciplinas podem ser entendidas como tomadas de posições dos pesquisadores no campo científico, tendo em vista que refletem em posições epistemológicas através das quais os agentes visam justificar suas posições (BOURDIEU, 1983a).

Após revisar uma amostra de 30 artigos sobre visões de apropriação de paradigmas e métodos para estudos organizacionais, o autor gerou três critérios organizados por argumentos que repetidamente surgiam nos artigos. O primeiro critério diferenciava as abordagens disciplinares com base na ênfase em direção a um paradigma unificado (solidariedade), um grupo seletivo de paradigmas (integração) ou sem paradigmas dominantes de qualquer natureza (segregação). Estas diferentes ênfases sobre as abordagens disciplinares podem ser compreendidas à luz das tomadas de posições no campo, segundo Bourdieu, uma vez que os agentes optam, no processo de disputa, por se posicionar em direção à solidariedade, à integração ou à segregação. O segundo critério designou as posições epistemológicas básicas dos objetivos das pesquisas científicas, especificamente se sua prioridade é desenvolver o conhecimento atual em sua especificidade ou estender os tipos de conhecimento investigados. O terceiro critério se relacionava com o sistema de validação do conhecimento e diferenciou as abordagens baseadas em um padrão único daquelas com padrões múltiplos para avaliar a qualidade das pesquisas.

Sobre o critério da solidariedade, há três abordagens disciplinares: o retorno à base (*backtobasics*), que favorecem não somente paradigmas únicos, mas também enfatizam o interesse pelas raízes históricas da disciplina; a subordinação

(*subordination*), que, diferente do retorno à base, permite que muitas novas teorias substituam antigas perspectivas; e a refutação (*disconfirmation*), que tem resistido a diversas investidas, mas permanece atuante como parte central do processo científico, por propor descobrir o que não é verdadeiro.

Em relação ao critério da integração, este propõe que as fronteiras se acomodem para a entrada de novos entrantes à disciplina de administração, apesar de não haver consenso sobre como realizar essa acomodação. Uma das possibilidades é a ênfase de médio alcance (*middle-range emphasis*), que acomoda novas teorias e paradigmas como parte da natureza multidimensional das organizações, oferecendo tipologias relevantes para a pesquisa. Outra via a ser considerada é a abordagem multiparadigmática (*multiparadigmatic approach*), na qual os pesquisadores assumem que múltiplas interpretações de um único fenômeno podem ser tentadas e testadas. Há também o interacionismo (*interactionism*), que busca resolver as diferenças entre perspectivas teóricas, por meio do desenvolvimento de teorias e estudos que unam diferentes perspectivas a um objetivo maior na ciência administrativa.

Finalmente no critério de segregação as teorias podem proliferar livremente pelas fronteiras de um paradigma dominante ou por exigências de integração. Neste critério, a abordagem “vale-tudo” (*anythinggoes*) admite que a ciência é extremamente relativa e todos os esforços para explicações são válidos, ou seja, toda ciência é aceitável, uma vez que não há crença em um conjunto de padrões epistemológicos. Já o isolacionismo (*isolationism*) sustenta a separação de paradigmas, com membros internos para cada um deles, estabelecendo normas e avaliações de pesquisa. Assim, novos paradigmas podem ser desenvolvidos em paralelo, ao invés de lutarem por espaço contra o paradigma dominante. Finalmente, a reestruturação (*restructuring*) é uma abordagem que encoraja aqueles com novas áreas de investigação a se separarem da disciplina e constituir uma nova disciplina, funcionando como uma espécie de incubadora.

A explicação que o autor dá para o surgimento e aceitação de tantas visões para a disciplina de administração é que os objetivos e temas das pesquisas sofrem pressões de imperativos científicos e pragmáticos em direção a um maior consenso ou a uma maior proliferação. Consequentemente estas pressões são acomodadas nas diferentes abordagens da disciplina. As pressões científicas são demandas colocadas pelas práticas científicas sobre a geração e teste de teorias, baseadas em esforços para entender um

fenômeno de interesse ou descobrir “verdades”. São essas “verdades” que são disputadas no jogo científico, a fim de obter o monopólio da autoridade científica e, assim, obter o reconhecimento dos pares. As pressões pragmáticas se referem às obrigações impostas às comunidades científicas para criar um sistema viável para o gerenciamento da descoberta de “verdades”. De todo modo, os dois tipos de pressões estão próximos às regras existentes no jogo científico, uma vez que se tratam de demandas que resultam em práticas científicas que dão sentido ao jogo e que orientam os agentes neste processo, fazendo-os querer jogar.

As pressões científicas encorajam a proliferação de teorias, que é promovida pela natureza do fenômeno estudado e pela natureza dos pesquisadores, ao entrar em arenas da filosofia da ciência, como ontologia, objetividade e epistemologia. As pressões pragmáticas frequentemente são retratadas como menos legítimas para as tomadas de decisões na abordagem disciplinar e tendem a estimular o consenso, uma vez que pesquisadores de diferentes paradigmas competem por espaços em conferências e revistas e por isso devem negociar, através de seus editores, que submissões aceitar, ou o quê e como escrever, por exemplo, já que a ciência é vista como um empreendimento social, no qual a abordagem disciplinar reflete os resultados do poder e da política, e não da ciência.

Concluindo, Fabian (2000) traz uma perspectiva nova sobre a tomada de posições dos pesquisadores e sobre as disputas presentes no campo de administração, à luz das fronteiras que o campo científico estabelece com outros campos da prática, chamando a atenção para influências sociais e políticas deste último sobre o primeiro.

Outros estudos discutem como as regras de jogo do campo científico, tendendo a se institucionalizar, podem influenciar a produção de conhecimentos na área, ao exemplo do papel dos *journals* da área. Para Johnson e Podsakoff (1994), pesquisas como estas se justificam devido ao desejo dos acadêmicos organizacionais determinarem a contribuição destes periódicos para o avanço do corpo do conhecimento acadêmico e devido às publicações em revistas prestigiadas serem utilizadas para promoções e pagamentos dos professores, podendo ser vir também como um indicativo da qualidade da contribuição do autor para o campo, já que se toma como pressuposto que publicações em revistas de prestígio fornecem uma contribuição mais substancial que publicações em outras revistas. Além disto, os rankings que medem o desempenho das

faculdades têm se baseado nas publicações de seus membros em *top journals*, o que, na prática, implica na própria posição dos agentes no campo, influenciando diretamente a disputa em seu interior e seus resultados em termos de temas/objetos de conhecimento.

Os autores valeram-se do índice de Salancik para investigar a influência de 40 publicações de referência, ao longo do período de 1981 a 1991. Os resultados mostraram que periódicos como *Academy of Management Review*, *Academy of Management Journal*, *Strategic Management Journal* e *Research in Organizational Behavior* se tornaram mais influentes durante os anos 80. Por outro lado, as revistas *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, *Psychological Bulletin*, *Journal of Applied Psychology* e *Administrative Science Quarterly* tiveram sua importância diminuída neste período. Apesar deste declínio, as revistas *Journal of Applied Psychology* e *Administrative Science Quarterly* continuaram a exercer influência na rede de publicações pesquisadas ao longo da década em questão.

Os autores apresentam algumas possíveis razões para explicar as mudanças na influência dos periódicos pesquisados, relacionados a natureza dinâmica da construção de conhecimento no campo. É bastante provável, por exemplo, que o *Strategic Management Journal* tenha se beneficiado da expansão da área de estratégia no campo da gestão, o que por sua vez também pode ter influenciado o aumento da influência da *Harvard Business Review*, uma revista de caráter mais prático. Já no caso da *Academy of Management Review* e *Academy of Management Journal*, além do aparecimento de artigos de qualidade durante o período, houve também uma tendência a tópicos de nível mais macro, que foi recebida de modo adaptativo por estes periódicos. Esta mudança em direção a tópicos mais macro fez também com que revistas como *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, *Psychological Bulletin* e *Journal of Applied Psychology* perdessem influência na rede de publicações, uma vez que tendem a apresentar estudos de nível mais micro.

O importante é perceber, neste trabalho, o caráter dinâmico do jogo jogado no campo caracterizado como científico de administração, o que se reflete na mudança de posições de atores e nas regras de jogo que podem ser percebidas a partir de uma visão longitudinal.

Já o estudo de Conlon *et al.* (2006) investiga o impacto e o papel dos artigos de edições especiais e edições regulares no campo de administração, uma vez que

recentemente tem havido uma tendência nos *journals* de dedicar em alta proporção espaços para a publicação de tópicos que um conjunto de acadêmicos considera importante de ser estudado. O objetivo dos autores era verificar se, comparado às edições regulares, as edições especiais promoviam melhor o avanço acadêmico no campo de administração, o que foi analisado por meio de citações. Adicionalmente, também havia o objetivo de verificar se as edições especiais poderiam gerar diferentes padrões de co-autoria, comparadas às edições regulares, isto é, se elas restringiam ou expandiam o *pool* de autores das publicações, promovendo ou não uma inclusão destes.

Os autores analisaram nove *journals* de alto impacto, ao longo dos anos de 1984 a 2005, a fim de compreender essas relações entre os dois tipos de edições. Os resultados apontaram que edições especiais melhoraram as taxas de citação e aumentaram as publicações para os autores menos produtivos. Contudo, essas diferenças não são uniformes entre os periódicos, sendo contingentes de acordo com a proeminência de cada *journal*. Para *journals* menos proeminentes, como, por exemplo, *Management Science*, *Organizational Behavior and Human Decision Processes* ou *Organization Studies*, as edições especiais aumentaram as citações. Por outro lado, estas edições não aumentaram as citações em *journals* mais proeminentes, como *Academy of Management Review*, *Academy of Management Journal* e *Administrative Science Quarterly*.

Os autores identificaram originalidade e espaço como dois objetivos próximos que os *journals* tentam alcançar através das edições especiais. Eles sugerem que a aderência a um desses objetivos ajuda o *journal* a alcançar impacto e a aderência ao passo em que o outro objetivo ajuda na inclusão de autores. As edições especiais avaliadas como publicações mais originais, tiveram artigos que foram frequentemente citados, mas também foram mais propensas de terem sido escritas por autores altamente produtivos. Em contraste, as edições especiais avaliadas como publicações que trouxeram espaço, foram de autoria de autores menos produtivos. Esses padrões podem reforçar as decisões dos editores e, assim, influenciar o campo.

O importante é perceber que este artigo posiciona os próprios *journals* como agentes do campo, que inclusive assumem posições diferenciadas na disputa pelo monopólio de autoridade científica.

A seguir, destacamos no quadro 1 os principais fatores (retóricos, históricos, econômicos e institucionais) envolvidos na construção do conhecimento, abordados pelos diferentes estudos construtivistas discutidos acima.

Quadro 1 – Fatores de Influência na Construção do Conhecimento

Estudos	Fatores abordados
Locke e Golden-Biddle (1997)	Retóricas legitimadoras das contribuições científicas
Rossoni e Guarido Filho (2007) Rossoni e Machado-da-Silva (2007) Guarido Filho (2008)	Relações e redes sociais na produção científica em administração
Newton (2010)	Contexto histórico e configuracional no impacto dos estudos organizacionais
Davis e Marquis (2005)	Impacto das mudanças econômicas (externas ao campo) nos temas e objetos de pesquisa organizacional
Sauermann e Stephan (2013)	Especificidades da lógica científica acadêmica, diferenciando-a da lógica institucional da ciência industrial
Fabian (2000)	Tomada de posições dos agentes do campo, a partir de pressões científicas (internas ao campo) e pragmáticas (externas ao campo) na pesquisa acadêmica em administração
Johnson e Podsakoff (1994)	Influência dos <i>journals</i> na área
Conlon <i>et al.</i> (2006)	Aspectos institucionais na escolha de tópicos “relevantes” e padrões de co-autoria (influência dos <i>special issues</i> e <i>redes de co-autoria</i>)

Fonte: Elaborado pela autora.

2.4 A Construção do Conhecimento Científico nesta Tese

Esta tese defende a ideia de que o processo de construção de um determinado corpo de conhecimento científico está associado não só a aspectos epistemológicos puramente definidos a partir de critérios de cientificidade, mas também à dinâmica de relações de forças presente no campo, o que confere um caráter político-social, e não somente técnico, à construção do conhecimento. Nesse sentido, a ciência é um conhecimento que se constrói política e socialmente, uma vez que envolve um processo de lutas e disputas entre atores em um campo social, possuindo todo um contexto que

permite sua emergência, legitimidade e institucionalização. Sendo assim, a estrutura teórica da pesquisa tem como principal ponto de referência a abordagem construcionista estruturalista de campos, a qual considera o campo científico um campo social e agrega outras contribuições de natureza construtivista que têm apoiado esta visão do campo.

O estudo admite que o processo de construção do conhecimento científico está intimamente relacionado com a dinâmica do próprio campo científico, que se define empiricamente a partir de conflitos e disputas de poder e recursos em torno de uma lógica própria, a saber, o monopólio da autoridade científica. Isto implica que se considere que as relações de poder em um campo científico estejam presentes na produção de seu conhecimento, isto é, no modo em que este é construído e se forma ao longo do tempo. O conhecimento é então um produto do campo, constituindo-se pela própria dinâmica deste e pelo seu jogo, no qual autores, instituições, revistas, temas, teorias, metodologias e objetos de pesquisa surgem, se institucionalizam ou se enfraquecem e são descontinuados de acordo com a posição e com os capitais adotados pelos agentes individuais e coletivos que fazem parte do campo.

O campo da ciência é um campo social como outro qualquer, que apresenta relações de forças, lutas, estratégias, interesses e ganhos (BOURDIEU, 1983a), porém caracterizado por uma lógica própria (disputa em torno do monopólio de autoridade científica), regras de jogos próprios (publicação em revistas, critérios de qualificação de pesquisadores (bolsista produtividade) e instituições (notas Capes), entre outros) e posições disputadas assim como em outros campos. O campo científico é deste modo um campo de forças, cuja estrutura é definida pela distribuição contínua dos capitais específicos, possuídos e valorizados, em determinado momento pelos agentes e instituições que atuam no campo. Nesse sentido, é um espaço de competição no qual se confrontam os agentes que trabalham para valorizar o seu próprio capital, por meio de estratégias de preservação ou transformação da estrutura (BOURDIEU, 1991).

O esquema conceitual defendido nesta tese aproxima a teoria sobre o campo científico de Bourdieu à teoria geral de campos de Fligstein e McAdam (2011; 2012) e a alguns fatores de influência na construção do conhecimento científico em Estudos Organizacionais, a fim de melhor justificar as ações dos agentes individuais e coletivos presentes no campo, expandindo seu entendimento para além somente das posições ocupadas.

Argumentamos que a dinâmica de um campo científico estabelecido se define em torno de regras particulares de jogo, que ajudam a articular e influenciar as posições, as tomadas de posições, o comportamento das unidades de governança, as práticas rotinizadas e os capitais, além de serem influenciadas pelos objetivos do campo. São essas regras do jogo que são levadas em conta pelos agentes para atingir seus objetivos e tomar seus posicionamentos no campo.

Entretanto, assumimos que a caracterização do campo de estudos organizacionais como um campo científico não é algo definido conceitualmente, mas deve ser observável empiricamente. Isto nos leva a recorrer, nesta pesquisa, a análise de um capital, denominado de argumentativo, que auxilia os autores a argumentarem sobre suas contribuições acadêmicas quando estruturam um artigo científico – produto final do processo de construção de conhecimento. Considerando que o capital linguístico está relacionado ao modo como os acadêmicos se diferenciam uns dos outros a partir do uso que fazem e do conhecimento que possuem da língua e que o capital científico está associado, dentre outras coisas, a descobertas e contribuições originais e reconhecidas ao desenvolvimento da ciência, tais como publicações em revistas de prestígio ou formulação de novas teorias. (BOURDIEU, 2004b), argumentamos que a junção destes dois capitais – linguístico e científico – resultou, neste trabalho, no que denominamos de capital argumentativo.

De forma a compreendermos se o campo de estudos organizacionais se caracteriza ou não como um campo científico, partimos do pressuposto que o capital argumentativo deve se localizar retoricamente dentro dos limites do campo científico, isto é, fazendo uso exclusivo da estratégia retórica caracterizada como discurso científico interno, conforme o estudo de Locke e Golden-Biddle (1997). A existência de outros tipos de estratégias retóricas que buscam a fonte de legitimação na prática ou em outras disciplinas indica que o campo de estudos organizacionais não é configurado como um campo autônomo e demarcado com relação a outros campos práticos ou outras áreas de conhecimento. No decorrer da nossa pesquisa de campo buscamos identificar as estratégias retóricas utilizadas pelos autores nos artigos científicos veiculados em revistas nacionais e internacionais, construindo novas categorias de estratégias retóricas que se legitimam com base nestas relações “externas” ao campo científico.

Este capital argumentativo diz respeito a como os agentes constroem retoricamente seus textos, visando argumentar a contribuição de seus trabalhos. Trata-se, portanto, de uma construção retórica sobre o conhecimento científico e não necessariamente de uma contribuição teórica e real sobre este conhecimento. Por isso, não se tratou de discutir aqui sobre o mérito efetivo de uma contribuição, mas sim sobre como os agentes argumentam sobre suas contribuições.

Outro ponto importante se refere às estratégias de legitimidade de contribuição científica (LOCKE e GOLDEN-BIDDLE, 1997) que são encontradas em um campo científico estabelecido e autônomo, uma vez que a legitimidade interna em um campo científico apresenta seu próprio escopo de justificativas para cancelar um conhecimento como científico. Essas estratégias se resumem à coerência progressiva, coerência sintetizada, não-coerência, incomensurabilidade, inadequação e incompletude, conforme visto anteriormente.

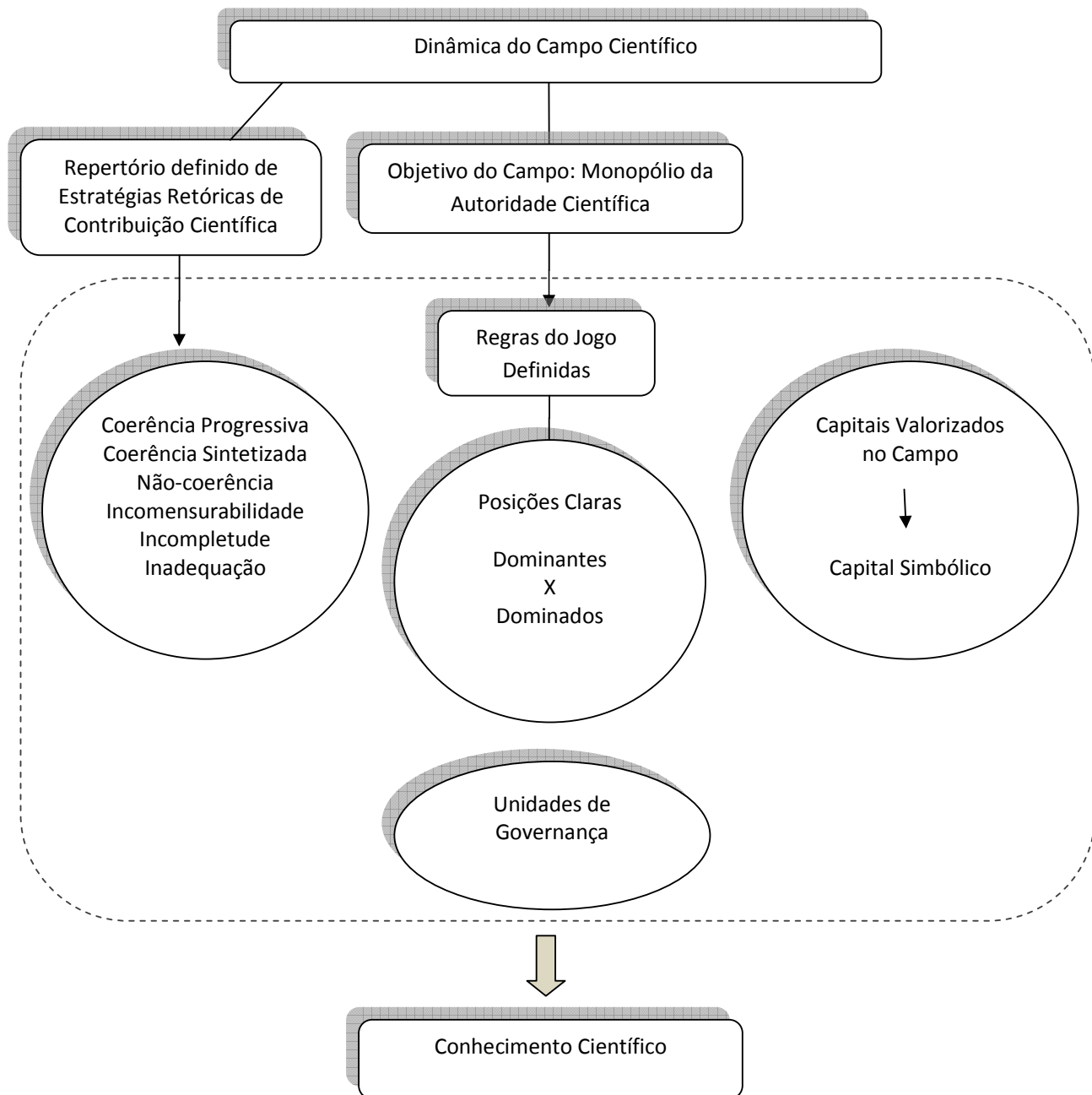
Embora o capital social seja um aspecto importante no campo, este fator não foi enfatizado em nosso esquema uma vez que foi amplamente estudados trabalhos como Rossoni e Guarido Filho (2007), Rossoni e Machado-da-Silva (2007) e Guarido Filho (2008), dentre outros.

O impacto do contexto histórico também é um fator de influência importante na construção do conhecimento científico em Estudos Organizacionais (NEWTON, 2010) e que pode interferir não só nas estratégias de ação dos atores, mas também na evolução dos capitais valorizados no campo, como o capital argumentativo, o capital econômico ou o capital científico. Dependendo do momento histórico do campo, este pode se apresentar mais incipiente e conformado com um conjunto específico de capitais e ao longo do tempo ir modificando ou ajustando os capitais que valoriza, até chegar a um momento histórico de maior maturidade. Assim, o contexto e a evolução histórica podem conformar as práticas adotadas pelos agentes, modificando suas estratégias de luta e seus capitais, influenciando em suas posições e tomadas de posições. Foi em função disto que optamos por um estudo longitudinal.

A estrutura de um campo científico estabelecido e autônomo, definida pela lógica interna (disputa do monopólio da autoridade científica), pelas regras do jogo e pelo posicionamento dos atores, definidos pela posse dos diferentes capitais – argumentativo, econômico e científico – acumulados pelos agentes ao longo do tempo. Argumentamos

aqui que esses diferentes elementos no campo científico se associam a fatores de influência, tornando mais complexo o processo de construção do conhecimento científico de Estudos Organizacionais e o expandindo para além da dinâmica relativa ao campo científico proposta por Bourdieu. A seguir, procuramos destacar nossa proposta conceitual em um diagrama teórico-analítico.

Figura 2 – Dinâmica do Campo Científico



Fonte: Elaborado pela autora.

3 METODOLOGIA

Visando responder à pergunta desta tese foi necessário construir um desenho de pesquisa que apresentasse orientações metodológicas que estivessem de acordo com as bases teóricas utilizadas, privilegiando a perspectiva sociológica da ciência e a análise do processo longitudinal de construção do conhecimento.

Em um modelo conceitual que tenha como base a teoria de campos, é inviável separar as dimensões teóricas e empíricas da pesquisa. Assim, a construção do objeto de pesquisa necessariamente reside em pressupostos (e teorias) sobre o mundo social, assim como cada subsequente decisão metodológica. Aparentemente trivial, uma decisão metodológica pode ser de grande importância teórica, pois a decisão de que métodos científicos sociais empregar deve ser feita não com antecedência, mas várias vezes no decurso do processo de construção de um objeto. Nenhuma abordagem metodológica, portanto, deve ser excluída *a priori*, devendo o pesquisador ir e voltar entre a construção do objeto e a produção dos dados necessária para tal evento (EMIRBAYER e JOHNSON, 2008). Nesse sentido, houve diversas idas e vindas no desenho e nas escolhas metodológicas, a fim de tentar melhor relacioná-las aos objetivos da pesquisa, mas também levando-se em consideração o tempo para a realização da mesma e a acessibilidade aos dados.

O uso da teoria de campos como uma ferramenta para a análise organizacional pede que se faça a conexão micro-macro, que requer dados de diferentes níveis de análise, permitindo que os aspectos relacionais de sua teoria sejam explorados. Para tanto, são necessárias competências e métodos apropriados de pesquisa, o que pode incluir certa diversidade nas escolhas metodológicas, abrangendo técnicas qualitativas e quantitativas (VAUGHAN, 2008).

Muito se têm tentado dispor das metodologias qualitativa e quantitativa como paradigmas competitivos e excludentes de pesquisa em ciências sociais, demarcando inclusive mercados e áreas de atuação entre estas duas tradições. Contudo, algumas premissas nos ajudam a pensar que estas duas abordagens estão profundamente relacionadas. Nesse sentido, é incorreto supor que a pesquisa qualitativa tem o monopólio da interpretação, enquanto a pesquisa quantitativa chega a conclusões de forma automática, uma vez que os dados não podem falar por si mesmo, ainda que tenham sido processados via modelos estatísticos sofisticados. Entendemos que ambas

se complementam, principalmente para justapor diferentes visões acerca de um fenômeno, para guiar a análise dos dados levantados ou para fundamentar a interpretação destes de modo mais detalhado (BAUER, GASKELL e ALLUM, 2007). Assim, procuramos reunir neste estas duas pesquisas, apesar de reconhecermos o pouco aprofundamento da técnica quantitativa explorada aqui.

3.1 Retomando o Problema

Conforme explicitado no início do trabalho, a pergunta desta pesquisa foi: *como se deu o processo de construção de conhecimento na área de Estudos Organizacionais no Brasil?*

A fim de respondê-la, especificamos alguns passos intermediários – ou objetivos específicos – que nos nortearam. Foram eles:

- a. Identificar, a partir de uma ótica longitudinal, a evolução da produção científica dos pesquisadores da área;
- b. Compreender quais são as principais estratégias de legitimidade da contribuição científica apresentadas nos principais artigos científicos – resultado deste processo de construção;
- c. Desvendar como as principais estratégias de legitimidade apresentadas nos artigos se diferenciam retoricamente;
- d. Analisar como os autores estabeleceram e diferenciaram suas estratégias de legitimidade de contribuição científica em suas produções no campo, em diferentes momentos históricos;
- e. Identificar redes de estratégias de legitimidade de contribuição científica x atores (individuais e/ou institucionais) presentes no campo;
- f. Mapear como estas redes influenciaram as posições dos jogadores-atores no campo ao longo da história e como estas influenciaram o processo de construção de conhecimentos em Estudos Organizacionais.

Assim, as categorias analíticas focadas neste estudo foram: evolução da produção científica, estratégias de legitimidade da contribuição científica, diferenças de estruturas retóricas e redes de atores. Essas categorias – e suas possíveis transformações ao longo do tempo – permitiram compreender melhor as posições no campo e sua influência no processo de construção do conhecimento científico em Estudos Organizacionais no Brasil.

3.2 Coleta de Dados

A coleta de dados teve como ponto de partida a seleção de artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, uma vez que buscamos analisar o processo de construção do conhecimento no campo científico e o artigo pode ser considerado um produto deste processo. Tomamos como referência o estudo de Locke e Golden-Biddle (1997), que analisou o processo de construção retórica de oportunidades de contribuição científica em estudos organizacionais, tendo como base um conjunto de artigos publicados em dois periódicos.

Foi construída então uma base de dados no Excel que centralizou as informações em torno dos artigos publicados no período de 1960 a 2014. A partir do artigo, foram coletadas informações relativas às regras de jogo de um campo científico: publicação em revistas (atualmente ranqueadas); programas de vinculação institucional (atualmente ranqueados) e bolsistas produtividade em pesquisa CNPq (atualmente ranqueados). Também foram consideradas informações relativas ao ano de publicação, temas, categorias de estratégias de legitimidade de contribuição científica, autor(es) e país de formação acadêmica.

A ideia de reunir estes dados distribuídos em torno das regras de jogo do campo se justificou em função de muitos serem considerados como uma possibilidade para indicar as tomadas de posição e posições dos agentes, tais como estrato Qualis do periódico, nota do programa de vinculação e categorias de estratégias de legitimidade de contribuição científica. O estrato Qualis Capes dos periódicos também pode ser um indicativo do capital científico dos agentes. Já os autores e instituições de vínculo são considerados fundamentais para relacionar as estratégias de legitimidade de contribuição científica, por serem os agentes individuais e coletivos presentes no campo. Os dados sobre bolsistas produtividade em pesquisa CNPq, além de poderem ser interpretados

como indicadores do posicionamento no campo, também se coloca como um dado referente ao capital econômico.

Como se tratou de um mapeamento longitudinal, dos anos 60 até o ano de 2014, algumas informações poderiam mudar e procuramos considerar a informação condizente com a época de publicação do artigo. Isso aconteceu com informações como programas de vinculação institucional que se modificaram em alguns casos. O Qualis Capes foi atualizado na planilha conforme a tabela de 2014, divulgada pela instituição. Inicialmente reunimos os artigos em uma mesma planilha, porém, como estes dados iriam alimentar o *software* utilizado para proceder à visualização dos dados, decidimos dividi-la em duas, uma para os artigos de periódicos brasileiros e outra para artigos de periódicos estrangeiros. A primeira planilha totalizou 873 linhas e a segunda 191, somando 1.064 linhas, distribuídas em 13 colunas.

Como resultado, a pesquisa contou com um mapeamento da produção científica em Estudos Organizacionais no Brasil, no qual foram analisados 500 artigos científicos publicados entre os anos 60 e o ano de 2014. Destes 500 artigos, 430 foram publicados em periódicos nacionais e 70 em periódicos estrangeiros, tendo estes sido escritos por pesquisadores brasileiros bolsistas em produtividade do CNPq. A inclusão destes artigos na pesquisa se deu em função de uma possível comparação entre as estratégias de legitimidades de contribuição científica utilizadas nestes dois tipos de periódicos. Esta coleta foi feita a partir de cortes temporais que permitiram analisar as décadas de 60, 70, 80, 90 e 2000 e o período 2010-2014. A quantidade de artigos analisados por década pode ser encontrada na tabela a seguir:

Tabela 1 – Quantidade de Artigos Analisados por Década

Período Analisado	Quantidade
Anos 60	9
Anos 70	18
Anos 80	23
Anos 90	54
Anos 2000	190
Anos 2010 a 2014	206

Fonte: Dados da pesquisa

Inicialmente, a escolha dos artigos se deu considerando artigos dos 6 periódicos classificados como A2 no Qualis Capes 2012, RAP, RAE, Rausp, O&S, RAC e BAR.

Com o tempo, foram incluídas 22 revistas classificadas nos estratos B1 e B2 do Qualis Capes 2012, conforme tabela 2, a fim de termos uma seleção mais diversificada da produção científica do campo. Foram escolhidos periódicos que pudessem apresentar publicações em Estudos Organizacionais e por isso foram descartados aqueles específicos de outras áreas, tais como Finanças, Marketing, Contabilidade, dentre outros. Cabe ressaltar que essa escolha foi feita no início da pesquisa e ao final, em nova classificação Qualis Capes (2014), algumas destas revistas foram reclassificadas para um estrato mais alto ou mais baixo, conforme tabela 2.

A partir da escolha destes periódicos, foram pesquisados artigos sobre Estudos Organizacionais nas 1.635 edições disponíveis, considerando as temáticas características a esta área, conforme as áreas temáticas relativas à divisão acadêmica de Estudos Organizacionais do EnANPAD. Assim, foram identificados 2.217 artigos, 1.199 de revistas A2 e 1.018 de revistas B1 e B2. Por limitações de tempo e recursos, decidimos por um recorte neste universo e extraímos uma amostra estratificada (LEVIN e FOX, 2004) de 430 artigos, 216 artigos de revistas A2 e 214 artigos de revistas B1 e B2, a partir de estratos divididos conforme as temáticas da área no EnANPAD.

Tabela2 - Periódicos Analisados e Classificação Qualis Capes

	Periódicos Brasileiros	Qualis Capes 2012	Qualis Capes 2014
1	Brazilian Administration Review BAR	A2	A2
2	Base - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS	B2	B2
3	Cadernos EBAPE.BR	B1	A2
4	Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão	B2	B3
5	Desenvolvimento em Questão	B1	B2
6	Faces	B1	B2
7	Gestão & Regionalidade	B1	B2
8	Gestão e Planejamento	B2	B3
9	Organizações & Sociedade - O&S	A2	A2
10	Pretexto	B2	B3
11	RAC. Revista de Administração Contemporânea	A2	A2
12	RAE - Revista de Administração de Empresas	A2	A2
13	RAM. Revista de Administração Mackenzie	B1	B1
14	RAUSP - Revista de Administração da Universidade de São Paulo	A2	A2
15	REAd. Revista Eletrônica de Administração	B1	B1
16	RECADM : Revista Eletrônica de Ciência Administrativa	B2	B5
17	REGE. Revista de Gestão USP	B2	B3
18	Revista Alcance	B2	B3
19	Revista Brasileira de Gestão de Negócios - RBGN	B1	A2
20	Revista de Administração da UFSM - ReA	B2	B2

21	Revista de Administração da Unimep - RAU	B1	B2
22	Revista de Administração e Inovação - RAI	B1	B2
23	Revista de Administração Pública - RAP	A2	A2
24	Revista de Ciências da Administração - RCA	B1	B2
25	Revista Economia & Gestão	B2	B3
26	Revista Gestão Social e Ambiental - RGSA	B2	B2
27	Revista Gestão & Tecnologia	B2	B3
28	RGO. Revista Gestão Organizacional	B2	B5

Fonte: Elaborado pela autora a partir de documentos Qualis Capes.

Para a seleção dos artigos de pesquisadores nacionais publicados em revistas internacionais, verificamos junto ao *website* do CNPq os pesquisadores bolsistas em produtividade na área de Administração e após pesquisa no *Curriculum Lattes* de cada um, identificamos 70 artigos considerados como pertencentes à área de Estudos Organizacionais, devido às temáticas que abordavam. Como a seleção aqui foi feita inicialmente a partir do artigo, os estratos de classificação dos periódicos correspondentes são variados, indo de A1 até sem classificação Qualis Capes (SQ) ou sem classificação Qualis Capes em Administração (SQ ADM). Deste modo, reunimos estes 70 artigos aos 430 artigos de periódicos nacionais e compomos nossa base de dados de 500 artigos para a análise.

Em seguida, foi mapeada a evolução quantitativa das áreas temáticas relativas à divisão acadêmica de Estudos Organizacionais do EnANPAD. Como o tema Organizações (equivalente ao que hoje conhecemos por Estudos Organizacionais) surgiu em 1985, evoluiu para Teoria das Organizações e Comportamento Organizacional em 2001 e só foi subdividido conforme a configuração atual no ano de 2009, estabelecemos para o período dos anos 60 até o ano 2000 a mesma média de porcentagem de artigos de Teoria das Organizações e Comportamento Organizacional que houve entre 2001 e 2008, período em que só havia essa duas divisões no EnANPAD, o que se mostrou coerente com o volume de publicações nesses temas, que encontramos nos periódicos do campo, durante este período sem divisão.

A partir do mapeamento da quantidade de publicações nos diferentes temas do EnANPAD, ao longo do tempo, tomamos estes números como parâmetro para a escolha dos artigos publicados nos periódicos brasileiros, uma vez que as revistas não costumam definir áreas temáticas para seus artigos, classificando-os, no máximo e em alguns casos, como Estudos Organizacionais. Com isso, procuramos fazer com que nossa amostra

pudesse retratar melhor a produção do campo, sem o risco de pender para uma área temática e não representar devidamente o conjunto de temas, ao longo dos anos.

A escolha da amostra de 500 artigos na base de 2.217 artigos se deu visando abarcar textos e autores de referência na área e textos e autores menos conhecidos, a fim de garantir maior equilíbrio na distribuição dos agentes, tendo em vista que buscamos compreender seus posicionamentos. Todos os 500 artigos foram inseridos e categorizados com a ajuda do *software* QDA Miner.

Também realizamos uma pesquisa documental em materiais e documentos digitalizados oriundos de instituições acadêmicas, órgãos de apoio e fomento à pesquisa, dentre outras organizações que puderam disponibilizar informações relevantes, tais como ANPAD, CAPES e CNPq. O principal objetivo aqui foi investigar a evolução das áreas temáticas, rankings de periódicos e programas de pós-graduação, recursos destinados a pesquisadores e dados históricos sobre a evolução do campo.

3.3 Tratamento dos Dados

Utilizamos aqui algumas técnicas visando analisar os dados coletados na pesquisa. A seguir, detalhamos essas escolhas.

3.3.1 Análise Retórica

Optamos neste estudo por realizar dois diferentes tipos de análise retórica. A primeira delas consistiu em analisar as estratégias de legitimidade apresentadas nos artigos com o objetivo de acessar as contribuições científicas dos atores em ação no campo de Estudos Organizacionais.

Apesar de voltar-se bastante para o uso político, a análise retórica permite revelar premissas compartilhadas e subjacentes em textos e na comunicação de modo geral (SUDDABY e GREENWOOD, 2005).

A retórica é tradicionalmente uma disciplina baseada na linguagem, relacionada à lógica, composição, argumentação e estilo (O'CONNOR, 1996; LOCKE e GOLDEN-BIDDLE, 1997). Pode ser entendida como o ato de persuadir, isto é, sensibilizar o outro para agir; como uma análise dos atos de persuasão ou ainda como uma cosmovisão sobre o poder persuasivo do discurso, ou seja, uma crença sobre o poder da linguagem e

do discurso para estruturar nossos sistemas de representação e percepção do mundo. (LEACH, 2007).

Nesta tese nos centramos neste segundo entendimento de retórica, isto é, na análise dos atos de persuasão, a fim de compreender como os pesquisadores apresentam e defendem suas contribuições científicas, dado que estudos sobre retórica buscam desvelar a estrutura argumentativa presente nos discursos praticados e questionar por que eles são persuasivos.

Durante o período clássico e medieval a retórica foi uma disciplina central, contudo, durante o Iluminismo passou a ser fortemente criticada em virtude do privilégio do pensamento cartesiano-racionalistadas novas “ciências”, que a considerava quase como uma fraude sutil. No século XX, porém, é retomada por autores que a entendem menos em seu conteúdo moral e mais em suas estruturas de argumentação (LEACH, 2007). Isto porque um dos elementos essenciais da atividade científica é comunicar, implicando em persuadir seus leitores sobre o que é importante ou não e por isto a pesquisa científica pode ser entendida como uma forma retórica com regras e meios específicos de engajamento.

Recentemente, tem sido usado o termo “nova retórica” para demarcar a tentativa de compreender cientificamente como mudanças ou substituições de significados acontecem no contexto da mudança social. Seguindo a “virada linguística” nas ciências sociais, há crescente interesse no uso da análise retórica na teoria organizacional. Esta análise se interessa pelo papel da linguagem em estruturar a ação social, mas tem um foco específico na persuasão e na influência. Enquanto a análise do discurso vê a linguagem como uma forma de prática social e busca analisar como o texto funciona a partir destas práticas, a análise retórica, principalmente a “nova retórica”, restringe seu foco para a identificação de gêneros ou padrões recorrentes de interesses, objetivos, e pressupostos compartilhados que estão embutidos em textos persuasivos (SUDDABY e GREENWOOD, 2005).

Ao se fazer uma análise retórica é preciso ter em mente algumas categorias e questões orientadoras sobre o discurso, que revelam aspectos como quem/o que/onde/ quando e por que da análise retórica. A retórica foi dividida por Cícero em cinco cânones ou partes que nos servem para a sua análise (LEACH, 2007). Apesar desta

classificação ser muito antiga, essas categorias ainda são úteis na análise retórica. São elas: invenção, disposição, estilo, memória e apresentação.

Sobre a *invenção*, podemos dizer que está relacionada à origem dos argumentos e a como os oradores inventam os argumentos em relação aos seus objetivos. Dividem-se em: *ethos*, *pathos* e *logos*. *Ethos* é uma categoria que trata da forma persuasiva que se fundamenta no estabelecimento de uma credibilidade ou autoridade do autor. Outra categoria é *opathos*, que apela para disposições passionais, levando (ou manipulando) o ouvinte a experimentar emoções. Já o *logos* consiste na utilização de argumentos lógicos para convencer o público de sua validade. Está muito relacionado ao discurso científico (LEACH, 2007).

O ideal científico de uma racionalidade pura, considerando apenas argumentos em favor do *logos*, sem *pathos* ou *ethos* é ilusório. Todavia, é possível preservar este ideal de persuasão científica, mantendo uma retórica que privilegia o *logos* e reduza o *ethos* e o *pathos* na comunicação científica (BAUER, GASKELL e ALLUM, 2007).

A *disposição* se refere a como a obra está organizada e relacionada aos argumentos que defende, de modo a persuadir que algumas coisas são mais importantes que outras. O *estilo* também se torna importante, já que relaciona forma e conteúdo. O artigo científico, por exemplo, tem um estilo próprio, que nos sugere objetividade em seus achados. A *memória* analisa o acesso que o locutor possui ao conteúdo de seu discurso e atualmente se relaciona às memórias culturais partilhadas pelos autores e pelo público. Por fim, a *apresentação*, mais associada a discursos orais, está ligada à apresentação da fala, que pode se diferenciar conforme o estilo de fala adotado (LEACH, 2007).

Por produzir argumentações sobre argumentações a análise retórica é, por si, um ato discursivo. Os discursos acadêmicos são passíveis de análise uma vez que fazem uso das estruturas de argumentação clássica, recorrendo à credibilidade e à lógica. Tendo em vista esta reflexividade, podemos avaliar nossos próprios textos a partir destes critérios retóricos. Todavia, é necessário atentar para a amplitude que a análise retórica pode chegar em sua aplicação, considerando as diferentes categorias de análise. Em função disto, é importante que se construa uma estrutura de análise particular para cada caso, considerando que esta é uma análise interpretativa. De igual modo, a identificação de seu contexto, isto é, de um recorte no tempo e no espaço, também oferece um sentido

particular e temporário ao ato discursivo, conforme o entendimento de seu público naquela ocasião (LEACH, 2007).

Uma das abordagens específicas em pesquisa retórica central aqui é conhecida como análise retórica de textos científicos ou do método científico (GUSFIELD, 1976). A definição utilizada por Locke e Golden-Biddle (1997), que se fundamenta na tradição aristotélica de retórica como um argumento honesto destinado para uma audiência, se aplica ao nosso estudo, pois tão logo os cientistas componham ideias para apresentar a um público determinado, geralmente, via artigos veiculados em revistas acadêmicas, eles se envolvem na prática da retórica.

As análises retóricas de ciência costumam ver os textos científicos como dados para examinar argumentos ou afirmações do texto, incluindo aquelas referentes às contribuições. A proposta desta análise é incorporar não somente o conteúdo das argumentações ou afirmações, mas também como elas dão suporte e rendem créditos ao texto, tendo como foco central a identificação de características textuais e práticas retóricas que ajudarão a suportar a validade dos argumentos (LOCKE e GOLDEN-BIDDLE, 1997).

Segunda as autoras, esta análise se funda em uma visão construtivista da ciência, já que a análise empírica desta prática traz duas implicações: a primeira é que a ideia de contribuição científica é um fenômeno construído e a segunda é que o significado da contribuição emerge não da apresentação dos “fatos” ou dados brutos, mas do desenvolvimento de argumentos sinceros para transmitir conhecimentos destinados para o público acadêmico. Ademais, os textos científicos buscam persuadir os leitores a verem um fenômeno de um modo particular, evocando as práticas retóricas para validar suas conclusões.

O estudo de Locke e Golden-Biddle (1997), por exemplo, apresentou dois processos de construção de oportunidades para contribuição científica, através da análise retórica: coerência intertextual e problematização da situação. Em ambos, são utilizados como unidade de análise expressões, frases e trechos dos textos selecionados. Entretanto, vale à pena observar que estas estratégias de legitimidade são circunscritas ao campo científico propriamente dito, em outras palavras são estratégias utilizados por pesquisadores para outros pesquisadores. Nosso material empírico revelou a existência de outras estratégias de legitimidade direcionadas para “fora” do campo. Estas

estratégias foram classificadas a partir de um olhar indutivo, construindo as categorias retóricas a partir dos dados empíricos.

Assim, as estratégias de legitimidade identificadas nos textos analisados foram categorizadas a partir de uma análise de conteúdo (BARDIN, 2006), por se tratar de textos que carregam em si conteúdos que revelam não só a forma de expressão dos autores que o enunciam, como também significações que permitem a interpretação do pensamento subjacente ao texto. A unidade de análise tomada como referência para a análise categorial foi o tema. Para a definição das categorias optamos por uma grade de análise mista, conforme apontado anteriormente, definindo preliminarmente as categorias pertinentes à pesquisa, porém admitindo inclusões ou exclusões destas durante o processo de análise (VERGARA, 2005).

Para fazer a categorização das estratégias de legitimidade da contribuição científica optamos por analisar a introdução dos artigos, tendo em vista que em geral é neste tópico que os autores apresentam e defendem as contribuições de seus trabalhos. Foram considerados os trechos em que os autores argumentavam sobre a importância ou o diferencial de seu trabalho perante o estado do campo, sobre o por que da escolha do objeto de estudo e sobre as contribuições oferecidas pelo estudo. Esse processo produziu 1.062 segmentos de textos. Não tivemos a intenção de avaliar se a contribuição era ou não relevante ou mesmo se o artigo se propunha a alcançar aquilo que estava defendendo em sua argumentação. Foi durante esta fase que observamos a recorrência de alguns padrões de frases conforme as diferentes categorias estabelecidas. Ao final, os dados relativos à categorização foram inseridos na base de dados.

A fim de conferir maior confiabilidade à categorização, procedemos a uma dupla e independente checagem nesta etapa, feita com base em uma amostra de 50 artigos, isto é, 10% da amostra trabalhada no estudo. A intenção deste procedimento foi de garantir a consistência na avaliação e análise das categorias em diferentes tentativas por distintos pesquisadores (GASKELL e BAUER, 2007; KIRK e MILLER, 1986).

Foram realizadas duas categorizações. Inicialmente utilizamos algumas das categorias identificadas pelo estudo de Locke e Golden-Biddle (1997) e diversas outras que surgiram durante a análise dos artigos. Contudo, chegamos a um número excessivo de categorias, que se mostrou repetitivo e por vezes desviante da questão de pesquisa, o que não nos ajudaria a respondê-la. Sendo assim, ainda no decorrer da análise,

procedemos a uma nova categorização, reunindo apenas o que estava surgindo nos dados e estava relacionado ao nosso problema de pesquisa e procedemos a uma nova categorização. Deste modo, chegamos às quatro grandes categorias sobre as estratégias de legitimação das contribuições científicas presentes neste trabalho: discurso científico interno, discurso científico externo, discurso da prática e discurso da diferenciação. Além disto, também identificamos a categoria sem discurso específico e mais onze diferentes combinações das quatro principais categorias que eventualmente apareceram nos textos dos artigos. As categorias, suas definições e suas combinações podem vistas conforme tabela 3.

Tabela 3 - Categorias, Definições e Combinações - Estratégias de Legitimidade de Contribuição Científica

Categorias, Definições e Combinações	Código
Discurso científico interno	DCI
Conjunto de estratégias de legitimidade de contribuição científica que tem como ponto de referencia o próprio campo científico, isto é, são estratégias utilizadas por pesquisadores que se referem a outros pesquisadores do próprio campo. Essas estratégias se desdobram em: 1) construção de coerência intertextual: <i>coerência progressiva</i> , <i>coerência sintetizada</i> e <i>não-coerência</i> e 2) problematização da situação: <i>incomensurabilidade</i> , <i>incompletude</i> e <i>inadequação</i> .	
Discurso científico externo	DCE
Estratégias de legitimidade de contribuição científica que têm como ponto de referência outros campos científicos, isto é, são estratégias utilizadas por pesquisadores de estudos organizacionais que dialogam com outros trabalhos científicos exteriores à administração, justificando o estudo a partir de temas comuns e explorados por outras disciplinas.	
Discurso da prática	DP
Conjunto de estratégias de legitimidade de contribuição científica que consistem na contribuição que privilegia problemas práticos, soluções para as organizações ou para a sociedade de forma geral e focam na relevância prática da pesquisa acadêmica. Apresenta uma fala não só para o meio científico-acadêmico, mas também para outros atores da sociedade	
Discurso da diferenciação	DD
Estratégia de legitimidade de contribuição científica que defende suas contribuições através da assimilação crítica ou adaptação de teorias estrangeiras à realidade local e não somente uma simples repetição ou aplicação direta e acrítica de um modelo estrangeiro.	
Sem discurso específico	SDE
Quando nenhuma das estratégias de legitimidade de contribuição científica descritas acima é apresentada no texto.	
Discurso científico interno e Discurso científico externo	DCIE
Aparecimento destas duas estratégias de legitimidade de contribuição científica no texto.	

Discurso científico interno e Discurso da prática	DCIP
Aparecimento destas duas estratégias de legitimidade de contribuição científica no texto.	
Discurso científico interno e Discurso da diferenciação	DCID
Aparecimento destas duas estratégias de legitimidade de contribuição científica no texto.	
Discurso científico externo e Discurso da prática	DCEP
Aparecimento destas duas estratégias de legitimidade de contribuição científica no texto.	
Discurso científico externo e Discurso da diferenciação	DCED
Aparecimento destas duas estratégias de legitimidade de contribuição científica no texto.	
Discurso da prática e Discurso da diferenciação	DPD
Aparecimento destas duas estratégias de legitimidade de contribuição científica no texto.	
Discurso científico interno, Discurso científico externo e Discurso da prática	DCIEP
Aparecimento destas três estratégias de legitimidade de contribuição científica no texto.	
Discurso científico interno, Discurso científico externo e Discurso da diferenciação	DCIED
Aparecimento destas três estratégias de legitimidade de contribuição científica no texto.	
Discurso científico interno, Discurso da prática e Discurso da diferenciação	DCIPD
Aparecimento destas três estratégias de legitimidade de contribuição científica no texto.	
Discurso científico externo, Discurso da prática e Discurso da diferenciação	DCEPD
Aparecimento destas três estratégias de legitimidade de contribuição científica no texto.	
Discurso científico interno, Discurso científico externo, Discurso da prática e Discurso da diferenciação	DCIEPD
Aparecimento de todas as estratégias de legitimidade de contribuição científica no texto.	

Fonte: Elaborado pela autora.

Uma segunda análise retórica, de natureza mais qualitativa, foi realizada com o objetivo de analisar mais especificamente estes processos de construção de oportunidades para as contribuições científicas, a fim de perceber diferenças relativas às relações retóricas presentes nos trechos selecionados das estratégias de legitimidade de contribuição científica de maior ocorrência na análise. Optamos pela Teoria da Estrutura Retórica (*Rhetorical Structure Theory* – RST), fundada por Mann e Thompson (1988), com foco nas relações retóricas entre as estruturas do texto.

A Teoria da Estrutura Retórica surgiu como resultado do trabalho de uma equipe de pesquisadores do Instituto de Ciências da Informação da University of South California, a partir da ausência de uma teoria detalhada que pudesse ser usada na

programação de geração automática de textos. Atualmente, esta teoria tem um estatuto na Linguística independente de sua utilização na Ciência da Informação¹.

Esta abordagem traz uma combinação de características que têm sido úteis em diversos tipos de estudos discursivos, como, por exemplo, identificar a estrutura hierárquica do texto ou descrever a relação entre as partes do texto em termos funcionais (MANN e THOMPSON, 1988). Alguns estudos têm usado a RST como um enquadramento descritivo para investigar questões linguísticas como a análise de notícias transmitidas (NOËL, 1986) e discursos narrativos de oradores/ palestrantes japoneses e espanhóis (KUMPF, 1986).

O processo de análise da RST tem por objetivo oferecer um método estruturado e bem definido para explicar elementos na compreensão de um texto. Esta teoria não impõe ao pesquisador a necessidade de encontrar uma função estrutural para cada elemento do texto, mas considerando textos criados cuidadosamente, como os textos acadêmicos, é muito provável realizar uma análise que revele um papel estrutural a todos os elementos do texto (MANN e THOMPSON, 1988).

Focamos para esta pesquisa no conceito de relações para proceder à análise retórica. Relações são definidas para justificar a conexão entre duas extensões de texto, cunhadas de núcleo (N) e satélite (S). O núcleo é a asserção mais essencial ao texto e o satélite é, em geral, a asserção que irá apresentar algum papel em relação ao núcleo. Frequentemente os dois são adjacentes, mas outras ordens de apresentação são possíveis (MANN e THOMPSON, 1988).

A RST se caracteriza por um conjunto de convenções que definem os padrões de esquemas que representam as relações encontradas nos fragmentos de texto, conforme veremos no próximo capítulo. Nesses esquemas, as setas significam as relações, as linhas retas identificam o núcleo e os números, ou sequência de números, os fragmentos de texto correspondentes.

Mann e Thompson (1988) definem uma série de relações frequentemente encontradas em uma análise retórica, sem, contudo descartar a possibilidade de aparecimento de uma nova relação que ainda não tenha sido destacada pelos autores.

¹ Disponível em: <http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/intro.html>

Importante ressaltar que as definições das relações não se referem a questões morfológicas ou sintáticas, mas residem sempre em um julgamento funcional e semântico. No quadro a seguir, podemos acompanhar as relações, bem como suas respectivas condições para os núcleos (N) e satélites (S), as intenções do autor (A) e os efeitos no leitor (L).

Quadro 2 – Definição das Relações Retóricas - RST

Nome da relação	Condições em S ou N, individualmente	Condições em N + S	Intenção do A
Alternativa (anti-condicional)	em N: N representa uma situação não realizada em S: S representa uma situação não realizada	realização de N impede a realização de S	L reconhece a relação de dependência de impedimento que se estabelece entre a realização de N e a realização de S
Antítese	em N: A tem atitude positiva face a N	N e S estão em contraste (cf. a relação de Contraste); devido à incompatibilidade suscitada pelo contraste, não é possível ter uma atitude positiva perante ambas as situações; a inclusão de S e da incompatibilidade entre as situações aumenta a atitude positiva de L por N	A atitude positiva do L face a N aumenta
Avaliação	nenhuma	em N + S: S relaciona N com um grau de atitude positiva de A face a N	L reconhece que S confirma N e reconhece o valor que lhe foi atribuído
Causa involuntária	em N: N não representa uma ação voluntária	S, por outras razões que não uma ação voluntária, deu origem a N; sem a apresentação de S, L poderia não conseguir determinar a causa específica da situação; a apresentação de N é mais importante para cumprir os objetivos de A, ao criar a combinação N-S, do que a apresentação de S	L reconhece S como causa de N
Causa voluntária	em N: N constitui uma ação voluntária ou mesmo uma situação possivelmente resultante de uma ação voluntária	S poderia ter levado o agente da ação voluntária em N a realizar essa ação; sem a apresentação de S, L poderia não perceber que a ação foi suscitada por razões específicas ou mesmo quais foram essas razões; N é mais importante do que S para cumprir os objetivos de A, na criação da combinação N-S	L reconhece S como a causa da ação voluntária em N
Circunstância	em S: S não se encontra não realizado	S define um contexto no assunto, no âmbito do qual se pressupõe que L interprete N	L reconhece que S fornece o contexto para interpretar N
Concessão	em N: A possui atitude positiva face a N em S: A não afirma que S não está certo	A reconhece uma potencial ou aparente incompatibilidade entre N e S; reconhecer a compatibilidade entre N e S aumenta a atitude positiva de L face a N	A atitude positiva de L face a N aumenta
Condição	em S: S apresenta uma situação hipotética, futura, ou não realizada (relativamente ao contexto situacional de S)	Realização de N depende da realização de S	L reconhece de que forma a realização de N depende da realização de S
Elaboração	nenhuma	S apresenta dados adicionais sobre a situação ou alguns elementos do assunto	L reconhece que S proporciona informações

		apresentados em N ou passíveis de serem inferidos de N, de uma ou várias formas.	adicionais a N. L identifica o elemento do conteúdo relativamente ao qual se fornece pormenores
Evidência	em N: L pode não acreditar em N a um nível considerado por A como sendo satisfatório em S: L acredita em S ou considera-o crível	A compreensão de S por L aumenta a crença de L em N	A crença de L em N aumenta
Fundo	em N: L não compreende integralmente N antes de ler o texto de S	S aumenta a capacidade de L compreender um elemento em N	A capacidade de L para compreender N aumenta
Interpretação	nenhum	em N + S: S relaciona N com várias ideias que não se encontram diretamente relacionadas com N, e que não estão relacionadas com a atitude positiva de A	L reconhece que S relaciona N com várias ideias que não se encontram relacionadas com o conhecimento apresentado em N
Justificação	nenhuma	A compreensão de S por L aumenta a sua tendência para aceitar que A apresente N	A tendência de L para aceitar o direito de A a apresentar N aumenta
Motivação	em N: N é uma possível ação em que L é o ator (incluindo a aceitação de uma oferta), não realizada face ao contexto de N	A compreensão de S aumenta a vontade de L para executar a ação em N	A vontade de L para executar a ação em N aumenta
Propósito	em N: N é uma atividade; em S: S é uma situação que não se encontra realizada	S será realizado através da atividade de N	L reconhece que a atividade em N se inicia para realizar S
Reformulação	nenhuma	em N + S: S reformula N, onde S e N possuem um peso semelhante; N é mais central para alcançar os objetivos do A do que S	L reconhece S como reformulação
Resultado involuntário	em S: S não representa uma ação voluntária	N causou S; a apresentação de N é mais importante para cumprir os objetivos do A, ao criar a combinação N-S, do que a apresentação de S	L reconhece que N poderia ter causado a situação em S
Resultado voluntário	em S: S constitui uma situação ou ação voluntária possivelmente resultante de uma ação voluntária	N pode ter causado S; a apresentação de N é mais importante para cumprir os objetivos do A do que a apresentação de S	L reconhece que N pode ser uma causa da ação ou situação em S
Resumo	em N: N deve ser mais do que uma unidade	S apresenta uma reformulação do conteúdo de N, com um peso inferior	L reconhece S como uma reformulação mais abreviada de N
Solução	em S: S apresenta um problema	N constitui uma solução para o problema apresentado em S	L reconhece N como uma solução para o problema apresentado em S

Fonte: Adaptado de RST. Disponível em: <http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/definitions.html>.

A análise retórica fundamentada na RST proporciona uma explicação da coerência do texto, tendo em vista que cada parte do texto possui uma razão plausível para existir. Isto nos permitiu observar o uso do capital argumentativo, no sentido de identificar relações entre as partes do texto, revelando as estruturas retóricas e

argumentativas presentes neste, construídas de acordo com os objetivos dos autores ao defender suas contribuições científicas, via estratégias de legitimidade.

Assim, o estudo seguiu com uma análise retórica mais detalhada sobre as estratégias de contribuição científica mais frequentes utilizando a Teoria da Estrutura Retórica, enfocando as relações retóricas entre as estruturas presentes nos fragmentos de textos analisados. Para tanto, analisamos 60 dos diversos trechos selecionados durante a fase de categorização, porém, por limitações de espaço, apresentamos 40 destes casos aqui, no Apêndice 1.

3.3.2 *Análise de Redes*

Outro ponto relativo ao tratamento metodológico se refere à visualização de redes entre os agentes do campo e as estratégias de legitimidade de contribuição científica. Estes dados se referem a redes de estratégias de legitimidade de contribuição científica formadas por pesquisadores e instituições, que foram mapeados através da produção científica da área e da categorização feita na pesquisa. Assim, os dados relacionados às estratégias de legitimidade foram analisados por meio de técnicas de visualização de redes, fazendo uso de *software* específico para este tipo de objetivo, a fim de oferecer uma melhor compreensão destas, via representação gráfica.

O *software* de análise de redes gráficas Gephi foi utilizado aqui como um suporte para analisar visualmente e organizar os dados referentes às estratégias de legitimidade de contribuição científica, a partir de suas relações com os autores ou com as instituições de vinculação. Foram considerados dados como nós (estratégias de legitimidade, autores e programas de pós-graduação), arestas (ligações entre os nós), grau (número de ligações entre os diferentes nós) e grau ponderado (número de ligações entre diferentes nós, porém considerando a frequência de ligações a um mesmo nó).

A análise de redes como uma abordagem para mapear a evolução e utilização das estratégias de legitimidade de contribuição científica fornece uma metodologia mais integrativa e flexível para a visualização dos dados, reunindo determinantes sociais e metodológicos de ciência (MEUSER *et al*, 2016). Embora a análise de redes seja uma abordagem crescentemente utilizada em estudos de sociologia da ciência, que pesquisam redes de colaboração científica (NEWMAN, 2001; BARABÁSI *et al*, 2002; MOODY,

2004; LIU *et al*, 2005; ACEDO *et al*, 2006; LEAHEY e REIKOWSKY, 2008; SAID, 2008) e redes de citação e co-citação (PRICE, 1965; LENOIR, 1979; REDNER, 1998), focamos aqui em redes de estratégias de legitimidade de contribuição científica, a fim de visualizar como estas se configuraram em relação aos atores individuais e coletivos no campo, ao longo do tempo.

Os dados para a visualização das redes foram extraídos das planilhas de Excel, a partir do *software* Gephi. Como nosso objetivo era observar as redes formadas de acordo com as estratégias de legitimidade de contribuição científica, estas estratégias foram inseridas nas matrizes como um nó, juntamente com os atores. Desse modo, foi possível visualizar os atores relacionados a cada uma delas. Diversos cruzamentos foram realizados com o intuito de mapear o campo e investigar melhor as relações entre diferentes variáveis e as estratégias de contribuição científica. Assim, relacionamos estas estratégias aos autores, às instituições de vínculo, aos periódicos e aos temas dos artigos. Todavia, por questões de visualização e relevância, optamos por apresentar e discutir aqui somente os cruzamentos referentes aos autores e às instituições.

3.3.3 Análise de Correspondência

Um último ponto sobre o tratamento dos dados se refere à análise de correspondência, técnica de base estatística adotada por Bourdieu para lidar com variáveis qualitativas, a fim de representar espacialmente os dados de suas pesquisas. A fim de capturar o elemento relacional da teoria de Bourdieu, Emirbayer e Johnson (2008) sugerem alguns métodos, tais como a análise de correspondência, a análise de redes e levantamentos, que podem mapear o campo e conectar posições e tomadas de posições dentro dele.

De acordo com Rouanet, Ackerman e Le Roux (1998), uma das grandes contribuições da análise de correspondência é a representação espacial dos dados. Este ponto levou Bourdieu a preferir utilizar tal metodologia, dado que as diferenças, desvios e traços distintivos entre os indivíduos são calculados em termos espaciais, não somente como uma maneira de visualizar os dados, mas como uma integração entre uma “nuvem” ou espaço de indivíduos e uma “nuvem” ou espaço de propriedades/características. Em sua visão, tal análise utiliza um procedimento relacional que tem consonância com sua proposta de pensar em relações, como acontece, por exemplo, no conceito de campo.

Embora a análise de correspondência tenha sido utilizada por Bourdieu para investigar fatores como gosto, estilo de vida e *habitus* de classe, uma aproximação deste método foi usada neste estudo com a finalidade de mapear espacialmente e visualizar de forma mais detalhada as posições dos agentes no campo, de acordo com o acesso e a posse de capitais. Assim, mapeamos algumas frequências de combinações entre alguns dados e compomos, ainda que não por bases estatísticas mais avançadas, uma representação das posições no campo.

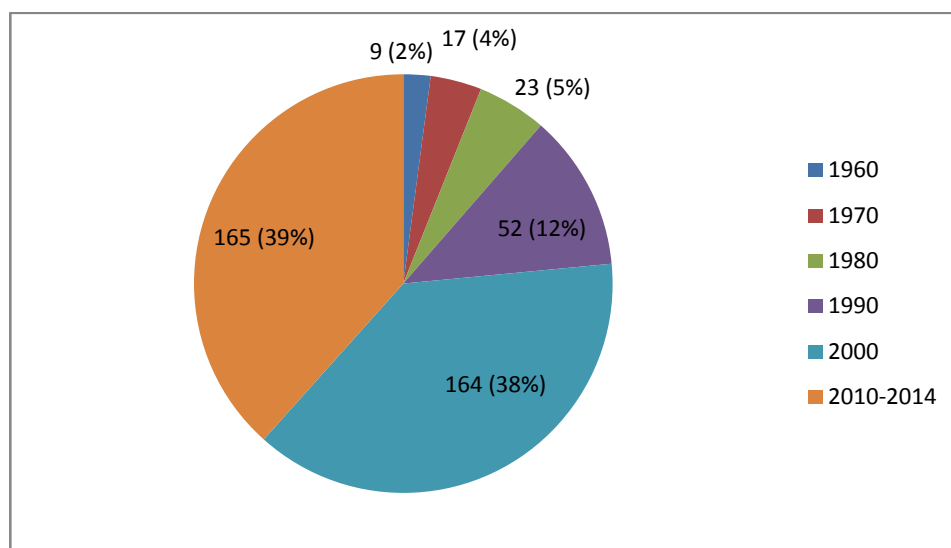
4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 A Evolução da Produção em Estudos Organizacionais no Brasil: anos 60 a 2014

Nesta parte do trabalho apresentamos uma descrição da trajetória do campo de estudos organizacionais, destacando aspectos históricos e institucionais, levantados a partir de pesquisa bibliográfica e documental, que influenciaram a produção científica em estudos organizacionais.

A produção científica nacional em Estudos Organizacionais teve seu início a partir dos anos 60 com o surgimento das primeiras revistas em Administração, RAUSP, RAP e RAE. A esta época, a produção era bem escassa e dos poucos artigos publicados, muitos eram de autores estrangeiros e se tratavam ou de traduções de artigos publicados em periódicos internacionais ou de produções realizadas por professores estrangeiros convidados para ministrar cursos no âmbito de programas de cooperação entre universidades internacionais americanas e brasileiras, tal como ocorreu na EAESP-FGV (ALCADIPANI e BERTERO, 2012). Além de poucas revistas nesta época, o número de edições também era pequeno, assim como se mostrou nos anos 70. A partir dos anos 80 e 90 a produção cresce pouco a pouco, mas é a partir dos anos 2000 que ocorre um salto quantitativo, conforme podemos observar no gráfico abaixo, relativo à amostra com a qual trabalhamos.

Gráfico 1 – Artigos Nacionais por Década – 60 a 2014



Fonte: Dados da pesquisa.

Nestes primeiros anos, a Administração ainda estava se constituindo como campo acadêmico, estabelecendo seus primeiros cursos de graduação e escolas, datadas a partir dos anos 40 e 50 (BARROS e CARRIERI, 2013), contando com pesquisadores estrangeiros ou com formação estrangeira, conforme levantamento sobre filiação institucional e formação acadêmica realizado neste estudo.

De acordo com os dados coletados, a produção científica em Estudos Organizacionais nos anos 60, 70 e 80 corresponde somente a 11% do total analisado. Contudo, é preciso notar que durante esses anos, só contávamos com três revistas no campo: RAP, RAE e RAUSP, que eram consideradas as principais vias para a publicação nacional.

Outro dado importante é que foi nos anos 70 que foram criados majoritariamente os primeiros programas de pós-graduação em Administração no Brasil, conforme podemos ver na tabela abaixo. Ainda nesta década, em 1976, foi criada a ANPAD, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração, a partir da iniciativa de 8 dos 14 programas existentes a época. Mas é só em 1985 que foi criada a divisão acadêmica “Organizações”, no IX EnANPAD, juntamente com outras 8 áreas temáticas. Em 1976, foi criado pela Capes o primeiro processo de acompanhamento e avaliação dos cursos de pós-graduação, buscando aperfeiçoar a pós-graduação no Brasil. Nesse primeiro momento os cursos eram avaliados por notas que iam de A a E².

Quadro 3 – Ano de Criação de Programas de Pós-Graduação em Administração

PROGRAMA	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	MODALIDADE	ANO
ADMINISTRAÇÃO	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/RJ	ACADÊMICO	1967
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	ACADÊMICO	1972
ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	ACADÊMICO	1972
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	ACADÊMICO	1973
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	ACADÊMICO	1973
ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/SP	ACADÊMICO	1974
ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/SP	PROFISSIONAL	1974
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	ACADÊMICO	1975
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	ACADÊMICO	1975
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	ACADÊMICO	1976
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA	ACADÊMICO	1976
ADMINISTRAÇÃO	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	ACADÊMICO	1978

²Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/III_PNPG.pdf

ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	ACADÊMICO	1978
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	ACADÊMICO	1978
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	ACADÊMICO	1983
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/SP	ACADÊMICO	1990
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	ACADÊMICO	1992
ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	PROFISSIONAL	1994
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	ACADÊMICO	1995
ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	UNIVERSIDADE DE FORTALEZA	ACADÊMICO	1995
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (ESCOLA DE GOVERNO)	ACADÊMICO	1995
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	ACADÊMICO	1997
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	PROFISSIONAL	1998
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	PROFISSIONAL	1998
ADMINISTRAÇÃO	FACULDADE DE ECONOMIA E FINANÇAS DO IBMEC	PROFISSIONAL	1999
ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	PROFISSIONAL	1999
ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE	ACADÊMICO	1999
ADMINISTRAÇÃO	FACULDADE PEDRO LEOPOLDO	PROFISSIONAL	2000
ADMINISTRAÇÃO	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	PROFISSIONAL	2000
ADMINISTRAÇÃO	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	ACADÊMICO	2000
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	ACADÊMICO	2000
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	ACADÊMICO	2000
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE SALVADOR	ACADÊMICO	2000
GESTÃO E ESTRATÉGIA	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	PROFISSIONAL	2000
ADMINISTRAÇÃO	CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS	ACADÊMICO	2001
ADMINISTRAÇÃO	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/RJ	PROFISSIONAL	2002
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA	PROFISSIONAL	2002
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	ACADÊMICO	2003
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	ACADÊMICO	2003
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	ACADÊMICO	2003
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL	ACADÊMICO	2003
ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	ACADÊMICO	2003
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	PROFISSIONAL	2004
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	PROFISSIONAL	2004
ADMINISTRAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO/ RIBEIRÃO PRETO	ACADÊMICO	2004
ADMINISTRAÇÃO	FACULDADE NOVOS HORIZONTES	ACADÊMICO	2005
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	ACADÊMICO	2005
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	ACADÊMICO	2005
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	ACADÊMICO	2005
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE PAULISTA	ACADÊMICO	2005
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE POSITIVO	ACADÊMICO	2005

GESTÃO EMPRESARIAL	FACULDADE BOA VIAGEM	PROFISSIONAL	2005
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	ACADÊMICO	2006
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	ACADÊMICO	2006
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	ACADÊMICO	2006
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE POTIGUAR	PROFISSIONAL	2006
ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	ACADÊMICO	2006
GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO	PROFISSIONAL	2006
ADMINISTRAÇÃO	CENTRO UNIVERSITARIO DA FEI	ACADÊMICO	2007
ADMINISTRAÇÃO	FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA EM CONTABILIDADE ECONOMIA E FINANÇAS	ACADÊMICO	2007
ADMINISTRAÇÃO	INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA	PROFISSIONAL	2007
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO - PROF JOSE DE SOUZA HERDY	ACADÊMICO	2007
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA	ACADÊMICO	2007
ADMINISTRAÇÃO	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	ACADÊMICO	2008
ADMINISTRAÇÃO	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	ACADÊMICO	2008
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA	ACADÊMICO	2009
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE FUMEC	ACADÊMICO	2009
ADMINISTRAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	FACULDADE CAMPO LIMPO PAULISTA	PROFISSIONAL	2009
ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS	FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA EM CONTABILIDADE ECONOMIA E FINANÇAS	ACADÊMICO	2009
ADMINISTRAÇÃO E CONTROLADORIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	ACADÊMICO	2009
ADMINISTRAÇÃO E CONTROLADORIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	PROFISSIONAL	2009
GESTÃO INTERNACIONAL	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/SP	PROFISSIONAL	2009
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	ACADÊMICO	2010
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	ACADÊMICO	2010
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	PROFISSIONAL	2010
ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS - PUC-RS - UCS	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	ACADÊMICO	2010
ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS - PUC-RS - UCS	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	ACADÊMICO	2010
ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	PROFISSIONAL	2010
ADMINISTRAÇÃO	ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING	ACADÊMICO	2010
GESTÃO DE PROJETOS	UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	PROFISSIONAL	2010
GESTÃO EM ORGANIZAÇÕES APRENDENTES	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA	PROFISSIONAL	2010
ADMINISTRAÇÃO	CENTRO UNIVERSITARIO UNA	PROFISSIONAL	2011
ADMINISTRAÇÃO	CENTRO UNIVERSITÁRIO FECAP	PROFISSIONAL	2011
ADMINISTRAÇÃO	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	ACADÊMICO	2011
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL	PROFISSIONAL	2011
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	PROFISSIONAL	2011
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	ACADÊMICO	2011
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	ACADÊMICO	2011

ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA	ACADÊMICO	2011
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	PROFISSIONAL	2011
GESTÃO ESTRATÉGICA DE ORGANIZAÇÕES	UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES	PROFISSIONAL	2011
GESTÃO PÚBLICA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	PROFISSIONAL	2011
GESTÃO PÚBLICA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	PROFISSIONAL	2011
GESTÃO E NEGÓCIOS	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	PROFISSIONAL	2011
ADMINISTRAÇÃO	FACULDADE ALVES FARIA	PROFISSIONAL	2012
ADMINISTRAÇÃO	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/RJ	PROFISSIONAL	2012
GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	PROFISSIONAL	2012
GESTÃO PÚBLICA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	PROFISSIONAL	2012
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	PROFISSIONAL	2013
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	PROFISSIONAL	2013
GESTÃO PÚBLICA	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	PROFISSIONAL	2013
GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES E SISTEMAS PÚBLICOS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	PROFISSIONAL	2013
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	ACADÊMICO	2013
GESTÃO DE POLÍTICAS E ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	PROFISSIONAL	2013
GESTÃO DO ESPORTE	UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	PROFISSIONAL	2013
GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA	ACADÊMICO	2013
GESTÃO E INOVAÇÃO NA INDÚSTRIA ANIMAL	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	PROFISSIONAL	2013
GESTÃO EM SISTEMAS DE SAÚDE	UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	PROFISSIONAL	2013
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE	PROFISSIONAL	2014
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	ACADÊMICO	2014
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE NACIONAL	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	PROFISSIONAL	2014
ADMINISTRAÇÃO	FACULDADE MERIDIONAL	ACADÊMICO	2014
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA	PROFISSIONAL	2014
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	ACADÊMICO	2014
ADMINISTRAÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ	PROFISSIONAL	2014
EMPREENDEDORISMO	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	PROFISSIONAL	2014
GESTÃO DE COOPERATIVAS	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	PROFISSIONAL	2014
GESTÃO DE NEGÓCIOS	FACULDADE FIA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS	PROFISSIONAL	2014
GOVERNANÇA CORPORATIVA	CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS	PROFISSIONAL	2014

Fonte: Dados coletados na Plataforma Sucupira – Capes.

Conforme podemos ver, a esta época o campo ainda estava se constituindo, dando início a programas de pós-graduação e revistas, contando, por isso, com poucos pesquisadores formados, apesar de já haver profissionais sendo formados pelas primeiras escolas de administração.

Segundo os dados da pesquisa, a partir dos anos 90, a produção científica começou a aumentar quantitativamente, apresentando o dobro da produção da década anterior (ver gráfico 1). Também data desta época a criação de novas revistas e de novos programas, conforme quadro 3. Tem-se, assim, a inserção de novos elementos e um aumento considerável de agentes, individuais e coletivos, iniciando uma consolidação do campo. É nesta década que o CNPq cria a Plataforma Lattes e o Diretório dos Grupos de Pesquisa, instrumentos fundamentais para as atividades de fomento, de avaliação, acompanhamento e direcionamento para políticas e diretrizes de incentivo à pesquisa³. Também nesta década, em 1998, a Capes muda a escala de conceituação para avaliação da pós-graduação para o sistema numérico de 1 a 7. De acordo com a instituição, de 1998 a 2004, houve maior frequência de programas de conceito 4⁴. Apesar de terem sido criadas no início dos anos 50, a Capes e o CNPq começam a aperfeiçoar nesta década seu papel de unidade de governança, supervisionando o cumprimento das regras do campo e o bom funcionamento geral e facilitando a reprodução do sistema (FLIGSTEIN e MCADAM, 2011; 2012).

A partir de 1999, quando a área já apresentava considerável crescimento, a área de Estudos Organizacionais foi dividida no EnANPAD em duas perspectivas: nível de análise macro (organizacional e interorganizacional) e nível de análise micro (indivíduo, indivíduo-organização, grupos). Isso se deveu à confusão que estava sendo criada entre as fronteiras do que era considerado Organizações e o que era Recursos Humanos (FACHIN, 2006), e deixou claro os primeiros movimentos de demarcação sobre o que era o campo de Estudos Organizacionais e o que não deveria permanecer em seus limites.

Todavia, é a partir dos anos 2000 que o campo se consolida significativamente, passando a receber maior número de programas de pós-graduação, pesquisadores, alunos, triplicando sua produção em relação à década anterior, conforme podemos ver no gráfico 1. A partir desta década podemos perceber um predomínio das relações de co-autoria (tabela 4), o que talvez possa ser justificado pela pressão por publicações ou mesmo como uma consequência do próprio crescimento do campo, que apresenta maior número de grupos de pesquisa e colaborações interinstitucionais.

³ Disponível em: <http://cnpq.br/anos-90/>

⁴ Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/PNPG_2005_2010.pdf

No ano de 2000 é realizado o I EnEO, encontro temático de Estudos Organizacionais, no qual há preponderância de trabalhos que adotam um nível de análise macro (organizacional e interorganizacional), revelando, assim, certa tendência da área (FACHIN, 2006). Em 2001, no XXV EnANPAD, as diferenciações de níveis de análise macro e micro, se tornam, respectivamente, os temas Teoria das Organizações – TEO – e Comportamento Organizacional – COR (FACHIN, 2006). Em 2005, no XXIX EnANPAD, a divisão Organizações passou a se chamar Estudos Organizacionais e além dos temas Teoria das Organizações e Comportamento Organizacional, também abarcou o tema Gestão de Organizações e Desenvolvimento. Em 2007 este último tema foi substituído por Teoria Crítica em Estudos Organizacionais. Os dois primeiros permaneceram. A partir de 2009 a divisão acadêmica de Estudos Organizacionais passa a ter no EnANPAD vários temas de interesse, bem próximo ao que temos nos dias de hoje, de modo a ampliar e ao mesmo tempo especificar a produção na área. A partir destas fragmentações, os agentes puderam direcionar melhor suas tomadas de posições (EMIRBAYER e JOHNSON, 2008), via escolhas temáticas mais específicas, se posicionando em diferentes espaços em um campo mais segmentado.

É também a partir dos anos 2000 que as co-autorias começam a predominar no campo. As co-autorias surgiram nos anos 70, mas até os anos 90 o que predominava era a autoria única, conforme exemplificado na tabela abaixo. A partir de 2010 as colaborações se intensificam a tal ponto que as produções de autoria única passam a ser a categoria de menor ocorrência. Esses dados revelam a emergência de relacionamentos sociais na produção científica, indicando a importância do capital social (BOURDIEU, 1998) neste período mais recente.

Tabela 4 – Tipos de Autoria – Artigos Nacionais – 60 a 2014

Tipo de autoria	1960	1970	1980	1990	2000	2010	Qde	(%)
Única	9	15	17	39	51	18	149	34,65
Co-autoria 2	0	2	5	11	69	78	165	38,37
Co-autoria 3	0	0	1	3	34	42	80	18,60
Co-autoria 4+	0	0	0	0	10	26	36	8,37
Total	9	17	23	53	164	164	430	100

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir de 2005, após um crescimento quantitativo na pós-graduação, a Capes assume que deve haver um acompanhamento qualitativo da produção científica dos grupos de pesquisa que a compõem e sugere em suas novas diretrizes que os fatores de impacto e de citação sejam incluídos no processo de avaliação, bem como indicadores relativos à expressão científica no contexto nacional e internacional⁵, aperfeiçoando uma vez mais suas estratégias como unidade de governança no campo (FLIGSTEIN e MCADAM, 2011; 2012).

De acordo com os artigos analisados, a produção entre os anos 2010 a 2014 também apresentou um salto quantitativo e em meia década, já se equiparou à produção da década anterior, reflexo talvez do alto número de programas que se acumularam até este período. Só de associados à ANPAD, por exemplo, atualmente, temos mais de 60 programas de pós-graduação em Administração⁶.

Outro ponto relacionado ao aumento dos programas, conforme podemos ver na tabela 5, se refere a bolsas e fomento à pesquisa. Os investimentos do CNPq na área de Administração tiveram crescimentos consideráveis nos anos de 2012 e 2013, dobrando de volume em relação ao ano anterior, ocupando a 10ª posição no ranking de investimentos realizados no ano de 2014.

Tabela 5 - CNPq - Investimentos realizados em bolsas e no fomento à pesquisa em Administração - 2001-2014 (Ranking com base no total de investimentos em 2014)

Rk	Área do conhecimento	Investimentos (Reais mil correntes)						
		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
10	Administração	9.425	8.399	7.551	8.151	7.336	8.226	9.988
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
		9.607	10.740	15.574	15.561	34.764	72.944	77.041

Fonte: Dados CNPq

Sobre a distribuição dos artigos em Estudos Organizacionais nos periódicos brasileiros podemos perceber uma tendência para as revistas da Fundação Getulio Vargas, que ocupam os três primeiros lugares no volume de produção, conforme tabela a seguir. RAE e RAP são periódicos mais antigos, que apresentam estes artigos desde o início do período analisado. Já a revista Cadernos EBAPE.BR é de 2003, mas mostra uma produção bastante significativa para um período de 11 anos. A O&S, criada em

⁵ Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/PNPG_2005_2010.pdf

⁶ Disponível em: <http://www.anpad.org.br/~anpad/sobre.php> e http://www.anpad.org.br/~anpad/sobre_assoc_individuais.php

1993, aparece em seguida, reforçando sua relação com o tema de Estudos Organizacionais. Por outro lado, a Rausp, reforça sua baixa relação com o campo, uma vez que se trata de uma revista antiga, criada em 1947, ativa até 1967 e retomada em 1977, mas que apresenta um baixo número de artigos em Estudo Organizacionais.

Tabela 6 - Distribuição dos Artigos nos Periódicos Brasileiros

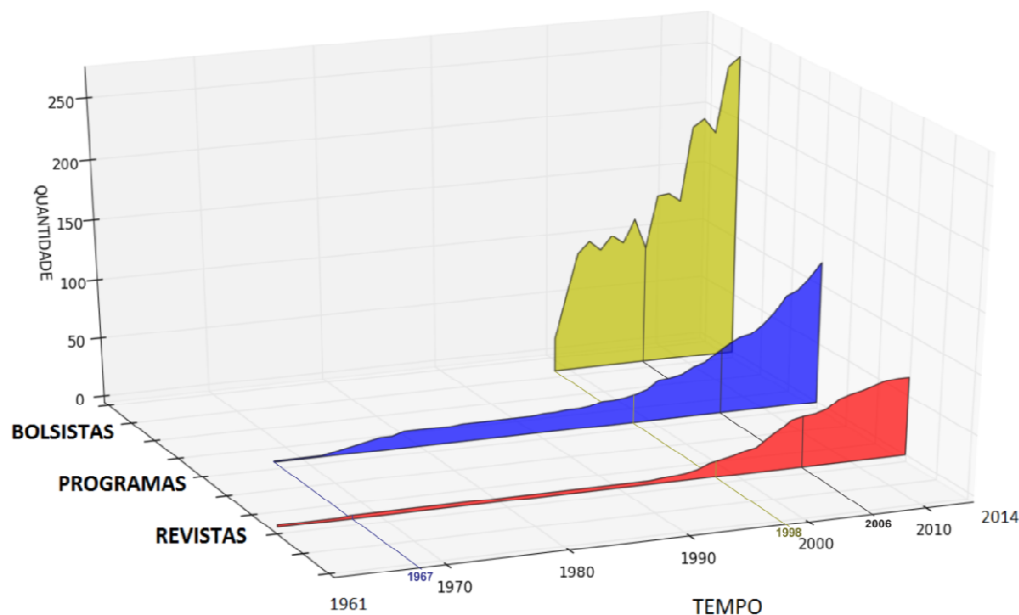
Periódico	Artigos	(%)
RAE	73	16,98
RAP	67	15,58
Cadernos EBAPE.BR	46	10,70
O&S	31	7,21
Revista de Administração Mackenzie	30	6,98
RCA - Revista de Ciências da Administração	28	6,51
RAC	24	5,58
REGE - Revista de Gestão	23	5,35
Gestão e Planejamento	17	3,95
REAd	14	3,26
Economia & Gestão	11	2,56
Rausp	11	2,56
RAU	7	1,63
RECADM	7	1,63
Desenvolvimento em Questão	6	1,40
FACES	6	1,40
Gestão e Tecnologia	6	1,40
Pretexto	5	1,16
RGO	5	1,16
Alcance	3	0,70
ReA UFSM	3	0,70
Contextus	2	0,47
RBGN	2	0,47
BAR	1	0,23
BASE	1	0,23
Gestão e Regionalidade	1	0,23
Total	430	100

Fonte: Dados da pesquisa.

A seguir, no gráfico 2, procuramos representar a evolução de alguns elementos levantados até aqui, a fim de mostrar a evolução do período inicial até o período atual do campo. O levantamento de bolsistas produtividade em pesquisa CNPq começa a partir de 1998 devido ao fato destes dados estarem sistematizados somente a partir desta data na instituição. Em função disto houve um corte neste ano como o início da transição

para o campo. E em seguida, foi marcado o ano de 2006 como um ano de mais um salto quantitativo no campo.

Gráfico 2 – Evolução Longitudinal de Bolsistas, Programas e Revistas – 60 a 2014



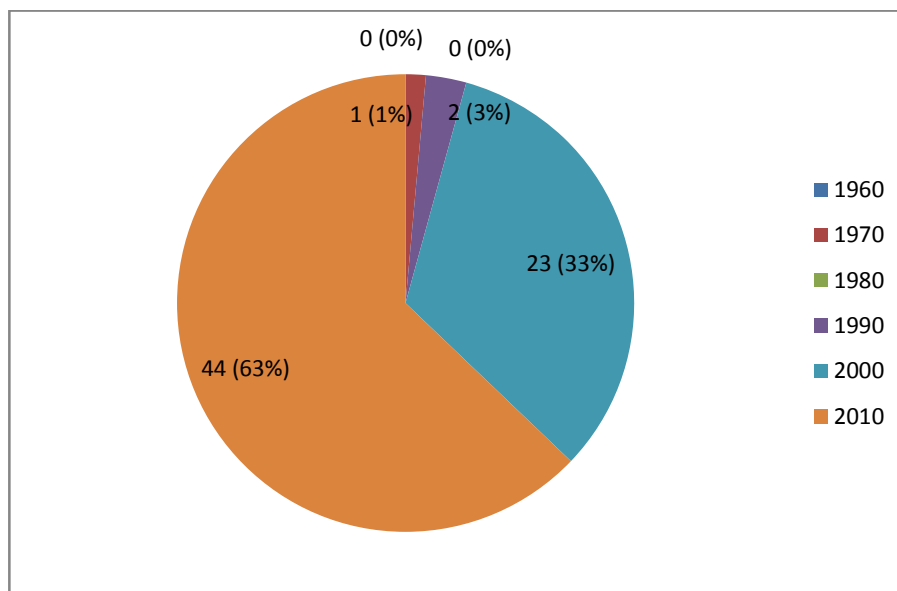
Fonte: Dados da pesquisa.

Já em relação aos artigos internacionais, foi só a partir dos anos 2000 que as publicações se tornaram mais substanciais, correspondendo a 33% da produção. Antes disso, havia somente publicações pontuais. De 2010 a 2014 a produção já dobra de volume se comparada à década anterior, chegando a 63%, conforme podemos ver no gráfico 3. Este período coincide com aumentos em relação aos investimentos em bolsas e fomentos em pesquisa pelo CNPq (vide tabela 5), com reflexos dos ajustes de avaliação da Capes em relação aos conceitos dos programas, periódicos e indicadores de produção científica e também com o maior número de programas e pesquisadores no campo.

A esta época, já tínhamos um campo mais consolidado, com incentivos e mesmo pressões por parte dos programas de pós-graduação sobre os pesquisadores para publicações em periódicos estrangeiros, a fim de conseguir ou manter os conceitos mais altos nas avaliações da Capes, já que essas notas estão relacionadas à concessão de benefícios e recursos das instituições de fomento. A existência destes recursos e

pressões, juntamente com maior número de agentes já posicionados e maior supervisão das regras pelas unidades de governança, gera uma maior disputa pelo objetivo do monopólio da autoridade científica, fortalecendo a área de Estudos Organizacionais como um campo.

Gráfico 3 – Artigos Internacionais por Década – 60 a 2014



Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação ao tipo de autoria, não é possível observar, como nos artigos nacionais, a evolução efetiva ao longo do tempo, já que as publicações internacionais começaram a aparecer de fato a partir dos anos 2000. Todavia, é possível verificar, assim como nos artigos nacionais, que as co-autorias se sobrepõem às publicações de autoria única, a partir dos anos 2000, chegando inclusive nos anos 2010 a 2014 a não aparecer nenhum artigo de autoria única. Este tipo de autoria apareceu nas publicações pontuais dos anos 70 e 90, conforme podemos ver na tabela 7. Novamente aqui, podemos observar a importância do capital social (BOURDIEU, 1998) no campo, fundamental para as publicações internacionais, principalmente pelo fato de que boa parte das parcerias de colaboração é feita através do estabelecimento de relacionamentos sociais com pesquisadores e instituições estrangeiras.

Tabela 7 – Tipos de Autoria – Artigos Internacionais – 60 a 2014

Tipo de autoria	1960	1970	1980	1990	2000	2010	Qde	(%)
Única	0	1	0	2	8	0	11	15,71
Co-autoria 2	0	0	0	0	13	16	29	41,43
Co-autoria 3	0	0	0	0	7	14	21	30,00
Co-autoria 4+	0	0	0	0	1	8	9	12,86
Total	0	1	0	2	29	38	70	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Sobre os periódicos estrangeiros, houve uma distribuição equilibrada do número de artigos entre as revistas, tendo a *Critical Perspectives on International Business* apresentado um ligeiro predomínio frente às demais revistas. Cabe ressaltar aqui que há um grande número de revistas estrangeiras, nem todas nominadas na tabela 8, em função da escolha dos artigos ter sido realizada a partir da produção internacional dos bolsistas produtividade em pesquisa do CNPq.

Tabela 8 - Distribuição dos Artigos nos Periódicos Estrangeiros

Revista	Artigos	(%)
Critical Perspectives on International Business	6	8,57
Canadian Journal of the Administrative Sciences	3	4,29
Organization (London)	3	4,29
Organization Studies	3	4,29
Redes, Revista Hispana para El Análisis de Redes Sociales	3	4,29
SSRN Social Science Research Network	3	4,29
Tamara. Journal of Critical Postmodern Organization Science	3	4,29
African Journal of Business Management	2	2,86
Business Management Review (BMR)	2	2,86
International Journal of Human Resource Management	2	2,86
Latin American Business Review	2	2,86
Management & Organizational History	2	2,86
Revista del CLAD Reforma y Democracia	2	2,86
34 Revistas com 1 artigo	34	48,57
Total	70	100

Fonte: Dados da pesquisa.

4.2 Resultados da Análise Retórica

4.2.1 As Estratégias de Legitimidade de Contribuição Científica

A proposta desta seção é expor as estratégias de legitimidade de contribuição científica do conjunto de artigos estudados, visando identificar como estes trabalhos constroem suas contribuições científicas na tentativa de se legitimarem em um campo científico. Descrevemos as categorias discurso científico interno, discurso científico externo, discurso da prática e discurso da diferenciação, de acordo com a construção destas categorias a partir dos dados de nossa pesquisa e de referências teóricas.

A seguir, na tabela 9, resumimos a evolução das estratégias de legitimidades de contribuição científica dos artigos nacionais ao longo do período analisado (60 a 2014), observando a quantidade e o percentual de ocorrência de cada categoria e suas combinações em relação ao total da produção analisada.

Tabela 9 – Evolução Estratégias de Legitimidades – Artigos Nacionais - 60 a 2014

	1960 %		1970 %		1980 %		1990 %		2000 %		2010 a 2014 %		Total %	
DCI	1	11,1	5	29,4	10	43,5	17	32,7	67	40,9	68	41,2	168	39,06
DCE	2	22,2	2	11,76	1	4,35	3	5,77	7	4,27	4	2,42	19	4,41
DP	3	33,3	4	23,5	5	21,7	10	19,2	27	16,5	24	14,5	73	16,97
DD	0	0	1	5,88	1	4,35	3	5,77	7	4,27	3	1,82	15	3,48
SDE	0	0,0	0	0,0	0	0,0	7	13,5	8	4,9	10	6,1	25	5,81
DCIE	1	11,1	2	11,76	1	4,35	1	1,92	10	6,1	17	10,3	32	7,44
DCIP	0	0,0	3	17,6	3	13,0	6	11,5	26	15,9	25	15,2	63	14,65
DCID	0	0	0	0	1	4,35	2	3,85	6	3,66	7	4,24	16	3,72
DCEP	0	0,0	0	0,0	1	4,3	0	0,0	1	0,6	0	0,0	2	0,46
DCED	1	11,1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,23
DPD	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,9	2	1,2	0	0,0	3	0,69
3D+	1	11,1	0	0	0	0	2	3,85	3	1,83	7	4,24	13	3,02
Total	9		17		23		52		164		165		430	

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: 3D+ combinação de três discursos ou mais.

De acordo os dados analisados, explicitados na tabela acima, podemos perceber que as estratégias mais predominantes na produção nacional são o discurso científico interno (DCI), o discurso da prática (DP) e o discurso científico interno e da prática

(DCIP), combinação dos dois primeiros. Se levarmos em consideração a proporção de suas ocorrências em relação ao total da produção nas décadas observadas, podemos ver que o DCI vai aparecendo em maior proporção ao longo do tempo, enquanto o DP vai diminuindo paulatinamente e o DCIP diminui por um período, mas em seguida aumenta sua proporção e ocorrência.

Ao contrário do que imaginávamos o discurso da diferenciação (DD) não apresentou uma ocorrência mais marcante ao longo do período analisado, mesmo tendo em vista as influências nacionais presentes neste discurso no âmbito dos Estudos Organizacionais brasileiros. Todavia, uma justificativa para isto é que não foi analisado aqui o conteúdo destes artigos, mas sim suas estratégias de legitimidade de contribuição científica.

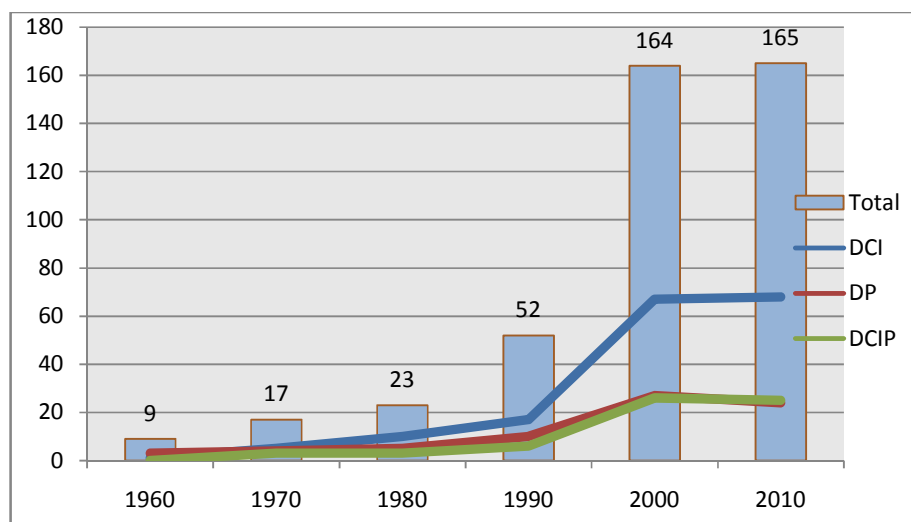
O discurso científico externo (DCE) também foi outra estratégia de legitimidade que apresentou baixa ocorrência nos artigos analisados. Proporcionalmente, apareceu mais nos primeiros anos (60 e 70), quando o campo ainda estava se constituindo e contava com fronteiras menos rígidas de delimitação, o que permitia mais espaço para o estudo de temas comuns a outros campos. Mas podemos observar que quando combinada ao discurso científico interno, isto é, na categoria DCIE, voltou a crescer a partir dos anos 2000, quando o campo já estava mais delimitado, porém apresentava influência de algumas abordagens multidisciplinares.

As demais combinações de estratégia de legitimidade de contribuição científica aparecem pontualmente e /ou em baixa escala, não apresentando maior relevância no conjunto de artigos analisados.

No gráfico 4, é possível notar a distribuição e evolução das estratégias de legitimidade mais predominantes e perceber como até os anos 90, apesar de haver diferenças, estes discursos estavam mais próximos e como a partir dos anos 2000 o DCI dá um salto quantitativo em relação ao DP e ao DCIP. Importante ressaltar que estes são dados absolutos, que expressam o número de artigos, e não valores relativos sobre as proporções dos discursos em relação ao total da produção que foi variando e aumentando significativamente ao longo do tempo. Por isso, a visualização do DP, por exemplo, mostra um aumento desta estratégia ao longo dos anos, enquanto que em termos de proporções ao total de publicações (% na tabela 9), esta categoria vai diminuindo aos poucos.

Gráfico 4 – Evolução Estratégias de Legitimidade Predominantes

Artigos Nacionais – 60 a 2014



Fonte: Dados da pesquisa.

Como os artigos selecionados em cada década foram proporcionais ao volume da produção científica em nosso banco de dados, podemos afirmar que, apesar da produção nos anos 90 apresentar mais que o dobro da produção dos anos 80, é a partir dos anos 2000 que as publicações tomam grandes proporções no campo, apresentando inclusive nos anos 2010 a 2014 tendências para dobrar o volume da década anterior.

Já nos artigos internacionais analisados, observamos um predomínio do discurso científico interno (DCI) em relação às demais estratégias de legitimidade, aparecendo em mais da metade dos artigos (51,42%). A combinação do discurso científico interno e da prática (DCIP) também aparece, em menor grau (21,42%), como a segunda estratégia mais utilizada pelos autores. Percebemos, assim, que o discurso científico interno aparece em 72,84% das publicações, mostrando ser a estratégia preferida pelos autores que publicam internacionalmente. O uso massivo desta estratégia em artigos internacionais se deve provavelmente às exigências dos periódicos estrangeiros em explicitar as contribuições científicas dos trabalhos.

Diferente dos artigos nacionais, aqui o discurso da prática (DP) não aparece como uma das estratégias de legitimidade mais utilizadas e, assim como outras categorias, apresenta baixa ocorrência no conjunto de artigos analisados. Os dados podem ser melhor visualizados na tabela 10.

Tabela 10 – Evolução Estratégias de Legitimidade – Artigos Internacionais - 60 a 2014

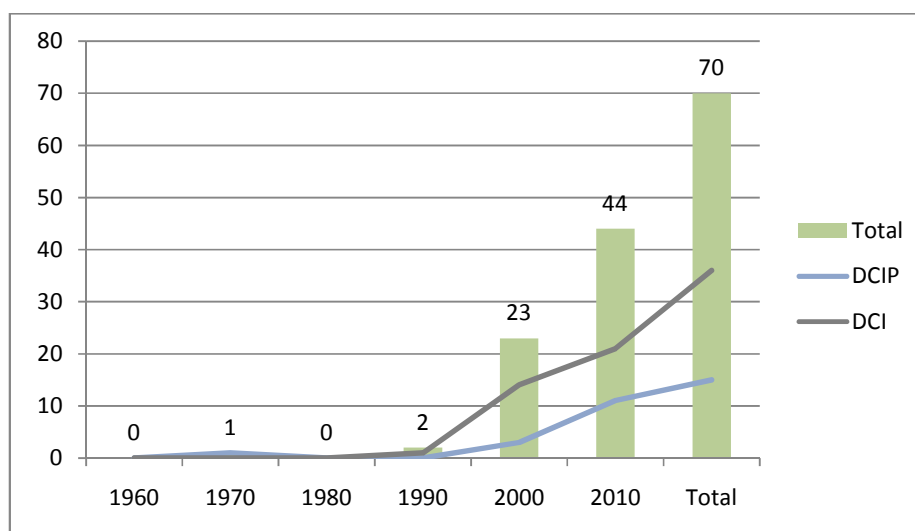
	1960	1970	1980	1990	2000	%	2010 a 2014	%	Total	%
DCI	0	0	0	1	14	60,9	21	47,73	36	51,42
DCE	0	0	0	0	1	4,35	1	2,273	2	2,85
DP	0	0	0	1	1	4,35	2	4,545	4	5,71
DD	0	0	0	0	1	4,35	1	2,273	2	2,85
SDE	0	0	0	0	2	8,7	3	6,818	5	7,14
DCIE	0	0	0	0	1	4,35	2	4,545	3	4,28
DCIP	0	1	0	0	3	13	11	25	15	21,42
DCID	0	0	0	0	0	0	3	6,818	3	4,28
Total	0	1	0	2	23		44		70	

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme podemos ver no gráfico 5, as estratégias de legitimidade DCI e DCIP acompanham o surgimento efetivo da produção internacional a partir dos anos 2000. Em termos absolutos a estratégia de legitimidade DCI aumenta, apesar de em termos relativos, seu percentual ter diminuído no período de 2010 a 2014, se comparado aos anos 2000. Mas ainda assim, apesar destas diferenças, nos dois modos de comparação o DCI aparece como a estratégia mais utilizada.

Gráfico 5 – Evolução Estratégias de Legitimidade Predominantes

Artigos Internacionais – 60 a 2014



Fonte: Dados da pesquisa.

A seguir, destacamos a análise das categorias principais de estratégias de legitimidade que foram observadas nos dados agregados da pesquisa.

4.2.1.1 *Discurso Científico Interno*

Esta categoria não se fundamenta na classificação de um ou outro artigo como científico, mas sim na agregação de algumas categorias de análise do estudo de Locke e Golden-Biddle (1997), que estudaram as estratégias de contribuição científica de pesquisadores de Estudos Organizacionais, conforme já discutido em capítulo anterior.

O discurso científico interno agrega um conjunto de estratégias de legitimidades que tem como ponto de referencia o próprio campo científico de estudos organizacionais, isto é, são estratégias utilizadas por pesquisadores que se referem a outros pesquisadores de estudos organizacionais. As estratégias de legitimidades identificadas pelas autoras são as seguintes: 1) construção de coerência intertextual: *coerência progressiva* (representação do conhecimento acumulado e consenso entre pesquisadores); *coerência sintetizada* (articulação de linhas de investigação pouco exploradas); *não-coerência* (desacordo ou falta de consenso existente no campo) e 2) problematização da situação: *incomensurabilidade* (equívocos ou negligências da literatura); *incompletude* (desenvolvimento do campo intertextual existente, preenchimento de uma lacuna específica) e *inadequação* (contribuição à literatura por meio de quadros teóricos ou metodológicos alternativos). Em nossa pesquisa, decidimos por reunir estas definições no que chamamos de discurso científico interno por considerá-las categorias que apresentam estratégias argumentativas legitimadas internamente como justificativas utilizadas no campo científico. Mostraremos exemplos destas estratégias em análise feita na seção seguinte.

Como podemos observar na tabela 9, o discurso científico interno foi a estratégia de legitimidade que mais apareceu em nossa análise e esteve presente em todo o período analisado. Entretanto, o seu aparecimento é muito mais marcante a partir dos anos 80 nos artigos de periódicos nacionais e a partir dos anos 2000 nos artigos de periódicos internacionais.

4.2.1.2 *Discurso Científico Externo*

O discurso científico externo surgiu da análise dos dados empíricos e reúne um conjunto de estratégias de legitimidades que tem como ponto de referencia outros campos científicos, isto é, são estratégias utilizadas por pesquisadores de estudos

organizacionais que dialogam com outros trabalhos científicos exteriores à administração. Esta estratégia de argumentação busca, assim, construir um intertexto com campos científicos externos à Administração (Psicologia, Economia, Sociologia, Ciência Política, Filosofia, *etc.*), justificando um estudo a partir de temas comuns e explorados por outras disciplinas e apresentando uma fala dirigida a atores acadêmicos além da Administração, daí sua caracterização como “externo”.

O discurso científico externo trabalha com a construção de temas de interesse em comum com outras áreas de conhecimento. Difere-se da coerência sintetizada, vista no discurso científico interno, pois esta é utilizada para expressar fracas conexões entre trabalhos ou correntes, de modo a sugerir áreas de pesquisa pouco desenvolvidas. Já aqui, a ideia da argumentação é apresentar uma justificativa que reúna diferentes áreas que se interessam sobre o mesmo tema.

Apesar de estar inserido em nossa categorização e análise, foi uma estratégia de legitimidade que pouco apareceu nos artigos analisados (vide tabela 9), estando presente nas fases iniciais de surgimento de campo organizacional no Brasil.

4.2.1.3 Discurso da Prática

O discurso da prática reúne um conjunto de estratégias de legitimidade que consistem na contribuição que privilegia problemas práticos, soluções para as organizações ou para a sociedade de forma geral, e focam na relevância prática da pesquisa acadêmica. Apresenta uma fala não só para o meio científico-acadêmico, mas também para outros atores da sociedade, principalmente do meio organizacional, e foco no retorno que a investigação pode trazer para a organização ou para os gestores ou ainda em alguma mudança prática da realidade social investigada. Desta forma, a busca pela autoridade científica aqui se dá pelo foco na relevância prática e a audiência das estratégias de legitimidade também é externa ao campo científico.

Assim, esta estratégia de argumentação defende que a administração ou a teoria organizacional deve se voltar para a resolução de problemas e solução de questões práticas, sejam elas organizacionais ou sociais. Há aqui um posicionamento sobre a importância da relevância prática do estudo e/ou suas consequências para as organizações ou para a sociedade nas pesquisas feitas.

Outros trabalhos já argumentam que nos anos 90 os trabalhos focalizavam os problemas práticos e tinham uma relação bem próxima ao mundo concreto, apontando para certa ambiguidade de demarcação entre o saber acadêmico e o saber prático no campo administrativo (RODRIGUES e CARRIERI, 2001).

O discurso da prática foi a segunda estratégia de legitimidade de contribuição científica mais utilizada pelos autores na pesquisa, tendo sido mais predominante que o discurso científico interno nas décadas iniciais de formação do campo de estudos organizacionais. Atualmente, também é bastante utilizado, sendo crescente em termos de volume, porém decrescente se considerarmos a proporção da produção analisada ao longo das décadas, conforme podemos observar na tabela 9.

4.2.1.4 Discurso da Diferenciação

O discurso da diferenciação consiste em uma estratégia de legitimidade que defende suas contribuições através da assimilação crítica ou adaptação de teorias estrangeiras à realidade local e não somente uma simples repetição ou aplicação direta e acrítica de um modelo estrangeiro. É uma estratégia utilizada para argumentar sobre a originalidade das contribuições brasileiras, podendo incluir o próprio artigo ou não, sugerindo um posicionamento questionador do pesquisador brasileiro de estudos organizacionais. Aqui, podemos notar que uma das características desta categoria é a busca pela autoridade científica via orientação epistemológica nacional.

Relaciona-se com o conceito de redução sociológica elaborado por Guerreiro Ramos (1965), que propõe uma assimilação crítica de teorias e modelos estrangeiros, considerando o contexto nacional, e ao conceito de particularismo em Candler (2002), que verifica este discurso na literatura nacional, na defesa de uma particularidade do contexto nacional e legitimidade de construção de conhecimentos próprios.

A estratégia do discurso da diferenciação sugere que há uma contribuição nacional nos estudos organizacionais, seja recebendo o que vem de fora com uma postura crítica que busque uma adequação ao contexto nacional, seja na elaboração por autores nacionais de teorias críticas anteriores à utilização de determinada literatura estrangeira por nossos pesquisadores (PAULA e KLECHEN, 2007). É nesse sentido que podemos entender a tradição de Guerreiro Ramos nos estudos organizacionais

brasileiros, que perpassa praticamente todas as décadas analisadas neste estudo, embora tenha apresentado baixa ocorrência em nossa análise, conforme tabela 9. Além disto, também é uma forma encontrada pelos pesquisadores que utilizam destas estratégias de valorizar suas contribuições, ao afirmarem que seus estudos partem de uma postura crítica ou que o campo brasileiro elabora sua própria teoria.

O discurso da diferenciação foi uma estratégia de legitimidade de contribuição científica que pouco apareceu nos artigos analisados durante o período pesquisado.

4.3 Análise das Relações Retóricas das Estratégias de Legitimidade de Contribuição Científica

Uma segunda tipologia de análise retórica que empreendemos no decorrer da pesquisa de campo, se relacionou com a análise das relações retóricas que caracterizam as principais estratégias de legitimidade identificadas na sessão anterior, visando o aprofundamento nas estruturas retóricas destas estratégias e suas possíveis diferenças.

De acordo com os resultados, as principais estratégias de contribuição científica utilizadas pelos pesquisadores brasileiros foram o discurso científico interno e o discurso da prática, tanto de forma separada quanto combinada. Em função disto, apesar de termos trabalhado com todas as estratégias na categorização, tabulação e organização dos dados, focamos na análise retórica destas duas estratégias de legitimidade, dada sua maior utilização pelos autores.

Estas estratégias de legitimidade de contribuição científica foram analisadas a partir de alguns fundamentos da RST (*Rhetorical Structure Theory*) (MANN e THOMPSON, 1988; MANN, 1999; REITTER, 2003), considerando as categorias e atos textuais presentes no estudo de Locke e Golden-Biddle (1997) e alguns atos textuais também encontrados em nossa análise. A análise detalhada, feita de acordo com os esquemas convencionados pela RST e seus respectivos fragmentos de texto pode ser encontrada no Apêndice 1 deste trabalho.

A partir da análise das relações retóricas das estratégias de legitimidade de contribuição científica podemos estabelecer algumas semelhanças e diferenças nas

escolhas que compõem a estrutura argumentativa do discurso científico interno e o discurso da prática.

No discurso científico interno, a audiência está voltada, de modo geral, para a própria comunidade acadêmica, tendo em vista os processos que utiliza (construção de coerência intertextual e problematização da situação) e seus respectivos atos textuais, concordando ou questionando a literatura que referencia e os problemas de pesquisa por ela estudados. Neste tipo de discurso, o argumento dos autores tem por objetivo demonstrar suporte teórico para a questão tratada e apresentar contribuições originais ao campo.

O discurso científico interno se compõe nesta análise por dois grandes processos construção de contribuição científica: *construção de coerência intertextual e problematização das situações*, cada uma delas apresentando suas respectivas subcategorias.

Na construção de coerência intertextual, trabalhamos nesta pesquisa seguindo as categorias propostas por Locke e Golden-Biddle (1997): *coerência progressiva*, *coerência sintetizada* e *não-coerência*. Nos textos analisados, a coerência progressiva, que traz os atos textuais *representação do conhecimento acumulado e construção de consenso*, foca na relação retórica de evidência. Já coerência sintetizada, que abrange os atos textuais *formulação de ideias abrangentes, construção de relações convergentes e reinterpretação de trabalhos anteriores*, enfoca as relações retóricas de evidência e propósito. A não-coerência, também apresenta foco na relação retórica de evidência.

Nas problematizações das situações, também seguimos as categorias propostas por Locke e Golden-Biddle (1997): *incomensurabilidade, incompletude e inadequação*. Em nosso estudo, a incomensurabilidade, em seus atos textuais *perspectivas negligenciadas pela literatura e correção de conceitos mal-formulados*, apresenta foco na relação retórica de avaliação. A incompletude, em seus atos textuais *contribuição do autor e preenchimento de lacunas*, foca na relação retórica de solução. Já a inadequação possui foco na relação retórica de propósito.

Dessa maneira, temos no discurso científico interno um predomínio das seguintes relações retóricas: evidência, propósito, avaliação e solução. O uso da relação de evidência é predominante na construção de coerência intertextual. Considerando que

neste processo de construção de oportunidade científica a ideia é dialogar com a literatura existente (LOCKE e GOLDEN-BIDDLE, 1997) e considerando também que a audiência deste discurso se volta fortemente para o público acadêmico, seguindo convenções de citação a estudos consultados, os autores fazem uso desta relação retórica, a fim de evidenciar suas assertivas, a partir dos textos com os quais dialogam.

Já no processo de problematização da situação observamos um foco nas relações retóricas de propósito, avaliação e solução. Geralmente, os autores se valem da relação de propósito ao apresentarem a intenção que se encontra por detrás da solução que propõem em seus trabalhos, como forma de contribuição para o campo, principalmente para preencher lacunas que observam. Já a relação retórica de avaliação é utilizada pelos autores como forma de avaliar trabalhos anteriores do campo, mostrando ao leitor seu julgamento e abrindo espaço, assim, para a contribuição que pretende dar em seu artigo.

No discurso da prática, a audiência se volta para acadêmicos, mas também para praticantes e profissionais da administração, considerando que seus atos textuais se centram em problemas e fenômenos práticos, organizacionais ou sociais. Aqui, o argumento dos autores possui como objetivos resolver problemas organizacionais práticos, justificar o estudo de fenômenos de destaque no campo prático e aliar prática social e pesquisa acadêmica.

Diferente do discurso científico interno, o discurso da prática foi uma categoria construída somente com os atos textuais observados na análise retórica dos artigos, que podem ser sintetizados em: *contribuição para problemas práticos*, *problematização de fenômenos práticos de destaque* e defesa de uma *prática social* na pesquisa acadêmica.

Semelhante ao discurso científico interno, identificamos também aqui no discurso da prática a relação retórica de evidência, presente principalmente no ato textual da problematização como fenômeno de destaque no campo prático, mas, diferente do discurso anterior, os autores não argumentavam o estudo de seus problemas de pesquisa a partir do diálogo com a literatura consultada, mas sim com informações de cunho mais prático.

Temos, assim, uma diferença entre o discurso científico interno e o discurso da prática no uso das relações de evidência: enquanto no primeiro o uso da relação de evidência se dá de forma a corroborar as assertivas a partir da referência à literatura com

a qual o autor dialoga, no discurso da prática a evidência é tomada como forma de mostrar ao leitor o destaque crescente na prática que determinado fenômeno vem tomando. No discurso científico interno, o aparecimento a relação retórica de evidência é compreensível em função da argumentação pela evidência e pela lógica que os textos científicos devem apresentar. Já o discurso da prática faz uso da evidência como uma espécie de simulacro do discurso científico interno, de modo a representar a sua legitimação através de uma argumentação que apresente para o leitor uma prova daquilo que está sendo dito, aos mesmos moldes do que é feito nos textos científicos.

Destacamos que o recurso à evidência, em dois tipos de discursos substancialmente diferentes que consubstanciam as estratégias de legitimação do campo de estudos organizacionais, concede certa “aparência” de similitude aos artigos elaborados pelos autores do campo. Por isto, que estes devem ser vistos no contexto mais amplo das estratégias de legitimação que os autores recorrem ao elaborar seus trabalhos científicos: o discurso interno, voltado para uma audiência interna de pesquisadores do campo e o discurso da prática, voltado para uma audiência externa, cuja fonte de legitimidade se aloca nos problemas práticos das organizações e da sociedade de forma mais ampla.

Também encontramos no discurso da prática a utilização da relação retórica de solução, construída no texto para oferecer ao leitor a contribuição do autor para a resolução do problema, em geral organizacional, identificado por este. Está essencialmente na contribuição que o autor oferece no texto e está relacionada, em geral, a uma relação retórica de circunstância, que faz com que o leitor compreenda a necessidade ou o problema para o qual se está propondo uma solução, a partir de um determinado enquadramento contextual ou situacional.

A relação retórica de solução também difere nas duas estratégias de legitimidade: no discurso científico interno se volta para uma contribuição que se dá via preenchimento de lacunas observadas pelo autor, enquanto no discurso da prática a relação retórica de solução está presente na contribuição para a resolução de um problema prático identificado pelo autor.

A seguir, um quadro comparativo entre os elementos retóricos dos discursos, destacando semelhanças e diferenças entre audiências, objetivos do argumento, atores textuais e relações retóricas.

Quadro 4 – Elementos retóricos comparativos entre DCI e DP

	Discurso Científico Interno	Discurso da Prática
Audiência/ Público	Acadêmicos do campo	Gestores, Profissionais, Pesquisadores
Objetivos do argumento	Demonstrar suporte teórico para a questão; Apresentar contribuições originais ao campo - RIGOR	Resolver problemas organizacionais práticos; Estudar fenômenos que vêm ganhando destaque no campo prático; Aliar pesquisa acadêmica à atuação social - RELEVÂNCIA
Atos textuais	Coerência progressiva: Representação do conhecimento acumulado, Construção de consenso; Coerência sintetizada: Formulação de ideias abrangentes, Construção de relações convergentes, Reinterpretação de trabalhos anteriores; Incomensurabilidade: Retomada de perspectivas negligenciadas, Correção de conceitos mal-formulados; Incompletude: Contribuição do autor; Preenchimento de lacunas	Contribuição para problemas práticos; Problemática de fenômenos práticos de destaque; Defesa de uma prática social
Relações retóricas	<u>Evidência</u> ; Avaliação; <u>Solução</u> ; Propósito	<u>Evidência</u> ; Circunstância e <u>Solução</u>

Fonte: Elaborado pela autora.

4.4 O Papel do Capital Argumentativo no Campo de Estudos Organizacionais

A análise retórica realizada nos dois níveis acima destacados permite notar no âmbito do discurso científico interno o aparecimento de determinados processos de construção de oportunidades científicas de maneira muito recorrente nos artigos analisados, tais como a estratégia de construção de coerência intertextual coerência progressiva (representação do conhecimento acumulado) e das estratégias de problematização da situação incomensurabilidade e incompletude. Considerando que o uso desses processos é realizado com a finalidade de defender retoricamente as

contribuições científicas dos atores e assim obter legitimidade científica, estas práticas argumentativas podem ser compreendidas a partir da ideia de capital argumentativo no campo de estudos organizacionais, definindo algumas tomadas de posições, como, por exemplo, os discursos que os pesquisadores adotam em seus trabalhos. Uma vez que o campo científico necessita de produções escritas e que essas produções em estudos organizacionais não apresentam simplesmente “dados”, “fatos”, ou “resultados”, de modo semelhante a uma demonstração matemática, mas sim apresenta argumentos via defesa de diferentes ideias e perspectivas, que não podem ser “provadas” como “certas”, este capital se torna fundamental em nosso campo.

As estratégias de contribuição que tencionam reparar negligências ou equívocos praticados pelos estudos anteriores ou preencher lacunas específicas, tais como incomensurabilidade e incompletude, também podem ser compreendidas como práticas de distinção (*habitus*) e valorização que buscam aumentar o prestígio e o status do pesquisador que as utiliza, o que pode vir a conferir-lhe autoridade profissional e acumulação de capital simbólico, alterando sua posição no campo (EVERETT, 2002; BOURDIEU, 2007).

Já no âmbito do discurso da prática, é possível notar a recorrência da contribuição para problemas práticos, nas quais os autores constroem e fazem uso de estratégias de legitimidades para oferecerem soluções para os problemas organizacionais, constituindo, assim, um forte capital argumentativo presente neste discurso, que visa justificar e legitimar a contribuição prática dos autores. Mesmo se tratando de textos científicos que visam contribuir para o campo científico, a estratégia de legitimação científica adotada aqui é obtida através de contribuições para o campo da prática, o que está muito relacionada com o campo administrativo (CURADO, 2001).

Entretanto, como acima destacado, o discurso da prática também recorre às relações retóricas de evidência e solução, aproximando as competências argumentativas dos atores que se posicionam de forma distinta no campo de estudos organizacionais. Por isto, caracterizamos esta competência como um novo capital no campo, que, conforme será demonstrado também posteriormente, ajuda os atores a se posicionarem e distinguirem com relação aos seus pares. As duas categorias de atores apresentam, aparentemente, a mesma competência argumentativa na produção de artigos científicos, mas a nossa pesquisa demonstra que os atores que recorrem ao discurso científico

interno e ao discurso da prática são substancialmente distintos no que tange a sua percepção das fronteiras do campo científico de administração. Tanto o é, que usam diferentes estratégias para legitimar suas contribuições científicas e fazem uso de diferentes audiências, objetivos de argumentação e atos textuais.

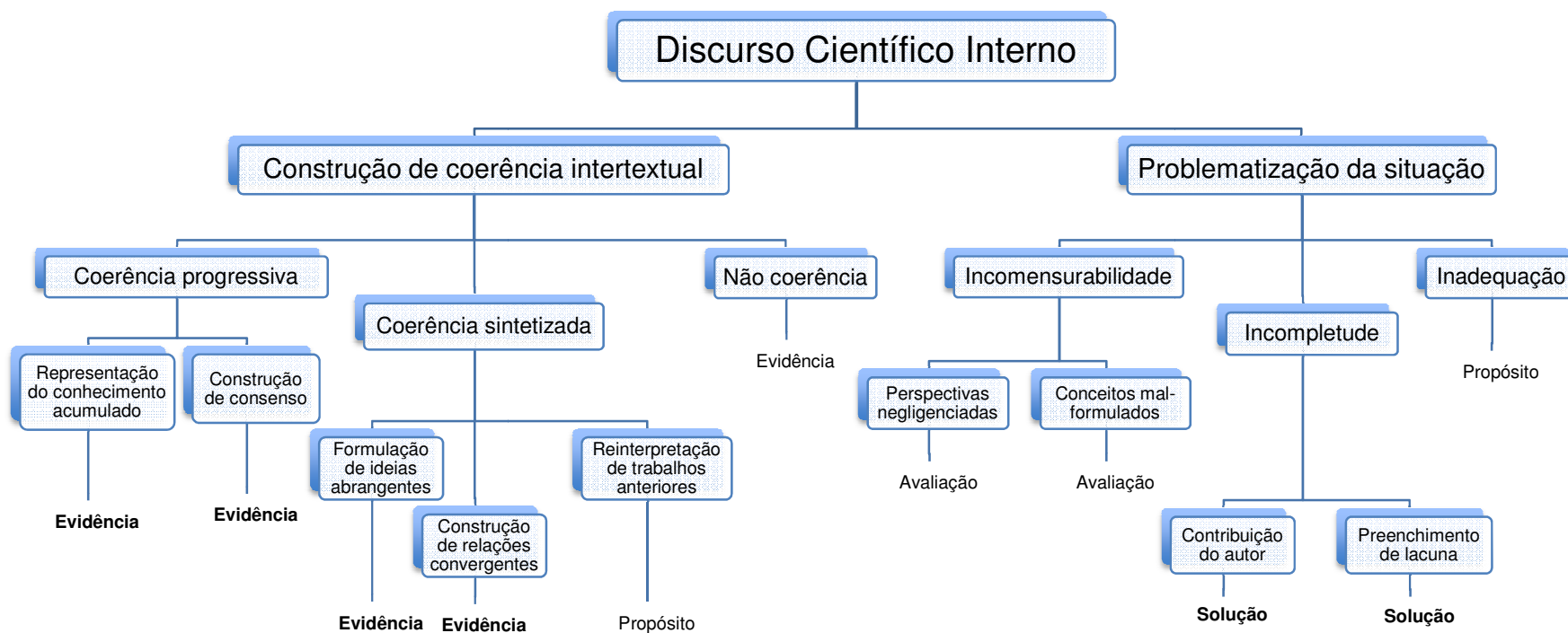
Nos artigos analisados, estes discursos construídos ao longo do tempo na trajetória dos estudos organizacionais brasileiros apareceram em alguns períodos separados um do outro, mas em outros períodos surgiram concomitantes em alguns trabalhos. Além disto, ambos apareceram em todas as décadas estudadas, contudo, em alguns períodos cada um deles se apresentou de forma mais marcante que o outro, conforme veremos nas próximas seções. Os discursos e os níveis de análise de suas estruturas retóricas e argumentativas podem ser melhor visualizados nas figuras 3 e 4, destacando em **negrito** às relações retóricas de evidência e de solução que os dois principais discursos que consubstanciam as estratégias de legitimidade do campo compartilham.

Esta análise, que parte de uma visão de ciência como um ato social construído, revela que as publicações no campo de estudos organizacionais brasileiro são constituídas não somente pelos achados de pesquisas científicas, mas principalmente por práticas persuasivas textuais que buscam argumentar em favor da contribuição científica, supostamente importante e única, de um autor ou de um trabalho. Exemplo disso é a recorrência à prática da incomensurabilidade, presente no discurso científico interno, que argumenta o equívoco ou a negligência dos trabalhos já realizados até então, pressupondo que o artigo em questão irá reparar esta deficiência, através de seu correto entendimento sobre conceitos/teorias ou de sua contribuição original sobre algo pouco explorado. É uma tentativa de valorização de seu próprio trabalho. É possível que estas tentativas de valorização se dêem em outros campos científicos, contudo, nossa análise se restringe ao campo de estudos organizacionais e falamos aqui somente sobre este campo.

A análise permite também compreender parte do jogo de forças no campo científico, pois expõe recursos argumentativos que são utilizados como capitais, neste caso como capital argumentativo, na disputa pelo monopólio da autoridade, nem sempre científica, via escolha de relações retóricas presentes nas estratégias construídos para legitimar cientificamente e extra cientificamente a contribuição dos autores.

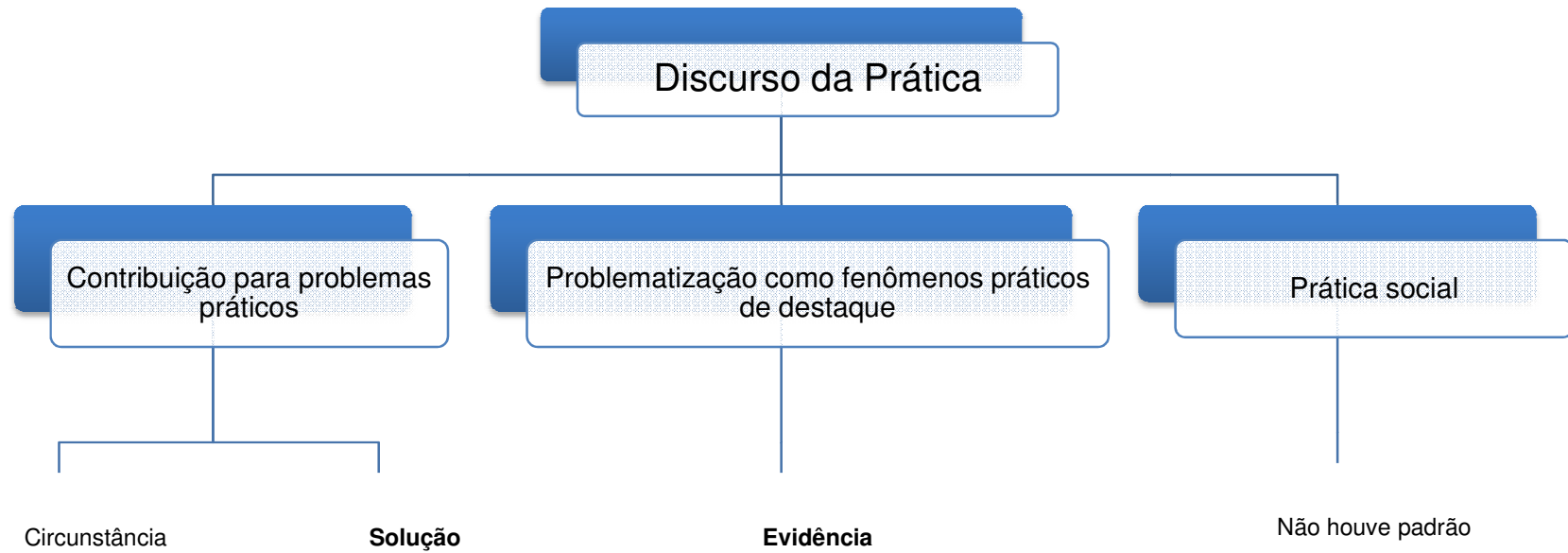
Nesse sentido, o capital argumentativo é utilizado pelos autores, conforme seus objetivos e se expressa nas relações retóricas presentes no texto escrito com a finalidade de justificar as contribuições científicas dos autores. Essas relações retóricas se apresentam ora de forma diferenciada, ora de forma semelhante, conforme a natureza das divisões e dos atos textuais que compõem as estratégias de legitimidade de contribuição científica e os objetivos de argumentação apresentados pelos autores na escolha destas divisões e atos textuais. Assim, enquanto as estratégias legitimam as contribuições científicas dos autores e marcam seu posicionamento, as relações retóricas, a partir do uso do capital argumentativo, sustentam os objetivos dos argumentos dos autores na produção de textos que visam à legitimidade das suas contribuições.

Figura 3 – Níveis de Análise das Relações Retóricas– Discurso Científico Interno



Fonte: Dados da pesquisa

Figura4 – Níveis de Análise das Relações Retóricas – Discurso da Prática



Fonte: Dados da pesquisa

4.5 Estratégias de Legitimidade de Contribuição Científica Predominantes e Períodos Marcantes

Conforme vimos na tabela 9, as estratégias de legitimidade predominantes na produção nacional analisada foram o discurso científico interno (DCI), o discurso da prática (DP) e o discurso científico interno e da prática combinados (DCIP). A seguir, veremos mais detalhadamente a evolução destas ao longo do tempo.

4.5.1 Discurso da Prática (DP) – Anos 60 e 70

Considerando a porcentagem de ocorrência em relação o total da produção em cada período, o discurso da prática foi uma estratégia de legitimidade mais marcante no início do campo, entre os anos 60 e 70, mas foi diminuindo aos poucos, à medida que os anos passavam e o campo ia se estruturando, não tendo, porém, desaparecido. Essa gradual diminuição pode ser mais bem entendida se pensarmos na própria definição do discurso da prática, isto é, uma estratégia de argumentação que enfoca os problemas práticos, soluções para as organizações e a relevância prática da pesquisa acadêmica. Como a maturação do campo de Estudos Organizacionais requeria o desenvolvimento e a consolidação de instâncias mais acadêmicas, a fim de se firmar como campo, é de se compreender o porquê desta estratégia de legitimidade ter aparecido de forma mais predominante nos períodos iniciais. A própria fala neste tipo de estratégia de legitimidade, dirigida a outros atores da sociedade, sobretudo do meio organizacional, faz mais sentido em uma época em que o campo acadêmico não era tão fortalecido.

Cabe observar que na evolução histórica do conhecimento administrativo, inicialmente a administração se configurou no que Curado (2001) chamou de saber prático, isto é, um saber no qual as ações eram baseadas na experiência e no qual não havia ainda sistematização, localizado entre o período de consolidação da empresa capitalista e o surgimento das teorias de Taylor e Fayol. Entre o início do século XX e a década de 70, este saber começa a ser estruturado e sistematizado por meio da adoção e disseminação de modelos de gestão, transformando-se em um saber tecnológico. A partir deste momento a administração começa a se propagar como um campo de conhecimento com método e ferramental próprios.

Nesse sentido, desde o seu início o conhecimento administrativo esteve relacionado à aplicabilidade, ou seja, à atividade rotineira e prática e por isto podemos entender sua trajetória inicial em desenvolver um conhecimento mais voltado para a finalidade de aplicá-lo na gestão das organizações que propriamente à criação e discussão do conhecimento para fins científicos e acadêmicos. Desse modo, o conhecimento administrativo se consolidou de maneira a refletir a prática organizacional e a direcionar e a contribuir para a constituição desta prática (CURADO, 2001; MARSDEN e TOWNLEY, 1996). Portanto, mesmo o desenvolvimento teórico em Administração esteve associado à prática e ao saber oriundo dela. E é em função desta associação que entendemos as razões da estratégia de legitimidade do discurso da prática ter se apresentado mais forte nos estágios iniciais de formação e estruturação do campo e ter perdido espaço ao longo do tempo.

Todavia, é importante ressaltar que o discurso da prática mesmo tendo aparecido em menor proporção ao considerar o total da produção, foi aumentando em termos de quantidade, acompanhando o aumento da produção no campo. Isso mostra que ele não desapareceu e, por ser a segunda estratégia de legitimação de contribuição científica mais utilizada pelos autores, deve ser considerado ainda como uma importante forma de legitimidade do conhecimento científico no campo.

4.5.2 Discurso Científico Interno e da Prática (DCIP) – Anos 70 e 2000 em diante

A estratégia de legitimidade do discurso científico interno e da prática (DCIP) teve predominância nos anos 70, início do campo, e foi retomada mais tarde a partir dos anos 2000, momento de consolidação do campo, até 2014, final do período analisado. Importante frisar que sua predominância nos anos 70 se deu somente na produção nacional, já que quase não havia produção internacional de autores brasileiros a esta época. Já a retomada a partir dos anos 2000 aconteceu nas publicações nacionais e também foi predominante na produção internacional.

Em princípio podemos pensar que há certa incoerência pelo fato do DCIP ter sido retomado a partir dos anos 2000 e o DP ter diminuído ao longo do tempo, já que aquela categoria contém esta última. Todavia, esta retomada se dá combinando e

associando o DCI, que já estava bastante fortalecido neste período, ao DP, que estava se enfraquecendo como estratégia, compondo a nova categoria DCIP. Desse modo, o discurso da prática pôde ganhar novo impulso uma vez que estivesse associado ao discurso científico interno.

A predominância da estratégia de legitimidade DCIP deve ser compreendida de modo contextualizado com a evolução do conhecimento em Administração, que apesar de ter se estruturado como um campo acadêmico não perdeu sua relação com a aplicabilidade de suas contribuições, afinal, a Administração se situa como ciência social aplicada e por isto não perde seu caráter prático. Em virtude disto, apesar de não ser a estratégia mais recorrente na análise, o DCIP se mostra relevante na área devido à junção que realiza entre o enfoque prático, que ainda se mostra presente, e o viés acadêmico-científico desenvolvido na trajetória do campo.

4.5.3 Discurso Científico Interno (DCI) – Anos 80 em diante

O discurso científico interno foi uma estratégia de legitimidade que esteve presente em todas as décadas na análise da produção nacional, mas teve um grande crescimento a partir dos anos 80. Além disto, foi a estratégia que mais se destacou proporcionalmente perante as demais, exceto nos anos 60, quando o discurso da prática se sobrepunha. Na produção internacional analisada também apresentou grande destaque, a partir dos anos 2000, quando começaram efetivamente essas publicações.

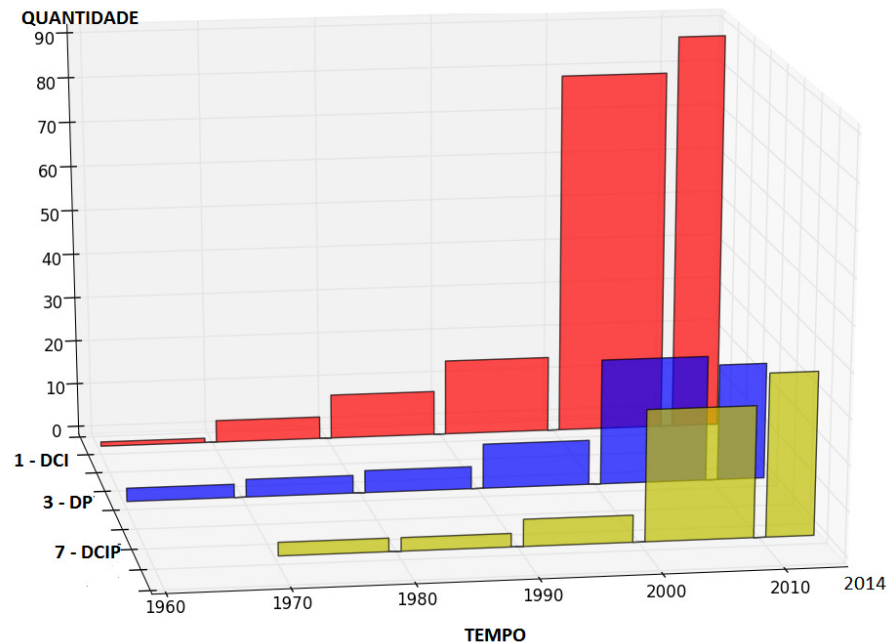
A ocorrência do DCI se destaca na produção nacional a partir dos anos 80, período ainda de estruturação do campo. Contudo se torna mais marcante ainda a partir dos anos 2000, período em que o campo se consolida e atinge um grau elevado de elementos como programas, recursos, revistas e pesquisadores, aumentando a disputa entre os agentes e o papel das unidades de governança. Na produção internacional, o DCI aparece a partir dos anos 2000, juntamente com o aparecimento destas publicações, quando começou a haver maiores incentivos e pressões por parte dos programas e agências de fomento à pesquisa para que os pesquisadores brasileiros publicassem em periódicos estrangeiros, preferencialmente nos bem avaliados pela Capes.

O aumento considerável do DCI nas últimas décadas, associado ao aumento e fortalecimento dos elementos destacados acima, é um indicativo do amadurecimento

acadêmico do campo de Estudos Organizacionais, principalmente se levarmos em consideração que a ocorrência do DP isoladamente diminui, enquanto a combinação DCIP se fortalece. Em outras palavras, o DCI além de se fortalecer isoladamente, também se fortalece pela combinação DCIP, demonstrando que no período de consolidação do campo o discurso da prática perde sua força quando usado isoladamente, devendo ser respaldado pelo discurso científico interno.

No gráfico 6, a seguir, procuramos mostrar a evolução das estratégias de legitimidade de contribuição científica, visando uma melhor visualização da trajetória destas ao longo do período analisado, de forma comparativa. Os valores utilizados aqui são os valores relativos à quantidade da produção ao longo do tempo, por isto, a evolução das estratégias de legitimidade de contribuição científica se dá de forma crescente, uma vez que a produção científica aumentou muito, principalmente a partir dos anos dos anos 2000.

Gráfico 6 – Evolução das Principais Estratégias de Legitimidade de Contribuição Científica em Quantidade de Produção – 60 a 2014

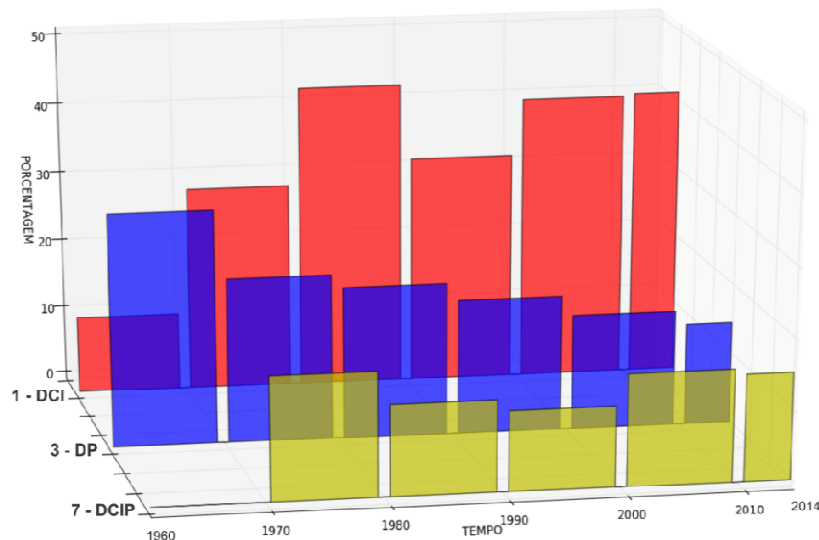


Fonte: Dados da Pesquisa.

Já se considerarmos a proporção (porcentagem) de ocorrência das estratégias de legitimidade de contribuição científica em relação ao total da produção – em

crescimento a cada período – vemos que algumas delas vão perdendo espaço, enquanto outras vão ganhando força, como acontece com o discurso da prática e o discurso científico interno, respectivamente, conforme podemos observar no gráfico 7.

Gráfico 7 – Evolução das Principais Estratégias de Legitimidade de Contribuição Científica em Porcentagem sobre o Total da Produção – 60 a 2014



Fonte: Dados da Pesquisa.

Os discursos ganham ou perdem força em certas épocas e os pesquisadores vão se utilizando deles através das estratégias de legitimidade de contribuição científica visando construir trabalhos que lhe permitam obter autoridade e legitimidade de modo a acumular capital simbólico, posicionando-se melhor no jogo de forças do campo. No fundo, todas as estratégias de legitimidade buscam alguma forma de obter o monopólio da verdade, isto é, da autoridade científica, argumentando esta verdade de diferentes formas, via diferentes estratégias.

4.6 Análise de Redes Visuais de Estratégias de Legitimidade de Contribuição Científica

A partir dos dados coletados, também realizamos uma visualização de redes de estratégias de legitimidade de contribuição científica, a fim de melhor analisar e organizar os diferentes núcleos de estratégias de legitimidade presentes no campo e os

pesquisadores e instituições que as utilizaram ao longo do tempo. Para tanto, as estratégias de legitimidade foram consideradas como nós, tanto na rede de autores quanto na rede de instituições. Assim, tivemos estas estratégias como os principais vértices das redes, já que os pesquisadores ou as instituições não foram relacionados entre si.

Também selecionamos para esta análise um corte em dois períodos diferentes: anos 60 e 70, que marca uma fase inicial e anterior ainda ao campo propriamente dito, podendo ser denominada de campo não estabelecido e anos 2000 a 2014, onde já temos um campo mais consolidado. O primeiro período de tempo só contou com redes sobre a produção nacional, uma vez que a esta época ainda não havia publicações em periódicos internacionais. Já a partir dos anos 2000 dividimos as redes em produção nacional e produção internacional, tanto para autores quanto para instituições, pois é deste período em diante que as publicações em periódicos estrangeiros começam a acontecer. Mais uma vez, só foram consideradas as estratégias de maior ocorrência na pesquisa: DCI, DP e DCIP.

Os dados que consideramos aqui sobre a abordagem de redes foram os nós (estratégias de legitimidade de contribuição científica e autores ou instituições, conforme a rede), arestas (ligações entre os nós, que aqui são as estratégias de legitimidade utilizadas pelos autores ou pelas instituições), grau (número de ligações presentes em cada nó) e grau ponderado (número de ligações presentes em cada nó, considerando repetidas ligações para um mesmo nó). Assim, os principais vértices das redes foram as estratégias de legitimidade, que reuniam os autores ou instituições ligados a elas. O tamanho do vértice e de sua legenda mostra indica a quantidade de ligações que este faz, isto é, o seu grau. Já a espessura das arestas indica o grau ponderado, ou seja, a frequência de ligações que acontece entre dois nós.

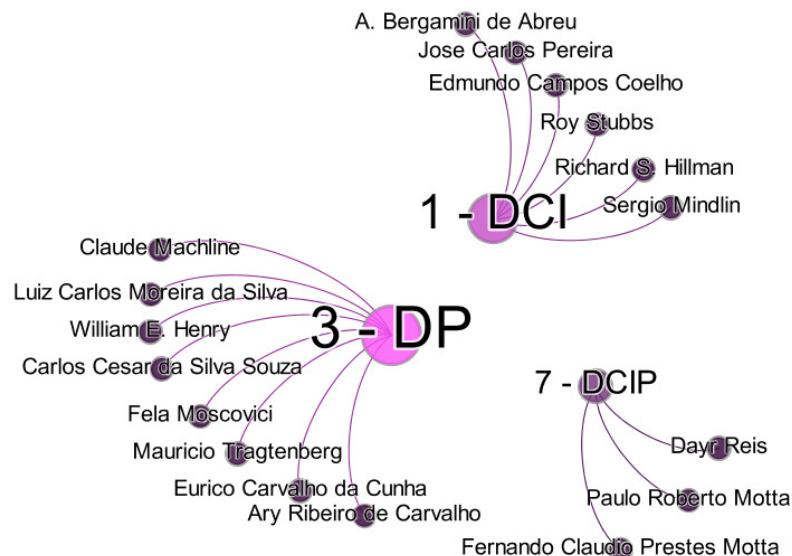
4.6.1 Anos 60 e 70

Nesta fase inicial, contávamos com uma baixa produção e poucos pesquisadores no campo. Também observamos o predomínio do discurso da prática como estratégia de legitimidade. A rede de estratégias de legitimidade e autores do período de 60 a 70 (figura 5) possui poucos nós e não apresenta nenhum autor conectado a mais de um nó,

isto é, utilizando mais de uma estratégia de legitimidade. Não observamos diferenças entre os graus e o graus ponderados, isto é, cada autor só se ligou uma vez à estratégia de legitimidade que utilizou. A rede possui 20 nós (3 estratégias de legitimidade e 17 autores) e 17 arestas, isto é, ligações entre nós, neste caso entre autores e estratégias. O DP apresentou grau 8, sendo o nó mais conectado da rede. O DCI apresentou grau 6, sendo o segundo nó mais conectado da rede. Já o DCIP apresentou grau 3, aparecendo como o grau menos conectado da rede de autores e estratégias de legitimidade. Em relação aos autores, o grau foi 1 para todos mostrando que estes só se conectaram uma vez.

Figura 5 – Rede de Estratégias de Legitimidade de Contribuição Científica x Autores

Produção Nacional – 60 a 70



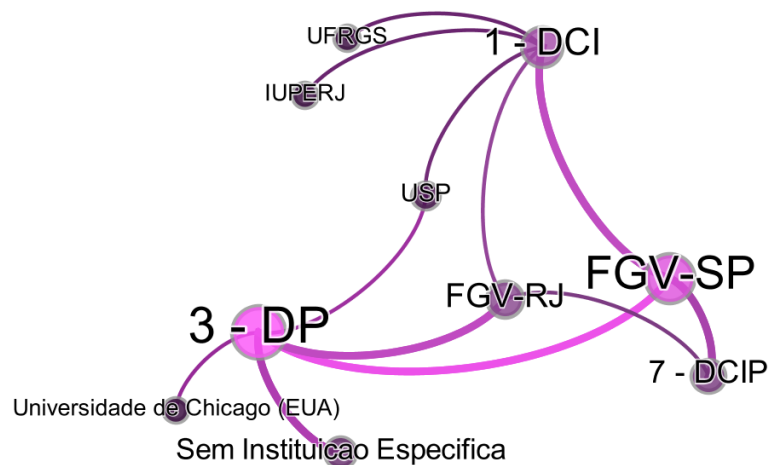
Fonte: Dados da Pesquisa.

Já na figura 6, encontramos a rede de estratégias de legitimidade de contribuição científica e instituições do período de 60 a 70. Aqui, novamente, por se tratar de uma fase inicial com pouca produção e poucas instituições no campo, observamos uma rede com poucos nós. Mas ao contrário da rede de autores, temos nesta rede atores (instituições) conectados a mais de um nó, isto é, utilizando mais de uma estratégia de legitimidade. Assim, observamos que o grau das instituições (número de conexões) variou entre 1 e 3. A rede possui 10 nós (3 estratégias de legitimidade e 7 instituições) e 12 arestas, isto é, ligações entre nós, neste caso entre instituições e estratégias de

legitimidade. Observamos aqui diferenças entre os graus e os graus ponderados de todas as estratégias de legitimidade, ou seja, há conexões recorrentes entre uma instituição e uma estratégia de legitimidade.

O DP apresentou grau 5 e grau ponderado 8, sendo o nó mais conectado da rede, demonstrando a sua centralidade no período estudado. Nessa estratégia de legitimidade, as instituições com maiores conexões foram FGV-RJ e FGV-SP. Também se destaca o grupo Sem Instituição Específica, que reuniu trabalhos de autores sem declaração de instituição de vínculo. A Universidade de Chicago aparece nesta época devido ao fato de termos trabalhos de alguns autores estrangeiros publicados em periódicos nacionais. O DCI apresentou grau 5 e grau ponderado 6, sendo o segundo nó mais conectado da rede. Nessa estratégia de legitimidade a FGV-SP se destacou como a instituição mais conectada. Já o DCIP apresentou grau 2 e grau ponderado 3, aparecendo como o grau menos conectado da rede de instituições e estratégias de legitimidade, mas revelando mais uma vez a FGV-SP como a instituição mais conectada. De modo geral, podemos dizer que as instituições com maior frequência de conexão foram a FGV-SP e a FGV-RJ, com graus ponderados 6 e 4, respectivamente, destacando o peso destes atores institucionais neste período inicial.

Figura 6 – Rede de Estratégias de Legitimidade de Contribuição Científica x Instituições - Produção Nacional – 60 a 70



Fonte: Dados da Pesquisa.

4.6.2 Anos 2000 a 2014

O período de 2000 a 2014 já apresenta um campo mais numeroso em termos de número de pesquisadores e instituições e apresentando não só a produção nacional, mas também uma produção internacional. Em função disto realizamos redes separadas para atores individuais (autores) e coletivos (instituições), de acordo com a produção nacional e internacional.

Na figura 7, podemos visualizar as diversas conexões da rede de autores e estratégias de legitimidade da produção nacional, na qual predomina a estratégia DCI. Esta rede apresenta um considerável número de autores, estando vários destes conectados a mais de um nó, isto é, utilizando mais de uma estratégia de legitimidade. A rede possui 405 nós (3 estratégias de legitimidade e 402 autores) e 445 arestas, isto é, ligações entre nós, no caso entre autores e estratégias de legitimidade. O DCI apresentou grau 237 e grau ponderado 307, ou seja, é um nó altamente conectado que faz 237 ligações a outros atores da rede e 307 ligações se levarmos em consideração a frequência destas conexões. O DP apresentou grau 105 e grau ponderado 114, segundo maior nó conectado na rede. Já o DCIP apresentou grau 101 e grau ponderado 119, apresentando valores próximos ao DP. Em relação aos autores, o grau variou entre 1 e 3 e o grau ponderado entre 1 e 9, mostrando que vários deles se conectam mais de uma vez a uma mesma estratégia de legitimidade e outros a mais de uma estratégia de legitimidade. Os autores que apresentam mais conexões estão destacados em tamanho maior, além de estarem ligados às estratégias de legitimidade por linhas mais espessas.

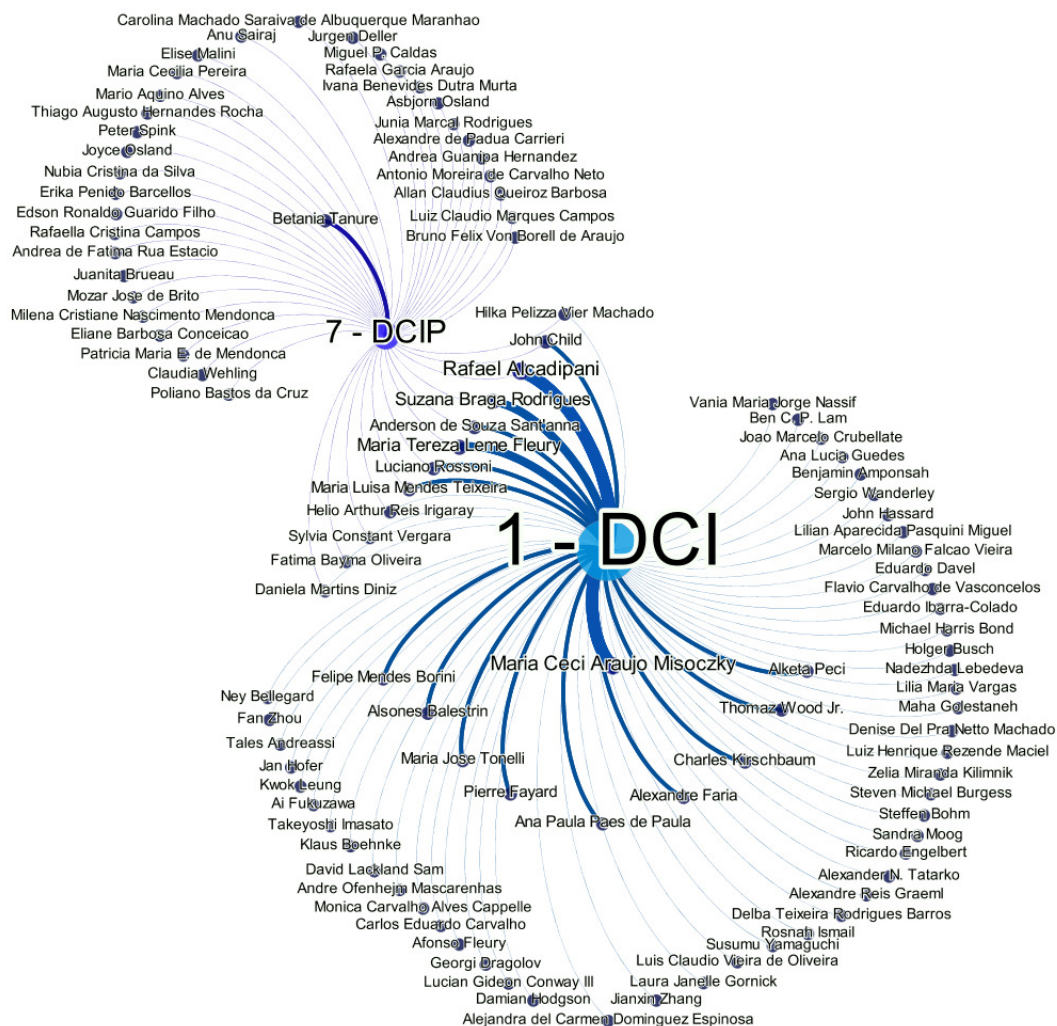
[illegible]

A seguir, podemos visualizar melhor na figura 8 os grupamentos DCI e DCIP na rede de atores e estratégias de legitimidade da produção internacional. Como esta rede é menor que a anterior, fica mais claro perceber os grupamentos de estratégias de legitimidade e observar que a maioria dos autores se conecta somente a um destes grupos, contudo, há também uma parcela que se conecta entre os dois grupamentos, isto

é, não possuem exclusividade na utilização de uma estratégia de legitimidade, utilizando ambas.

Esta rede possui 106 nós (2 estratégias de legitimidade e 104 autores) e 116 arestas, isto é, 116 ligações entre os nós, neste caso entre autores e estratégias de legitimidade. O DCI apresentou grau 71 e grau ponderado 95, tendo sido o nó mais conectado da rede. Já o DCIP apresentou grau 45 e grau ponderado 46, sendo o segundo nó mais conectado desta rede de autores e estratégias de legitimidade. Em relação aos autores, o grau variou entre 1 e 2 e o grau ponderado entre 1 e 5, mostrando que alguns deles se conectam a mais de uma estratégia de legitimidade e se ligam mais de uma vez a uma mesma estratégia de legitimidade. Os autores que apresentam mais conexões estão destacados em tamanho maior, além de estarem ligados às estratégias de legitimidade por linhas mais espessas.

Figura 8 – Rede de Estratégias de Legitimidade de Contribuição Científica x Autores
Produção Internacional – 2000 a 2014



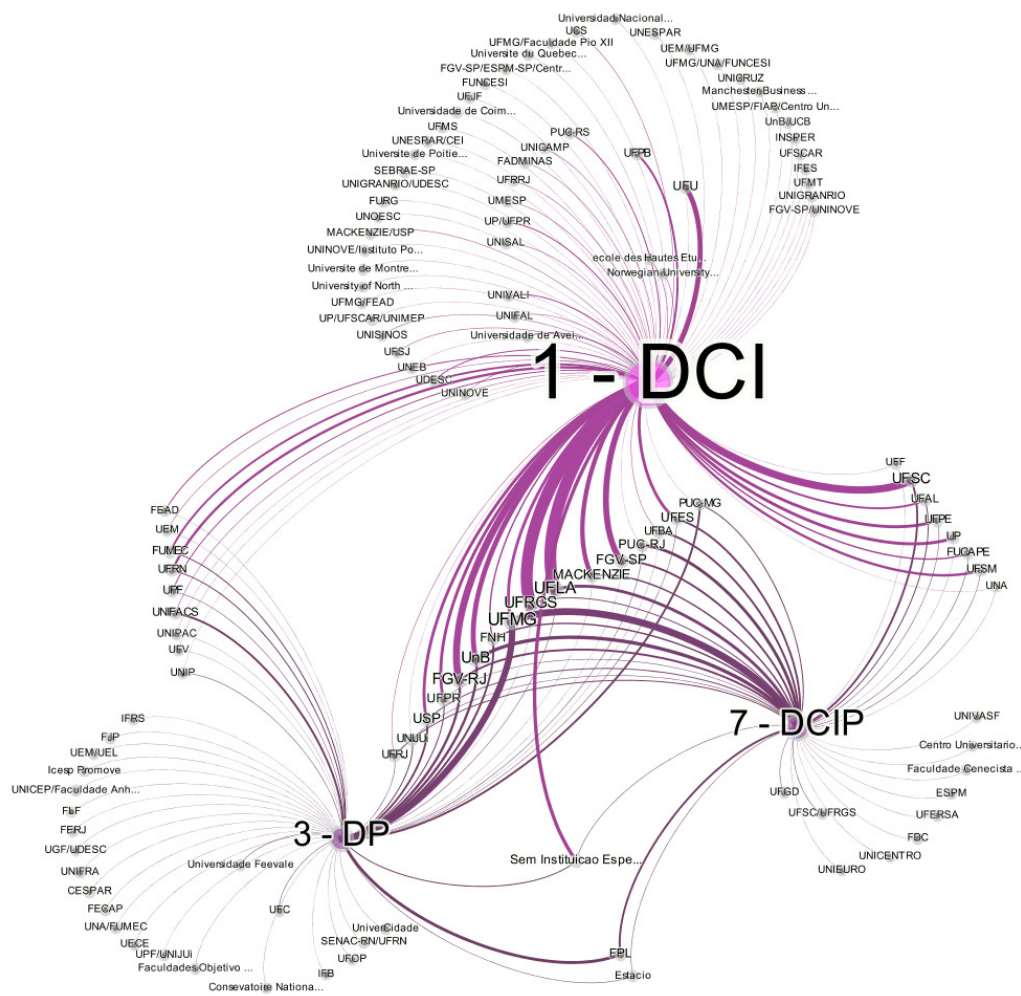
Fonte: Dados da Pesquisa.

Já sobre as redes de instituições e estratégias de legitimidade, percebemos na análise da produção nacional que a maioria das instituições são instituições mais antigas, tais como FGV-RJ, FGV-SP, USP, UFRGS, UnB, PUC-RJ e UFMG, estando as quatro primeiras presentes na rede de instituições do período de 60 a 70.

A rede, que pode ser visualizada na figura 9, possui 124 nós (3 estratégias de legitimidade e 121 instituições) e 174 arestas, isto é, ligações entre nós, neste caso entre instituições e estratégias de legitimidade. O DCI, novamente, foi o nó mais conectado da rede, apresentando grau 87 e grau ponderado 307, isto é, conexões entre instituições e

estratégias de legitimidade e conexões levando em consideração a frequência destas ligações. As instituições com mais conexões a esta estratégia de legitimidade foram a UFRGS e a UFLA. O DP foi o segundo nó mais conectado, apresentando grau 50 e grau ponderado 114. Já o DCIP apresentou grau 37 e grau ponderado 119. Aqui, a instituição com maior conexão foi a UFMG. Já em relação às instituições, o grau variou entre 1 e 3 e o grau ponderado entre 1 e 36, demonstrando que várias delas se conectam a mais de uma estratégia de legitimidade e diversas vezes a uma mesma estratégia de legitimidade. Novamente, a UFMG se mostrou como a instituição mais conectada para esta estratégia de legitimidade. De modo geral, as instituições mais conectadas, com maior grau ponderado, foram UFMG (36), UFLA (34), UFRGS (29), FGV-RJ (26) e UnB (25).

Figura 9 – Rede de Estratégias de Legitimidade de Contribuição Científica x Instituições - Produção Nacional – 2000 a 2014

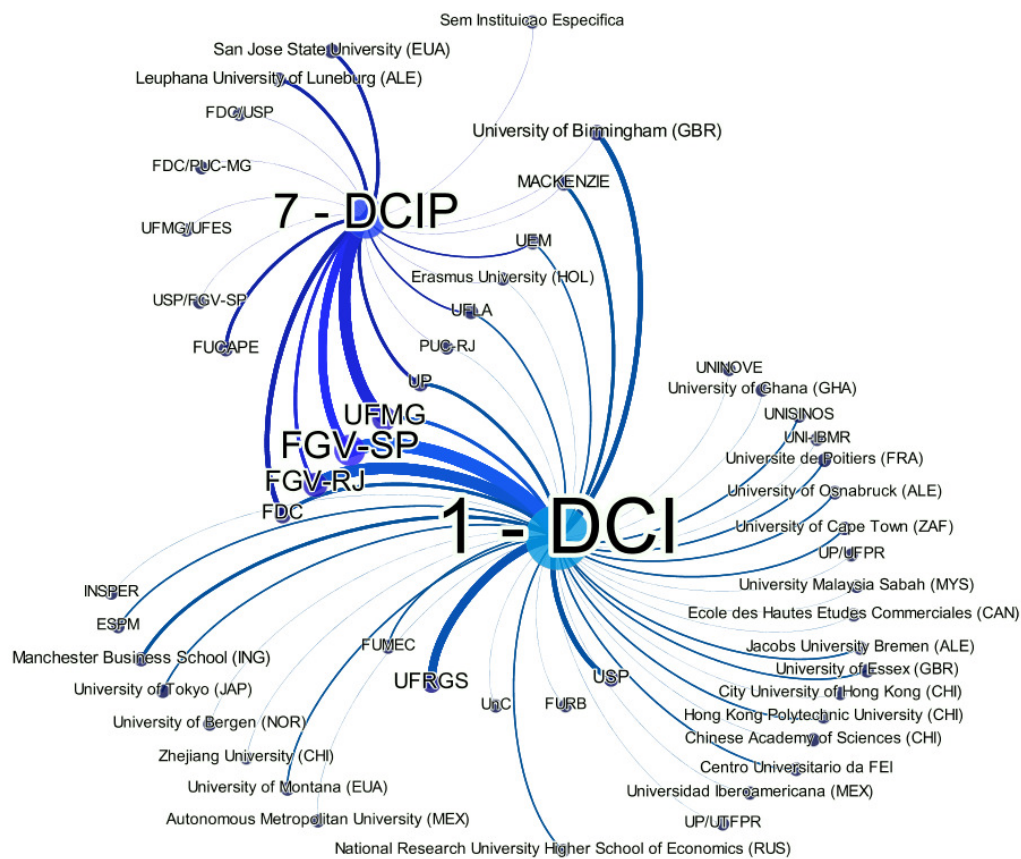


Fonte: Dados da Pesquisa.

Por fim, temos na figura 10 a rede de instituições x estratégias de legitimidade da produção internacional. Observamos um grande número de instituições estrangeiras, principalmente em relação ao grupamento DCI, uma vez que as publicações internacionais se dão muitas vezes em parcerias com pesquisadores estrangeiros. Também é possível notar a presença de instituições brasileiras como FGV-RJ, FGV-SP, UFMG, FDC, UP, UFLA, Mackenzie e PUC-RJ, apresentando mais de uma conexão entre diferentes estratégias de legitimidade, revelando, assim, que não há uma escolha única, isto é, a adoção de um determinado tipo de estratégia para defender suas contribuições científicas, mas sim o uso de algumas delas. É provável que este uso deva variar conforme a instituição de filiação, a nota do programa de filiação do pesquisador, o periódico em que publica e seu estrato Qualis Capes, a maturação do campo e o posicionamento do pesquisador neste.

Esta rede possui 53 nós (2 estratégias de legitimidade e 51 instituições) e 62 arestas, isto é, ligações entre os nós, neste caso entre instituições e estratégias. O DCI apresentou grau 43 e grau ponderado 94, tendo sido o nó mais conectado da rede. As instituições mais conectadas ao DCI foram FGV-SP, FGV-RJ e UFGRS. Já o DCIP apresentou grau 19 e grau ponderado 46, sendo o segundo nó mais conectado desta rede. Aqui as instituições com maior conexão foram FGV-SP e UFMG. Em relação às instituições, o grau variou entre 1 e 2 e o grau ponderado entre 1 e 15, mostrando que algumas delas se conectam às duas estratégias de legitimidade, em sua maioria instituições brasileiras, e também se ligam várias vezes a uma mesma estratégia. De modo geral, as instituições com mais conexões na rede foram FGV-SP (15), FGV-RJ (11), UFMG (11), FDC (7), UFGRS (6) e UP (6).

Figura 10 – Rede de Estratégias de Legitimidade de Contribuição Científica x Instituições - Produção Internacional – 2000 a 2014



Fonte: Dados da Pesquisa.

Aqui, buscamos identificar os grupamentos de atores (pesquisadores e instituições de pesquisa) de acordo com as estratégias de legitimidade que utilizaram e visualizamos as principais comunidades de atores individuais e coletivos e suas estratégias de legitimidade, além de parcelas de atores que transitam em diferentes estratégias de legitimidade, mesmo que em menor grau, formando pontos de articulação ou pontes entre essas comunidades. Este é um ponto importante, pois há em todas as redes analisadas conjuntos de atores ligados a mais de um nó, com exceção da rede de atores e estratégias de legitimidade da produção nacional de 60 e 70. Também identificamos alguns atores centrais com maior número de conexões (grau ponderado) em relação às estratégias de legitimidade DCI, DCIP e DP, mostrando um peso maior no campo.

Observamos de um modo geral, maiores conexões dos atores individuais e coletivos às estratégias de legitimidade DCI e DCIP. Nesse sentido, os atores podem ter

se conectado aos nós relativos às estratégias DCI e DCIP, tendo em vista que a utilização destas estratégias pode significar mais oportunidades de recursos ou possibilidades de adquirirem maior capital científico no campo para manter ou alterar suas posições e legitimar sua autoridade científica, via maior aceitação de publicações.

Esta tendência de conexões nas redes identificadas nos leva a refletir sobre uma possível articulação entre capital econômico, capital científico e posicionamento no campo. Os atores se conectam a estratégias de legitimidade que possam lhe trazer recursos ou posições no campo, a fim de disputarem recursos de pesquisa, aumentando seu capital econômico, e tentando aumentar seu capital científico na forma de contribuições científicas e publicações, objetivando, assim, manterem ou galgarem melhores posições no campo e legitimarem sua autoridade científica, atingindo assim, seus objetivos no campo.

4.7 Análise das Posições no Campo

Tendo em vista a importância em analisar o papel e as posições dos atores no campo (BOURDIEU, 1983a; 2004b; FLIGSTEIN, 2011; 2012), uma vez que o mapeamento destes posicionamentos diferenciados que se percebem as disputas em torno de um objetivo comum que definem a dinâmica de um campo, procuramos nesta seção focar em conjuntos de atores individuais e coletivos em relação à utilização das estratégias de legitimidade, marcando suas posições no campo.

A análise empírica até então realizada demonstrou que o campo de Estudos Organizacionais anterior aos anos 2000 não tinha características que pudessem aproximá-lo de um campo do ponto de vista conceitual, uma vez que era caracterizado por um número reduzido de atores/jogadores institucionais e individuais e ausência de um jogo ou disputa entre os mesmos.

Tendo isto em vista, observamos a frequência em conjunto de algumas categorias no Excel, a partir dos anos 2000, período em que o campo está mais consolidado e estruturado, com grande número de atores, regras de jogo mais definidas e disputas observáveis. As categorias foram escolhidas com relação às regras de jogo do campo que definem a forma como os atores individuais e coletivos disputam, considerando a nota do programa de pós-graduação de filiação do autor, o Qualis Capes do periódico do artigo analisado, se o pesquisador é ou não bolsista produtividade CNPq e as estratégias de legitimidade de contribuição científica utilizadas. Estas categorias foram analisadas em conjunto visando estabelecer e compreender posições no campo. Essas posições foram definidas aqui pela combinação da importância individual de cada uma destas categorias.

Primeiramente verificamos separadamente as frequências de cada estrato Qualis Capes dos periódicos, de cada nota de programa de pós-graduação e dos autores bolsistas e não-bolsistas em produtividade CNPq para cada uma das três estratégias de legitimidade mais utilizadas. Em seguida, selecionamos as categorias de ocorrência mais alta (acima de 20%). As duas categorias relativas à bolsa produtividade CNPq (sim e não) foram consideradas, ainda que não atingissem o percentual de 20%.

A partir deste levantamento, reunimos as categorias em diferentes combinações, a fim de encontrar possíveis associações entre elas, que se destacassem e apontassem para diferentes posicionamentos de atores individuais e coletivos dentro do campo. Para tanto, utilizamos a função COUNT.SES do Excel para registrar as ocorrências em que todos os critérios escolhidos fossem atendidos.

Foram levadas em consideração as combinações que apresentaram percentuais acima de 10% em relação às demais combinações presentes em cada uma das estratégias de legitimidade DP, DCI e DCIP. Contudo, também foram consideradas as combinações relativas à produção internacional dos programas estrangeiros e dos de nota 7 e 6, ainda que não tivessem atingido o percentual de corte, a fim de mapear uma posição que julgamos importante de se analisar no conjunto de posicionamentos, pela tendência de crescimento observável ao longo da última década. Deste modo, chegamos às principais combinações de categorias segundo cada estratégia de legitimidade.

Em seguida, estabelecemos importâncias individuais para cada categoria em valor numérico, isto é, pesos, que foram usados posteriormente na ponderação. Os pesos

foram escolhidos de forma a proporcionar uma ponderação equilibrada. Quanto mais importante é a característica, menor é a porcentagem de importância desta em comparação à característica imediatamente anterior. Isso foi feito, pois, manter a mesma porcentagem entre as categorias subsequentes, geraria como consequência um desequilíbrio na ponderação, já que o valor absoluto do peso de uma característica para a outra seria exageradamente maior. Estes valores podem ser vistos na tabela 11:

Tabela 11 – Pesos Utilizados para a Ponderação

Categorias	Peso	Interpretação do peso
Qualis Periódico		
PI	4,095	PI é 30% mais importante que A2
A2	3,15	A2 é 40% mais importante que B1
B1	2,25	B1 é 50% mais importante que B2
B2	1,5	B2 é 50% mais importante que B3
B3	1	B3 tem a menor importância
Notas Programas		
E	4,5045	E é 10% mais importante que 7
7	4,095	7 é 20% mais importante que 6
6	3,4125	6 é 25% mais importante que 5
5	2,73	5 é 30% mais importante que 4
4	2,1	4 é 40% mais importante que 3
3	1,5	3 é 50% mais importante que N/E
N/E	1	N/E tem a menor importância
Estratégias de Legitimidade		
DCI	2,25	DCI é 50% mais importante que DCIP
DCIP	1,5	DCIP é 50% mais importante que DP
DP	1	DP tem a menor importância
Bolsista produtividade CNPq		
B	2	B é 100% mais importante que NB
NB	1	NB tem a menor importância

Fonte: Dados da pesquisa

PI: Produção internacional

E: Programas estrangeiros

N/E: Programa não encontrado/ Não há programa

B: Bolsistas

NB: Não bolsistas

A partir dos pesos das categorias, foram calculados os pesos de cada combinação destas categorias, através da soma dos pesos de cada categoria. Foram selecionadas, então, as três combinações com maiores pesos e as três com menores pesos para que fossem inseridos em nosso gráfico de disputa no campo, de modo a dar equilíbrio a esta representação. Na tabela 12, é possível observar estas combinações para cada estratégia de legitimidade. Em ‘outros’, constam os dados somados das categorias restantes, contudo, esse grupo não foi representado graficamente.

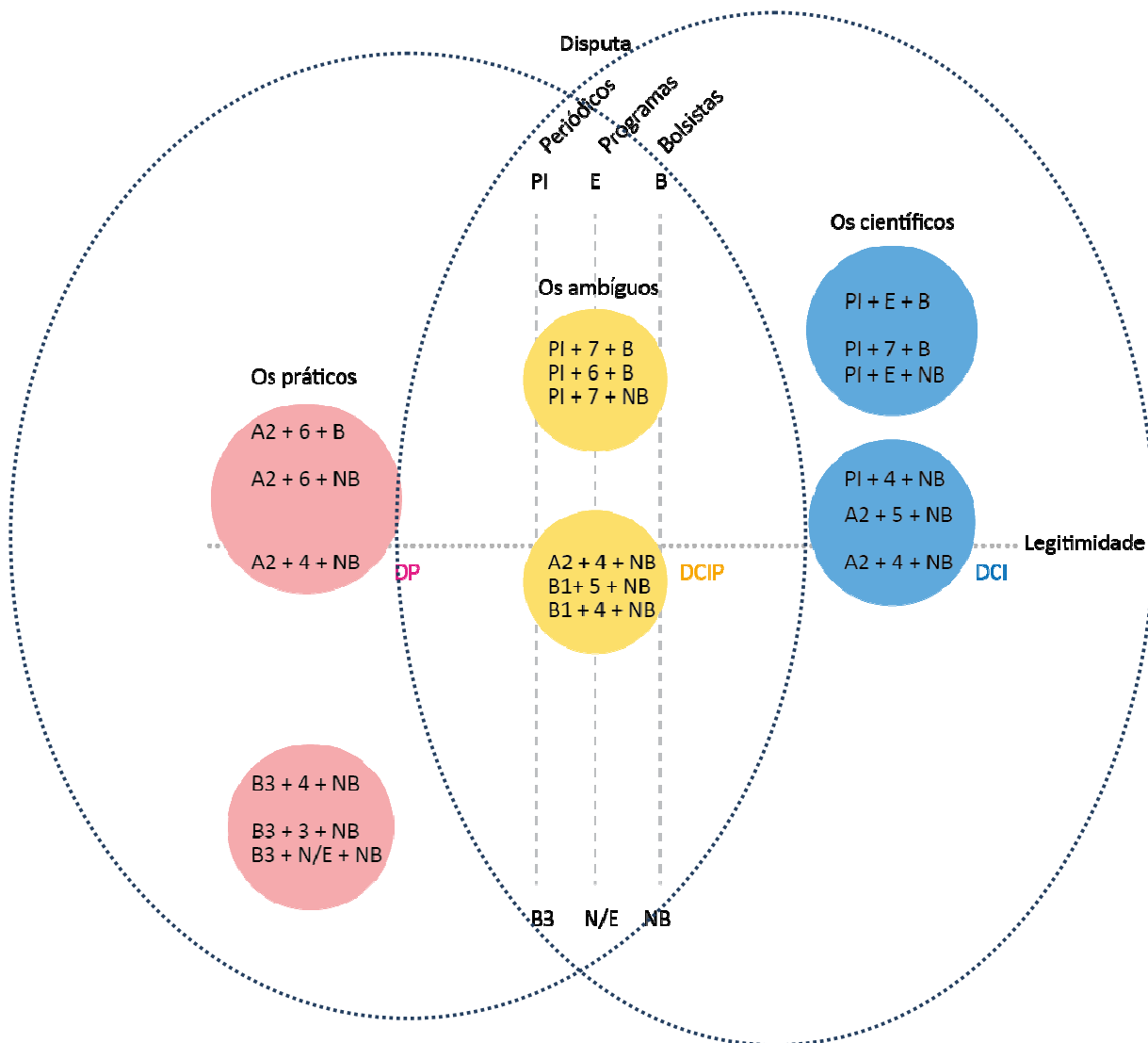
Tabela 12 – Combinações e Pesos Atribuídos

Estratégias	Qualis	Nota	Bolsista	Frequência	% Frequência	Importância (Peso)
DP	A2	6	B	4	3,08%	9,5625
	A2	6	NB	2	1,54%	8,5625
	A2	4	NB	4	3,08%	7,25
	OUTROS		NB	1	0,77%	6,4125
	B3	4	NB	2	1,54%	5,1
	B3	3	NB	5	3,85%	4,5
	B3	N/E	NB	3	2,31%	4
DCI	PI	E	B	2	1,54%	12,8495
	PI	7	B	3	2,31%	12,44
	PI	E	NB	5	3,85%	11,8495
	OUTROS		B	20	15,38%	42,7775
	OUTROS		NB	10	7,69%	20,9795
	PI	4	NB	3	2,31%	9,445
	A2	5	NB	13	10,00%	9,13
DCIP	A2	4	NB	17	13,08%	8,5
	PI	7	B	1	0,77%	11,69
	PI	6	B	1	0,77%	11,0075
	PI	7	NB	2	1,54%	10,69
	OUTROS		B	2	1,54%	19,7575
	OUTROS		NB	12	9,23%	45,47
	A2	4	NB	9	6,92%	7,75
	B1	5	NB	5	3,85%	7,48
	B1	4	NB	4	3,08%	6,85

Fonte: Dados da Pesquisa.

A partir destas combinações de categorias, mapeamos os posicionamentos dos três grupos de atores com maior peso e os três grupos de atores com menor peso para cada tipo de estratégia retórica, considerando as importâncias atribuídas em relação ao conceito do programa de pós-graduação, (programas estrangeiros – E – até programa não encontrado ou sem programa vinculado – N/E), o estrato Qualis Capes do periódico (produção internacional – PI – até B3), o recebimento (B) ou não (NB) de bolsa produtividade CNPq, a concentração de ocorrências das combinações de categorias e as estratégias de legitimidade utilizadas (DP, DCIP e DCI), em um diagrama de disputa no campo, conforme a figura 11.

Figura 11 – Disputa e Posicionamento no Campo de Estudos Organizacionais



Fonte: Dados da pesquisa.

Podemos perceber na figura 11, três tipologias de atores, que denominados para fins de configuração da disputa no campo de: “científicos”, “ambíguos” e “práticos”. Os “científicos” são os grupos de atores mais bem posicionados no campo, utilizam a estratégia de legitimidade DCI, publicam internacionalmente ou nos periódicos mais bem avaliados nacionalmente, estão vinculados a instituições estrangeiras ou com programas de pós-graduação de conceito 7 a 4 e parte deles são bolsistas produtividade CNPq. Os “ambíguos” são grupos de atores que transitam entre duas estratégias de legitimidade, utilizando a combinação DCIP. Dividem-se entre publicações internacionais, mas também em periódicos nacionais de boa e média avaliação (A2 e B1), estão vinculados a instituições de programas de conceito 7 a 4, sendo alguns bolsistas produtividade CNPq. Já os “práticos” são os grupos de atores com posicionamento mais desfavorável no campo. Utilizam a estratégia de legitimidade DP, não publicam internacionalmente, mas sim nacionalmente, em alguns casos em periódicos bem avaliados (A2), mas em outros casos em periódicos de estratos mais baixos (B3) e estão vinculados a programas de conceito 6, 4, 3 ou mesmo não possuem vínculo a programas de pós-graduação (N/E).

A partir das posições e combinações presentes na figura 11, notamos duas configurações de disputas: “práticos” X “ambíguos” e “ambíguos” X “científicos”. Isto porque os atores mais bem posicionados do grupo “ambíguos” disputam diretamente com os atores mais bem posicionados do grupo “científicos”. Por outro lado, os atores menos bem posicionados do grupo “ambíguos” disputam com os atores mais bem posicionados do grupo “práticos”. Nesse sentido, os “ambíguos” são o grupo que mais disputam no campo, uma vez que apresentam estratégias de legitimidade e combinações compatíveis para disputar com os outros dois grupos.

Considerando que nos três grupos destacados acima há combinações mais intermediárias, em especial o grupo de atores com publicações em periódicos A2, vinculados a programas 4 e que não são bolsistas produtividade, podemos interpretar estas posições como uma tentativa desses grupos de aumentar seu capital científico, via publicações, considerando a frequência de sua produção no levantamento realizado, e assim poder melhorar suas posições no campo.

Por outro lado, mesmo com menor concentração, os pesquisadores bolsistas produtividade de programas mais conceituados e com publicações internacionais buscam manter suas posições de destaque no campo e os recursos que recebem por isto, via produção internacional, exigência nos programas de nota 7 e 6. Deste modo, estes atores podem manter suas posições na estrutura do campo, perpetuando sua autoridade científica.

O mapeamento das posições revela maior concentração de atores não-bolsistas nas três estratégias de legitimidade predominantes. Todavia, é possível que este dado seja um reflexo do fato de termos em maior quantidade não-bolsistas que bolsistas produtividade em pesquisa no campo.

As posições são um importante fator considerado na dinâmica de um campo e podem ser tomadas por indivíduos, redes ou grupos sociais e instituições ou organizações formais (SWARTZ, 2008). No caso do campo de Estudos Organizacionais as posições podem ser tomadas por pesquisadores individuais, instituições isoladas e até periódicos ou ainda por grupos ou redes destes atores. Estas posições dividem o conjunto de atores em dominantes e dominados, formando grupos distintos que disputam o monopólio de mecanismos de reprodução no campo e seus tipos de capitais.

As posições identificadas no campo são ocupadas a partir da posse de diferentes tipos de capitais. No caso do mapeamento aqui feito destacamos a posse do capital argumentativo, relacionado às estratégias de legitimidade de contribuição científica, do capital científico, indicado pelos estratos dos periódicos escolhidos para publicação, e do capital econômico dos atores, observado pela vinculação a programas mais conceituados e bolsas produtividade em pesquisa CNPq. Juntos, estes capitais compõem o capital simbólico dos agentes no campo, uma vez que este último surge das outras formas de capital, conferindo prestígio, reputação e consagração aos atores. É este capital simbólico que irá organizar o campo em hierarquias específicas de posições e capitais (EVERETT, 2002), como a disposição dos grupos de atores que identificamos no campo. Assim, são os agentes que criam o espaço no campo, por meio das disputas que estabelecem entre si (BOURDIEU, 2004b) a partir da posse dos capitais. E é esta estrutura que determina as posições dos agentes no campo e o que estes podem ou não fazer.

4. 8 Pré-Campo de Estudos Organizacionais

Analisar um período de mais de cinquenta anos do campo de Estudos Organizacionais nos permite argumentar que nos primeiros períodos estudados havia uma configuração que podemos chamar de “pré-campo”, dado que vários elementos e características de um campo constituído ainda não estavam presentes.

A orientação para o objetivo de um campo científico, isto é, o monopólio pela autoridade científica, é algo que não se realiza nesse período de pré-campo, já que o discurso da prática era a estratégia de legitimidade mais escolhida dentre os autores e ainda não havia a tentativa de legitimar a Administração internamente como uma ciência, isto é, para seus pares-concorrentes. Um campo científico se estrutura em torno do discurso científico interno e não busca referências em outras estratégias de legitimidade.

Nesta configuração inicial, observamos por um lado que os agentes do pré-campo defendiam a Administração junto aos pesquisadores de outras ciências, se afirmando em relação aos outros campos e também recebendo destes seus objetos de pesquisa. Essa permeabilidade e frouxidão de limites fizeram com que a área de Estudos Organizacionais se apresentasse e defendesse seus trabalhos a partir de um diálogo com o público acadêmico externo, na tentativa de se afirmar como uma ciência.

Por outro lado, também neste período inicial, havia a presença muito forte do discurso da prática como estratégia de legitimidade utilizada pelos autores para defender suas contribuições científicas e argumentar sobre o papel e função da “ciência” administrativa, chamando atenção para sua relevância prática sobre os problemas organizacionais. Assim, a Administração procurava se legitimar através da contribuição prática, mas também tentava se justificar como ciência junto a outros campos científicos.

A pouca quantidade de elementos como periódicos para publicação e programas de pós-graduação durante os anos 60, 70 e 80 também é uma característica desse pré-campo, que contava com muitas publicações de autores estrangeiros e alguns acordos de cooperação entre escolas americanas e brasileiras. Diversas publicações nesta época tinham um formato específico, diferente do padrão de artigo que temos atualmente, apresentando um texto corrido e sem tópicos ou seções. Cabe registrar que vários autores se apresentavam também como consultores empresariais ao assinarem os artigos.

Através da falta de organização dos agentes também percebemos mais claramente que ainda não havia um campo formado, isto é, ainda não havia um processo em que grupos de agentes percebessem lacunas ou oportunidades políticas e desenvolvessem uma concepção de controle para criar um novo espaço social e estabilizar as relações de campo, através de coalizões políticas (FLIGSTEIN, 2003).

Como ainda havia poucos atores expressivos no campo, tais como agentes individuais e coletivos, programas ou periódicos, as disputas no interior deste espaço ainda não se davam como acontece em um campo, onde há sistemas estruturados de posições sociais dentro dos quais lutas e manobras ocorrem sobre recursos, participações, oportunidades e acessos (EVERETT, 2002). Campos se caracterizam por serem lugares de relações de forças que se impõem aos agentes que nele estão tendo como alvo das lutas de concorrência a disputa pelo capital simbólico, que traz reconhecimento e autoridade no campo (BOURDIEU, 2004a). Todavia, essas relações de força ainda não estavam presentes uma vez que faltava a concorrência e as disputas por diferentes capitais na fase inicial de pré-campo em Estudos Organizacionais.

Por não haver ainda disputas claras, não havia também posicionamentos claros e marcados entre agentes dominantes ou incumbentes *versus* agentes dominados ou desafiadores. Nesse sentido, não tínhamos neste período atores dominantes que tivessem seus interesses e visões fortemente refletidos na organização do campo, de modo a favorecê-los e privilegiá-los em suas posições. Do mesmo modo, também não havia de forma marcada atores dominados, configurados em posições menos privilegiadas e operando pouca influência sobre os processos (FLIGSTEIN e MCADAM, 2011; 2012). Assim, era escasso o movimento de diferenciação entre agentes “rivals”, a fim de disputar certo monopólio dentro do campo.

As unidades de governança, apesar de algumas já existirem nesta época, ao exemplo da Anpad, desempenhavam um papel reduzido, ao menos na área de Administração. Isto porque o sistema de avaliação de programas e periódicos ainda funcionava de modo a não gerar tanta discrepância entre os atores, uma vez que não havia uma disputa mais acirrada entre estes. Assim, apesar de serem encarregadas de supervisionar o cumprimento das regras e facilitar a reprodução do sistema, essas unidades não carregavam em si a influência ou interesses dos atores mais poderosos, já que não havia essa diferenciação tão clara.

As próprias regras de jogo também não eram tão claras e definidas, não sendo claro para os atores o jogo dos Estudos Organizacionais como um campo. Não havia nas décadas iniciais regras tão definidas como as que vemos atualmente sobre critérios de avaliação de programas e periódicos, rankings de publicações, condições para financiamento de pesquisa, critérios exigidos para publicações, exigências mais rígidas na seleção para programas de pós-graduação, dentre outras. A própria compreensão do que está acontecendo no campo, isto é, do que está em jogo também não se colocava como uma percepção compartilhada pelos agentes.

Resumindo, nesse processo inicial de formação do campo, ainda não tínhamos um sistema estruturado de posições sociais, entendido como um campo de forças e lutas sobre recursos, que dessem “sentido ao jogo” (BOURDIEU, 2004b; EVERETT, 2002), nem objetivos definidos para o campo ou regras claras sobre o jogo (FLIGSTEIN e MCADAM, 2011; 2012). Assim, não podemos falar na existência de um campo de Estudos Organizacionais, mas nas bases para sua constituição.

4.9 Campo de Estudos Organizacionais em Busca de Autonomia

A partir do estudo longitudinal realizado, podemos acompanhar a formação do campo de Estudos Organizacionais brasileiro ao longo do período analisado, percebendo sua busca para se aproximar a um campo científico a partir dos anos 2000, em função de alguns elementos característicos.

O primeiro ponto que nos chama atenção é a percepção compartilhada por um número crescente de atores acerca dos objetivos que se disputam num campo científico: o monopólio da autoridade científica. Esta tendência se observa pela força do discurso científico interno a partir deste período como estratégia crescente de legitimidade para justificar as contribuições científicas dos autores. É um importante ponto que mostra o declínio do discurso da prática no campo e o aumento de uma legitimação que traz o olhar para um campo de natureza mais científica, que estabelece um diálogo/disputa entre acadêmicos da área e assumindo internamente que a Administração é uma ciência. Esta característica de se voltar para si, de produzir para seus próprios membros é um indicativo de autonomia do campo (BOURDIEU, 1983a; MARTIN 2003). Desse modo, o campo atinge maior delimitação, marcando e diferenciando melhor suas fronteiras de

outros campos científicos ou até mesmo de campos não-científicos. Todavia, é fundamental ressaltar que isto não significa que o campo de Estudos Organizacionais tenha se tornado um campo puramente científico, uma vez que outras estratégias de legitimar as contribuições científicas co-existem.

A produção também chama atenção pelo início efetivo de publicações internacionais e pelo predomínio de co-autorias, estabelecendo como padrão as parcerias e colaborações sociais na pesquisa, aumentando as disputas pelos capitais científico e social. Na produção também se observa a utilização de critérios mais rígidos para publicação e formatação de trabalhos, tanto por parte de periódicos quanto por parte de instituições organizadoras de eventos científicos. Outro dado importante foi a fragmentação da produção do campo ao longo do tempo e institucionalização de diversas áreas temáticas, principalmente no EnANPAD, formando cada vez mais subáreas dentro do campo, outro indicativo das disputas em andamento no campo.

Outro ponto a ser ressaltado na constituição do campo é o aumento de atores como pesquisadores, programas de pós-graduação e periódicos, além de eventos e recursos para pesquisa, a partir dos anos 2000. São elementos importantes e que obtiveram grande crescimento de modo a gerar uma massa crítica para a formação do campo, abrindo de vez espaço para disputas por capitais e posições.

Unidades de governança como a Capes, aperfeiçoaram suas diretrizes de avaliação, garantindo melhor o cumprimento das regras do campo, tais como atendimento a critérios de avaliação, e a manutenção do sistema, gerando maior discrepância entre os agentes individuais e coletivos do campo, ao estabelecer parâmetros mais rigorosos de avaliação. Além disto, já é possível perceber nestas unidades a influência dos agentes mais poderosos do campo, uma vez que seus interesses são legitimados e “naturalizados” como lógica e regras do campo, reforçando assim a perspectiva dominante (FLIGSTEIN e MCADAM, 2011; 2012), no nosso caso, determinada pela lógica crescente dos “cientistas”.

As disputas ficam assim mais acirradas, fazendo os agentes competirem por melhores posições dentro do campo, marcando assim um espaço característico ao campo, isto é, um espaço de conflito e competição, visando o monopólio sobre os diferentes capitais e tipos de autoridade (MISOCZKY, 2003). Considerando que a esta época já

havia maior número de agentes e elementos, as disputas tornaram o campo muito mais conflituoso, marcando os posicionamentos de maneira bastante competitiva e dinâmica.

Nesta fase, os atores já se posicionam claramente como dominantes ou incumbentes *versus* dominados ou desafiadores. Os primeiros se revelam como agentes que ocupam posições em programas mais conceituados, posições de destaque em instituições, sendo pesquisadores mais estabelecidos, com publicações e/ou formação internacionais. As regras do campo supervisionadas pelas unidades de governança tendem a favorecê-los, já que estes atendem aos critérios de avaliação, de modo a perpetuá-los em posições de poder dentro do campo. Já os dominados ou desafiadores ocupam posições menos privilegiadas, pertencendo a programas menos conceituados ou publicando em periódicos de estratos mais baixos, tentando se estabelecer no campo. A lógica dominante do campo não tende a favorecê-los, mas ainda assim costumam se apresentar favoráveis às normas, esperando oportunidades para melhorar seu posicionamento e conquistar melhores espaços (FLIGSTEIN e MCADAM, 2011; 2012).

Observamos, empiricamente, duas disputas centrais: entre a posição dos cientistas com os ambíguos e entre a posição dos práticos com os ambíguos, e um afastamento cada vez maior entre os práticos e os cientistas, como se fizessem parte de “mundos diferentes”, tendo em vista que não disputam nos mesmos espaços.

Como este novo campo tende a se aproximar, parcialmente, do campo científico, alguns dos seus agentes possuem entendimento compartilhado sobre o que está em jogo no campo, isto é, a disputa pelo monopólio da autoridade científica, sobre quem ocupa posições de maior ou menor poder, sobre a natureza das regras, permitindo aos agentes compreenderem e interpretarem que formas de ação e organização são legítimas no campo, além de interpretarem as movimentações dos demais agentes e responder a elas (FLIGSTEIN e MCADAM, 2011; 2012).

As regras do campo são assim claras e definidas, permitindo que estes agentes possam conhecer os critérios de avaliação pelos quais será julgado, tais como parâmetros de avaliação de programas e periódicos, rankings e fatores de impacto de publicações, regulamentos para o financiamento de pesquisa, normas para publicações, dentre outras. O objetivo de um campo científico, isto é, o monopólio pela autoridade científica, também é algo que se coloca para alguns agentes individuais e coletivos, considerando principalmente a força da utilização do discurso científico interno como a estratégia de

legitimidade de contribuição científica mais escolhida pelos autores e pela legitimação interna da Administração como ciência, isto é, para seus membros internos.

Neste momento, começa a se perceber um novo posicionamento dos “cientistas” na direção de um campo internacional de estudos organizacionais. Se no contexto brasileiro estes atores são posicionados comodominantes ou incumbentes com relação aos “ambíguos”, numa perspectiva ampliada do campo científico, eles disputam em posições menos privilegiadas com outros atores estabelecidos em instituições acadêmicas internacionais e revistas ranqueadas com altos fatores de impacto. Esta referência internacional atualmente não se mostra somente no campo das ideias, mas também nas estratégias de legitimidade, práticas de escrita acadêmica, estruturação de periódicos, funcionamento de programas de pós-graduação, constituindo uma grande tendência de internacionalização de uma parte dos atores do campo brasileiro de estudos organizacionais.

Contudo, o fato de haver diferentes estratégias de legitimidade de contribuição científica sendo utilizadas no campo, por mais que haja atualmente um predomínio do discurso científico interno, faz com que o campo não seja completamente autônomo e científico. O estudo de Locke e Golden-Biddle (1997) mapeou como contribuições científicas somente as classificações que reunimos no discurso científico interno, o que significa que em um campo científico não temos maneiras de legitimar as contribuições científicas além destas. Em outras palavras, se encontramos outras estratégias ou lógicas distintas de legitimidade de contribuições científicas, tais como o discurso da prática e a combinação discurso científico interno e da prática, isso se deve ao fato de ainda não termos um campo científico de Estudos Organizacionais estabelecido, autônomo ou “puro”, com práticas rotinizadas pelos agentes que tendem a aproximá-lo de um campo científico propriamente dito. Trata-se, portanto, de um campo científico em construção e em busca de autonomia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar como se deu o processo de construção de conhecimento na área de Estudos Organizacionais no Brasil no período de 1960 a 2014.

A partir deste propósito, procuramos discutir ao longo do trabalho a dinâmica do campo em Estudos Organizacionais no Brasil partindo da premissa de que a dinâmica presente no campo social da ciência tanto pode influenciar, quanto pode ser influenciada pelo conhecimento, constituindo assim uma relação de mão dupla. Assim, supomos que a construção do conhecimento científico está intrinsecamente relacionada com a dinâmica do próprio campo científico, definida em termos de processos sociais de conflitos e disputas de recursos, poder e adoção de práticas institucionalizadas (BOURDIEU, 1983a; 1991). No campo científico as relações de poder e as disputas em torno de um jogo inquestionável estão refletidas na produção do conhecimento, isto é, no modo em que este é construído. Dito de outro modo, o conhecimento é um produto da dinâmica do campo, ele se constitui e se constrói pelo jogo disputado no campo (BOURDIEU, 1991), de acordo com a posição, com os capitais e com as estratégias de ação dos agentes individuais e coletivos, num processo de disputa desencadeada pela lógica do jogo inerente a este campo.

A partir de uma visão alternativa de natureza construtivista sobre o processo de construção da ciência, procuramos não determinar as condições teórico-metodológicas ou delimitar o que é ou não o conhecimento científico, mas sim compreender a partir de que práticas, relações e processos ele se constrói. Para tanto, buscamos suporte em referenciais da Sociologia da Ciência como Merton (1979), que direciona seu olhar para as práticas sociais e culturais presentes no processo científico que revelarão como a ciência é feita e não o que ela é, e Kuhn (1979; 2011), que questiona a ideia de um cientista estritamente objetivo, fiel aos fatos e sem preconceções. Todavia, nos centramos na abordagem de campos (BOURDIEU, 1983a, 1991, 2004b; GREENWOOD, SUDDABY e HININGS, 2002; MARTIN, 2003; FLIGSTEIN e MCADAM, 2011; 2012; DAVIS e MARQUIS 2005; EMIRBAYER e JOHNSON, 2008), visando analisar a construção do conhecimento no campo de estudos organizacionais.

Discutimos então a noção de campo como uma rede de relações sociais, de sistemas estruturados de posições sociais dentro dos quais lutas e manobras ocorrem sobre recursos, participações e acessos (EVERETT, 2002), devendo ser entendido a partir das forças para manter ou para transformar sua estrutura (BOURDIEU, 2004b), e como uma ordem social construída de nível meso, em que atores (individuais ou coletivos) estão em interação uns com os outros, baseados no entendimento comum sobre os objetivos do campo, sobre as posições dos agentes e sobre as regras que legitimam a ação no campo (FLIGSTEIN e MCADAM, 2011; 2012). Destacamos também a dinâmica e alguns elementos presentes no campo, tais como capitais, habitus, agentes, posições, tomadas de posições e emergência, tentando sempre que possível relacionar estes conceitos ao campo científico.

Discutimos o conceito de Bourdieu (1983a) sobre campo da ciência como um espaço de jogo de uma luta concorrencial tendo como objetivo o monopólio da autoridade científica, tendo sua estrutura definida pela distribuição do capital específico (em seus vários tipos) que os agentes têm acumulado no curso de lutas anteriores. Neste jogo pelo monopólio da autoridade científica, a disputa não deve ser questionada e permanece tácita, já que segundo Bourdieu (2004b), os cientistas estão presos ao e pelo jogo, acreditando que vale a pena jogar. Todavia, apesar de haver luta, o jogo é jogado a partir de determinadas regras (MARTIN, 2003).

Em seguida apresentamos alguns trabalhos de abordagens construtivistas que discutem diversos aspectos que influenciam o processo de construção do conhecimento científico em Administração, tais como as práticas de legitimidade nas contribuições científicas (LOCKE e GOLDEN-BIDDLE, 1997); a influência da estrutura de relacionamento na produção científica e na produção do conhecimento (ROSSONI e GUARIDO FILHO, 2007; ROSSONI e MACHADO-DA-SILVA, 2007; GUARIDO FILHO, 2008); a importância do contexto histórico e configuracional no conhecimento dos Estudos Organizacionais (NEWTON, 2010); o impacto das mudanças econômicas nos temas e objetos de pesquisa do campo (DAVIS e MARQUIS, 2005); a lógica institucional da ciência acadêmica em comparação à lógica institucional da ciência comercial ou industrial (SAUERMAN e STEPHAN, 2013); as pressões científicas e pragmáticas presentes na pesquisa acadêmica em Administração (FABIAN, 2000); os aspectos institucionais nas publicações e escolhas de temas (JOHNSON e PODSAKOFF,

1994) e o impacto e papel dos artigos de edições especiais e edições regulares no campo de Administração (CONLONet *al.*, 2006).

Fechando o marco teórico, propomos um esquema analítico para compreender o processo de construção do conhecimento científico no campo de Estudos Organizacionais, admitindo que este processo está intimamente relacionado com a dinâmica do próprio campo científico, que se define empiricamente a partir de conflitos e disputas de poder e recursos em torno de uma lógica própria, a saber, o monopólio da autoridade científica. Isto implica que se considere que as relações de poder em um campo científico estejam presentes na produção de seu conhecimento, isto é, no modo em que este é construído e se forma ao longo do tempo. Para tanto, defendemos uma aproximação entre a teoria sobre o campo científico de Bourdieu, a teoria geral de campos de Fligstein e McAdam (2011; 2012) e alguns fatores de influência na construção do conhecimento em Estudos Organizacionais, a fim de melhor justificar as ações dos agentes individuais e coletivos presentes no campo, tornando mais complexo o processo de construção do conhecimento em Estudos Organizacionais e o expandindo para além da dinâmica relativa ao campo científico proposta por Bourdieu.

Desta forma, procuramos compor um quadro teórico de referência para que, juntamente com as análises realizadas, pudéssemos atingir aos objetivos específicos da pesquisa e, assim, responder à pergunta problema desta tese. Cabe agora retomar estes objetivos e articulá-los com os respectivos achados de pesquisa:

- a. Identificar, a partir de uma ótica longitudinal, a evolução da produção científica dos pesquisadores da área;*

Podemos identificar na pesquisa que a produção científica em Estudos Organizacionais teve seu início com o surgimento das primeiras revistas em Administração, RAUSP, RAP e RAE. No início do período analisado, anos 60, a produção ainda era bem escassa, tendendo para a autoria de autores estrangeiros. Além de poucas revistas nesta época, o número de edições também era pequeno, assim como se mostrou nos anos 70 e 80. Data dos anos 70 a criação majoritária dos primeiros programas de pós-graduação em Administração no Brasil, da ANPAD (Associação

Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração) edo primeiro processo de acompanhamento e avaliação dos cursos de pós-graduação pela Capes.

A pesquisa identificou que a partir dos anos 90 a produção científica começou a aumentar quantitativamente, apresentando o dobro da produção da década anterior. Novas revistas e programas foram criados, aumentando a inserção de novos agentes individuais e coletivos, iniciando uma consolidação do campo. Nesta década é criada a Plataforma Lattes e o Diretório dos Grupos de Pesquisa pelo CNPq e é reformulada a escala de conceituação para avaliação da pós-graduação pela Capes, aperfeiçoando o papel destas unidades de governança. No EnANPAD, a área de Estudos Organizacionais foi dividida em nível de análise macro e micro, devido ao seu aumento considerável.

Todavia, é a partir dos anos 2000 que o campo se consolida significativamente, passando a receber maior número de programas de pós-graduação, pesquisadores e alunos, triplicando sua produção em relação à década anterior. A produção triplica em relação à década anterior e se iniciam de modo mais substancial as publicações internacionais. A partir desta década podemos perceber um predomínio das relações de co-autoria, o que talvez possa ser justificado pela pressão por publicações ou mesmo como uma consequência do próprio crescimento do campo, que apresenta maior número de grupos de pesquisa e colaborações interinstitucionais, revelando a emergência de relacionamentos sociais na produção científica e indicando a importância do capital social (BOURDIEU, 1998) nesta nova fase do campo.

Nesta década a área de Estudos Organizacionais do EnANPAD passa por diversas reformulações temáticas, aproximando-se ao final do período ao modelo de temas de interesse que temos atualmente, de modo a ampliar e ao mesmo tempo especificar a produção na área. A partir destas fragmentações, os agentes puderam direcionar melhor suas tomadas de posições (EMIRBAYER e JOHNSON, 2008), via escolhas temáticas mais específicas, posicionando-se em diferentes espaços de um campo mais segmentado.

Neste período, após um crescimento quantitativo na pós-graduação, a Capes sugere em suas novas diretrizes que os fatores de impacto e de citação sejam incluídos no processo de avaliação, bem como indicadores relativos à expressão científica no contexto nacional e internacional, aperfeiçoando novamente suas estratégias como unidade de governança no campo (FLIGSTEIN e MCADAM, 2011; 2012).

Entre os anos 2010 e 2014 também identificamos um salto quantitativo na produção científica nacional, que em meia década já se equipara à produção da década anterior, reflexo talvez do alto número de programas, periódicos e pesquisadores ou até mesmo dos investimentos em fomento à pesquisa que se acumularam até este período. A produção internacional já dobra de volume se comparada à década anterior, período que coincide com aumentos em relação aos investimentos em bolsas e fomentos em pesquisa pelo CNPq, com efeitos dos ajustes de avaliação da Capes em relação aos conceitos dos programas, periódicos e indicadores de produção científica e também com o maior número de programas e pesquisadores no campo. Em ambas as produções observamos o predomínio de co-autorias em relação a artigos de autoria única, destacando a importância do capital social (BOURDIEU, 1998), principalmente nas publicações internacionais, nas quais muitas parcerias de colaboração são feitas através de relacionamentos sociais com pesquisadores e instituições estrangeiras.

Concluimos que a esta época, já tínhamos um campo mais consolidado, com incentivos e mesmo pressões por parte dos programas de pós-graduação sobre os pesquisadores para publicações, sobretudo em periódicos estrangeiros, a fim de conseguir ou manter os conceitos mais altos nas avaliações da Capes. A existência destes incentivos e pressões, juntamente com maior número de agentes já posicionados e com maior supervisão das regras pelas unidades de governança, gerou uma maior disputa pelo objetivo do monopólio da autoridade científica, fortalecendo o campo de Estudos Organizacionais.

b. Compreender quais são as principais estratégias de legitimidade da contribuição científica apresentadas nos principais artigos científicos – resultado deste processo de construção;

A análise inicial dos artigos pesquisados nesta tese revelou a existência de quatro estratégias de legitimidade de contribuição científica: 1) *discurso científico interno*: conjunto de estratégias de legitimidade de contribuição científica que tem como ponto de referencia o próprio campo científico, isto é, estratégias utilizadas por pesquisadores que se referem a outros pesquisadores do próprio campo; 2) *discurso científico externo*: estratégias de legitimidade de contribuição científica que têm como ponto de referência outros campos científicos, isto é, estratégias utilizadas por pesquisadores de estudos

organizacionais que dialogam com trabalhos científicos exteriores à administração, justificando o estudo a partir de temas comuns e explorados por outras disciplinas; 3) *discurso da prática*: conjunto de estratégias de legitimidade de contribuição científica que consistem na contribuição que privilegia problemas práticos, soluções para as organizações ou para a sociedade de forma geral e focam na relevância prática da pesquisa acadêmica, apresentando uma fala não só para o meio científico-acadêmico, mas também para outros atores da sociedade e 4) *discurso da diferenciação*: estratégia de legitimidade de contribuição científica que defende suas contribuições através da assimilação crítica ou adaptação de teorias estrangeiras à realidade local e não somente uma simples repetição ou aplicação direta e acrítica de um modelo estrangeiro. Além das estratégias isoladas, também apareceram na análise diversas combinações destas.

Todavia, as estratégias que tiveram maior ocorrência na análise foram o discurso científico interno (DCI), o discurso da prática (DP) e a combinação de ambos (DCIP). Nos anos 60 e 70 houve uma presença mais marcante da estratégia DP nos artigos nacionais, contudo, com o passar das décadas, o DCI foi ocupando maior espaço e atualmente as estratégias DCI, DP e DCIP, nesta ordem, são as que mais se destacam no campo. Em relação aos artigos internacionais se destacam basicamente as estratégias DCI e DCIP, desde anos 2000, quando começaram efetivamente estas publicações.

c. Desvendar como as principais estratégias de legitimidade apresentadas nos artigos se diferenciam retoricamente;

A partir da análise das relações retóricas, tendo como base a Teoria da Estrutura Retórica (MANN e THOMPSON, 1988), foi possível observar no discurso científico interno um predomínio das seguintes relações retóricas: evidência, propósito, avaliação e solução. O uso da relação de evidência é predominante na construção da coerência intertextual. Considerando que neste processo de construção de oportunidade científica a ideia é dialogar com a literatura existente (LOCKE e GOLDEN-BIDDLE, 1997), e considerando também que a audiência deste discurso se volta fortemente para o público acadêmico, seguindo convenções de citação a estudos consultados, os autores fazem uso desta relação retórica, a fim de evidenciar suas assertivas, a partir dos textos com os quais dialogam.

Ainda no discurso científico interno, mas no processo de problematização da situação observamos um foco nas relações retóricas de propósito, avaliação e solução. Geralmente, os autores se valem da relação de propósito ao apresentarem a intenção que se encontra por detrás da solução que propõem em seus trabalhos, como forma de contribuição para o campo, principalmente para preencher lacunas que observam. Já a relação retórica de avaliação é utilizada pelos autores como forma de avaliar trabalhos anteriores do campo, mostrando ao leitor seu julgamento e abrindo espaço, assim, para a contribuição que pretendem dar em seu artigo, mostrada via relação retórica de solução.

De modo semelhante ao discurso científico interno, identificamos também no discurso da prática a relação retórica de evidência, presente principalmente no ato textual da problematização como fenômeno de destaque no campo prático, mas, diferente do discurso anterior, os autores não argumentavam o estudo de seus problemas de pesquisa a partir do diálogo com a literatura consultada, mas sim com informações de cunho mais prático.

Temos, assim, uma diferença entre o discurso científico interno e o discurso da prática no uso das relações de evidência: enquanto no primeiro o uso da relação de evidência se dá de forma a corroborar as assertivas a partir da referência à literatura com a qual o autor dialoga, no discurso da prática a evidência é tomada como forma de mostrar ao leitor o destaque crescente que determinado fenômeno prático vem tomando. No discurso científico interno, o aparecimento da relação retórica de evidência é compreensível em função da argumentação pela evidência e pela lógica que os textos científicos devem apresentar. Já no discurso da prática o uso da relação retórica de evidência funciona como uma espécie de imitação do discurso científico interno, de modo a representar a sua legitimação através de uma argumentação que apresente para o leitor uma prova daquilo que está sendo dito, aos mesmos moldes do que é feito nos textos científicos. Assim, apesar de em ambos os discursos termos a utilização da evidência, este uso deve ser contextualizado conforme a audiência interna do discurso científico interno e a audiência externa do discurso da prática.

Também encontramos no discurso da prática a utilização da relação retórica de solução, construída no texto para oferecer ao leitor a contribuição do autor para a resolução do problema, em geral organizacional, identificado por este. Está essencialmente na contribuição que o autor oferece no texto e está relacionada, em geral,

a uma relação retórica de circunstância, que faz com que o leitor compreenda a necessidade ou o problema para o qual se está propondo uma solução, a partir de um determinado enquadramento contextual ou situacional.

A relação retórica de solução também se difere nas duas estratégias de legitimidade: no discurso científico interno está voltada para a contribuição que se dá via preenchimento de lacunas observadas pelo autor, enquanto no discurso da prática a relação retórica de solução está presente na contribuição para a resolução de um problema prático identificado pelo autor.

d. Analisar como os autores estabeleceram e diferenciaram suas estratégias de legitimidade de contribuição científica em suas produções no campo, em diferentes momentos históricos;

A partir da análise das estratégias de contribuições científicas, podemos acompanhar a evolução destas categorias ao longo do tempo, identificando alguns períodos marcantes em que estas estiveram presentes no campo.

Como podemos observar, o discurso científico interno foi a estratégia de legitimidade que mais apareceu em nossa análise e esteve presente em todo o período analisado, tendo apresentado, porém, um aparecimento mais marcante a partir dos anos 80 nos artigos de periódicos nacionais e a partir dos anos 2000 nos artigos de periódicos internacionais.

Durante a análise das estratégias de legitimidade, podemos notar no âmbito do discurso científico interno o aparecimento de determinados processos de construção de oportunidades científicas de maneira muito recorrente nos artigos analisados, tais como a estratégia de construção de coerência intertextual *coerência progressiva* (representação do conhecimento acumulado) e das estratégias de problematização da situação *incomensurabilidade* e *incompletude*. Considerando que o uso desses processos é realizado com a finalidade de defender retoricamente as contribuições científicas dos atores e assim obter legitimidade científica, estas práticas argumentativas podem ser compreendidas a partir da ideia de capital argumentativo no campo de estudos organizacionais, definindo algumas tomadas de posições, como, por exemplo, os discursos que os pesquisadores adotam em seus trabalhos. Uma vez que o campo

científico necessita de produções escritas e que essas produções em estudos organizacionais não apresentam simplesmente “dados”, “fatos”, ou “resultados”, de modo semelhante a uma demonstração matemática, mas sim apresentam argumentos via defesa de diferentes ideias e perspectivas, que não podem ser “provadas” como “certas”, este capital se torna fundamental em nosso campo.

As estratégias de contribuição que tencionam reparar negligências ou equívocos praticados pelos estudos anteriores ou preencher lacunas específicas, tais como *incomensurabilidade* e *incompletude*, também podem ser compreendidas como práticas de distinção e valorização que buscam aumentar o prestígio e o status do pesquisador que as utiliza, o que pode vir a conferir-lhe autoridade profissional e acumulação de capital simbólico, alterando sua posição no campo (EVERETT, 2002; BOURDIEU, 2007).

No âmbito do discurso da prática, é possível notar na análise da produção nacional sua ocorrência mais marcante no início do campo, entre os anos 60 e 90, tendo diminuindo gradativamente, sem, contudo desaparecer. Essa gradual diminuição é melhor compreendida se considerarmos que o discurso da prática é uma estratégia de argumentação que enfoca problemas práticos, soluções para as organizações e para a sociedade e a relevância prático-social da pesquisa acadêmica. Como a maturação do campo de Estudos Organizacionais requeria o desenvolvimento e a consolidação de instâncias mais acadêmicas, a fim de se firmar como campo, é possível entender porque essa estratégia de legitimidade apareceu de forma mais predominante nos períodos iniciais do campo. A própria fala neste tipo de estratégia, dirigida a outros atores da sociedade, sobretudo do meio organizacional, faz mais sentido em uma época em que o campo acadêmico não era tão fortalecido.

Já o discurso científico interno e da prática teve predominância na produção nacional nos anos 70, início do campo, e foi retomado mais tarde, a partir dos anos 2000, momento de consolidação do campo, tanto em âmbito nacional quanto internacional. A predominância desta estratégia de legitimidade deve ser compreendida de modo contextualizado com a evolução do conhecimento em Administração, que apesar de ter se estruturado como um campo acadêmico não perdeu sua relação com a aplicabilidade de suas contribuições, afinal, a Administração se situa no âmbito da ciência social aplicada e por isto não perde seu caráter prático. Em virtude disto, apesar de não ser a

estratégia mais recorrente na análise, o discurso científico interno e da prática se mostra relevante devido à junção que realiza entre o enfoque prático, que ainda se mostra presente, e o viés acadêmico-científico desenvolvido na trajetória do campo.

e. Identificar redes de estratégias de legitimidade de contribuição científica X atores (individuais e/ou institucionais) presentes no campo;

Aqui, buscamos identificar algumas redes de estratégias de legitimidade de contribuição científica X atores (individuais e institucionais), considerando as estratégias de legitimidade DCI, DCIP e DP nos períodos 60-70 e 2000-2014 nas produções nacionais e as estratégias de legitimidade DCI e DCIP no período 2000-2014 nas produções internacionais. Isto nos permitiu visualizar as principais comunidades de atores e estratégias, além de parcelas de atores que se relacionam a mais de uma estratégia de legitimidade, mesmo que em menor grau. Apareceram em todas as redes analisadas conjuntos de atores ligados a mais de um nó (estratégias), exceto na rede de autores nacionais do período 60 e 70.

As estratégias de legitimidade de contribuição científica que mais tiveram conexões foram os discursos DCI e DCIP. Assim, os atores individuais e coletivos podem ter se acumulado nos nós relativos aos discursos DCI e DCIP, que foram os discursos que mais cresceram segundo a análise, tendo em vista que a utilização destas estratégias pode significar mais oportunidades de recursos ou possibilidades de adquirirem maior capital científico no campo para manter ou alterar suas posições e legitimar sua autoridade científica, via maior aceitação de publicações.

Esta tendência de conexões nas redes identificadas nos levou a refletir sobre uma possível articulação entre capital econômico e capital científico. Nesse sentido, os atores se conectam a estratégias de legitimidade que possam lhe trazer recursos ou posições no campo, a fim de disputarem recursos de pesquisa, aumentando seu capital econômico, e tentando aumentar seu capital científico na forma de contribuições científicas e publicações, objetivando, assim, manterem ou melhorarem suas posições no campo e legitimarem sua autoridade científica, atingindo assim, seus objetivos no campo.

f. Mapear como estas redes influenciaram as posições dos jogadores-atores no campo ao longo da história e como estas influenciaram o processo de construção de conhecimentos em Estudos Organizacionais.

Neste estudo mapeamos algumas redes de estratégias de legitimidade de contribuição científica X atores (individuais e/ou institucionais) presentes no campo. A partir destas redes, e de outros indicadores, conseguimos mapear alguns posicionamentos de grupos de atores em ação no campo. As posições são um importante fator considerado na dinâmica de um campo e podem ser tomadas por indivíduos, redes ou grupos sociais e instituições ou organizações formais (SWARTZ, 2008). No caso do campo de Estudos Organizacionais as posições podem ser tomadas por pesquisadores individuais, instituições e até periódicos ou ainda por grupos ou redes destes atores. Estas posições dividem o conjunto de atores em dominantes ou incumbentes e dominados ou desafiadores, formando grupos distintos que disputam o monopólio da autoridade científica no campo.

Durante as fases iniciais não percebemos posicionamentos tão distintos entre os atores, sejam eles individuais ou coletivos, dado o baixo número destes e a ausência de disputa. Contudo, a partir dos anos 2000, observamos na pesquisa três tipologias de atores, que denominados de “científicos”, “ambíguos” e “práticos”, a fim de representar a disputa no campo. Os “científicos” são os grupos de atores mais bem posicionados no campo, utilizam a estratégia de legitimidade DCI, publicam internacionalmente ou nos periódicos mais bem avaliados nacionalmente, estão vinculados a instituições estrangeiras ou com programas de pós-graduação de conceito 7 a 4 e parte deles são bolsistas produtividade CNPq. Os “ambíguos” são grupos de atores que transitam entre as duas estratégias de legitimidade, utilizando a combinação DCIP. Dividem-se entre publicações internacionais, mas também em periódicos nacionais de boa e média avaliação (A2 e B1), estão vinculados a instituições de programas de conceito 7 a 4, sendo alguns bolsistas produtividade CNPq. Já os “práticos” são os grupos de atores com posicionamento mais desfavorável no campo. Utilizam a estratégia de legitimidade DP, não publicam internacionalmente, mas sim nacionalmente, em alguns casos em periódicos bem avaliados (A2), mas em outros casos em periódicos de estratos mais baixos (B3) e estão vinculados a programas de conceito 6, 4, 3 ou mesmo não possuem vínculo a programas de pós-graduação (N/E).

A partir do mapeamento destas posições, é possível perceber duas configurações de disputas: “práticos” X “ambíguos” e “ambíguos” X “científicos”. Isto porque os atores mais bem posicionados do grupo “ambíguos” disputam diretamente com os atores mais bem posicionados do grupo “científicos”. Por outro lado, os atores menos bem posicionados do grupo “ambíguos” disputam com os atores mais bem posicionados do grupo “práticos”. Nesse sentido, os “ambíguos” são o grupo que mais disputam no campo, uma vez que apresentam estratégias de legitimidade e combinações compatíveis para disputar com os outros dois grupos.

As posições identificadas no campo são ocupadas a partir da posse de diferentes tipos de capitais, no caso do mapeamento aqui feito, do capital argumentativo, capital científico, capital social e capital econômico dos atores, que compõem o capital simbólico destes agentes no campo, uma vez que este último surge das outras formas de capital, conferindo prestígio, reputação e consagração aos atores. É este capital simbólico que irá organizar o campo em hierarquias específicas de posições (EVERETT, 2002), como a disposição dos grupos de atores que identificamos no campo. Estes diferentes posicionamentos de atores vão influenciar a construção do conhecimento no campo, a partir das diferentes estratégias de legitimidade que utilizam, uma vez que estas se diferenciam em suas propostas, sendo o discurso científico interno mais voltado para objetivos como demonstrar suporte teórico nas questões e apresentar contribuições originais ao campo e o discurso da prática mais direcionado para resolver problemas organizacionais e sociais práticos.

Realizar um estudo longitudinal considerando mais de cinquenta anos de evolução de um campo nos permite algumas considerações. A primeira delas é no sentido de argumentar que nos períodos iniciais analisados não tínhamos um campo de Estudos Organizacionais, devido à inexistência de vários elementos e características típicos de um campo constituído que ainda não estavam presentes, tais como objetivos em comum, regras compartilhadas e posicionamentos claros.

Nesta configuração inicial, percebemos falta de organização e falta de contingente de pesquisadores, revistas e programas de pós-graduação, financiamentos para pesquisa e até mesmo uma atuação menos marcante das unidades de governança do campo, as disputas no interior deste espaço ainda não se davam como acontece em um

campo, onde há sistemas estruturados de posições sociais dentro dos quais relações de força, lutas e manobras ocorrem sobre recursos, oportunidades e posições. Essas relações de força ainda não estavam presentes trazendo concorrência e disputas por diferentes capitais na fase inicial de pré-campo em Estudos Organizacionais.

Por não haver ainda disputas nem posicionamentos claros e marcados entre agentes dominantes ou incumbentes *versus* agentes dominados ou desafiadores era escasso o movimento de diferenciação entre agentes “rivais”, a fim de estabelecer certo monopólio dentro do campo. Regras e objetivos também não eram tão claros e definidos, dificultando o estabelecimento dos Estudos Organizacionais como um campo.

Também neste período inicial, havia a presença muito forte do discurso da prática como estratégia de legitimidade utilizada pelos autores para defender suas contribuições científicas e argumentar sobre o papel e função da “ciência” administrativa, chamando atenção para sua relevância prática sobre os problemas organizacionais. Assim, a Administração procurava se legitimar através da contribuição prática, mas também tentava se justificar como ciência junto a outros campos científicos.

Tudo isso contribui para construir nesta fase um tipo de conhecimento que privilegia em suas contribuições científicas os problemas práticos, as soluções para as organizações e a relevância prático-social da pesquisa, dirigindo-se não só para o meio científico-acadêmico, mas também para outros atores da sociedade, principalmente do meio organizacional, enfocando no retorno que a investigação pode trazer para a organização ou ainda em alguma mudança prática da realidade social investigada. Desta forma, se constrói neste momento um conhecimento voltado para a relevância prática.

Por outro lado, à medida que acompanhamos a evolução dos Estudos Organizacionais ao longo do período analisado, vamos percebendo sua formação como campo a partir dos anos 2000, em função de alguns elementos característicos.

O primeiro ponto que nos chama atenção é o aumento de agentes, tais como periódicos, programas de pós-graduação, pesquisadores, além de eventos e recursos para pesquisa que tivemos a partir dos anos 2000, o que resultou em uma massa crítica para a formação do campo, abrindo de vez espaço para disputas por capitais e posições. Unidades de governança aperfeiçoaram suas diretrizes de avaliação, garantindo melhor o cumprimento das regras do campo, tais como atendimento a critérios de avaliação,

gerando maior discrepância entre os agentes individuais e coletivos do campo, ao estabelecer parâmetros mais rigorosos de avaliação.

As disputas ficam assim mais acirradas, fazendo os agentes competirem por melhores posições dentro do campo, marcando um espaço característico, isto é, um espaço de conflito e competição, visando o monopólio sobre a autoridade científica e demais tipos de capitais. Nesta fase, os atores já se posicionam claramente como dominantes ou incumbentes *versus* dominados ou desafiadores. Os primeiros se revelam como agentes que ocupam posições em programas mais conceituados, posições de destaque em instituições, sendo pesquisadores mais estabelecidos, com publicações e/ou formação internacionais. Já os dominados ou desafiadores ocupam posições menos privilegiadas, pertencendo a programas menos conceituados ou publicando em periódicos de estratos mais baixos, tentando se estabelecer no campo.

As regras do campo se mostram mais claras e definidas, permitindo que os agentes possam conhecer os critérios de avaliação pelos quais serão julgados, tais como parâmetros de avaliação de programas e periódicos, rankings e fatores de impacto de publicações, regulamentos para o financiamento de pesquisa, normas para publicações, dentre outras.

O período também chama atenção pelo início efetivo de publicações internacionais e pelo predomínio de co-autorias, estabelecendo como padrão as parcerias e colaborações sociais na pesquisa, aumentando as disputas pelos capitais científico e social. Outro dado importante foi a fragmentação da produção do campo ao longo do tempo e institucionalização de diversas áreas temáticas, principalmente no EnANPAD, formando cada vez mais subáreas dentro do campo.

Considerando a força da utilização do discurso científico interno como estratégia de legitimidade de contribuição científica e o declínio da utilização do discurso da prática, notamos uma tentativa de aumentar a legitimidade interna da Administração como ciência, isto é, se voltar para seus membros internos. Esta característica de se voltar para si, de produzir para seus próprios membros é um indicativo de autonomia do campo (BOURDIEU, 1983a). Desse modo, o campo atinge maior delimitação, marcando e diferenciando melhor suas fronteiras de outros campos científicos ou até mesmo de campos não-científicos.

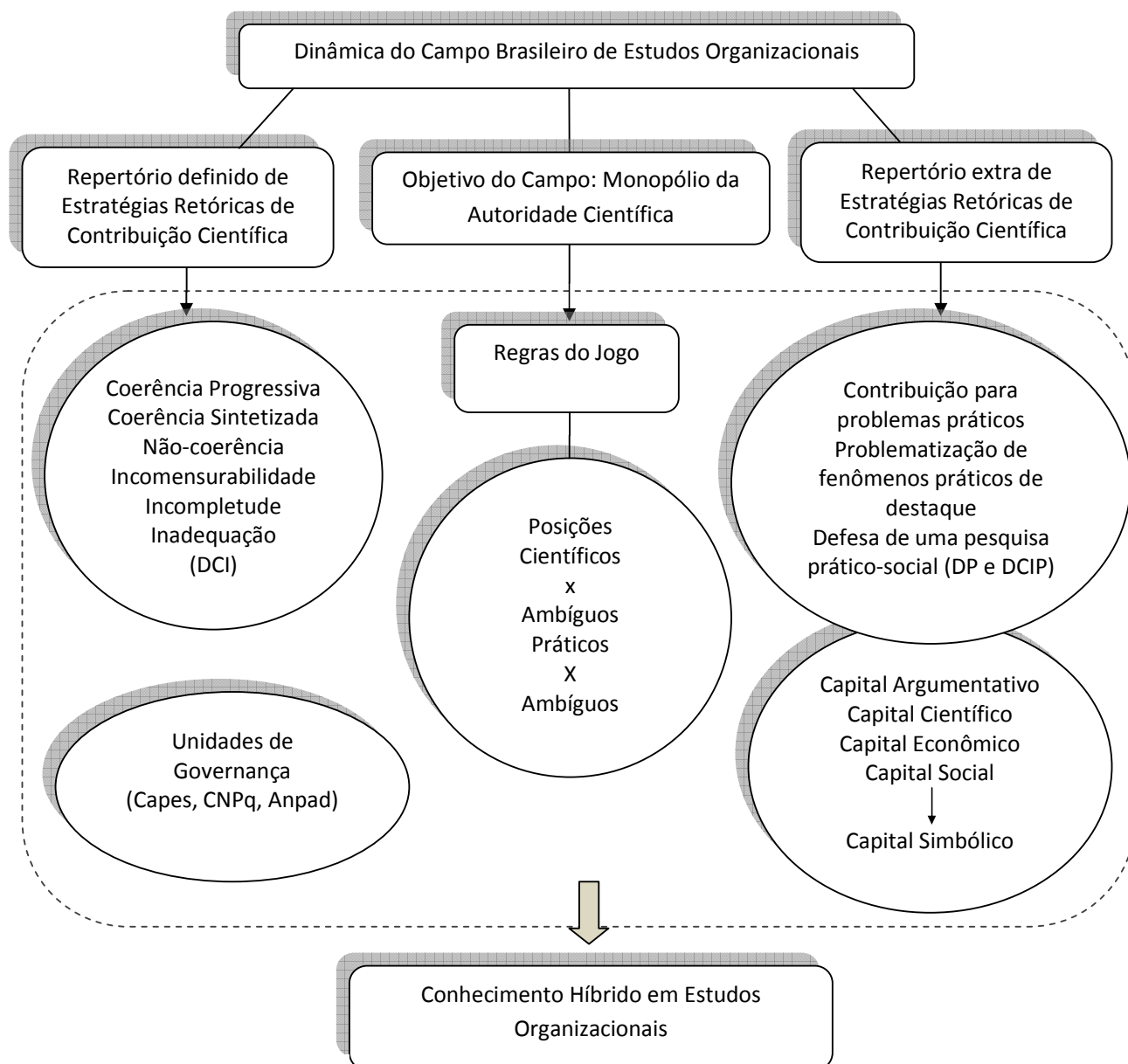
Todavia, o fato de ainda haver diferentes estratégias de legitimidade de contribuição científica sendo utilizadas no campo, além do discurso científico interno, faz com que o campo não seja completamente autônomo. Dito de outra forma, a existência de outras estratégias de legitimidade de contribuições científicas, tais como o discurso da prática e a combinação discurso científico interno e da prática, revela que ainda não temos um campo científico de Estudos Organizacionais estabelecido, autônomo ou “puro”, com práticas rotinizadas pelos agentes, tratando-se, portanto, de um campo científico em construção e em busca de autonomia.

Percebemos então que a partir da consolidação do campo as estratégias de construção de conhecimento vão em alguma medida se aproximando do esperado em um campo científico, fazendo com que o tipo de contribuição científica se volte para o propósito de questões científicas como o preenchimento de lacunas teóricas ou empíricas, a correção de conceitos ou abordagens mal utilizadas, a aproximação de campos teóricos, a construção de visões alternativas sobre um fenômeno, dentre outras. Contudo, também observamos a continuidade da estratégia de legitimidade discurso da prática, seja pela contribuição para problemas práticos, pela problematização como fenômenos práticos de destaque ou ainda pela prática social, sempre de modo a valorizar o conhecimento que apresenta relevância prática, permitindo o diálogo com atores fora do campo acadêmico. Com essas propostas de contribuição, o campo de Estudos Organizacionais vai construindo um tipo de conhecimento mais híbrido, tentando a um só tempo legitimar-se internamente como ciência junto aos seus próprios membros e externamente como prática junto a outros atores da sociedade, o que não é o esperado de um conhecimento produzido em um campo científico “puro”.

Este trabalho contribuiu para compreender processos de construção do conhecimento científico no campo de Estudos Organizacionais entre os anos de 1960 a 2014, uma vez que articulou a evolução da produção científica ao longo do tempo, as redes de estratégias de legitimidade de contribuição científica X atores e a evolução destas estratégias de legitimidade no campo, mostrando a trajetória híbrida dos Estudos Organizacionais em sua tentativa de se consolidar como campo científico, via legitimidade interna e externa, com objetivos, regras e posicionamentos claros, revelando como o jogo de forças no campo científico e a disputa pelo monopólio da autoridade científica, através de estratégias de legitimidade diversas, se relacionam com a construção de um conhecimento híbrido em um campo que ainda não se configura

como plenamente científico. Permitiu, assim, compreender o jogo de forças no campo científico, pois expôs recursos argumentativos e discursivos que são utilizados como capitais na disputa pelo monopólio da autoridade científica, cada um com suas próprias justificativas de contribuição científica. Além disto, também foi possível entender como o capital argumentativo é manejado empiricamente, ajustando-se, ao longo do tempo, às posições, aos recursos e aos interesses dos agentes que disputam a autoridade no campo de Estudos Organizacionais brasileiro. A seguir, reunimos na figura 12 a dinâmica do campo brasileiro de Estudos Organizacionais, a partir dos elementos analisados neste estudo.

Figura 12 – Dinâmica do Campo Brasileiro de Estudos Organizacionais



6 REFERÊNCIAS

ACEDO, F.; BARROSO, C.; CASANUEVA, C.; GALÁN, J.L. Co-authorship in Management and Organizational Studies: an empirical and network analysis. **Journal of Management Studies**. v. 43, n. 5, p. 957-983, 2006.

ALCADIPANI, R.; BERTERO, C. O. Guerra Fria e ensino do management no Brasil: o caso da FGV-EAESP. **Revista de Administração de Empresas**, v. 52, n. 3, p. 284-299, 2012.

BARABÁSI, A. L.; JEONG, H.; RAVASZ, E.; NÉDA, Z.; SCHUBERT, A.; VICSEK, T. Evolution of the social network of scientific collaborations, **Physica A**. v. 311. n. 3-4. pp: 590-614, 2002.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2006.

BARROS, A. O Desenvolvimento das Escolas Superiores de Administração: os saberes administrativos brasileiros no contexto de hegemonia estadunidense. **Anais do XXXV EnANPAD**, Rio de Janeiro, 2011.

BARROS, A.; CRUZ, R.; XAVIER, W; CARRIERI, A. Apropriação dos Saberes Administrativos: um olhar alternativo sobre o desenvolvimento da área. **Revista de Administração Mackenzie**. v. 12, n. 5, p. 43-67, Set/Out, 2011.

BARROS, A.; CARRIERI, A. P. Ensino superior em Administração entre os anos 1940 e 1950: uma discussão a partir dos acordos de cooperação Brasil-Estados Unidos. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 11, n. 2. p. 256–273, 2013.

BARTUNEK, J. Changing Interpretative and Organizational Restructuring: the example of a religious order. **Administrative Science Quarterly**, v. 29, n. 3, p. 355-372, 1984.

BAUER, M.; GASKELL, G.; ALLUM, N. Qualidade, Quantidade e Interesses do Conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BOURDIEU, P. O Campo Científico. In: Ortiz, R. (Org.) **Bourdieu – Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983a.

_____. A economia das trocas linguísticas. In: Ortiz, R. (Org.) **Bourdieu – Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983b.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. The Peculiar History of Scientific Reason. **SociologicalForum**, v. 6, n. 1, 1991.

_____. **Para uma Sociologia da Ciência**. Lisboa: Edições 70, 1997.

- _____. **Escritos de Educação**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004a.
- _____. **Os Usos Sociais da Ciência**. São Paulo: Unesp, 2004b.
- _____. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- _____. **Razões Práticas**. 11. ed. Campinas: Papirus, 2011.
- _____.; WACQUANT, L. **An Invitation to a Reflexive Sociology**. Chicago: Chicago Press University, 1992.
- BURRI, R. Doing Distinctions: boundary work and symbolic capital in Radiology. **Social Studies of Science**. v. 38, n. 1, p. 35-62, 2008.
- CAMBROSIO, A.; KEATING, P. The Disciplinary Stake: The Case of Chronobiology. **Social Studies of Science**, v. 13, n. 3, p. 323-353, 1983.
- CALLON, M. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay. In: LAW, J. **Power, Action and Belief: a new sociology of knowledge?**. London: Routledge, 1986.
- CANDLER, G. Particularism versus Universalism in the Brazilian Public Administration Literature. **Public Administration Review**. v. 62, n. 3, 2002.
- CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano**. 17. ed. Vol. 1, Petrópolis: Vozes, 2011.
- CHALMERS, A. **O que é Ciência Afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.
- COELHO, F.S. **Educação Superior, Formação de Administradores e Setor Público: um estudo sobre o ensino de administração pública – em nível de graduação – no Brasil**. Tese de Doutorado apresentada à Escola de Administração de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2006.
- _____.; OLENSKI, A. R.; CELSO, R. Da Letargia ao Realento: notas sobre o ensino de graduação em administração pública no Brasil no entremeio da crise do Estado e da redemocratização no país (1983-1994). **Anais do IVEnAPG**, Vitória, ES, 2010.
- COLE, S. Merton's Contribution to the Sociology of Science. **Social Studies of Science**. v. 34, p. 829-844, 2004.
- CONLON, D.; MORGESON, F.; McNAMARA, G.; WISEMAN, R.; SKILTON, P. Examining the Impact and Role of Special Issue and Regular Journal Articles in the Field of Management. **Academy of Management Journal**. v. 49, n. 5, p. 857-872, 2006.
- CURADO, I. B. **O Desenvolvimento dos Saberes Administrativos em São Paulo**. 2001. Tese (Doutorado em Administração). Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2001.

DAVIS, G.; MARQUIS, C. Prospects for Organizations Theory in the Early Twenty-First Century: institutional fields and mechanisms. **Organization Science**. v. 16, n. 4, p. 332-343, 2005.

EMIRBAYER, M.; JOHNSON, V. Bourdieu and organizational analysis. **Theory and Society**, v. 37, p. 1-44, 2008.

EVERETT, J. Organizational Research and the Praxeology of Pierre Bourdieu. **Organizational Research Methods**, v. 5, n. 56, p. 56-80, 2002.

FACHIN, R. **Construindo uma Associação Científica: 30 anos da ANPAD**. Porto Alegre, ANPAD, 2006.

FABIAN, F. Keeping the Tension: pressures to keep the controversy in the management discipline. **Academy of Management Review**, v. 25, n. 2, p. 350-371, 2000.

FISCHER, T. **O Ensino de Administração Pública no Brasil: os ideais de desenvolvimento e as dimensões de racionalidade (1948-1984)**. Tese (Doutorado em Administração). Universidade de São Paulo. São Paulo, mimeo, 1984a.

_____. Administração Pública como área de conhecimento e ensino. **Revista de Administração de Empresas**, v. 24, n. 4, p. 278-288, 1984b.

_____. A formação do administrador brasileiro na década de 90: crise, oportunidade e inovações nas propostas de ensino. **Revista de Administração Pública**, out./dez., 1993.

_____. A Perduração de um Mestre e uma Agenda de Pesquisa na Educação de Administradores: artesanato de si, memória dos outros e legados do ensino. **Organização & Sociedade**, v.17, n.52, p. 209-219, 2010.

_____.; WAIANDT, C.; FONSECA, R. L. A história do ensino em administração: contribuições teórico-metodológicas e uma proposta de agenda de pesquisa. **Revista de Administração Pública**. v. 45, n. 4, p. 911-939, jan./ago., 2011.

FLIGSTEIN, N. Understanding stability and change in fields. **Research in Organizational Behavior**. v. 33. pp. 39–51, 2003.

_____.; MCADAM, D. Toward a General Theory of Strategic Action Fields. **Sociological Theory**. v. 29, n. 1, mar, 2011.

_____.; MCADAM, D. **A Theory of Fields**. New York: Oxford University Press, 2012.

GASKELL, G.; BAUER, M. W. Para uma prestação de contas pública: além da amostra, da fidedignidade e da validade. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

GIERYN, T. F. Boundary-Work and the Demarcation of Science from Non-Science: Strains and Interests in Professional Ideologies of Scientists. **American Sociological Review**. v. 48, n. 6, p. 781–795, 1983.

GREENWOOD, SUDDABY e HININGS, Theorizing Change: The Role of Professional Associations in the Transformation of Institutionalized Fields. **Academy of Management Journal**. v. 45, n. 1, p. 58-80, 2002.

GUARIDO FILHO, E. A **Construção da Teoria Institucional nos Estudos Organizacionais no Brasil: o período 1993-2007**. 2008. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.

GUERREIRO RAMOS, A. **A Redução Sociológica: Introdução ao Estudo da Razão Sociológica**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1965.

GUSFIELD, J. The Literary Rethorica of Science: comedy and pathos in drinking driver research. **American Sociological Review**. v. 41, p. 16-34, 1976.

HONG, W. Domination in a Scientific Field: capital struggle in a Chinese isotope lab. **Social Studies of Science**. v. 38, p. 543-570, 2008.

JOHNSON, J.; PODSAKOFF, P. Journal Influence in the Field of Management: an analysis using Salancik's index in a dependency network. **Academy of Management Journal**. v. 37, n. 5, p. 1392-1407, 1994.

JOHNSON, P.; DUBERLEY, J. **Understanding Management Research: an introduction to epistemology**. London: Sage, 2000.

KERR, R.; ROBINSON, S. The hysteresis effect as creative adaptation of the habitus: dissent and transition to the “corporate” in post-soviet Ukraine. **Organization**, v. 16, n. 6, p. 829-853, 2009.

KIRK, J.; MILLER, M. L. **Reliability and validity in qualitative research**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1986.

KLENK, N.; HICKEY, G.; MACLELLAN, J. Evaluating the social capital accrued in large research networks: The case of the Sustainable Forest Management Network (1995-2009). **Social Studies of Science**. v. 40, p. 931-960, 2010.

KNORR-CETTINA, K. Sociality with objects: social relations in postsocial knowledge societies. **Theory, culture & society**, v. 14. n. 4, 1-30, 1997.

_____. **Epistemic Cultures: How the Sciences Make Knowledge**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999.

KUHN, T. Função do Dogma na Investigação Científica. In: MERTON, R. **A Crítica da Ciência: sociologia e ideologia da ciência**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

KUMPF, L. **Structuring Narratives in a Second Language: a description of rethoric and Grammar**. Tese de Doutorado apresentada à Universidade da Califórnia, 1986.

LANGTON, J. The Ecological Theory of Burocracy. **Adminstrative Science Quarterly**. v. 29, p. 330-354, 1984.

LATOUR, B. Where are the missing masses? The sociology of a few mundane artifacts. In: BIJKER, W.; LAW, J.(eds.). **Shaping technology/building society: studies in sociotechnical change**. Cambridge: The MIT Press, 1992.

_____.; WOOLGAR, S. **A Vida de Laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

_____. **Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Unesp, 2000.

_____. **Reassembling the Social: an introduction to the Actor-Networw Theory**. Nova York: Oxford, 2005.

LEACH, J. Análise Retórica. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

LEAHEY, E.; REIKOWSKY, R. Research Specialization and Collaboration Patterns in Sociology. **Social Studies of Science**. v. 38, n. 3, p. 425-440, 2008.

LENOIR, T. Quantitative Foundations for the Sociology of Science: on linking blockmodeling with co-citation analysis. **Social Studies of Science**. v. 9, n. 4, p. 455-480, 1979.

LEVIN, J.; FOX, J. **Estatística para Ciências Humanas**. 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

LIU, X.; BOLLEN, J.; NELSON, M. VAN DE SOMPEL, H. Co-authorship networks in the digital library research community. **Information Processing & Management**. v. 41. p. 1462-1480, 2005.

LOCKE, K.; GOLDEN-BIDDLE, K. Constructing Opportunities for Contribution: structuring intertextual coherence and “problematizing” in Organizational Studies. **Academy of Management Journal**. v. 10, n. 5, p. 1023-1062, 1997.

MACHADO-DA-SILVA, C.; CUNHA, V.; AMBONI, N. O Estado da Arte da Produção Acadêmica no Brasil. **Anais do XIV EnANPAD**, p. 11-28, 1990.

MANN, W.; THOMPSON, S. Rhetorical Structure Theory: Towards a functional theory of text organization. **Text**, v. 8, n. 3, p. 243-281, 1988.

MARSDEN, R.;TOWNLEY, B. The owl of Minerva: reflections on theory in practice. In: CLEGG, S.; HARDY, C.;NORD, W. R. **Handbook of Organization Studies**. London, Sage, 1996.

MARTIN, J. L.What Is Field Theory? **America Journal Sociology**, v. 109, n. 1, p. 1-49, jul. 2003.

MARQUIS, C. The Pressure of the Past: network imprinting in intercorporate communities. **Administrative Science Quarterly**, v. 48, p. 655-689, 2003.

MERTON, R. **The Sociology of Science**: Theoretical and Empirical Investigations. Chicago e Londres. The University of Chicago Press, 1973.

MERTON, R. Os Imperativos Institucionais da Ciência. In: MERTON, R. **A Crítica da Ciência**: sociologia e ideologia da ciência. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

MEUSER, J.; GARDNER, W.; DINH, J.; HU, J.; LIDEN, R.; LORD, R. A Network Analysis of Leadership Theory:The Infancy of Integration. **Journal of Management**. v. 42. n. 5, 2016.

MISOCZKY, M. C. Implicações do Uso das Formulações sobre Campo de Poder e Ação de Bourdieu nos Estudos Organizacionais. **RAC**, Edição Especial, p. 9-30, 2003.

MINTZBERG, H.; WATERS, J. A. Tracking strategy in an entrepreneurial firm. **Academy of Management Journal**, v. 25, n. 3, p. 465-499, 1982.

MOTTA, F.P. A questão da formação do administrador. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de janeiro, v. 23, n. 4, p. 53-55, out./dez. 1983.

MOODY, J. The Structure of a Social Science Collaboration Network: disciplinary cohesion from 1963 to 1999. **American Sociological Review**. v. 69, p. 213-238, 2004.

MULKAY, M. The Mediating Role of the Scientific Elite. **Social Studies of Science**, v. 6, n. 3/4, p. 445-470, 1976.

NEWMAN, M. E. J. The structure of scientific collaboration networks. **Proceedings of National Academy Science**. v. 98. n. 2. pp. 404-409, 2001.

NEWTON, T. Knowledge and Practice: Organization Studies within a historical and figural context. **Organization Studies**, v. 31, p. 1369-1395, 2010.

NICOLINI, A. Qual será o Futuro das Fábricas de Administradores? **Revista de Administração de Empresas**. Fórum Educação em Administração, p. 44-54, 2003.

_____. **Aprender a Governar**: a aprendizagem de funcionários públicos para as carreiras de Estado. 2007. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

NOËL, D. Towards a Functional Characterization of the News of the BBC World News Service. **Antwerp Papers in Linguistics**, v.49, 1986.

O'CONNOR, E. Lines of Authority: readings of foundational texts in the profession of management. **Journal of Management History**, v. 2, n. 3, p. 26-49, 1996.

PAULA A. P.; KLECHEN, C. A. Tradição Autônoma dos Estudos Críticos em Administração no Brasil: Um Estudo da Produção Científica de 1980 a 2004. **Anais do XXXI EnANPAD**, 2007.

PECI, A; ALCADIPANI, R. Demarcação Científica: uma reflexão crítica. **Organização & Sociedade**, v.13, n. 36, p. 145-161, 2006.

PICKERING, A. **Science as Practice and Culture**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

PRICE, D. J. D. S. Networks of Scientific Papers. **Science**. v. 149. n. 3683. pp. 510-515, 1965.

REDNER, S. How Popular is Your Paper? An Empirical Study of the Citation Distribution. **The European Physical Journal B**. v. 4, n. 2, pp. 131-134, 1998.

REITTER, D. Simple Signals for Complex Rhetorics: On Rhetorical Analysis with Rich-Feature Support Vector Models. **LDV-Forum, GLDV-Journal for Computational Linguistics and Language Technology**, v. 18, nos.1 /2, p. 38-52, 2003.

ROBBINS, G. **Titles and Tasks**: News Jobs for new media in Silicon Alley? Tese de Doutorado, Columbia University, Nova York, 2002.

RODRIGUES, S., CARRIERI, A. A Tradição Anglo-saxônica nos Estudos Organizacionais Brasileiros. **Revista de Administração Contemporânea**, Edição Especial, p. 81-102, 2001.

ROSSONI, L. **A Dinâmica de Relações no Campo da Pesquisa em Organizações e Estratégia no Brasil**: uma análise institucional. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

_____.; GUARIDO FILHO, E. Cooperação no Campo da Pesquisa em Administração: Evidências Estruturais nas Redes Institucionais de Quatro Áreas Temáticas. **Anais do XXXI EnANPAD**, 2007.

_____.; MACHADO-DA-SILVA, C. A Construção Social do Conhecimento em Campos Científicos: Análise Institucional e a Configuração de Mundos Pequenos. **Anais do XXXI EnANPAD**, 2007.

_____.; MACHADO-DA-SILVA, C. Análise Institucional da Construção do Conhecimento Científico em Mundos Pequenos. **FACES Revista de Administração**, v. 7, n. 1, p. 25-43, 2008.

_____.; GUARIDO FILHO, E.; MACHADO-DA-SILVA, C. Centralidade, Produtividade e Escolha Preferencial: o Papel da Agência na Construção do Conhecimento Científico em Organizações e Estratégia no Brasil. **Anais do V EnEO**, 2008.

ROUANET, H.; ACKERMAN, W.; LE ROUX, B. A Análise Geométrica de Questionários: a lição de *La Distinction* de Bourdieu. Artigo apresentado na conferência **A Investigação do Espaço Social**. Colónia, 7 e 8 outubro, 1998. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3720.pdf>. 1998.

SAID, Y.; WEGMAN, E.; SHARABATI, W.; RIGSBY, J. Social Networks of author-coauthor relationships. **Computational Statistics & Data Analysis**. v. 52, p. 2177-2184, 2008.

SAUERMAN, H.; STEPHAN, P. Conflicting Logics? A multidimensional view of industrial and academic science. **Organization Science**, v. 24, n. 3, p. 889-909, 2013.

SCOTT, W.; RUEF, M.; MENDEL, P.; CARONNA, C. **Institutional Change and Healthcare Organizations**. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

SUDDABY, R.; GREENWOOD, R. Rhetorical strategies of legitimacy. **Administrative science quarterly**, v. 50, n. 1, p. 35-67, 2005.

SUTTON, R.; STAW, B. What Theory is Not. **Administrative Science Quarterly**, v. 40, n. 3, pp. 371-384, 1995.

SWARTZ, D. Bringing Bourdieu's master concepts into organizational analysis. **Theory and Society**, v. 37, p. 45-52, 2008.

VAUGHAN, D. Bourdieu and organizations: the empirical challenge. **Theory and Society**, v. 37, p. 65-81, 2008.

VERGARA, S. **Métodos de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

WACQUANT, L. Habitus. In: BECKERT, J. & ZAFIROVSKI, M. (Eds.). **International Encyclopedia of Economic Sociology**. pp. 315-319. London: Routledge, 2005.

WHETTEN, D. What Constitutes a Theoretical Contribution?. **Academy of Management Review**, v. 14, n. 4, 490-495, 1989.

APÊNDICE 1 – Análise das Relações Retóricas das Estratégias de Legitimidade de Contribuição Científica

As estratégias de legitimidade de contribuição científica foram analisadas a partir de alguns fundamentos da RST (*Rethorical Structure Theory*) (MANN e THOMPSON, 1988; MANN, 1999; REITTER, 2003), além de outros elementos retóricos que julgamos relevantes à análise, tais como a própria contribuição de Locke e Golden-Biddle (1997) e alguns atos textuais também encontrados em nossa análise. Tomamos como foco apenas as duas principais estratégias que apareceram na pesquisa: o discurso científico interno e o discurso da prática.

Os 60 trechos de textos selecionados foram analisados tomando como foco as relações retóricas da RST (MANN e THOMPSON, 1988; MANN, 1999; REITTER, 2003), apesar desta abordagem explorar também outros elementos da estrutura retórica. Em virtude disto, os trechos foram divididos em fragmentos, a fim de separá-los em núcleos (N) e satélites (S), conforme cada uma das relações apresentadas em um trecho. Em seguida apresentamos o esquema, de acordo com o padrão convencional, para a representação das relações retóricas encontradas entre os fragmentos de texto. Apesar de terem sido analisados 60 trechos, expomos aqui 40 deles por questões de espaço.

Discurso Científico Interno

A categoria discurso científico interno abrange dois processos de contribuição científica: 1) construção de coerência intertextual e 2) problematização de situações (LOCKE e GOLDEN-BIDDLE, 1997).

A construção de coerência intertextual é criada inicialmente pela existência de redes de publicações, formadas pelo conjunto de artigos pesquisados, constituindo uma espécie de campo intertextual com a literatura que referencia. Deste modo, cada artigo da seleção produz seu próprio campo intertextual (LOCKE e GOLDEN-BIDDLE, 1997). Neste processo, as autoras identificaram as seguintes estratégias: *coerência progressiva* (representação do conhecimento acumulado e consenso entre pesquisadores); *coerência sintetizada* (articulação de linhas de investigação pouco exploradas) e *não-coerência* (desacordo ou falta de consenso existente no campo).

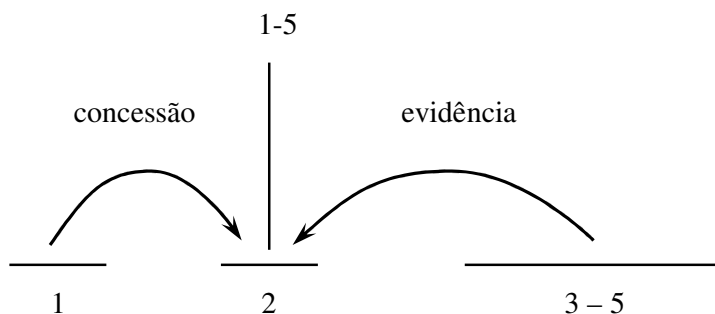
A *coerência progressiva* está relacionada a redes de pesquisadores conectados pelo compartilhamento de perspectivas teóricas e metodológicas em linhas ou temas de pesquisas que têm avançado ao longo do tempo. Há dois atos textuais, segundo Locke e Golden-Biddle (1997), que apontam para linhas de investigação desenvolvidas e focadas: a *representação do crescimento do conhecimento acumulado*, por vezes exemplificado em práticas retóricas que explicitam o tempo empregado àquele domínio de conhecimento e a *construção de consenso entre pesquisadores*, sustentado por práticas retóricas que apresentam posições consensuais entre pesquisadores sobre o tema em questão.

A *representação do crescimento do conhecimento acumulado* foi um dos atos textuais mais utilizados pelos autores nos artigos que analisamos.

Caso 1:

Embora o interesse pelos grupos tenha uma história longa e respeitável, os últimos quinze anos viram recrudescer a atividade nesse campo. Hoje em dia, centros de pesquisas em vários países executam extensos programas de pesquisa para descobrir a natureza de grupos e seu funcionamento. A expressão "dinâmica de grupo" tornou-se de uso comum durante esse período e esforços intensos foram empreendidos para desenvolver esse campo, tanto como ramo das ciências sociais, quanto como forma de tecnologia social.
(CARTWRIGHT, 1966)

1. Embora o interesse pelos grupos tenha uma história longa e respeitável,
2. Os últimos quinze anos viram recrudescer a atividade nesse campo.
3. Hoje em dia, centros de pesquisas em vários países executam extensos programas de pesquisa para descobrir a natureza de grupos e seu funcionamento.
4. A expressão "dinâmica de grupo" tornou-se de uso comum durante esse período e
5. Esforços intensos foram empreendidos para desenvolver esse campo, tanto como ramo das ciências sociais, quanto como forma de tecnologia social.



No trecho analisado, encontramos primeiramente a relação de concessão, pois o escritor reconhece a aparente impossibilidade entre as situações apresentadas em 1 (S) e 2 (N): apesar do interesse pelos grupos ter uma história longa e considerável, a atividade aumentou nos últimos quinze anos. Ao mesmo tempo, o escritor considera as situações compatíveis e considera que esta compatibilidade aumenta a consideração positiva do leitor para o fragmento 2, neste caso considerado o núcleo por ser mais essencial ao texto selecionado (MANN e THOMPSON, 1988).

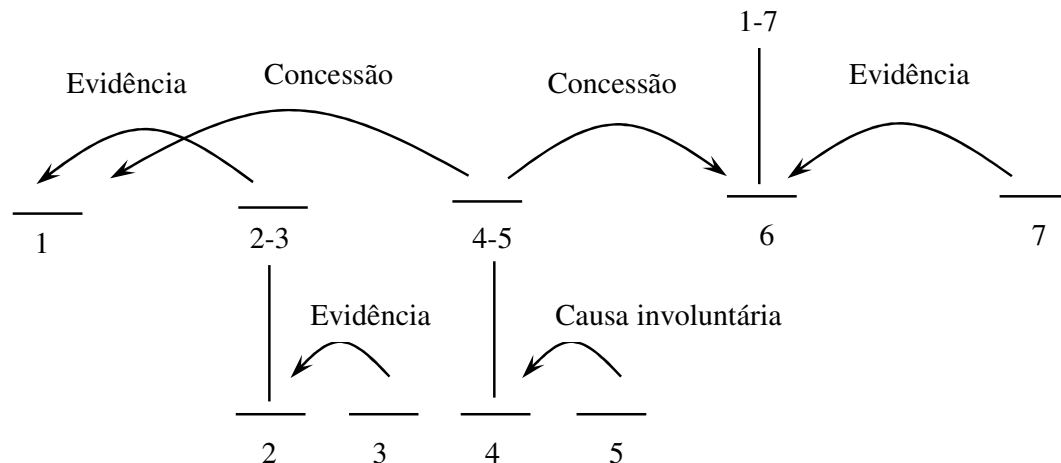
Como se trata de um trecho sobre o ato *representação do conhecimento acumulado*, o escritor buscou aqui mostrar como a atividade no campo aumentou nos últimos quinze anos, fazendo para tanto uso da relação de evidência, uma vez que apresenta informações nos fragmentos 3-5 (S), que fazem com que o leitor concorde com o que está escrito no fragmento 2(S) (MANN e THOMPSON, 1988). Em outras palavras, o escritor fornece indícios como aumento em grupos de pesquisa, uso de expressões e esforços, que possam evidenciar que a atividade no campo aumentou.

Caso 2:

O emprego da análise de redes sociais não é novidade nas ciências administrativas. A literatura sobre dinâmica de grupo, que veio a ser incorporada à disciplina de comportamento organizacional, usou redes sociais extensivamente (ver, por exemplo, BAVELAS, 1950; GUETZKOW e SIMON, 1955; LEAVITT, 1951; MUDLER, 1960; ROBY e LANZETTA, 1956). Entretanto, as dificuldades metodológicas de empregar análise de redes sociais com grande número de atores presentes em organizações complexas impediu seu uso neste campo antes do advento de computadores de segunda geração. Em anos recentes, progressivamente mais e mais estudiosos da organização têm incluído uma perspectiva das redes sociais em seus trabalhos teóricos (ver BACHARACH e LAWLER, 1980; TICHY, 1980; PFEFFER, 1982; PERROW, 1979). (NELSON, 1984)

1. O emprego da análise de redes sociais não é novidade nas ciências administrativas.
2. A literatura sobre dinâmica de grupo, que veio a ser incorporada à disciplina de comportamento organizacional, usou redes sociais extensivamente
3. (ver, por exemplo, BAVELAS, 1950; GUETZKOW e SIMON, 1955; LEAVITT, 1951; MUDLER, 1960; ROBY e LANZETTA, 1956).
4. Entretanto, as dificuldades metodológicas de empregar análise de redes sociais com grande número de atores presentes em organizações complexas impediu seu uso neste campo.

5. Antes do advento de computadores de segunda geração.
6. Em anos recentes, progressivamente mais e mais estudiosos da organização têm incluído uma perspectiva das redes sociais em seus trabalhos teóricos
7. (ver BACHARACH e LAWLER, 1980; TICHY, 1980; PFEFFER, 1982; PERROW, 1979).



Neste trecho identificamos várias relações, sendo a evidência a mais frequente. Podemos identificar essa relação nos fragmentos 2-3 (S), em que o escritor fornece informações sobre o uso extensivo de redes sociais em dinâmica de grupo, para demonstrar o exposto no fragmento 1 (N) e fazer o leitor concordar que o uso de redes sociais não é novidade nas ciências administrativas. O fragmento 3 (S), que traz diversas referências sobre a afirmação em 2 (N) do uso extensivo de redes sociais, também pode ser considerado uma relação de evidência, mesmo que saibamos que esta é uma prática comum no meio acadêmico. Por isso mesmo é importante: coloca em evidência e demonstra ao leitor a sustentação teórica sobre a afirmativa do escritor. O mesmo ocorre no fragmento 7 (S) em relação ao fragmento 6 (N).

Nos fragmentos 4-5 (S) observamos uma relação de concessão para com o fragmento 1 (N), pois o escritor apresenta duas situações ambíguas, aparentemente incompatíveis: que o emprego das redes sociais não é novidade nas ciências administrativas, mas que seu uso foi impedido por questões metodológicas e falta de computadores compatíveis. O mesmo acontece em relação aos fragmentos 4-5 e o fragmento 6. O escritor volta a apresentar uma situação de potencial contradição: o uso de análise de redes sociais foi impedido anteriormente, mas em anos recentes está

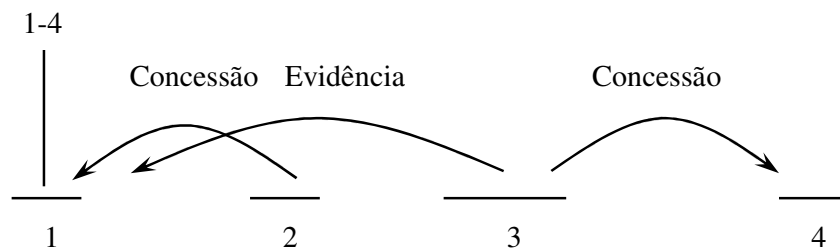
progressivamente sendo mais e mais estudado. Mas ao apresentar essas informações, o escritor o faz de forma a aumentar a consideração positiva do leitor para o fragmento 6.

Por fim, há entre os fragmentos 5 (S) e 4 (N) uma relação de causa involuntária, pois foi por causa da inexistência de computadores compatíveis (fragmento 5) que o uso da análise de redes sociais foi impedido no campo das organizações complexas (fragmento 4).

Caso 3:

O interesse pelas questões culturais no interior da administração não é recente, embora esse tema só tenha começado a tomar vulto nas duas últimas décadas. Desde a primeira metade do século, ainda que de forma incipiente, a literatura teórica de administração registra alguns autores que mencionaram a importância ou se preocuparam com a influência dos aspectos culturais na gestão dos recursos humanos e materiais. Entretanto, é apenas a partir de fins dos anos 70 e início dos anos 80, que o termo cultura organizacional - de empresas ou corporativa – começa a ser usado com frequência para designar um novo campo de interesse no interior da administração (BARBOSA, 1996).

1. O interesse pelas questões culturais no interior da administração não é recente,
2. embora esse tema só tenha começado a tomar vulto nas duas últimas décadas.
3. Desde a primeira metade do século, ainda que de forma incipiente, a literatura teórica de administração registra alguns autores que mencionaram a importância ou se preocuparam com a influência dos aspectos culturais na gestão dos recursos humanos e materiais.
4. Entretanto, é apenas a partir de fins dos anos 70 e início dos anos 80, que o termo cultura organizacional - de empresas ou corporativa – começa a ser usado com frequência para designar um novo campo de interesse no interior da administração.



Este trecho se inicia com uma relação de concessão entre os fragmentos 1 (S) e 2 (N), tendo em vista que o escritor apresenta uma aparente incompatibilidade: o interesse

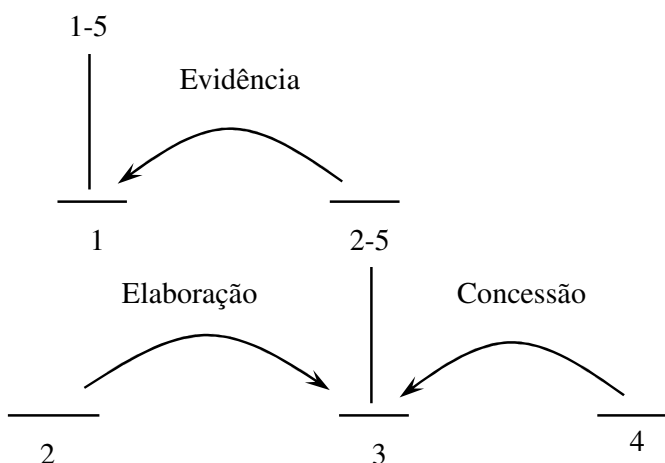
pelas questões culturais no interior da administração não ser recente e o fato deste tema só ter começado a tomar vulto na últimas décadas. Contudo, o escritor reconhece, ao mesmo tempo, que as situações são compatíveis e esta compatibilidade aumenta a consideração positiva do leitor para o conteúdo do fragmento 2 (MANN e THOMPSON, 1988). Também encontramos uma relação de concessão entre os fragmentos 3 (S) e 4 (N), considerando a aparente incompatibilidade entre as duas sentenças. Mas novamente, a argumentação do escritor leva o leitor a aceitar positivamente a sentença 4, o núcleo da relação.

Já o fragmento 3 (S) expressa uma relação de evidência com o fragmento 1 (N), pois especifica melhor e fornece dados para que o leitor possa concordar com o que foi exposto no fragmento 1, isto é, que o interesse pelas questões culturais na administração não é recente, pois desde a primeira metade do século havia menção a isso.

Caso 4:

Em nenhum outro momento, a comunidade acadêmica se mobilizou tanto para a organização de fóruns e congressos visando o entendimento de práticas de gestão regionalmente situadas. Sejam em congressos temáticos ou chamadas especiais de revistas acadêmicas, o interesse pela prática de gestão local surge como algo importante para a comunidade internacional, mesmo para os acadêmicos residentes nos Estados Unidos, o país pivô na formação do pensamento administrativo moderno, que eram acostumados a reconhecer sua economia e o conhecimento nela fundamentado como algo universal e transferível ao resto do mundo. Um interessante exemplo desse esforço são as divisões latina, europeia e asiática da Academy of Management, a mais importante associação acadêmica norte-americana. (VIZEU, 2010)

1. Em nenhum outro momento, a comunidade acadêmica se mobilizou tanto para a organização de fóruns e congressos visando o entendimento de práticas de gestão regionalmente situadas.
2. Sejam em congressos temáticos ou chamadas especiais de revistas acadêmicas,
3. o interesse pela prática de gestão local surge como algo importante para a comunidade internacional,
4. mesmo para os acadêmicos residentes nos Estados Unidos, o país pivô na formação do pensamento administrativo moderno, que eram acostumados a reconhecer sua economia e o conhecimento nela fundamentado como algo universal e transferível ao resto do mundo.
5. Um interessante exemplo desse esforço são as divisões latina, europeia e asiática da *Academy of Management*, a mais importante associação acadêmica norte-americana.



Este trecho traz em relação de evidência entre o fragmento 1 (N) e os fragmentos seguintes, 2-5 (S). A fim de convencer o leitor da primeira sentença, grande mobilização para o entendimento de práticas de gestão situadas, o escritor exemplifica seu conteúdo por meio de algumas informações, tais como congressos e revistas.

Também identificamos uma relação de elaboração, isto é, a apresentação de uma informação adicional em relação a uma informação principal (MANN e THOMPSON, 1988), entre os fragmentos 2 (S) e 3 (N), respectivamente. Assim, o argumento principal é a importância do interesse pela prática da gestão local (3), sendo sua ocorrência em congressos ou revistas (2) considerada como um detalhe.

Por último, assim como nos outros trechos deste ato textual, observamos uma relação de concessão entre os fragmentos 4 (S) e 3 (N). Apesar das situações parecerem contraditórias, o argumento se constrói de modo a aumentar a aceitação positiva da assertiva presente no fragmento 3, isto é, que o interesse pela prática da gestão local aumentou internacionalmente, apesar do posicionamento dos pesquisadores estadunidenses (4).

Podemos destacar na análise da estrutura retórica do ato textual *representação do conhecimento acumulado*, presente na *coerência progressiva*, a frequente ocorrência das relações evidência e concessão nos trechos selecionados. A relação de concessão se justifica nesse ato textual pela necessidade de expor a evolução do conhecimento do tema em questão e apresenta uma estrutura bastante comum: argumenta-se que o estudo da temática é mais antigo, mas tem aumentado mais recentemente. É, assim, uma forma de argumentar que o assunto em questão tem algum lastro no campo e que seu estudo é

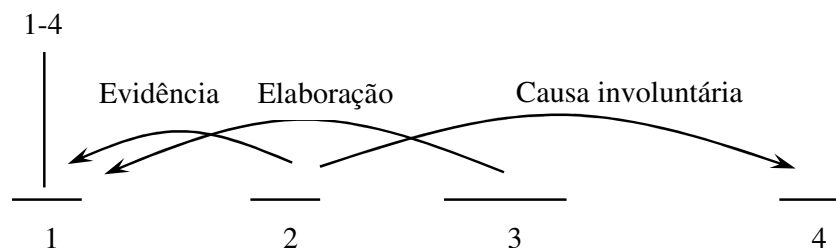
válido. Já a relação de evidência, que vai aparecer em toda a construção de coerência intertextual, conforme veremos mais adiante, se mostra aqui como uma maneira de exemplificar, fundamentar e defender a argumentação dos autores, de modo a demonstrar para o leitor que seu argumento procede. Em textos do gênero científico essa estratégia é necessária, uma vez que a tradição do método científico está baseada em evidências e na comunicação destas para a comunidade científica.

Já a *construção de consenso entre pesquisadores*, que revela posições consensuais entre os pesquisadores de um tema, é utilizada principalmente para dar embasamento a um objeto de estudo ou enquadre teórico via apresentação de uma comunidade de autores que suportam aquele ponto de vista. Fica evidenciada nos seguintes trechos:

Caso 5:

A administração como disciplina tem tido períodos de alta especificidade - como aqueles representados pelas contribuições de Frederick Taylor, Mary Parker Follet, Chester I. Barnard, Herbert A. Simon, D. Katz, R. L. Kahn e outros. Durante tais períodos o campo da administração esteve, de alguma forma, caracterizado por um aglomerado peculiar de fatos e problemas, tipos e níveis de teorização e procedimentos metodológicos. Com o advento de cada uma daquelas contribuições criadoras a comunidade profissional experimentou um sentimento de coesão teórica. (GUERREIRO RAMOS, 1973)

1. A administração como disciplina tem tido períodos de alta especificidade –
2. como aqueles representados pelas contribuições de Frederick Taylor, Mary Parker Follet, Chester I. Barnard, Herbert A. Simon, D. Katz, R. L. Kahn e outros.
3. Durante tais períodos o campo da administração esteve, de alguma forma, caracterizado por um aglomerado peculiar de fatos e problemas, tipos e níveis de teorização e procedimentos metodológicos.
4. Com o advento de cada uma daquelas contribuições criadoras a comunidade profissional experimentou um sentimento de coesão teórica.



Aqui neste trecho percebemos uma relação de evidência: o fragmento 2 (S) procura dar informações, citando contribuições de autores, para que se possa aumentar a credibilidade do leitor (MANN e THOMPSON, 1988) no fragmento 1 (N), isto é, os períodos de alta especificidade da administração.

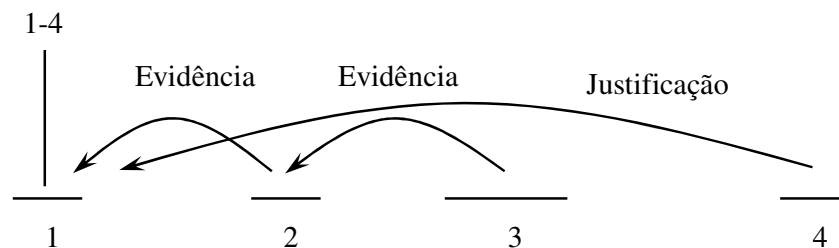
Também observamos uma relação de elaboração entre os fragmentos 3 (S) e 1 (N), na qual a sentença apresentada em 3 funciona como uma informação adicional ao conteúdo apresentado em 1, que é considerado a questão principal desta relação.

Já no fragmento 4 (N), há uma relação de causa involuntária sobre o fragmento 2 (S), tendo em vista que a situação apresentada em 2 foi a causa involuntária – porque não era a intenção dos autores citados – para o sentimento de coesão teórica experimentado pela comunidade, apresentado em 4.

Caso 6:

Partindo destas considerações, este estudo tem como objetivo precípua analisar as contribuições possíveis da filosofia e história da ciência para a produção do conhecimento científico no campo da administração e estudos organizacionais. Este objetivo se encontra ancorado na posição de vários autores (a exemplo de BARBIERI, 2006; BEARD; VAN FLEET, 2003) que afirmam ser a filosofia e história da ciência campos a serem explorados na tentativa de auxiliar os estudos em administração e organizações na superação de suas próprias contradições. (BENEDICTO et al., 2012)

1. Partindo destas considerações, este estudo tem como objetivo precípua analisar as contribuições possíveis da filosofia e história da ciência paraa produção do conhecimento científico no campo da administração e estudos organizacionais.
2. Este objetivo se encontra ancorado na posição de vários autores
3. (a exemplo de BARBIERI, 2006; BEARD; VAN FLEET, 2003)
4. que afirmam ser a filosofia e história da ciência campos a serem explorados na tentativa de auxiliar os estudos em administração e organizações na superação de suas próprias contradições.



Neste texto, o fragmento 2 (S) está em uma relação de evidência com o fragmento 1 (N), já que o fragmento 2 provoca um aumento da crença do leitor sobre a alegação expressa no fragmento 1. O mesmo ocorre entre os fragmentos 2 (N) e 3 (S): o fragmento 3 pretende aumentar a crença do leitor no núcleo da relação, o fragmento 2 (MANN e THOMPSON, 1988).

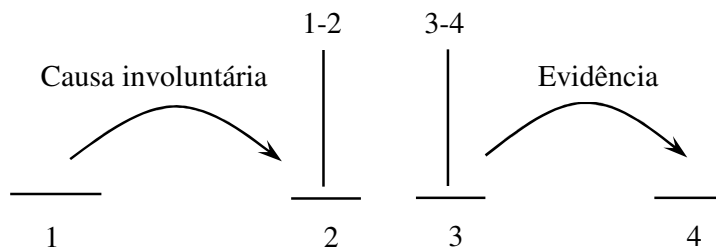
Outra relação presente é a de justificação, entre os fragmentos 4 (S) e 1 (N). Esta relação se caracteriza quando o satélite da relação pretende aumentar a prontidão do leitor para aceitar o direito do escritor de apresentar o material do núcleo (MANN e THOMPSON, 1988). Assim, quando o escritor apresenta a afirmação de autores sobre a contribuição da filosofia e história da ciência para a administração, ele aumenta a aceitação do leitor sobre seu direito de realizar um estudo para analisar esta contribuição.

Caso 7:

Nesse processo, cada vez mais o desafio aos gestores parece ser a busca por diferenciação nas atividades estabelecidas, o que remete à consideração de novas formas relacionais capazes de desenvolver uma maior agregação de valor para os consumidores, organizações e mercados (BRASS et al., 2004). Nessa linha, estudos internacionais como os de Jarillo (1988), Ring e Van de Ven (1994), Human e Provan (1997), Oliver e Ebers (1998), Thompson (2003), entre outros, e nacionais, entre eles: Balestrin, Verschoore e Reyes Jr. (2010), Magalhães, Daut e Phonlor (2009), Hoffman, Molina-Morales e Martínez-Fernandez (2007), demonstram a importância das redes de cooperação como estratégias relacionais capazes de propiciar a geração de resultados que transcendem a simples soma dos recursos organizacionais individuais. (ZANCAN, SANTOS e CRUZ, 2013)

1. Nesse processo, cada vez mais o desafio aos gestores parece ser a busca por diferenciação nas atividades estabelecidas,
2. o que remete à consideração de novas formas relacionais capazes de desenvolver uma maior agregação de valor para os consumidores, organizações e mercados. (BRASS et al., 2004).
3. Nessa linha, estudos internacionais como os de Jarillo (1988), Ring e Van de Ven (1994), Human e Provan (1997), Oliver e Ebers (1998), Thompson (2003), entre outros, e nacionais, entre eles: Balestrin, Verschoore e Reyes Jr. (2010), Magalhães, Daut e Phonlor (2009), Hoffman, Molina-Morales e Martínez-Fernandez (2007),

4. demonstram a importância das redes de cooperação como estratégias relacionais capazes de propiciar a geração de resultados que transcendem a simples soma dos recursos organizacionais individuais.



Este trecho se inicia com uma relação de causa voluntária entre os fragmentos 1 (S) e 2 (N), caracterizado quando uma segunda situação (satélite) é a causa pela primeira (núcleo), através de uma ação voluntária (MANN e THOMPSON, 1988). Assim, a consideração de novas formas relacionais (2) acontece devido à busca de diferenciação nas atividades estabelecidas (1).

Também há uma relação de evidência entre os fragmentos 3 (S) e 4 (N), pois o primeiro apresenta dados para corroborar o exposto no segundo, fornecendo, assim, informações para que o leitor aumente sua aceitação positiva em relação ao fragmento 4.

Neste segundo ato textual da *coerência progressiva*, a *construção de consenso entre pesquisadores*, também podemos perceber nos textos analisados, mostrados e não mostrados aqui, o predomínio da relação de evidência, como uma forma dos autores sustentarem seus argumentos por meio da citação de autores e estudos que possam corroborar com suas sentenças, sugerindo a concordância do leitor a estas.

No âmbito do discurso científico interno, a *coerência progressiva* se relaciona às redes de pesquisadores que compartilham perspectivas teóricas e metodológicas em linhas de pesquisas que têm avançado ao longo do tempo. Nesse sentido, é muito comum que os pesquisadores citem trabalhos anteriores ou apresentem informações sobre a trajetória de seu campo como forma de trazer evidências aos leitores sobre suas linhas de pesquisa.

A *coerência sintetizada* acontece quando as publicações citam ou constroem conexões entre trabalhos e áreas de pesquisa que não são usualmente relacionados, sugerindo linhas de investigação pouco exploradas ou desenvolvidas. Desta maneira,

este tipo de coerência é organizado visando chamar atenção para a criação ou releitura de tópicos de pesquisa. De acordo com Locke e Golden-Biddle (1997), este objetivo é atingido por meio de três atos textuais: 1) *formulação de ideias abrangentes* que articulam e constituem áreas de pesquisa; 2) *construção de relações convergentes* entre diferentes domínios de pesquisa e 3) *reinterpretação de trabalhos anteriores* para mostrar o consenso subjacente sobre o tema investigado, considerado importante, porém pouco difundido.

O primeiro ato, *formulação de ideias abrangentes* que articulam e constituem áreas de pesquisa, pode ser identificado nos casos a seguir:

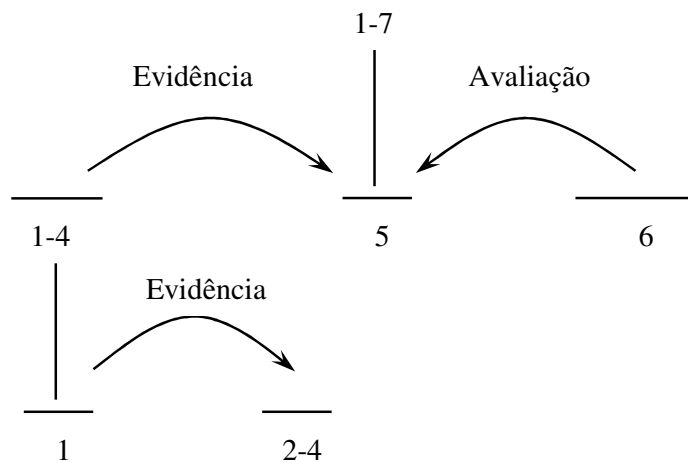
Caso 8:

A sociologia da burocracia parece ser um pouco avessa aos métodos da antropologia social. Esses antropólogos, sempre às voltas com estudos de parentesco, e um excêntrico gosto pelo exótico, arrepiam os estudiosos de um modelo conceptual centrado na impessoalidade e na racionalidade moderna (ocidental). A forma reciprocamente preconceituosa de se perceberem afasta os cientistas sociais (lato sensu) do caminho de uma fecunda aventura – incorporar à teoria da burocracia uma razão em confecção, própria da antropologia, para compreender os diferentes arranjos de relações humanas organizadas. Escasseiam, pois, as etnografias da burocracia, sem base no(em) modelo(s) preconcebido(s). E sobre a administração pública brasileira, esses estudos são ainda mais raros.

Parece-nos que o estudo das manifestações rituais no âmbito da burocracia é um domínio fértil para esse tipo de trabalho(VIEIRA, COSTA e BARBOSA, 1982).

1. A sociologia da burocracia parece ser um pouco avessa aos métodos da antropologia social.
2. Esses antropólogos, sempre às voltas com estudos de parentesco, e um excêntrico gosto pelo exótico, arrepiam os estudiosos de um modelo conceptual centrado na impessoalidade e na racionalidade moderna (ocidental).
3. A forma reciprocamente preconceituosa de se perceberem afasta os cientistas sociais (*lato sensu*) do caminho de uma fecunda aventura –
4. incorporar à teoria da burocracia uma razão em confecção, própria da antropologia, para compreender os diferentes arranjos de relações humanas organizadas.
5. Escasseiam, pois, as etnografias da burocracia, sem base no(em) modelo(s) preconcebido(s).E sobre a administração pública brasileira, esses estudos são ainda mais raros.

6. Parece-nos que o estudo das manifestações rituais no âmbito da burocracia é um domínio fértil para esse tipo de trabalho



No trecho acima observamos relação de evidência entre os fragmento 1-4 (S) e o fragmento 5 (N). A fim de fazer com que o leitor concorde com o conteúdo expresso no fragmento 5, o escritor apresenta informações distribuídas entre os fragmentos 1 a 4 que levam a aceitação positiva da sentença 5. O mesmo acontece em relação aos fragmentos 2-4 (S), que apresentam sentenças que levam à aceitação do exposto no fragmento 1 (N).

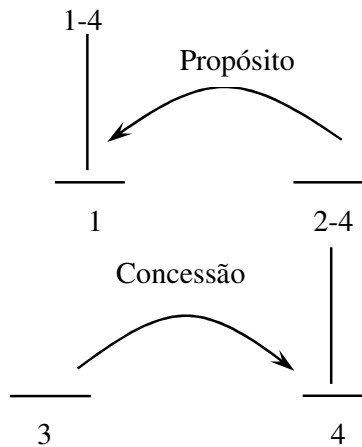
Também há uma relação de avaliação entre os fragmentos 6 (S) e 5 (N), visto que O fragmento 6 (S) se refere à situação no fragmento 5 (N) a partir do grau de consideração positiva que o escritor tem para com o conteúdo do fragmento 5 (N) (MANN e THOMPSON, 1988).

Caso 9:

Destaque será dado neste artigo ao traçado do paralelismo entre os dois movimentos (o do capitalismo e o da organização do processo de trabalho), a fim de que possa servir de referência, tanto para os leitores que priorizam o enfoque das teorias da administração - e que normalmente não se atêm ao aspecto econômico ao tratar do assunto - , quanto aos que privilegiam o enfoque econômico e que, em geral, não realçam os aspectos referentes ao nível das unidades empresariais. Não se tem pretensão, neste sentido, de esgotar a questão, mas procura-se evidenciar que a análise, ao ser realizada de forma a associar os dois campos de estudos, torna-se mais fecunda e clara. (TEIXEIRA e SOUZA, 1985)

1. Destaque será dado neste artigo ao traçado do paralelismo entre os dois movimentos (o do capitalismo e o da organização do processo de trabalho),

2. a fim de que possa servir de referência, tanto para os leitores que priorizam o enfoque das teorias da administração - e que normalmente não se atêm ao aspecto econômico ao tratar do assunto -, quanto aos que privilegiam o enfoque econômico e que, em geral, não realçam os aspectos referentes ao nível das unidades empresariais.
3. Não se tem pretensão, neste sentido, de esgotar a questão,
4. mas procura-se evidenciar que a análise, ao ser realizada de forma a associar os dois campos de estudos, torna-se mais fecunda e clara.



Aqui identificamos uma relação de propósito entre o fragmento 2-4 (S) e o fragmento 1 (N), já que os fragmentos 2 a 4 apresentam situações a serem realizadas através da atividade do fragmento 1 (MANN e THOMPSON, 1988). Assim, o escritor apresenta que a intenção do destaque a ser dado no artigo é a de servir de referência para dois tipos de leitores, de modo mais fecundo e claro e sem esgotar a questão.

Já nos fragmentos 3 (S) e 4 (N) observamos uma relação de concessão, considerando a suposta incompatibilidade entre as sentenças, mas revelando ao final um aumento da consideração positiva do leitor em relação ao fragmento 4, núcleo desta relação.

O segundo ato, *construção de relações convergentes* entre diferentes domínios de pesquisa, pode ser exemplificado nos seguintes extratos:

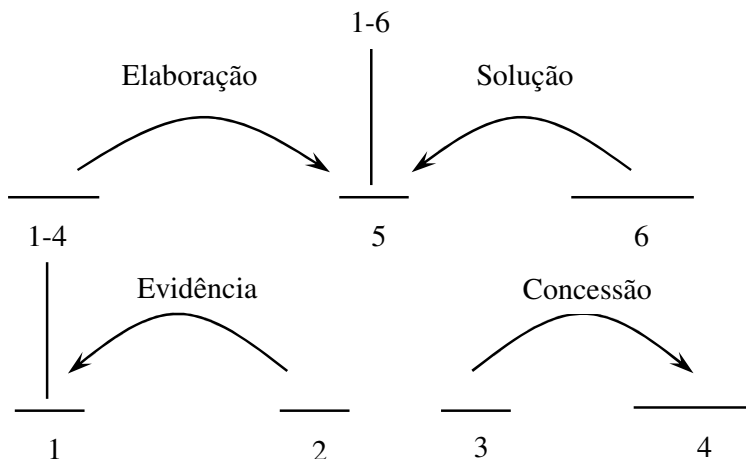
Caso 10:

Uma das tendências mais difundidas nesse movimento pretende identificar-se com a ciência da antropologia. A larga utilização do conceito de cultura, transmutado em "cultura organizacional", testemunha essa constatação. Embora não muito feliz nesse empreendimento, a vaga "culturalista" reafirma a antropologia como

uma das fontes mais ricas de onde a teoria da administração pode buscar sólidas contribuições.

Nosso objetivo é demonstrar que tanto a administração quanto a antropologia, devido aos seus próprios rumos e às exigências do contexto sócio-histórico contemporâneo, podem promover substanciais desenvolvimentos em seus campos através de uma ação conjunta, verdadeiramente interdisciplinar, sob a égide da coerência, do rigor e da responsabilidade(RUBEN, SERVA e CASTRO, 1996).

1. Uma das tendências mais difundidas nesse movimento pretende identificar-se com a ciência da antropologia.
2. A larga utilização do conceito de cultura, transmutado em "cultura organizacional", testemunha essa constatação.
3. Embora não muito feliz nesse empreendimento,
4. a vaga "culturalista" reafirma a antropologia como uma das fontes mais ricas de onde a teoria da administração pode buscar sólidas contribuições.
5. Nosso objetivo é demonstrar que tanto a administração quanto a antropologia, devido aos seus próprios rumos e às exigências do contexto sócio-histórico contemporâneo, podem promover substanciais desenvolvimentos em seus campos
6. através de uma ação conjunta, verdadeiramente interdisciplinar, sob a égide da coerência, do rigor e da responsabilidade



No texto deste segundo ato, encontramos uma relação de elaboração entre os fragmentos 1-4 (S) e o fragmento 5 (N), pois adicionam informações mais acessórias ao exposto no fragmento 5, considerado a informação mais essencial nesta relação.

Outra relação encontrada é a de evidência, entre os fragmentos 2 (S) e 1 (N). O escritor apresenta um conteúdo em 2 para exemplificar e dar suporte ao que foi dito em 1, a fim de convencer o leitor sobre esta última assertiva, dando exemplo de como a

utilização do conceito “cultura organizacional” é uma constatação da identificação com a antropologia.

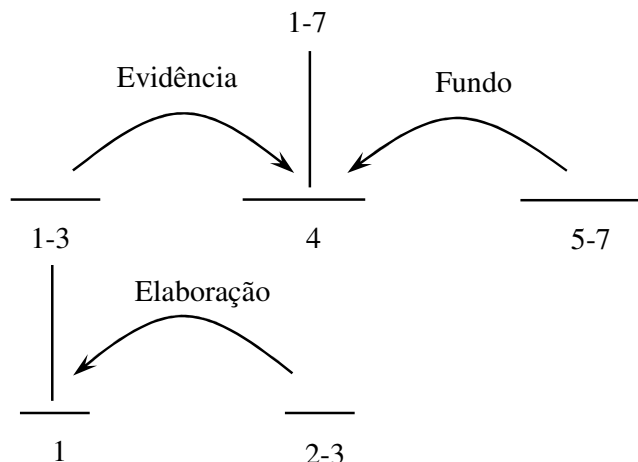
O fragmento 3 (S) traz uma relação de concessão para com o fragmento 4 (N), apresentando uma aparente contradição, mas acaba por despertar no leitor uma aceitação positiva sobre o fragmento 4, isto é, sobre as sólidas contribuições da antropologia para a administração.

Por fim, temos uma relação de solução entre os fragmentos 5 (S) e 6 (N), posto que o fragmento 6 apresenta um método de ação, no caso uma ação conjunta disciplinar coerente, rigorosa e responsável, para lidar com uma necessidade apresentada no fragmento 5, a promoção de substanciais desenvolvimentos nos campos da administração e antropologia.

Caso 11:

A partir de práticas discursivas, busca também situar a produção de sentidos junto ao movimento do construcionismo social que, alinhado ao debate pós-modernista, adota uma postura de ruptura com o modo tradicional de fazer ciência e busca ultrapassar a dualidade sujeito-objeto situando o conhecimento no interior dos processos de interação social. Dessa forma, tende a se alinhar com os estudos organizacionais pós-modernos que surgem no âmbito do movimento anglo-saxão denominado Estudos Críticos em Administração (ECA) cujo pressuposto básico é uma ruptura com o mainstream e a adoção de perspectivas teóricas alternativas que sejam capazes de explicarem o fenômeno organizacional sob outro prisma. (ROSA, TURETA e BRITO, 2006)

1. A partir de práticas discursivas, busca também situar a produção de sentidos junto ao movimento do construcionismo social
2. que, alinhado ao debate pós-modernista, adota uma postura de ruptura com o modo tradicional de fazer ciência
3. e busca ultrapassar a dualidade sujeito-objeto situando o conhecimento no interior dos processos de interação social.
4. Dessa forma, tende a se alinhar com os estudos organizacionais pós-modernos
5. que surgem no âmbito do movimento anglo-saxão denominado Estudos Críticos em Administração (ECA)
6. cujo pressuposto básico é uma ruptura com o *mainstream*
7. e a adoção de perspectivas teóricas alternativas que sejam capazes de explicarem o fenômeno organizacional sob outro prisma.



Aqui encontramos uma relação de evidência entre os fragmento 2-3 (S) e o fragmento 1 (N), visto que os fragmentos 2-3 trazem informações adicionais e mais detalhadas sobre o exposto no fragmento 1, que nesta relação é considerado mais essencial.

Os fragmentos 1-3 (S) apresentam relação de evidência com o fragmento 4 (N), já que trazem informações que fazem com que o leitor concorde com a assertiva expressa no fragmento 4, isto é, o alinhamento do construcionismo social ao com os estudos organizacionais pós-modernos.

Já os fragmentos 5-7 (S) guardam uma relação de fundo com o fragmento 4 (N), uma vez que apresentam informações explicativas sobre este último fragmento, isto é, sobre os Estudos Críticos em Administração, supondo que o leitor não compreenderá suficientemente o significado desta abordagem antes de ler o que os fragmentos 5 a 7 expõem.

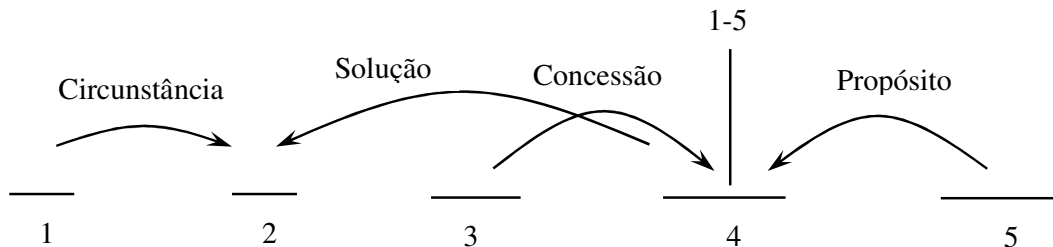
O terceiro ato, *reinterpretação de trabalhos anteriores* para mostrar o consenso subjacente sobre o tema investigado, considerado importante, porém pouco difundido, pode ser compreendido a partir dos trechos que seguem:

Caso 12:

A questão que se coloca, considerando as afirmações da autora, é: “Em que medida, havendo percepção de justiça organizacional negativa por parte do empregado (ou se a troca econômica não for percebida como justa), haveria emissão de atos espontâneos de

colaboração com a organização (cidadania organizacional)? Muito embora a literatura sobre o assunto seja escassa, faremos releitura dos trabalhos a que tivemos acesso, ligando os conceitos de justiça e cidadania organizacional, procurando inferir, assim, a resposta à indagação acima.(PALLAZOLLI, 2000)

1. A questão que se coloca, considerando as afirmações da autora, é:
2. “Em que medida, havendo percepção de justiça organizacional negativa por parte do empregado (ou se a troca econômica não for percebida como justa), haveria emissão de atos espontâneos de colaboração com a organização (cidadania organizacional)?
3. Muito embora a literatura sobre o assunto seja escassa,
4. faremos releitura dos trabalhos a que tivemos acesso, ligando os conceitos de justiça e cidadania organizacional,
5. procurando inferir, assim, a resposta à indagação acima.



Neste trecho, identificamos inicialmente uma relação de circunstância entre os fragmentos 1 (S) e 2 (N), pois o conteúdo expresso em 1 funciona como um enquadramento situacional ou circunstancial para que o leitor interprete a situação no fragmento 2 (MANN e THOMPSON, 1988).

Em seguida, encontramos uma relação de concessão entre os fragmentos 3 (S) e 4 (N), que apresenta uma potencial contradição entre as duas situações, mas sugere que o leitor aceite positivamente a assertiva presente no fragmento 4.

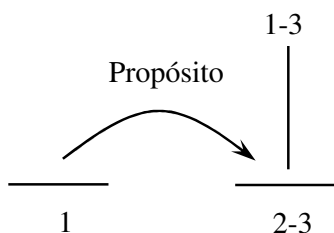
Ao mesmo tempo, o fragmento 4 (N) apresenta uma relação de solução com a pergunta feita no fragmento 2 (S). A fim de responder a questão colocada em 2, o escritor aponta em 4 o “método” escolhido para tal, isto é, uma releitura de trabalhos sobre justiça e cidadania organizacional.

Para finalizar, o fragmento 5 (S) mostra uma relação de propósito com o fragmento 4 (N), apresentando uma situação a ser realizadas através da atividade presente no fragmento 5, isto é, responder à questão colocada através de uma releitura dos trabalhos selecionados.

Caso 13:

O objetivo deste artigo é demonstrar a persistência das harmonias administrativas e do ethos burocrático na teoria e prática da administração. Para realizar este intento, analisaremos o conjunto das teorias administrativas do século XX, revisitando o pensamento de um dos principais representantes da teoria crítica no campo dos estudos organizacionais: Maurício Tragtenberg. (PAULA, 2002)

1. O objetivo deste artigo é demonstrar a persistência das harmonias administrativas e do ethos burocrático na teoria e prática da administração.
2. Para realizar este intento, analisaremos o conjunto das teorias administrativas do século XX,
3. revisitando o pensamento de um dos principais representantes da teoria crítica no campo dos estudos organizacionais: Maurício Tragtenberg.



Neste texto, encontramos uma relação de propósito entre os fragmentos 2-3 (N) e o fragmento 1 (S), de modo que o fragmento 1 apresenta uma situação que será realizada através da atividade presente em 2-3, isto é, a demonstração da persistência das harmonias administrativas e do ethos burocrático na teoria e prática da administração será realizada por meio do pensamento do autor Maurício Tragtenberg.

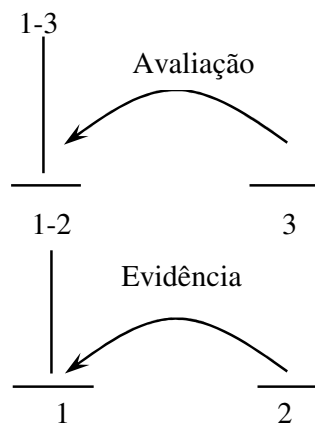
Nos três atos textuais da *coerência sintetizada* – formulação de ideias abrangentes, construção de relações convergentes e reinterpretação de trabalhos anteriores – observamos uma ocorrência maior da relação de evidência e de propósito, nos textos que analisamos. A *coerência sintetizada* busca conectar trabalhos e áreas de pesquisa que não são geralmente relacionados, sugerindo linhas de investigação pouco desenvolvidas e chamando atenção para a criação ou releitura de temas de pesquisa. Em função disto, apresenta um uso maior da relação de evidência, a fim de demonstrar para o leitor que determinadas áreas de pesquisa não estão devidamente relacionadas e assim conseguir adesão à sua proposta. Também se destaca a relação de propósito, tendo em vista que os autores estão explicitando que meios usarão para atingir seus objetivos de criação e releitura de linhas de pesquisa.

Já a *não-coerência* é uma prática que pode ser identificada em trabalhos que apresentam um campo de pesquisa comum, porém revelam o desacordo e/ou a falta de consenso existente no campo. Assim, a ação textual chave é a construção da discordância, embora haja concordância em relação à importância do domínio de pesquisa tratado. Seguem abaixo alguns exemplos desta prática:

Caso 14:

Os estudos realizados sobre liderança ainda não permitiram formar um consenso entre os pesquisadores interessados na questão. Essa constatação se baseia na complexidade do tema e nas diversas abordagens e perspectivas que vem recebendo de estudiosos ao longo do tempo. Realizar pesquisa sobre liderança parece exigir mais do que tentar compreender o fenômeno e ver como ele se manifesta.
(BARBOSA e GUIMARÃES, 2005)

1. Os estudos realizados sobre liderança ainda não permitiram formar um consenso entre os pesquisadores interessados na questão.
2. Essa constatação se baseia na complexidade do tema e nas diversas abordagens e perspectivas que vem recebendo de estudiosos ao longo do tempo.
3. Realizar pesquisa sobre liderança parece exigir mais do que tentar compreender o fenômeno e ver como ele se manifesta.



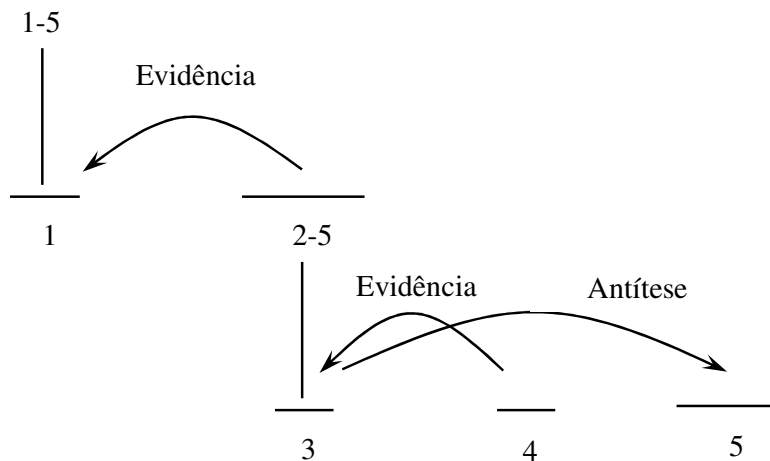
Neste texto, encontramos uma relação de avaliação entre o fragmento 3 (S) e os fragmentos 1-2 (N). Aqui, o fragmento 3 relata a situação presente em 1-2 de acordo com o grau de consideração positiva do escritor sobre a situação presente em 1-2, isto é, o escrito avalia que realizar pesquisa sobre liderança exige um pouco mais, dado a falta de consenso e complexidade do tema.

Também encontramos uma relação de evidência entre o fragmento 1 (N) e 2 (S), dado que a assertiva 2 busca assegurar a confiança do leitor para o conteúdo apresentado em 1, isto é, que ainda não há consenso nos estudos sobre liderança, o que pode ser “constatado” pela complexidade do tema e pelas diversas abordagens.

Caso 15:

Desde o seu aparecimento, essa dimensão da justiça tem provocado polêmica. Por exemplo, Cropanzano e Greenberg (1997) declaram que há dificuldade na distinção conceitual entre a justiça processual e a interracional. Diversos estudos apoiam a distinção entre a justiça distributiva e a processual (por exemplo, GILLILAND, 1994; SWEENEY e MCFARLIN, 1993). Entretanto, os dados disponíveis não são conclusivos quanto à diferença entre a justiça interracional e a justiça processual. (SILVA, ALMEIDA e CARVALHO, 2005)

1. Desde o seu aparecimento, essa dimensão da justiça tem provocado polêmica.
2. Por exemplo, Cropanzano e Greenberg (1997) declaram que há dificuldade na distinção conceitual entre a justiça processual e a interracional.
3. Diversos estudos apoiam a distinção entre a justiça distributiva e a processual
4. (por exemplo, GILLILAND, 1994; SWEENEY e MCFARLIN, 1993).
5. Entretanto, os dados disponíveis não são conclusivos quanto à diferença entre a justiça interracional e a justiça processual.



O texto apresenta inicialmente uma relação de evidência entre os fragmentos 1 (N) e 2-5 (S). O escritor apresenta uma afirmativa no fragmento 1 (a polêmica da dimensão justiça) e oferece nos fragmento 2-5 alguns indícios para que o leitor concorde com sua sentença anterior. O mesmo ocorre entre os fragmentos 3 (N) e 4 (S), no qual este último traz também citações de estudos para comprovar a sentença apresentada no fragmento 3, a fim de ganhar a concordância do leitor.

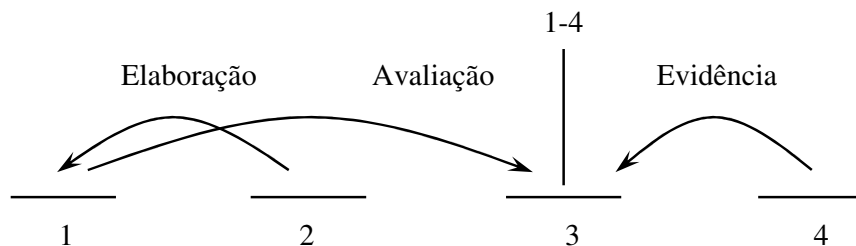
Também encontramos uma relação de antítese entre o fragmento 5 (N) e o fragmento 3 (S), em função do contraste na consideração positiva que o escritor dedica ao núcleo da relação (MANN e THOMPSON, 1988). Além do mais, as duas situações são incompatíveis entre si (estudos que apoiam a distinção entre dois conceitos de justiça e dados inconclusivos sobre essa diferença).

Caso 16:

Os estudos organizacionais brasileiros parecem ainda atormentados com a diversidade de abordagens constitutivas da análise do discurso, que reúne sob o mesmo nome desde práticas internalistas àquelas amplamente contextuais.

Não há unanimidade sobre o entendimento da Análise Sociológica do Discurso, com inúmeras variações observadas nas práticas dos pesquisadores mais influentes(GODOI, COELHO e SERRANO, 2014).

1. Os estudos organizacionais brasileiros parecem ainda atormentados com a diversidade de abordagens constitutivas da análise do discurso,
2. que reúne sob o mesmo nome desde práticas internalistas àquelas amplamente contextuais.
3. Não há unanimidade sobre o entendimento da Análise Sociológica do Discurso,
4. com inúmeras variações observadas nas práticas dos pesquisadores mais influentes



Aqui encontramos uma relação de avaliação entre os fragmentos 1 (S) e 3 (N). O fragmento 1 relata a situação expressa em 3 com o grau de consideração positiva do escritor em relação à situação apresentada em 3. Assim, o escritor apresenta a falta de unanimidade sobre a Análise Sociológica do Discurso e faz sua avaliação relatando que os estudos organizacionais brasileiros parecem atordoados com esta diversidade.

Também observamos uma relação de elaboração entre os fragmentos 2 (S) e 1 (N), na qual a informação contida em 2 funciona como um dado adicional (a reunião de práticas internalistas até contextuais) na situação expressa no fragmento 1, a diversidade das abordagens da análise do discurso nos estudos organizacionais.

Já o fragmento 4 (S) apresenta uma relação de evidência para com o fragmento 3 (N), servindo como informação para que o leitor concorde com o exposto no fragmento 3.

A relação de evidência também foi a mais marcante na prática da *não-coerência*. Esta ação apresenta uma construção da discordância sobre o tema tratado em uma área de pesquisa e nesse sentido, também precisa ser bem fundamentada para o leitor, assim como as práticas de construção de coerência intertextual anteriores – *coerência progressiva* e *coerência sintetizada* – a fim de que este possa confiar que no argumento do escritor.

A construção de coerência intertextual, seja ela via *coerência progressiva*, *coerência sintetizada* ou *não-coerência*, é um dos processos pelos quais uma oportunidade de contribuição científica é construída retoricamente e se dá por meio de redes de publicações, isto é, o conjunto de artigos e trabalhos que cada autor dialoga em seu artigo, constituindo assim um campo intertextual. Nesse sentido, é compreensível que a relação retórica de evidência se apresente como a mais marcante neste processo, tendo em vista que os autores precisam expor em seu trabalho o conjunto de textos com o qual dialogam, a fim de apresentar seus argumentos para os leitores e obter a aceitação e concordância destes para a defesa de suas ideias.

O segundo processo de construção de oportunidades de contribuições científicas proposto por Locke e Golden-Biddle (1997), a problematização da situação, aponta para o campo intertextual específico estabelecido para contextualizar e argumentar um trabalho. É através deste processo que um trabalho tenta argumentar e qualificar as contribuições de suas questões, estabelecendo a importância e relevância dessas contribuições para o público. Três caminhos para esta problematização são propostos pelas autoras: a *incomensurabilidade*, a *incompletude* e a *inadequação*.

A problematização pela *incomensurabilidade* sugere que a literatura existente, embora esteja desenvolvida, pode negligenciar diferentes e relevantes perspectivas ou ainda estar errada em suas definições e posições. Nesse sentido, o campo teórico existente é apresentado a partir de suas perspectivas equivocadas, direcionamentos errados ou literaturas negligenciadas. Há aqui um pressuposto de que a contribuição do artigo irá reparar este erro. É muito usada nos textos acadêmicos porque é muito comum que a contribuição de um trabalho seja construída a partir da argumentação de que seu

tema é original e se debruça sobre algo negligenciado pelos demais estudos, corrige um conceito mal-trabalhado ou mal-empregado ou aponta uma teoria ou direcionamento equivocado, já que a pressão por ineditismo e contribuição teórica é cada vez mais empregada nos estudos científicos.

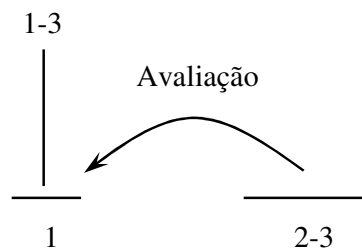
Assim, os atos textuais presentes na estratégia de *incomensurabilidade* são os que argumentam sobre *temas ou perspectivas negligenciados pela literatura* e também os que apontam *conceitos mal-trabalhados ou mal-empregados*, buscando corrigi-los. Abaixo alguns exemplos sobre o ato *perspectivas negligenciadas pela literatura*:

Caso 17:

A literatura especializada na área de administração em geral, e na área de análise organizacional em particular, tem negligenciado três questões básicas no estudo da qualidade nas organizações: poder, objetivos e ambiente institucional.

Alguns estudos chamam a atenção para a importância do poder sob a forma de mecanismos de controle empregados pelos diversos estratos sociais nas organizações que implementaram programas de gerenciamento da qualidade (DAWSON e PALMER, 1993; SEWELL e WILKINSON, 1992; DAWSON e WEBB, 1989; dentre outros), mas poucos são os que fazem referência à qualidade como valor socialmente institucionalizado (WEBB, 1995; ZEITZ e MITTAL, 1993). (VIEIRA, 1997).

1. A literatura especializada na área de administração em geral, e na área de análise organizacional em particular, tem negligenciado três questões básicas no estudo da qualidade nas organizações: poder, objetivos e ambiente institucional.
2. Alguns estudos chamam a atenção para a importância do poder sob a forma de mecanismos de controle empregados pelos diversos estratos sociais nas organizações que implementaram programas de gerenciamento da qualidade (DAWSON e PALMER, 1993; SEWELL e WILKINSON, 1992; DAWSON e WEBB, 1989; dentre outros),
3. mas poucos são os que fazem referência à qualidade como valor socialmente institucionalizado (WEBB, 1995; ZEITZ e MITTAL, 1993).

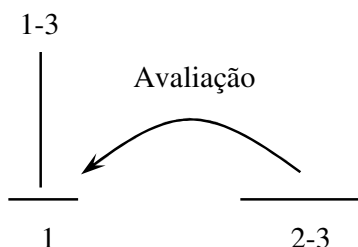


Neste texto observamos uma relação de avaliação entre os fragmentos 2-3 (S) e o fragmento 1 (N), na qual os fragmentos 2-3 apresentam a situação presente no fragmento 1 de acordo com o nível de consideração positiva do escritor para a situação apresentada em 1, isto é, a negligência das questões poder, objetivos e ambiente institucional no estudo da qualidade nas organizações. Assim, o leitor reconhece que as situações presentes em 2-3 avaliam a situação presente em 1 e reconhece o valor dessas avaliações (MANN e THOMPSON, 1988).

Caso 18:

Livros conhecidos da teoria organizacional, como os de Charles Handy; Richard Hall; Gibson, Ivancevich e Donnelly; Clegg, Hardy e Nord; Gareth Morgan ou Stephen Robbins, não tratam diretamente do tema. Ele aparece implícito no estudo das emoções e em diversas teorias (grupos, papéis, liderança, motivação, conflito, decisão, mudança etc.), ou dissociando o interpessoal do interorganizacional, com enfoque predominantemente instrumental (LEITÃO, FORTUNATO e FREITAS, 2006).

1. Livros conhecidos da teoria organizacional, como os de Charles Handy; Richard Hall; Gibson, Ivancevich e Donnelly; Clegg, Hardy e Nord; Gareth Morgan ou Stephen Robbins, não tratam diretamente do tema.
2. Ele aparece implícito no estudo das emoções e em diversas teorias (grupos, papéis, liderança, motivação, conflito, decisão, mudança etc.),
3. ou dissociando o interpessoal do interorganizacional, com enfoque predominantemente instrumental



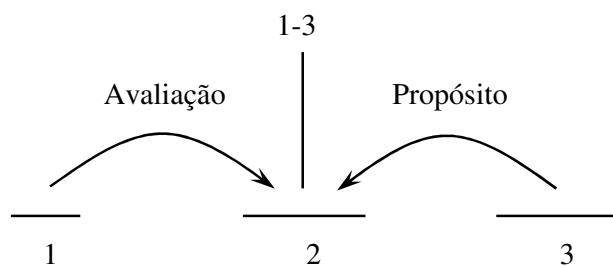
Aqui também observamos uma relação de avaliação entre os fragmentos 2-3 (S) e o fragmento 1 (N), na qual os fragmentos 2-3 apresentam a situação presente no fragmento 1 de acordo com o nível de consideração positiva que o escritor tem para a situação apresentada em 1, isto é, o tratamento implícito e instrumental de um dado tema em livros da teoria organizacional. Assim, o leitor reconhece que as situações presentes

em 2 e 3 avaliam a situação expressa em 1 e reconhece o valor dessa avaliação (MANN e THOMPSON, 1988).

Caso 19:

Essa possibilidade de analisar a violência a partir de uma economia das trocas simbólicas, contudo, não foi explorada pelos trabalhos até agora desenvolvidos na área de estudos organizacionais. Sendo assim, o presente ensaio tem por objetivo contribuir para a compreensão da violência no contexto dessa economia simbólica, destacando a forma sutil e quase imperceptível com que ela perpassa as relações de poder na organização (ROSA e BRITO, 2009).

1. Essa possibilidade de analisar a violência a partir de uma economia das trocas simbólicas, contudo, não foi explorada pelos trabalhos até agora desenvolvidos na área de estudos organizacionais.
2. Sendo assim, o presente ensaio tem por objetivo contribuir para a compreensão da violência no contexto dessa economia simbólica,
3. Destacando a forma sutil e quase imperceptível com que ela perpassa as relações de poder na organização



Novamente encontramos aqui uma relação de avaliação entre os fragmentos 1 (S) e o fragmento 2 (N), na qual o fragmento 1 apresenta a situação expressa no fragmento 2 de acordo com o grau de consideração positiva que o escritor tem para com a situação apresentada em 2, ou seja, a não exploração da análise da violência no contexto da economia simbólica. Dessa forma, o leitor reconhece que a situação presente em 1 avalia a situação expressa em 2 e reconhece o valor dessa avaliação (MANN e THOMPSON, 1988).

Também identificamos uma relação de propósito entre os fragmentos 2 (N) e 3 (S), na qual o fragmento 3 apresenta uma situação a ser realizada através da atividade no fragmento 2, isto é, destacar a violência simbólica nas relações organizacionais através do artigo em questão.

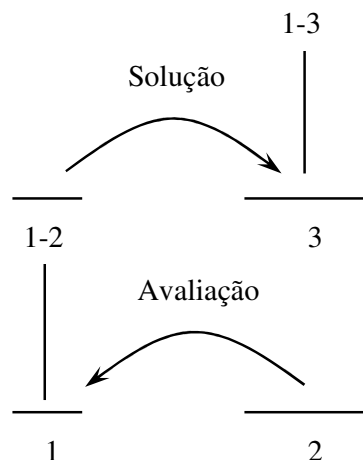
Já os atos textuais de *apontamento e correção de conceitos mal-formulados ou mal-empregados* podem ser visualizados nos textos a seguir:

Caso 20:

Deixando-se aprisionar por este tipo de lógica, os teóricos contemporâneos da teoria das organizações frequentemente incidem em um erro, qual seja, o de apreender os fatos da vida diária apenas pelas suas aparências. Assim procedendo, estes teóricos tornam-se inteiramente subservientes de interesses imediatos e utilitários.

Em virtude disto, decidimos empreender um diagnóstico organizacional, onde os requisitos funcionais fossem claramente subordinados a certos valores humanos, ou estivessem explicitamente articulados a um conjunto de princípios éticos (GARCIA, 1980).

1. Deixando-se aprisionar por este tipo de lógica, os teóricos contemporâneos da teoria das organizações frequentemente incidem em um erro, qual seja, o de apreender os fatos da vida diária apenas pelas suas aparências.
2. Assim procedendo, estes teóricos tornam-se inteiramente subservientes de interesses imediatos e utilitários.
3. Em virtude disto, decidimos empreender um diagnóstico organizacional, onde os requisitos funcionais fossem claramente subordinados a certos valores humanos, ou estivessem explicitamente articulados a um conjunto de princípios éticos.



Encontramos neste trecho primeiramente uma relação de solução entre os fragmentos 3 (N) e os fragmentos 1-2 (S), posto que a situação apresentada no fragmento 3 – diagnóstico organizacional que articule requisitos funcionais e valores humanos – se coloca como uma solução aos problemas apresentados nos fragmentos 1 e

2 – interesses imediatos e utilitaristas – , fazendo com que o leitor reconheça esta solução.

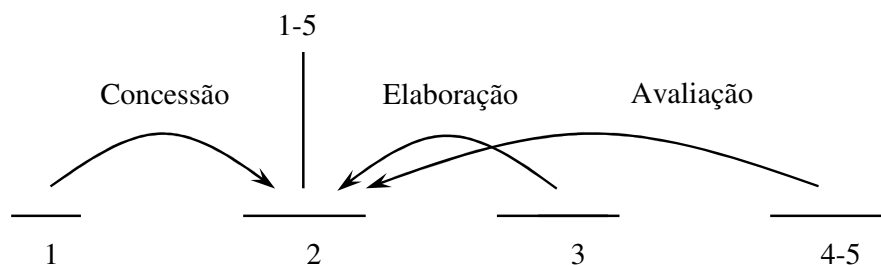
Também percebemos aqui uma relação de avaliação entre os fragmentos 1 (N) e o fragmento 2 (S), na qual o fragmento 2 apresenta a situação expressa no fragmento 1 de acordo com o grau de consideração positiva que o escritor tem para com a situação apresentada em 1, isto é, a subserviência aos interesses imediatos e utilitaristas dos teóricos ao apreender os fatos da vida diária somente pelas aparências. Dessa forma, o leitor reconhece que a situação presente em 1 avalia a situação expressa em 2 e reconhece o valor dessa avaliação.

Caso 21:

Embora com menos frequência do que nas últimas décadas, ainda continuam a ser apresentadas cuidadosas distinções entre a administração como disciplina e área de ação e a administração como ciência, ciência aplicada, técnica, arte e, mesmo, cultura. A tendência mais comum é considerá-la como ciência aplicada, como técnica ou como conjunto de funções ou técnicas.

Classificá-la como técnica ou série de técnicas e até como disciplina técnica, porém, significa tratá-la instrumentalmente, insinuando a possibilidade de neutralidades nesta área ou matéria e incorrendo no erro de supor que as questões, problemas e decisões não-técnicas não têm a ver com a administração (SILVA, 1988).

1. Embora com menos frequência do que nas últimas décadas,
2. ainda continuam a ser apresentadas cuidadosas distinções entre a administração como disciplina e área de ação e a administração como ciência, ciência aplicada, técnica, arte e, mesmo, cultura.
3. A tendência mais comum é considerá-la como ciência aplicada, como técnica ou como conjunto de funções ou técnicas.
4. Classificá-la como técnica ou série de técnicas e até como disciplina técnica, porém, significa tratá-la instrumentalmente,
5. insinuando a possibilidade de neutralidades nesta área ou matéria e incorrendo no erro de supor que as questões, problemas e decisões não-técnicas não têm a ver com a administração



Neste trecho encontramos inicialmente uma relação de concessão entre os fragmentos 1 (S) e 2 (N), pois há uma aparente incompatibilidade entre eles, mas que se apresenta como compatível e faz com que a consideração positiva do leitor aumente em relação ao conteúdo do fragmento 2, ou seja, as diversas distinções relativas à administração.

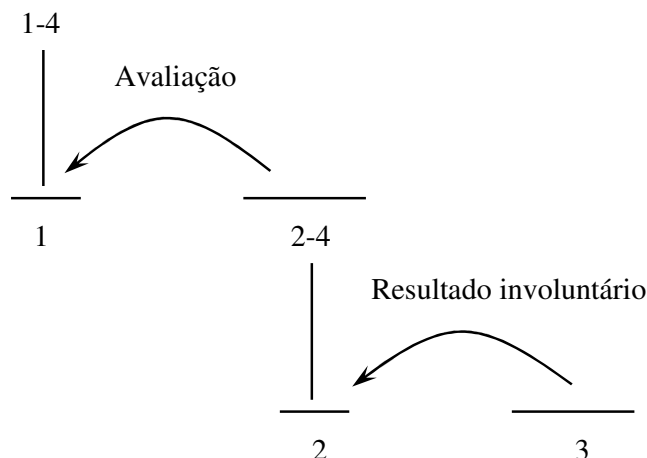
Outra relação encontrada foi a de elaboração, entre os fragmentos 2 (N) e 3 (S), na qual o fragmento 3 fornece uma informação adicional e mais detalhada ao exposto no fragmento 2, sentença mais geral e essencial na relação.

Por fim, foi identificada uma relação de avaliação entre os fragmentos 2 (N) e os fragmentos 4-5 (S), na qual os fragmentos 4-5 apresentam a situação expressa no fragmento 2 de acordo com o grau de consideração positiva que o escritor tem para com a situação apresentada em 2, isto é, a instrumentalidade e erros de suposição das cuidadosas distinções relativas à administração. Dessa forma, o leitor reconhece que a situação presente em 2 avalia a situação expressa em 4-5 e reconhece o valor dessa avaliação.

Caso 22:

As redes, ou networks, vêm sendo empregadas tanto numa perspectiva analítica quanto prescritiva de como dinamizar organizações públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, no enfrentamento da chamada complexidade do ambiente. A popularização do termo é contrastante com a falta de rigor conceitual e metodológico com que ele é empregado, produzindo uma superficialidade na análise organizacional e até na qualidade das prescrições de caráter gerencialista. De forma geral se desconhece a especificidade de redes como perspectiva de análise e como estrutura de governança (LOPES e BALDI, 2009).

1. As redes, ou networks, vêm sendo empregadas tanto numa perspectiva analítica quanto prescritiva de como dinamizar organizações públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, no enfrentamento da chamada complexidade do ambiente.
2. A popularização do termo é contrastante com a falta de rigor conceitual e metodológico com que ele é empregado,
3. produzindo uma superficialidade na análise organizacional e até na qualidade das prescrições de caráter gerencialista.
4. De forma geral se desconhece a especificidade de redes como perspectiva de análise e como estrutura de governança



Aqui também encontramos uma relação de avaliação entre os fragmentos 1 (N) e os fragmentos 2-4 (S) , na qual os fragmentos 2-4 apresentam a situação expressa no fragmento 1 de acordo com o grau de consideração positiva que o escritor tem sobre a situação apresentada em 1, ou seja, a falta de rigor conceitual e metodológico e a superficialidade no emprego da perspectiva analítica de redes. Dessa forma, o leitor reconhece que a situação presente em 1 avalia a situação expressa em 2-4 e reconhece o valor dessa avaliação.

Também há uma relação de resultado involuntário entre os fragmentos 2 (N) e 3 (S), onde o fragmento 2 – popularização no uso e falta de rigor conceitual e metodológico – causa a situação expressa no fragmento 3 – superficialidade na análise organizacional e na qualidade das prescrições generalistas – fazendo com que o leitor reconheça essa relação de causa e resultado (MANN e THOMPSON, 1988).

Em síntese, podemos notar na *incomensurabilidade* um predomínio das relações retóricas de avaliação, o que faz sentido se pensarmos que neste tipo de problematização os autores argumentam suas contribuições sugerindo que a literatura existente pode negligenciar relevantes perspectivas ou ainda estar errada em algumas de suas definições e posições. Dessa forma, uma estratégia argumentativa mais voltada para uma avaliação do campo ou de abordagens específicas, já que estes serão apresentados a partir de suas perspectivas equivocadas ou literaturas negligenciadas, pode ajudar os autores a convencer os leitores sobre suas supostas contribuições de reparo ou revisão destes erros.

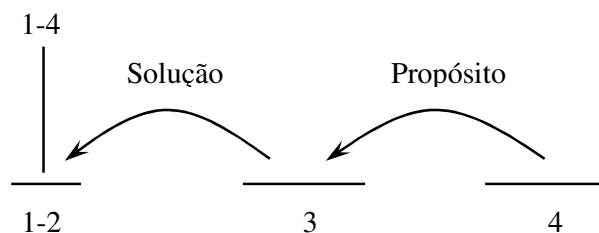
Na problematização pela *incompletude* se assume que a literatura não está acabada e que o artigo irá especificá-la melhor, desenvolvendo o campo intertextual existente. A proposta aqui é preencher uma lacuna específica, teórica ou empírica, que possa contribuir para a literatura no tema estudado. Foi a segunda prática de problematização da situação mais utilizada nos artigos que analisamos. Também podemos relacionar esta estratégia à pressão por contribuições teóricas e por estudos que ainda não foram realizados, preenchendo, assim, *gaps* específicos na literatura.

Percebemos aqui um ato específico de problematização que busca apresentar a contribuição do autor sobre o tema estudado, seja desenvolvendo e esclarecendo a literatura, seja oferecendo seu próprio ponto de vista sobre aquele tema.

Caso 23:

Uma significativa contribuição para o avanço nas pesquisas sobre racionalidade seria identificar empiricamente as possibilidades de transição para a razão substantiva em organizações nas quais, por questões contextuais e mesmo históricas, predominou a lógica racional-instrumental. (...) Assim, o presente estudo visa a atender a esta última proposição, ou seja, empreender um estudo empírico sobre racionalidades, de maneira a evidenciar a transição de uma forma institucional predominantemente racional-instrumental para outra centrada na lógica da racionalidade comunicativa (VIZEU, 2006).

1. Uma significativa contribuição para o avanço nas pesquisas sobre racionalidade
2. seria identificar empiricamente as possibilidades de transição para a razão substantiva em organizações nas quais, por questões contextuais e mesmo históricas, predominou a lógica racional-instrumental.
3. Assim, o presente estudo visa a atender a esta última proposição, ou seja, empreender um estudo empírico sobre racionalidades,
4. de maneira a evidenciar a transição de uma forma institucional predominantemente racional-instrumental para outra centrada na lógica da racionalidade comunicativa



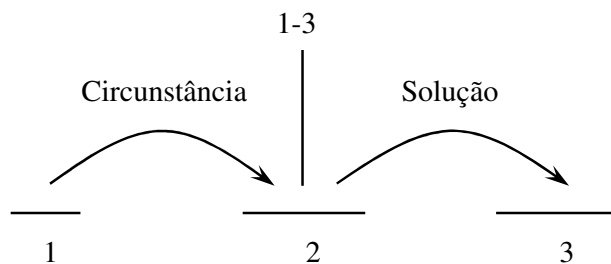
Encontramos neste trecho uma relação de solução entre os fragmentos 1-2 (S) e o fragmento 3 (N). Para fornecer uma contribuição empírica para as pesquisas sobre racionalidades, necessidade expressa nos fragmentos 1-2, o escritor apresenta sua solução: empreender um estudo empírico sobre racionalidades, apresentado no fragmento 3.

O fragmento 3(N) também apresentam uma relação de propósito com o fragmento 4 (S), uma vez que este apresenta uma situação – evidenciar a transição de lógicas de racionalidades – através do estudo empírico apresentado pelo autor, atividade apresentada no fragmento 3.

Caso 24:

Diante dessas teorizações iniciais, o objetivo do presente ensaio é apresentar problematizações sobre as dimensões "criação de conhecimento" e "espaços de criação de conhecimento", mostrando ao final um esquema conceitual (BALESTRIN, 2007).

1. Diante dessas teorizações iniciais,
2. o objetivo do presente ensaio é apresentar problematizações sobre as dimensões "criação de conhecimento" e "espaços de criação de conhecimento",
3. mostrando ao final um esquema conceitual



Neste trecho encontramos uma relação de circunstância entre os fragmentos 1 (S) e 2 (N), uma vez que o fragmento 1 apresenta um enquadre – as teorizações iniciais feitas – no assunto que o leitor é levado à interpretar na situação apresentada no fragmento 2 – as dimensões de criação de conhecimento e de espaços de criação de conhecimento.

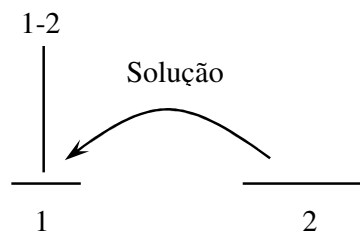
Já entre os fragmento 2 (S) e 3 (N) encontramos uma relação de solução. A fim de apresentar problematizações sobre "criação de conhecimento" e "espaços de criação de conhecimento", necessidade expressa no fragmento 2, o escritor apresenta como

solução mostrar um esquema conceitual ao final do trabalho, situação apresentada no fragmento 3.

Caso 25:

Neste artigo destaca-se o debate sobre redes, com ênfase à sua aplicação como perspectiva de análise, e, evidencia-se seu papel como estrutura de governança, colocando-se em pauta no debate as posições de Williamson (1985), que aponta as redes como uma forma híbrida; Powell (1990; 1994), que aponta as redes como uma nova forma; além da posição dos próprios autores, que apontam as redes como uma nova forma constituída empiricamente ou simplesmente uma forma combinada de mercado e hierarquia (LOPES e BALDI, 2009).

1. Neste artigo destaca-se o debate sobre redes, com ênfase à sua aplicação como perspectiva de análise, e, evidencia-se seu papel como estrutura de governança,
2. colocando-se em pauta no debate as posições de Williamson (1985), que aponta as redes como uma forma híbrida; Powell (1990; 1994), que aponta as redes como uma nova forma; além da posição dos próprios autores, que apontam as redes como uma nova forma constituída empiricamente ou simplesmente uma forma combinada de mercado e hierarquia



Aqui também encontramos uma relação de solução entre os fragmentos 2 (N) e o fragmento 1 (S), na qual as situações apresentadas em 2 se constituem como uma solução – principalmente a contribuição dos autores – para a questão apontada no fragmento 1, o debate sobre redes com ênfase na sua aplicação como perspectiva de análise e em seu papel como estrutura de governança, de modo que o leitor reconheça as contribuições presentes em 2 como soluções para o problema apresentado em 1.

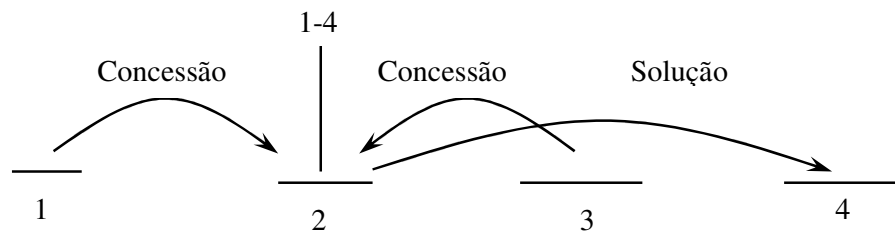
Outro ato percebido neste tipo de problematização foi a justificativa por meio de pontos ou lacunas específicas a serem preenchidas, estudadas ou mesmo respondidas com o trabalho, podendo ser teóricas ou empíricas. Naturalmente, preencher uma lacuna é uma forma de contribuição, porém, diferenciamos esses atos aqui devido à diferença

na forma de argumentação entre eles. O ato da contribuição fala mais sobre o estado do campo no tema estudado, enquanto este ato diz mais sobre carências que precisam ser observadas.

Caso 26:

No entanto, até o presente momento, apesar de já ter sido reconhecido o pioneirismo dos pensamentos de Guerreiro e Tragtenberg nos EOC, uma comparação entre a produção nacional e a produção do movimento CMS não havia sido realizada, embora ela seja relevante para se fazer uma sistematização das temáticas e das abordagens teórico-analíticas disponíveis para orientar as futuras pesquisas na área. O objetivo deste artigo é realizar essa comparação e sistematização, demonstrando a tradição e a autonomia dos EOC no Brasil e o nível de influência do movimento CMS junto aos estudiosos nacionais (PAULA et al, 2010).

- 1.No entanto, até o presente momento, apesar de já ter sido reconhecido o pioneirismo dos pensamentos de Guerreiro e Tragtenberg nos EOC,
2. uma comparação entre a produção nacional e a produção do movimento CMS não havia sido realizada,
3. embora ela seja relevante para se fazer uma sistematização das temáticas e das abordagens teórico-analíticas disponíveis para orientar as futuras pesquisas na área.
4. O objetivo deste artigo é realizar essa comparação e sistematização, demonstrando a tradição e a autonomia dos EOC no Brasil e o nível de influência do movimento CMS junto aos estudiosos nacionais



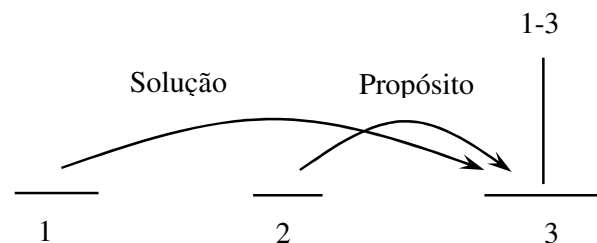
Neste trecho é possível observar uma relação de solução entre o fragmento 2 (S) e o fragmento 4 (N): é descrita uma necessidade no fragmentos 2– ausência de uma comparação entre a produção nacional e a produção do movimento CMS e é apresentada no fragmento 4 a solução para o problema, isto é, um estudo comparativo e sistematizado sobre os EOC e CMS.

Já o fragmento 1, 2 e 3 apresentam relações de concessão entre si. Essa relação ocorre primeiro entre os fragmentos 1 (S) e 2 (N), que apresentam uma potencial incompatibilidade entre as duas sentenças, mas apresenta como efeito um aumento da consideração positiva do leitor sobre a situação apresentada em 2. Em seguida, também acontece entre os fragmentos 2 (N) e 3 (S), que trazem novamente a aparente incompatibilidade e reforça a consideração positiva do leitor na situação expressa em 2 (MANN e THOMPSON, 1988).

Caso 27:

Não obstante, a literatura em estudos organizacionais ainda apresenta uma lacuna teórica no que concerne aos efeitos políticos das práticas no cotidiano dos sujeitos sociais. No intuito de colocar em discussão essa perspectiva de análise, fizemos uma escolha teórica que busca entender o cotidiano organizacional como um espaço de práticas - constituindo micropolíticas - em meio à esfera normativa dos processos de gestão (OLIVEIRA e CAVEDON, 2013).

1. Não obstante, a literatura em estudos organizacionais ainda apresenta uma lacuna teórica no que concerne aos efeitos políticos das práticas no cotidiano dos sujeitos sociais.
2. No intuito de colocar em discussão essa perspectiva de análise,
3. fizemos uma escolha teórica que busca entender o cotidiano organizacional como um espaço de práticas - constituindo micropolíticas - em meio à esfera normativa dos processos de gestão



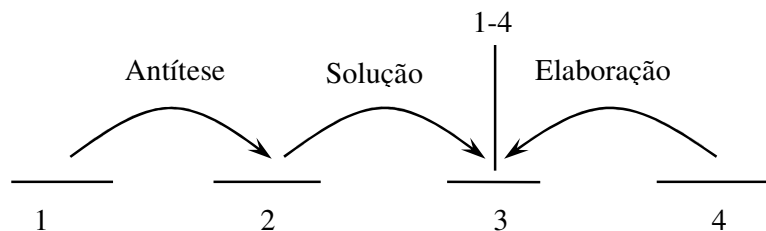
No trecho acima observamos uma relação de solução entre os fragmentos 1 (S) e 3 (N). Para o problema apresentado no fragmento 1 – lacuna teórica sobre efeitos políticos das práticas no cotidiano dos sujeitos sociais – o escritor apresenta sua solução no fragmento 3: uma escolha teórica capaz de compreender o cotidiano organizacional como um espaço de práticas, fazendo, assim, com que o leitor reconheça esta situação como uma solução para o problema apresentado.

Também identificamos uma relação de propósito entre os fragmentos 2 (S) e 3 (N), na qual o fragmento 2 apresenta uma situação – colocar em discussão tal perspectiva de análise – através da atividade apresentada no fragmento 3 – a escolha teórica do escritor.

Caso 28:

Mas ao contrário de outros autores que também admitem tal centralidade, Luhmann permanece pouco explorado no âmbito da teoria organizacional. Pretende-se aqui contribuir para preencher essa lacuna e, além disso, chamar a atenção para o potencial da perspectiva denominada neofuncionalista na análise de temas organizacionais e administrativos, perspectiva que pode vir a adquirir maior relevância, na medida em que a contemporânea 'sociedade de organizações' se torna cada vez mais complexa (CRUBELLATE, 2007).

1. Mas ao contrário de outros autores que também admitem tal centralidade,
2. Luhmann permanece pouco explorado no âmbito da teoria organizacional.
3. Pretende-se aqui contribuir para preencher essa lacuna e, além disso, chamar a atenção para o potencial da perspectiva denominada neofuncionalista na análise de temas organizacionais e administrativos,
4. perspectiva que pode vir a adquirir maior relevância, na medida em que a contemporânea 'sociedade de organizações' se torna cada vez mais complexa



O texto inicia com uma relação de antítese entre os fragmentos 1 (S) e 2 (N), tendo em vista o contraste presente nas duas assertivas e o aumento da consideração positiva do leitor para com a situação expressa no fragmento 2, causado pelo exposto no fragmento 1. Assim, o contraste faz com que leitor aceite positivamente a pouca exploração de Luhmann na teoria organizacional.

Os fragmentos 2 (S) e 3 (N) apresentam uma relação de solução, já que para o problema apresentado em 2 – a pouca exploração de Luhmann – o escritor apresenta como solução no fragmento 3, preencher esta lacuna e explorar o potencial da

perspectiva neofuncionalista, fazendo com que o leitor reconheça esta situação como uma solução para o problema apresentado.

Há por fim uma relação de elaboração entre os fragmentos 3 (N) e 4 (S), onde a informação contida em 4 funciona como um dado adicional e extra ao conteúdo apresentado no fragmento 3.

Na análise da problematização por *incompletude* encontramos a relação retórica de solução como a mais predominante. Aqui se toma como pressuposto que a literatura não está finalizada e, portanto, o artigo pode contribuir para especificá-la melhor, preenchendo uma lacuna específica que possa contribuir para o desenvolvimento do campo intertextual no tema estudado. Nesse contexto, é que os autores lançam mão da solução como estratégia retórica, visto que buscam apresentar suas contribuições como forma de preencher as lacunas existentes no campo. Nos diversos trechos analisados foi possível perceber uma estrutura semelhante: a apresentação de uma lacuna ou ponto a ser explorado e em seguida a oferta do autor para o preenchimento ou desenvolvimento da questão escolhida, como uma promessa de reparação.

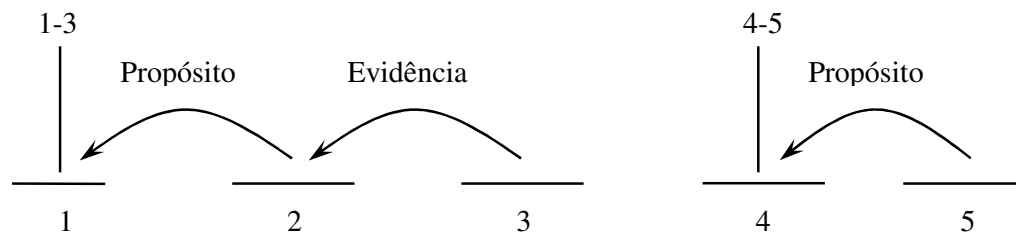
Já na problematização por *inadequação*, o texto argumenta que a literatura existente ainda não incorporou, de forma suficiente, diferentes perspectivas e visões do fenômeno pesquisado. Por isto, esta problematização assume que a contribuição à literatura sobre o tema pode ser feita via introdução de áreas de estudo, autores ou quadro teórico-metodológicos alternativos. Aqui, o ato textual característico é uma espécie de supervisão ou controle da literatura. Encontramos alguns exemplos nos casos que seguem:

Caso 29:

Este artigo, ao valorizar a dimensão comunitária das organizações produtoras, introduz essa proposta, questionando o tratamento dado pelos estudos organizacionais ao tema, particularmente no trato dado às emoções, e revendo a experiência das empresas de economia de comunhão, conforme relatos de seus pesquisadores. Lança mão de conceitos introduzidos pela biologia do conhecimento em sua linha de argumentação, para propor novas bases conceituais e justificar a relevância do tema (LEITÃO, FORTUNATO e FREITAS, 2006).

1. Este artigo, ao valorizar a dimensão comunitária das organizações produtoras, introduz essa proposta,

2. questionando o tratamento dado pelos estudos organizacionais ao tema, particularmente no trato dado às emoções, e revendo a experiência das empresas de economia de comunhão,
3. conforme relatos de seus pesquisadores.
4. Lança mão de conceitos introduzidos pela biologia do conhecimento em sua linha de argumentação,
5. para propor novas bases conceituais e justificar a relevância do tema



No trecho selecionado podemos reconhecer uma relação de propósito entre o fragmento 2 (S) e o fragmento 1 (N), considerando que a situação apresentada em 2 – questionamento do tratamento dado ao tema e revisão das experiências sobre economia de comunhão – será realizada através da atividade expressa no fragmento 1 – introdução de uma proposta que valoriza a dimensão comunitária. O mesmo acontece nos fragmentos 4 (N) e 5 (S), em que a proposição de novas bases conceituais e justificativa do tema, presentes em 5, serão realizadas através da utilização de conceitos da biologia do conhecimento, atividade expressa em 4.

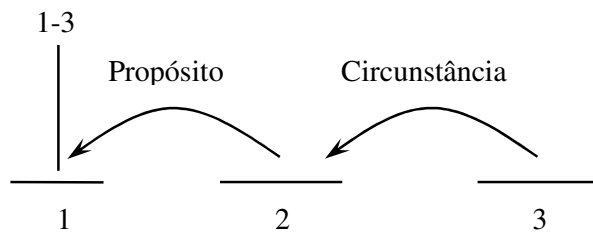
Também é encontrada uma relação de evidência entre o fragmento 3 (S) e 2 (N), na qual o primeiro se apresenta como uma informação destinada a confirmar o expresso em 3, fazendo com que o leitor confie nesta assertiva.

Caso 30:

Neste artigo propõe-se descrever alguns conceitos da teoria dos sistemas sociais autopoieticos, na vertente desenvolvida por Niklas Luhmann e, com base em tais conceitos, analisar possibilidades alternativas para a teoria institucional em organizações, no que se refere a alguns dos embates teóricos que há pelo menos duas décadas ocorrem no âmbito daquela perspectiva (CRUBELLATE, 2007).

1. Neste artigo propõe-se descrever alguns conceitos da teoria dos sistemas sociais autopoieticos, na vertente desenvolvida por Niklas Luhmann
2. e, com base em tais conceitos, analisar possibilidades alternativas para a teoria institucional em organizações,

3. no que se refere a alguns dos embates teóricos que há pelo menos duas décadas ocorrem no âmbito daquela perspectiva



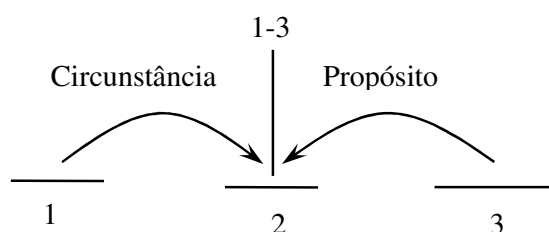
Aqui encontramos uma relação de propósito entre os fragmentos 1 (N) e 2 (S), tendo em vista que a situação apresentada em 2 – análise de possibilidades alternativas para a teoria institucional em organizações – será realizada através da atividade expressa em 1, isto é, a descrição de conceitos segunda a vertente de Niklas Luhmann.

Também identificamos uma relação de circunstância entre os fragmentos 2 (N) e 3 (S), pois este último fragmento fornece um recorte contextual para que o leitor possa interpretar a situação apresentada no fragmento 2.

Caso 31:

A partir do resgate dessa construção teórica do corpo, meu objetivo neste ensaio teórico é discutir os modos pelos quais um modelo específico de corpo “o corpo objeto biológico” tem sido paradigma principal para a construção da teoria e da prática organizacional, demonstrando, assim, que um enfoque em uma diferente concepção de corpo humano “corpo social e corpo pessoa (embodiment)” nos possibilita repensar a teoria e a prática administrativa(FLORES-PEREIRA, 2010).

1. A partir do resgate dessa construção teórica do corpo,
2. meu objetivo neste ensaio teórico é discutir os modos pelos quais um modelo específico de corpo “o corpo objeto biológico” tem sido paradigma principal para a construção da teoria e da prática organizacional,
3. demonstrando, assim, que um enfoque em uma diferente concepção de corpo humano “corpo social e corpo pessoa (*embodiment*)” nos possibilita repensar a teoria e a prática administrativa



O texto inicia com uma relação de circunstância entre os fragmentos 1 (S) e 2 (N), considerando que o fragmento 1 apresenta um enquadre – resgate de uma construção teórica do corpo – para o assunto que o leitor irá interpretar na situação apresentada no fragmento 2, a discussão sobre modelos de corpo.

Em seguida, identificamos uma relação de propósito entre os fragmentos 2 (N) e 3 (S), na qual o fragmento 3 apresenta uma situação que será realizada – enfoque em outra concepção de corpo – através da atividade proposta no fragmento 2 – discussão sobre um modelo de corpo como paradigma.

Assim, na problematização por *inadequação* podemos perceber uma tendência para a relação retórica de propósito, que apresenta a intenção que se encontra por detrás de uma situação. Como esta problematização defende que a literatura existente ainda precisa incorporar diferentes perspectivas ou visões alternativas do tema pesquisado, os autores recorrem ao uso da relação de propósito, a fim de argumentar que os leitores podem conhecer e perceber pontos ainda não compreendidos sobre o tema, através da proposta de uma abordagem alternativa para lidar com essa questão de pesquisa.

Discurso da Prática

Este processo de contribuição científica revela uma estratégia retórica que consiste no foco em resolver problemas práticos, em soluções para as organizações e na relevância da pesquisa. Além de pesquisadores, apresenta uma fala para outros atores da sociedade e foco no retorno que a investigação pode trazer para a organização ou ainda em alguma mudança prática da realidade social investigada.

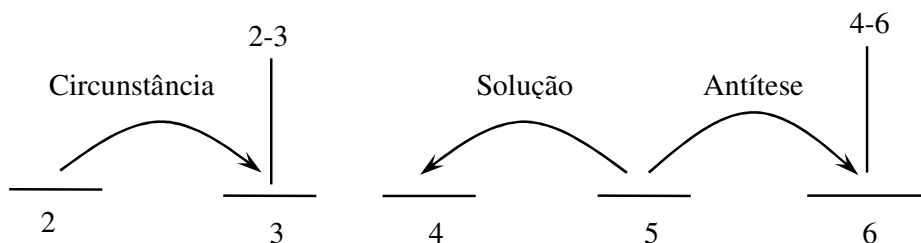
Assim, esta estratégia de argumentação defende que a administração ou a teoria organizacional deve se voltar para a resolução de problemas e solução de questões práticas. Há aqui um posicionamento sobre a importância da relevância prática do estudo e/ou suas consequências para as organizações nas pesquisas feitas. O primeiro ato textual que identificamos foi a *contribuição para problemas práticos*, que pode ser encontrado nos casos a seguir:

Caso 32:

A nível prático, contudo, a dúvida sobre resultados concretos permanece em função da impossibilidade de considerar variáveis que só a prática revela.

Em sua perspectiva prática, a administração necessita resolver problemas. Quando do experimento de uma nova dimensão teórica é que se revela sua capacidade de solucionar questões específicas: a validade ou invalidade da teoria fica mais clara. Daí a necessidade de se pesquisarem novas formas teóricas para a solução de problemas que resistiram a proposições anteriores. Há, porém, um permanente dinamismo e novos problemas surgem exigindo novas soluções (MOTTA, 1979).

1. Em sua perspectiva prática, a administração necessita resolver problemas.
2. Quando do experimento de uma nova dimensão teórica
3. é que se revela sua capacidade de solucionar questões específicas: a validade ou invalidade da teoria fica mais clara.
4. Daí a necessidade de se pesquisarem novas formas teóricas
5. para a solução de problemas que resistiram a proposições anteriores.
6. Há, porém, um permanente dinamismo e novos problemas surgem exigindo novas soluções



No trecho selecionado encontramos uma relação de circunstância entre os fragmentos 2 (S) e 3 (N), na qual o fragmento 2 fornece um enquadre contextual – quando se experimenta uma nova dimensão teórica – para que o leitor interprete a situação apresentada no fragmento 3 – clareza sobre a validade ou invalidade das teorias.

Também identificamos uma relação de solução entre o fragmento 5(S) e o fragmento 4 (N). O escritor apresenta no fragmento 4 uma solução – pesquisas de novas formas teóricas – como o caminho para resolver o problema apresentado no fragmento 5: os problemas resistiram a proposições anteriores.

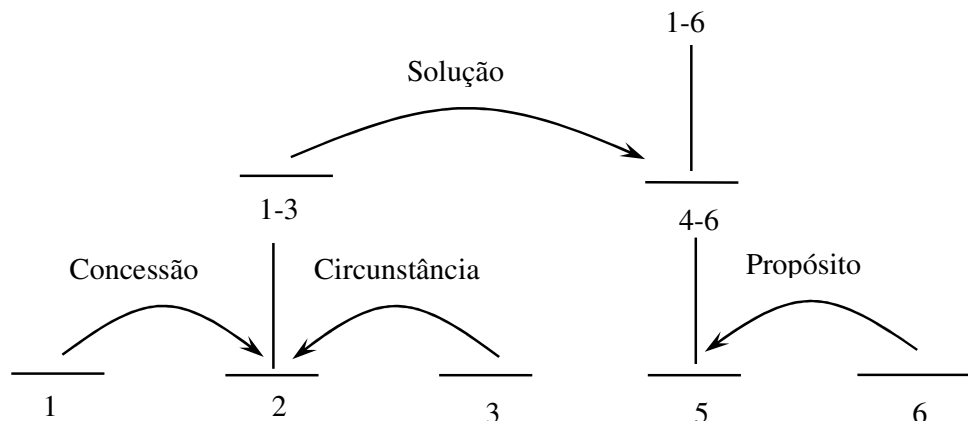
Por fim, há uma relação de antítese entre os fragmentos 5 (S) e 6 (N), onde se apresenta um contraste entre os fragmentos – problemas que resistem e problemas que

surgem – que aumenta a aceitação positiva do leitor para a assertiva expressa no fragmento 6 (MANN e THOMPSON, 1988).

Caso 33:

Sabe-se que o ambiente empresarial é rico em situações dessa natureza e é desnecessário apontá-las aqui. No entanto, é importante produzir os instrumentos para auxiliar os administradores a lidar com essas situações, quando estiver claro que não há outra maneira de melhorar a base de dados disponível. O propósito deste trabalho é descrever os problemas de ordenação e seleção de alternativas em um ambiente com as características discutidas acima e apresentar um software desenvolvido pelo autor, para servir de ferramenta de apoio à decisão na solução desses problemas. (DIAS JR, 2001)

1. Sabe-se que o ambiente empresarial é rico em situações dessa natureza e é desnecessário apontá-las aqui.
2. No entanto, é importante produzir os instrumentos para auxiliar os administradores a lidar com essas situações,
3. quando estiver claro que não há outra maneira de melhorar a base de dados disponível.
4. O propósito deste trabalho é descrever os problemas de ordenação e seleção de alternativas em um ambiente com as características discutidas acima
5. e apresentar um software desenvolvido pelo autor,
6. para servir de ferramenta de apoio à decisão na solução desses problemas.



Neste trecho identificamos várias relações. A primeira delas é a relação de concessão entre os fragmentos 1 (S) e 2 (N), que inicialmente apresenta uma situação de incompatibilidade entre os dois fragmentos, mas sugere ao leitor que aceite a situação expressa no fragmento 2.

Outra relação identificada é a de circunstância, entre os fragmentos 2 (N) e 3 (S). O fragmento 3 fornece um enquadre situacional – quando não houver maneira de melhorar a base de dados – para que o leitor compreenda a situação expressa no fragmento 2 – a importância de produzir instrumentos de auxílio da decisão.

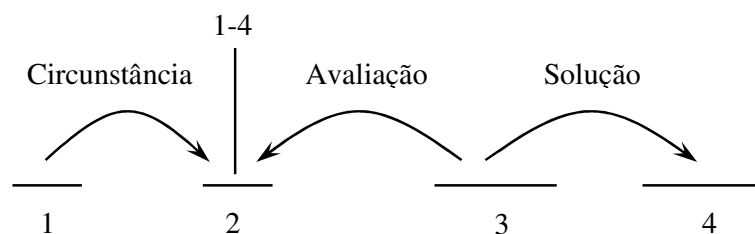
Também encontramos uma relação de solução entre os fragmentos 1-2 (S) e os fragmentos 4-6 (N), na qual os fragmentos 4-6 são apontados pelo escritor como uma solução – descrever problemas de ordenação de alternativas e apresentar um software de apoio à decisão – para os problemas apontados por ele nos fragmentos 1-2 – ambiente empresarial rico em situações de decisão complexa e importância de instrumentos de auxílio para os administradores.

Por fim, há uma relação de propósito entre os fragmentos 5 (N) e 6 (S), na qual o fragmento 6 apresenta uma situação a ser realizada – servir de ferramenta de apoio à decisão na solução de problemas – através da atividade encontrada no fragmento 5 – apresentação do software desenvolvido pelo autor.

Caso 34:

Após o crescimento das submissões na última década, reconstruir a relevância de nossa produção científica tornou-se um objetivo legítimo, e as questões que agora se colocam são: de quais problemas tratamos? Como o fazemos? Quais as contribuições de nossos textos? Para quem escrevemos? Quais são os diálogos que promovemos junto a outras esferas da sociedade? Diante dessas questões, arriscamos uma provocação: devemos avançar no debate sobre o impacto de nossa produção (MASCARENHAS, ZAMBALDI e MORAES, 2011).

1. Após o crescimento das submissões na última década,
2. reconstruir a relevância de nossa produção científica tornou-se um objetivo legítimo,
3. e as questões que agora se colocam são: de quais problemas tratamos? Como o fazemos? Quais as contribuições de nossos textos? Para quem escrevemos? Quais são os diálogos que promovemos junto a outras esferas da sociedade?
4. Diante dessas questões, arriscamos uma provocação: devemos avançar no debate sobre o impacto de nossa produção



Neste trecho, identificamos inicialmente uma relação de circunstância entre os fragmentos 1 (S) e 2 (N). O fragmento 1 fornece um recorte temporal – após o crescimento nas últimas décadas – para que o leitor possa interpretar a situação apresentada no fragmento 2 – legitimidade da reconstrução da relevância da produção científica.

Também é possível observar uma relação de avaliação entre os fragmentos 2 (N) e 3 (S), onde o escritor, no fragmento 3, relata a situação colocada no fragmento 2 a partir de seu grau de consideração positiva ao exposto neste último fragmento, isto é, questões que devem ser colocadas para reconstruir a relevância da produção científica.

Por fim, encontramos uma relação de solução entre os fragmentos 3(S) e 4 (N), visto que o fragmento 4 apresenta uma situação como solução – avanço no debate sobre a produção científica – para as questões colocadas no fragmento 3, fazendo com que o leitor reconheça esse debate como uma solução para os problemas apresentados.

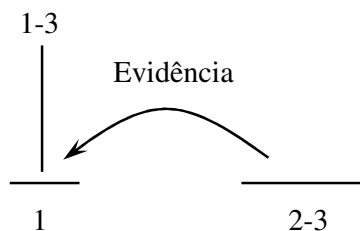
Destacamos neste ato textual de *contribuição para problemas práticos* a utilização das relações retóricas de circunstância e solução, nos trechos analisados. A fim de apresentar suas contribuições para os problemas com os quais a administração deva lidar (os problemas práticos), os autores o fazem de modo a oferecer uma solução para a resolução do problema encontrado, levando o leitor a reconhecer essa contribuição como uma solução aceitável. Por outro lado, os autores também procuram definir um domínio ou enquadramento contextual, situacional ou temporal para delimitar e ajudar o leitor a compreender o problema ou necessidade para o qual o mesmo propõe uma solução, fazendo assim, uso da relação retórica de circunstância. É, assim, uma forma de ajudar o leitor a reconhecer e compreender melhor o problema, o que pode ser considerado com um primeiro passo para que este aceite a solução que vem a seguir.

Também identificamos no estudo desta categoria retórica, um ato textual que visa justificar o tema ou objeto de pesquisa, por meio de sua *problematização como fenômenos práticos de destaque*, que vem e ganhando espaço e importância, especificamente no campo prático, seja ele organizacional, social, econômico ou político. Alguns exemplos podem ser encontrados a seguir:

Caso 35:

A expansão das organizações substantivas é um fenômeno de proporções consideráveis. No início dos anos 80, na então Alemanha Ocidental estimava-se a existência de aproximadamente 11.500 delas, envolvendo 80.000 pessoas, e atuando em vários campos como agricultura, informação, tecnologias apropriadas, dentre vários outros, apresentando uma distribuição de 70% em serviços e comércio, 18% de trabalho político, e 12% em produção. Nos Estados Unidos, as estimativas em 1976 indicavam a existência de mais de 5000 organizações e a criação de aproximadamente 1000 delas a cada ano (SERVA, 1993).

1. A expansão das organizações substantivas é um fenômeno de proporções consideráveis.
2. No início dos anos 80, na então Alemanha Ocidental estimava-se a existência de aproximadamente 11.500 delas, envolvendo 80.000 pessoas, e atuando em vários campos como agricultura, informação, tecnologias apropriadas, dentre vários outros, apresentando uma distribuição de 70% em serviços e comércio, 18% de trabalho político, e 12% em produção.
3. Nos Estados Unidos, as estimativas em 1976 indicavam a existência de mais de 5000 organizações e a criação de aproximadamente 1000 delas a cada ano.



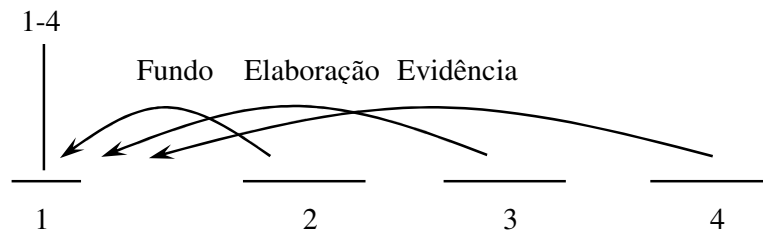
Aqui encontramos uma relação de evidência entre os fragmentos 2-3 (S) e o fragmento 1 (N), pois este último apresenta uma situação – expansão considerável das organizações substantivas – que é seguida por informações presentes nos fragmentos 2-3, que funcionam como dados para que o leitor concorde com a afirmação 1.

Caso 36:

No mundo da prática organizacional há, nos dias de hoje, uma febre de implementação de escritórios abertos. Como o próprio nome diz, nestes ambientes não há divisórias altas ou paredes entre as "salas" e as mesas das pessoas. Os defensores deste tipo de escritório argumentam que eles propiciam uma maior integração, um aumento significativo dos fluxos de informação, da participação, da autonomia e da liberdade dos empregados. Além disso, estes escritórios abertos aparecem como elementos importantes na grande maioria dos

chamados projetos de qualidade de vida, tão difundidos entre as grandes empresas (ALCADIPANI e ALMEIDA, 2000).

1. No mundo da prática organizacional há, nos dias de hoje, uma febre de implementação de escritórios abertos.
2. Como o próprio nome diz, nestes ambientes não há divisórias altas ou paredes entre as "salas" e as mesas das pessoas.
3. Os defensores deste tipo de escritório argumentam que eles propiciam uma maior integração, um aumento significativo dos fluxos de informação, da participação, da autonomia e da liberdade dos empregados.
4. Além disso, estes escritórios abertos aparecem como elementos importantes na grande maioria dos chamados projetos de qualidade de vida, tão difundidos entre as grandes empresas



No trecho selecionado observamos inicialmente uma relação de fundo entre os fragmentos 1 (N) e 2 (S), na qual o fragmento 2 aumenta a habilidade do leitor em compreender algum elemento expresso no fragmento 1, no caso o que significa escritórios abertos.

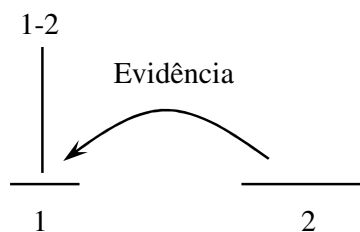
Em seguida identificamos uma relação de elaboração entre os fragmentos 1 (N) e 3 (S), visto que o fragmento 3 traz uma informação adicional – o argumento dos defensores do escritório aberto – em relação à informação encontrada no fragmento 1 – a febre de implantação de escritórios abertos – que é considerada o assunto principal da relação.

Por último, notamos uma relação de evidência entre os fragmentos 1 (N) e 4 (S), considerando que o fragmento 4 apresenta uma informação – aparecimento de escritórios abertos em grandes projetos de qualidade de vida nas grandes empresas – a fim de que o leitor concorde e acredite na afirmação expressa no fragmento 1 – a febre de implantação de escritórios abertos.

Caso 37:

Mesmo o observador mais desatento é capaz de notar as transformações experimentadas no aparelho estatal brasileiro ao longo dos últimos anos. Processos de privatização, concessões, descentralização administrativa, gestão com base em metas de desempenho e maior preocupação com a responsabilização dos agentes encarregados da provisão dos serviços públicos passaram a constituir fatores relevantes na administração pública (CABRAL e ARAÚJO, 2010).

1. Mesmo o observador mais desatento é capaz de notar as transformações experimentadas no aparelho estatal brasileiro ao longo dos últimos anos.
2. Processos de privatização, concessões, descentralização administrativa, gestão com base em metas de desempenho e maior preocupação com a responsabilização dos agentes encarregados da provisão dos serviços públicos passaram a constituir fatores relevantes na administração pública.



Aqui também encontramos uma relação retórica de evidência entre os fragmentos 1 (N) e 2 (S), já que o fragmento 2 apresenta uma informação – a relevância dos processos de privatização, concessões, descentralização administrativa, gestão com base em metas de desempenho e maior responsabilização dos agentes públicos – com o intuito de que o leitor concorde e acredite na afirmação expressa no fragmento 1 – as transformações experimentadas no aparelho estatal brasileiro ao longo dos últimos anos.

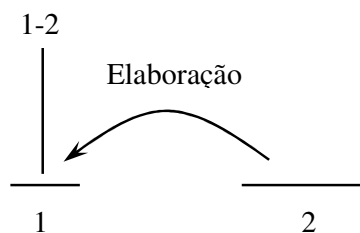
Observamos neste ato de *problematização de fenômenos práticos de destaque* uma predominância no uso da relação retórica de evidência, já que os autores apresentam seu problema de pesquisa a partir da exemplificação prática, às vezes até com dados estatísticos, da ocorrência dos fenômenos em questão. Esta relação retórica é então usada pelos autores com o objetivo de fazer com que o leitor confie em seu argumento principal, que é o de que um fenômeno prático vem ganhando destaque e por isso merece ser estudado e discutido.

Outro viés desta estratégia de contribuição foi a ênfase em *práticas sociais* na pesquisa acadêmica, no intuito de promover mudanças sociais e dar voz aos grupos que necessitam. Este ato adota uma postura de integração entre o estudo científico-acadêmico e a prática social, tal como segue:

Caso 38:

Acreditamos que o papel do cientista social está fortemente vinculado às contribuições de suas ideias para a construção do conhecimento e a transformação da sociedade, principalmente quando esta se caracteriza por severas desigualdades que se tornam mais agudas e se reproduzem (CARVALHO, VIEIRA, GOULART, 2005).

1. Acreditamos que o papel do cientista social está fortemente vinculado às contribuições de suas ideias para a construção do conhecimento e a transformação da sociedade,
2. principalmente quando esta se caracteriza por severas desigualdades que se tornam mais agudas e se reproduzem.

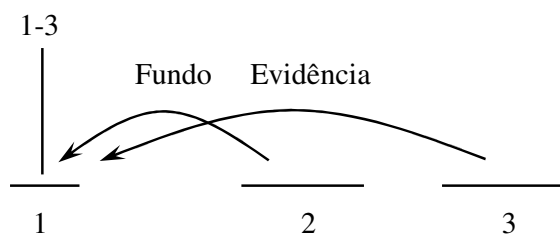


Vimos neste trecho uma relação de elaboração entre os fragmentos 1 (N) e 2 (S), uma vez que o fragmento 2 traz uma informação adicional, no caso uma caracterização da sociedade, à situação expressa no fragmento 1 – a contribuição da ideias do cientista social para a construção do conhecimento e a transformação da sociedade.

Caso 39:

Para isto, defendemos a adoção de uma postura que Böhm (2002) denomina de prática teórica, referindo-se à intensa conexão entre teoria e prática, ainda que deixe espaço para a relativa autonomia de uma em relação à outra. Esta concepção se concretiza no engajamento dos pesquisadores com os movimentos populares, bem como em reflexões que interroguem e, concretamente, afetem suas organizações, contribuindo para um projeto de mudança radical (MISOCZKY, FLORES, BÖHM, 2008).

1. Para isto, defendemos a adoção de uma postura que Böhm (2002) denomina de prática teórica,
2. referindo-se à intensa conexão entre teoria e prática, ainda que deixe espaço para a relativa autonomia de uma em relação à outra.
3. Esta concepção se concretiza no engajamento dos pesquisadores com os movimentos populares, bem como em reflexões que interroguem e, concretamente, afetem suas organizações, contribuindo para um projeto de mudança radical.



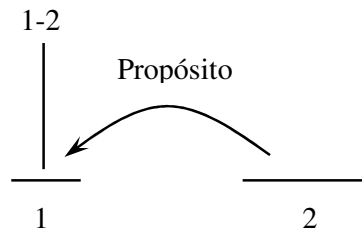
Neste trecho observamos uma relação de fundo entre os fragmentos 1 (N) e 2 (S), uma vez que o fragmento 2 traz informações – o significado de prática teórica – que facilitam e aumentam a habilidade do leitor em compreender a informação expressa no fragmento 1 – a adoção de uma postura de prática teórica.

Também encontramos uma relação de evidência entre os fragmentos 1(N) e 3 (S), dado que o fragmento 3 apresenta informações – concretização do engajamento de pesquisadores com os movimentos populares e contribuições para projetos de mudança radical – que buscam fazer o leitor concordar com a situação expressa no fragmento 1 - a adoção de uma postura de prática teórica.

Caso 40:

Esperamos que ele (o artigo) desperte a consciência daqueles que se interessam pelas questões ligadas à subjetividade no universo organizacional e que se dedicam a desenvolver formas de torná-lo mais humano e mais decente, buscando reduzir práticas que degradam o ser humano e aviltam a potencialidade transformadora do seu trabalho (FREITAS, 2001).

1. Esperamos que ele (o artigo) desperte a consciência daqueles que se interessam pelas questões ligadas à subjetividade no universo organizacional e que se dedicam a desenvolver formas de torná-lo mais humano e mais decente,
2. buscando reduzir práticas que degradam o ser humano e aviltam a potencialidade transformadora do seu trabalho.



Neste trecho, encontramos uma relação de propósito entre os fragmentos 1 (N) e 2 (S), tendo em vista que o fragmento 2 apresenta uma situação a ser realizada e conseguida – reduzir práticas que degradam o ser humano e aviltam a potencialidade transformadora do seu trabalho – através da atividade presente no fragmento 1, a consciência sobre subjetividade provocada pelo artigo.

Neste ato específico de *prática social* não encontramos um padrão ou predomínio de uso de relações retóricas pelos autores nos textos analisados.